

PEDRO HESPANHA
ALINE MENDONÇA DOS SANTOS
(Orgs.)

Economia Solidária

Questões Teóricas e Epistemológicas



ECONOMIA SOLIDÁRIA: QUESTÕES TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS

ORGANIZAÇÃO

PEDRO HESPANHA

ALINE MENDONÇA DOS SANTOS

AUTORES

Emir Simão Sader | Gabriela Cunha | Aline Mendonça dos Santos | António Cruz

Vanderson Carneiro | Tatiane Marina Pinto de Godoy | Marília Veríssimo Veronese

Egeu Gómez Esteves | Luciane Lucas dos Santos | Pedro Hespanha | Luís Inácio Germany Gaiger

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 80 – 3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

REVISÃO

Elis Braz

DESIGN DE CAPA

FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO

Jorge Sêco

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

??????

Julho, 2011

DEPÓSITO LEGAL

??????/11

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Economia Solidária: Questões Teóricas e Epistemológicas

Coord. Pedro Hespanha, Aline Mendonça dos Santos

ISBN 978-972-40-4607-5

I – HESPANHA, Pedro, 1946-

II – SANTOS, Aline Mendonça dos

CDU 316

334

330

ÍNDICE

PREFÁCIO	9
Economia solidária <i>Emir Simão Sader</i>	
APRESENTAÇÃO	11
<i>Boaventura de Sousa Santos</i> <i>Pedro Hespanha</i> <i>Aline Mendonça dos Santos</i>	
CAPÍTULO I	
Economia solidária e pesquisa em ciências sociais: Desafios epistemológicos e metodológicos	15
<i>Gabriela Cunha e Aline Mendonça dos Santos</i>	
1. Economia solidária: um campo teórico e empírico em construção	16
2. Por que fazer pesquisa sobre economia solidária? Contribuição a uma “sociologia das ausências”	21
3. Como fazer pesquisa sobre economia solidária? O ponto-de-vista do “pesquisador-militante”	36
4. Para concluir: pontos de reflexão a partir de duas pesquisas brasileiras	47
CAPÍTULO II	
A economia solidária e as novas utopias: Permanências e rupturas no movimento histórico do associativismo econômico	57
<i>Antônio Cruz e Aline Mendonça dos Santos</i>	
1. Associativismo econômico na história do capitalismo	57
2. A economia solidária como novo associativismo: diferentes olhares	63
3. Economia solidária e ação social: quais desdobramentos?	72
4. A dupla contradição do capitalismo global e o papel da economia solidária como utopia emancipatória	76

CAPÍTULO III	
Entre o público e o privado: Uma reflexão sobre o lugar da ação política na prática da economia solidária no Brasil	83
<i>Vanderson Carneiro</i>	
1. A economia solidária e sua vinculação como movimento	84
2. Igualdade e diferença localizadas e interconectadas	93
3. Economia solidária entre o público e o privado	99
CAPÍTULO IV	
A economia solidária e o Estado: Para uma análise crítica das políticas públicas no Brasil	113
<i>Tatiane Marina Pinto de Godoy</i>	
1. Economia solidária no Brasil: das concepções às experiências	116
2. O lugar da economia solidária no estado brasileiro	125
3. Economia solidária: ação política entre estado e sociedade	136
CAPÍTULO V	
Identidade e economia solidária: Sobre o processo de construção identitária no trabalho autogestionário	151
<i>Marília Veríssimo Veronese e Egeu Gómez Esteves</i>	
1. Uma precaução sobre a identidade	153
2. Em busca do conceito de identidade	153
3. Identidade e trabalho	158
4. Sócio-trabalhador, uma identidade em construção	160
CAPÍTULO VI	
Os clubes de troca na economia solidária: Por um modelo crítico e emancipatório de consumo	169
<i>Luciane Lucas dos Santos</i>	
1. O consumo como sistema de classificação social	171
2. Desdobramentos socioeconômicos do consumo: bases para uma monocultura	178
3. Podemos falar em mercados não-capitalistas? Fundamentos para o consumo solidário	189
4. Os clubes de troca como base para uma epistemologia emancipatória do consumo	194

CAPÍTULO VII

Economia solidária de raiz popular:

A fase adulta de uma metamorfose?

205

Pedro Hespanha

1. Trajetórias e metamorfose 205
2. A diversidade interna da pequena economia 208
3. As configurações da economia popular solidária 218
4. Trajetórias e encruzilhadas 231

POSFÁCIO

Contribuições para uma agenda de pesquisa

237

Luís Inácio Germany Gaiger

1. A produção social dos empreendimentos solidários 241
2. Diversidade e unidade 247
3. As conseqüências da economia solidária 249
4. As mediações externas 252

SOBRE OS AUTORES – NOTAS BIOGRÁFICAS

257

PREFÁCIO

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Emir Simão Sader

Nada mais incompatível – segundo o campo teórico hegemônico nestas décadas – que *economia* e *solidariedade*. Eficiência, dinamismo, retorno dos investimentos, custo-benefício, rentabilidade – caracterizariam a economia. Fora disso, só cabem desperdício, populismo, assistencialismo – que desincentivam o trabalho –, quando não esmolas.

Enquanto que a solidariedade nos remete ao que o mercado não reconhece: direitos, cidadania, inclusão social, esfera pública. O filtro da “governabilidade” econômica seria o mercado e suas determinações: tudo o que favorece o processo de acumulação ampliada do capital. Em outras palavras, a lógica fria e impessoal da mercantilização.

A hegemonia neoliberal representou a autonomização da economia e sua ditadura sobre o conjunto das relações sociais. Mas, ao mesmo tempo, reproduzia as condições mais informais e precárias de sobrevivência. Passaram a se impor as condições mais heterogêneas possíveis de reprodução social, sobretudo das camadas populares, resultante das distintas estratégias de sobrevivência, quando o processo de acumulação reinante excluía dos seus mecanismos fundamentais a contingentes cada vez maiores da população.

Não se instaurou nenhum tipo de dualismo econômico – que foi tema de debate nos anos 60 e 70, em torno da teoria da marginalidade –, mas foram se constituindo lógicas relativamente distintas de reprodução econômica. Nos interstícios das formas mercantis disseminadas por quase todo o tecido social – projeto histórico do capitalismo, que o neoliberalismo busca realizar – foram se desenvolvendo formas alternativas de produção e de intercâmbio, fundadas em uma lógica distinta, que atendem pela designação genérica de “economia solidária”.

São espaços alternativos que, sob diferentes formas, começam a construir formas de relações econômicas fundadas na complementaridade, na solidariedade, no intercâmbio que não obedece às leis cegas do mercado. Foram construções

concretas, inicialmente de caráter local, mas cuja expansão e diversificação requerem novas conceitualizações, compreensões da sua natureza, das suas projeções, das suas contradições e do potencial.

Este livro traz contribuições fundamentais tanto para conceitualizações centrais para a compreensão do tema, quanto para o mapeamento de suas expressões, das suas dimensões teóricas e políticas, incluindo a redefinição determinante das relações entre as esferas pública e mercantil. Contribuições que se tornam indispensáveis para quem queira pensar os campos teórico e político que comandam a construção de um mundo posneoliberal.

APRESENTAÇÃO

Boaventura de Sousa Santos

Pedro Hespanha

Aline Mendonça dos Santos

Este livro resulta da reflexão e do debate feitos ao longo dos últimos anos no Centro de Estudos Sociais (CES) por pesquisadores brasileiros e portugueses, a maior parte estudantes de pós-graduação, sobre o tema das alternativas à economia capitalista e, em particular, sobre a Economia Solidária. Provenientes de diferentes áreas de conhecimento e com diverso envolvimento no terreno, eles criaram em 2008 o Grupo de Estudos de Economia Solidária (ECOSOL CES) não só para partilharem e tornarem inteligíveis os seus diferentes olhares sobre a Economia Solidária mas sobretudo para enriquecerem a teoria que sobre ela se produz.

O ambiente intelectual em que se inseriram favoreceu a aplicação a este campo específico de alguns dos instrumentos da teoria crítica que se foi desenvolvendo no CES. Esse mesmo ambiente estimulou a renovação e aprofundamento de quadros analíticos e de estratégias metodológicas adequados ao estudo das sociedades contemporâneas, facilitou o diálogo interdisciplinar pelo cruzamento dos contributos de muitas outras áreas e tradições científicas e permitiu combinar o pluralismo analítico e metodológico com a coerência teórica e, assim, dar corpo a um programa integrado de investigação.

Alguns daqueles instrumentos revelaram-se muito fecundos quando aplicados à Economia Solidária, como é o caso do conceito de *sociologia das ausências*, ao permitir compreender o que se esconde por trás das lógicas monoculturais do saber e do seu pretensão rigor científico, e de outros conceitos associados a este como são os de *ecologia dos saberes*, *tradução de saberes* e *justiça cognitiva*. Do mesmo modo, a *hermenêutica das emergências* pôde ajudar a entender os contextos em que se desvelam e tornam aparentes práticas ou realidades dissonantes daquelas que a ciência nos dá a conhecer. Por outro lado, a reflexão sobre as formas económicas alternativas ao capitalismo –, quer as que sobreviveram dominadas por este, quer as que brotam espontaneamente onde faltam as respostas para quem quer viver num mundo de liberdade, de justiça social e respeito pelo

ambiente – permite entender a diversidade das formas económicas alternativas e valorizar os seus percursos.

Partilha-se a perspectiva de que se vive um processo de transição paradigmática na produção do conhecimento em que muitos dos pressupostos da ciência moderna se tornam questionáveis. No caso da Economia Solidária e das outras formas económicas não capitalistas, o conhecimento mobilizado pelos cientistas sociais e, em particular, pelos economistas manifesta uma grande dificuldade em captar a riqueza e a diferença específica destas formas de produzir, trocar e consumir. As novas abordagens epistemológicas e metodológicas nas pesquisas sobre Economia Solidária têm de ser capazes de reconhecer os aspectos invisibilizados ou negligenciados pelo saber convencional, como é o caso da subjetividade dos atores, dos modos de participação social e política, da racionalidade alternativa dos empreendimentos, ou das formas de mobilizar e utilizar os recursos escassos.

De uma forma sintética, estas novas abordagens expandem muito o campo de debate acerca da Economia Solidária, abrangendo questões de âmbito bem diverso: *epistemológicas*, associadas, por exemplo, à legitimidade e eficácia dos saberes acionados na Economia Solidária ou à subjetividade do trabalhador face às novas relações de trabalho; *teóricas*, associadas, entre outros, aos processos de transformação económica operados pelo capitalismo, à capacidade inclusiva do capital e à autonomia das formas económicas não capitalistas; *conceituais*, associadas às diferentes tradições e conteúdos semânticos da conceptualização, por exemplo, da economia social, da economia solidária, da economia do trabalho, da economia popular; *de escala*, associadas às descontinuidades entre a macro e a microanálise das experiências e à dificuldade de interligar os planos institucional, dos movimentos sociais e dos empreendimentos; *metodológicas*, designadamente, associados à falta de metodologias que associem observação em diferentes escalas, à confusão de papéis entre pesquisadores, ativistas e atores envolvidos em experiências solidárias; e *políticas*, enfim, associadas à relação entre as dimensões institucionais, de movimento social ou de empreendimento que a Economia Social compartilha ou ao papel das alianças com as forças sociais ou as instituições com vista a fortalecer os objetivos emancipadores da Economia Solidária. Tudo isto importa ao debate sobre a Economia Solidária e constitui um desafio aos pesquisadores e à ciência em geral.

O que está expresso neste livro não representa necessariamente consensos. Não há a pretensão de produzir um entendimento único, fechado e dogmático, predominando a pluralidade de pontos de vista. No entanto, os capítulos do livro

dialogam com uma reflexão partilhada e intensamente discutida apontando para alguns desafios e possibilidades da construção teórica e metodológica da Economia Solidária. Existem, claramente, aspectos que estão ainda em construção e terão de ser afinados pela cumulação da pesquisa e pela reflexão mais consistente. Refram-se apenas três deles trabalhados no livro.

O primeiro é o do impacto da produção de conhecimento nas próprias práticas da Economia Solidária. Em que medida as reflexões académicas sobre a Economia Solidária têm contribuído efetivamente para fomentar novas formas de intervenção social e para fortalecer políticas públicas? Ou ainda, em que medida este saber produzido pela academia facilita o diálogo entre os movimentos sociais e o Estado?

Um segundo aspecto refere-se à relação entre pesquisa e militância e à necessidade de entender como estes dois papéis são reciprocamente influenciados. É legítimo interrogar, a propósito, se os atores das experiências de Economia Solidária são objetos de pesquisa ou são “co-produtores” de conhecimento? E os pesquisadores? São eles agentes de tradução ou de distorção dos conhecimentos observados? Qual o valor da auto-reflexão pelos pares?

Por fim, um terceiro aspecto tem a ver com a interação e o inter-conhecimento de pesquisadores, militantes e pesquisadores-militantes nas discussões metodológicas e epistemológicas. É de salientar a importância de desenvolver trabalhos que possam contribuir para melhorar a prática da Economia Solidária, mas esses trabalhos exigem um diálogo aprofundado e permanente entre saberes e uma atenção ao potencial emancipador de cada um deles.

Apresentadas as ideias fundadoras do livro e as preocupações dos autores, resta ajudar o leitor na descoberta da estrutura da obra e na localização das temáticas.

O prefácio, de Emir Sader, chama a atenção para a contradição implícita no termo economia solidária que, de certa maneira, é desvelada pelas reflexões que contribuem para a construção de um mundo pós-neoliberal.

No primeiro capítulo, Gabriela Cunha e Aline Mendonça propõem uma reflexão sobre a produção do conhecimento sobre economia solidária considerando os desafios epistemológicos (dilemas entre ciência económica e ciência social) e os desafios metodológicos (dilemas entre ciência e política) frente a reemergência de novos paradigmas para pensar a Economia Solidária.

No segundo capítulo, António Cruz e Aline Mendonça, começam por fazer um resgate teórico do associativismo económico explicitando posicionamentos clássicos sobre a questão, para, de seguida, apontarem a economia solidária como o novo associativismo económico e como uma utopia emancipatória.

O terceiro capítulo, de Vanderson Carneiro, aborda a Economia Solidária como um movimento social e introduz a perspectiva da ação política na análise do Movimento da Economia Solidária no Brasil.

No quarto capítulo, Tatiane Godoy explora a contribuição da geografia crítica para a Economia Solidária e discute o lugar desta nas políticas públicas brasileiras demarcando os limites da ação política entre Estado e sociedade.

No quinto capítulo, Marília Veronese e Egeu Esteves trazem a discussão conceitual da categoria “identidade”, a partir da psicologia social, com base na experiência dos trabalhadores de empreendimentos da Economia Solidária e refletem sobre a identidade que estes vão construindo a partir de novas vivências de trabalho.

No sexto capítulo, Luciane Lucas questiona a existência de outras racionalidades económicas, nomeadamente no consumo, frente ao modelo económico dominante. Buscando responder a esta questão, a autora debruça-se sobre as discussões teóricas acerca dos clubes de troca.

O sétimo capítulo, de Pedro Hespanha, traz uma discussão sobre as diferenças entre empreendedorismo individual e economia solidária – presentes na economia popular – a partir da análise das vivências de trabalhadores de economia popular em Portugal.

Por fim, no posfácio, Luís Inácio Gaiger resgata considerações apontadas pelos autores do livro a fim de elencar desafios e possibilidades para Economia Solidária, mas principalmente, de identificar perspectivas para a pesquisa.

Uma nota final, ainda, sobre a necessidade de reforçar as fontes de informação acerca da Economia Solidária. A maioria dos estudos realizados até hoje trata de investigações empíricas localizadas, apenas porque não existem dados mais extensivos sobre o tema. Daqui a dificuldade em conseguir formulações abrangentes capazes de uma produção do conhecimento mais sólida. É certo que esta lacuna já foi parcialmente suprida no Brasil pelo “Mapeamento Nacional da Economia Solidária” realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária. Porém em Portugal, onde a expansão da Economia Solidária tem sido bem mais comedida, tarda a realização de um levantamento sistemático deste tipo. E, mesmo no Brasil, a situação está longe de estar superada porventura pela reduzida utilização do Mapeamento.

Os cientistas sociais têm aqui um papel decisivo, não só na exploração de toda a informação disponível mas também na construção de instrumentos de observação e de metodologias de análise capazes de reconhecer todas as múltiplas dimensões da Economia Solidária e perspectivar as dinâmicas de transformação de que esta é portadora.

CAPÍTULO I

ECONOMIA SOLIDÁRIA E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS: DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS

Gabriela Cavalcanti Cunha
Aline Mendonça dos Santos

Introdução

Nas últimas duas décadas, um conjunto diversificado de atividades econômicas de base associativa e autogestionária vêm, gradativamente, se reconhecendo e sendo reconhecidas na referência ao termo “economia solidária”. Este reconhecimento se dá não só no campo das lutas políticas, econômicas e sociais, mas também no da produção de conhecimento científico. Aos poucos, a economia solidária vem ganhando espaço enquanto objeto de reflexão acadêmica e motiva diferentes interpretações teóricas, que, por sua vez, também contribuem para sua construção. Mas este espaço não se abre para a pesquisa sobre economia solidária sem que se apresentem vários desafios.

Em termos epistemológicos, estes desafios traduzem-se na potencial contribuição a uma “sociologia das ausências” que critica a produção de realidade não-existente por parte do pensamento hegemônico, e a uma “sociologia das emergências” que se abre à consideração de realidades ainda incipientes.¹ Ambas dialogam com matrizes importantes para a pesquisa sobre economia solidária, como a crítica ao reducionismo utilitarista nas ciências sociais e o resgate das relações entre econômico e social por meio de abordagens sociológicas da economia.

Em termos metodológicos, trata-se de redefinir concepções sobre o olhar do “pesquisador militante” – aquele que participa e partilha do projeto social e político de seu campo de estudo – de maneira que o seu envolvimento não seja um fator que comprometa a pesquisa, mas que, ao invés, possa enriquecê-la. Isso não significa deixar de lado a objetividade e a crítica – horizontes obrigatórios para a pesquisa – mas sim explicitar ao máximo trajetórias e pressupostos que contam na percepção e interpretação da realidade observada.

¹ Os conceitos de “sociologia das ausências” e “sociologia das emergências”, formulados por Boaventura de Sousa Santos (2006a), serão apresentados e discutidos na segunda seção deste texto.

Aqui se pretende abordar algumas destas questões e desafios. A primeira seção descreve brevemente os principais elementos conceituais e empíricos que caracterizam a diversidade da economia solidária, em particular no Brasil. A segunda seção aborda desafios de ordem epistemológica para a construção do conhecimento sobre a economia solidária, resgatando o contexto de ruptura entre social e econômico que marcou a invalidação destas práticas bem como do conhecimento sobre elas, e discutindo o renovado interesse por estas formas econômicas no âmbito de uma reemergência de abordagens sociológicas da economia e de perspectivas críticas ao pensamento único que contribuem com pistas para avançar em relação a estes desafios. A terceira seção trata de desafios de ordem metodológica para se fazer pesquisa em economia solidária, em particular os dilemas da relação entre ciência e política que também estão na origem das próprias ciências sociais. As autoras partem desses debates para se debruçarem, na seção final, sobre desafios enfrentados em suas respectivas pesquisas de doutorado, sobre duas experiências brasileiras iniciadas em 2003 e fortemente interligadas: o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, principal instância de articulação da economia solidária no plano nacional, e a política pública de economia solidária em âmbito federal.

1. Economia solidária: um campo teórico e empírico em construção

O conceito de *economia solidária* vem sendo utilizado para se referir a uma grande diversidade de atividades econômicas organizadas segundo princípios de solidariedade, cooperação e autogestão, seja pela recriação de práticas tradicionais, seja pela emergência de formas inovadoras. Como tipo ideal de organização econômica solidária pode-se considerar a chamada cooperativa de produção, que pertence coletivamente aos próprios trabalhadores que nela produzem e é democraticamente gerida por eles.² No caso das iniciativas recentes, muitas funcionam efetivamente como cooperativas de trabalhadores, com maior ou menor grau de formalização; outras não são cooperativas, mas também podem

² Em outros países, como França e Inglaterra, a *cooperativa de produção* é também chamada de *cooperativa de trabalho* (*coopérative de travail*) ou de trabalhadores (*worker's co-operative*), mas no Brasil o segundo termo está mais associado às cooperativas cuja atividade é a prestação de serviços (limpeza, jardinagem, transporte etc.). O termo *cooperativa de produção* também pode ser empregado para distinguir uma atividade coletiva de produção de bens ou serviços de uma associação de trabalhadores independentes que utilizam em comum certos serviços ou equipamentos. Outras formas históricas de cooperativa são as de *consumo*, *crédito*, *distribuição e seguros*. Para um histórico do movimento cooperativista, e da origem do cooperativismo como doutrina sistematizada, ver Cole (1944), Birchall (1997) e Craig (1993).

ser consideradas formas econômicas de produção e reprodução ampliada de meios de vida,³ regidas por princípios solidários. No Brasil, por exemplo, a diversidade da economia solidária abriga desde grupos informais de costura ou artesanato até fábricas recuperadas por operários em sistema de autogestão, ou redes e cadeias produtivas (mel, algodão, metalurgia etc.), passando também por cooperativas urbanas de serviços, cooperativas de agricultura familiar em assentamentos da reforma agrária, ou organizações de finanças solidárias, entre outros.⁴

Muitas destas formas diversas vêm se identificando como economia solidária, motivando diferentes representações teóricas – no Brasil e em outros países –, ao mesmo tempo em que também suas práticas são alimentadas por estas representações, em uma mútua construção entre teorias e realidades. Iniciativas e organizações com características de economia solidária podem inclusive se reconhecer sob outras designações, daí porque vale distinguir os debates conceituais sobre a economia solidária daqueles sobre conceitos que com ela se confundem, de acordo com diferentes contextos (principalmente os conceitos de *economia social* na Europa e no Quebec, *economia popular* na América Latina, e *terceiro setor* nos EUA).⁵ Assim, a economia solidária pode ser considerada como um campo conceitual ainda em construção, a exemplo do que se passa no próprio campo das práticas e lutas sociais, políticas e econômicas. Neste texto, fazemos referência sobretudo a como se dá esta construção teórica e empírica no Brasil, sem deixar de mencionar os demais contextos a título contrastivo.

No Brasil, alguns dos debates mais freqüentes em torno da economia solidária no plano empírico se refletem também no plano teórico, como por exemplo:

³ O termo “reprodução ampliada da vida” foi inicialmente introduzido por Coraggio (1994; 2000) para descrever processos e práticas que, para além da satisfação de necessidades básicas, no sentido de recriação das condições do chamado “trabalho produtivo”, também visam a melhoria generalizada e contínua da qualidade de vida de todos os membros. No caso da economia solidária, o termo reforça os objetivos mais amplos destas organizações econômicas, que seriam norteados pela primazia do ser humano e pela lógica de reprodução da vida, em contraposição à primazia dos objetivos de acumulação e lucro nas empresas de tipo capitalista.

⁴ O primeiro retrato nacional deste campo tão heterogêneo ainda é muito recente, tendo sido completado em 2007 e abrangendo 52% do território nacional. Nele foram identificados como economia solidária quase 22 mil iniciativas e empreendimentos solidários, dos quais participam 1,7 milhão de trabalhadores/as. Para um panorama de experiências brasileiras, ver coletâneas organizadas por Singer e Souza (2000), Gaiger (2004), França Filho e Laville (2004), Souza, Cunha e Dakuzaku (2003), e artigos da coleção organizada por Santos (2002a). Para os dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), ver <www.sies.mte.gov.br>.

⁵ Sobre diferenças entre estas abordagens, ver França Filho (2002) e França Filho e Laville (2004).

- a *autogestão* como elemento central de identificação e auto-identificação da economia solidária (diferentemente da economia solidária na Europa, apesar de raízes comuns de pensamento associativista).
- convergências e diferenças entre *economia solidária e cooperativismo “tradicional”*, geralmente ligado à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), englobando principalmente grandes cooperativas agrícolas ou de serviços que reintroduziram a divisão capital-trabalho. Aqui, uma analogia é possível com o debate sobre a possível degeneração da *economia social*, na França e em outros países com tradição associativista e cooperativista, como Itália ou Espanha. Nestes países europeus, o debate teórico predominante se dá entre as duas concepções, que coexistem e às vezes se confundem, mas ainda são distintas (apesar dos esforços para construir sua complementaridade). Segundo Jean-Louis Laville (2001), este debate remete as iniciativas atuais de economia solidária às práticas de ajuda mútua e autogestão das experiências associativas do século XVIII, que teriam lançado as bases originais de um projeto político e foram reprimidas, mas cujas características pioneiras teriam permanecido nos estatutos jurídicos obtidos desde o século XIX e regulamentados como economia social. O ressurgimento da economia solidária, no rastro dos novos movimentos sociais europeus, teria se dado em parte para questionar uma economia social em vias de se afastar dos ideais cooperativistas de igualdade e democracia, em nome de competência técnica e competitividade no mercado.⁶
- convergências e diferenças entre *economia solidária e economia popular*, que não são conceitos equivalentes: nem toda economia popular é economia solidária, embora uma grande parte da economia solidária no Brasil se

⁶ Entre os principais autores europeus, ver as coletâneas organizadas por Laville (2000, 2004a), Borzaga e Defourny (2001), Evers e Laville (2004), Nyssens (2006). Na Europa, o debate sobre economia social e solidária (e, mais recentemente, sobre as chamadas “empresas sociais”) se define também em distinção à abordagem do “terceiro setor” nos Estados Unidos e outros países anglófonos, contribuindo para a construção de uma noção européia de “terceiro setor” própria aos países europeus. A concepção de “setor não-lucrativo”, predominante nos EUA (onde diferentes organizações civis, incluindo os sindicatos, são tidas como fruto de uma mesma gênese associativa) distingue-se da concepção de economia social nos países europeus. Nestes, a diferenciação predominante se daria não entre entidades lucrativas e não-lucrativas, mas entre sociedades capitalistas e organizações de economia social, o critério sendo “a existência de regras estatutárias que garantem o princípio geral de não-dominação do capital” (Laville, 2001: 40). Por outro lado, no Canadá (particularmente na província de Quebec), o debate se aproxima mais da abordagem européia de economia social e economia solidária (Lévesque *et al.*, 2001).

situe no campo da economia popular. Mas o laço conceitual permanece fortemente presente, aliás como em outros países da América Latina, onde a economia solidária tem sido interpretada como resistência dos setores populares à crise estrutural do trabalho e ao recuo das políticas sociais, por meio de iniciativas autônomas de sobrevivência e trabalho (Razeto, 1984; 1990; Gaiger, 1996; 2004; Coraggio, 1994; 2000), ou como formas opostas ou alternativas ao modelo capitalista por envolver setores do trabalho e não do capital (Coraggio, 2000; 2004; Razeto, 1999).⁷ Em parte, este caráter alternativo é interpretado como resposta da tradição socialista de base associativa e autogestionária ao colapso do socialismo real (Singer, 1998; Nuñez, 1998). Outros são mais cautelosos em admitir a economia solidária como alternativa ao capitalismo, por conta da permanência de contradições internas (Quijano, 1998; Coraggio, 2000), e a grande maioria dos autores também reconhece que o trabalho associado autogestionário *não* é a única opção dos setores populares para a crise do trabalho (há também o trabalho autônomo individual ou a unidade produtiva familiar). Neste caso, a economia solidária propriamente dita seria apenas uma parte da economia dos setores populares – daí a expressão *economia popular solidária* para marcar esta especificidade, muito utilizada em algumas localidades do Brasil.

– convergências e diferenças entre *economia solidária* e *economia informal*, que tampouco são conceitos equivalentes, embora uma parte significativa da economia solidária no Brasil (e em outros países pobres ou em desenvolvimento) seja informal, segundo os critérios mais frequentes para definir a informalidade, como a ausência de registros oficiais etc. Mesmo para as políticas públicas, a ausência de formalização das organizações não é um critério para defini-las como economia solidária ou não: o que se considera é o efetivo funcionamento coletivo e autogestionário, independente dos grupos serem informais (de fato, estes correspondem a 36,5% dos empreendimentos econômicos solidários identificados no SIES 2005/2007), ainda que em geral estes sejam também os mais frágeis.

⁷ Em todas estas abordagens – não excludentes, mas sim complementares – de empreendimentos solidários como potencial alternativa ao modelo econômico predominante, observa-se grande influência das agências de apoio à economia solidária (sindicatos, universidades, etc.). Segundo Gaiger (2005), a capacidade destes agentes externos de colocar em prática instrumentos pedagógicos e materiais pode ser determinante para fazer com que experiências populares passem da lógica de preservação e sobrevivência a uma lógica de emancipação social e econômica.

Estes são apenas alguns dos debates em torno das práticas de economia solidária, mas que demonstram que, no Brasil como em outros países, o conceito de economia solidária tem sido objeto de disputas – não só na esfera das práticas como também na dos conhecimentos – para se estabelecer como campo reconhecido de ações e ideias.

No meio da diversidade de práticas e de suas representações teóricas, é possível identificar características principais que indicam relações baseadas na solidariedade e na democracia em duas dimensões: *econômica* (socialização da riqueza e dos resultados da atividade econômica) e *política* (gestão compartilhada da atividade econômica).⁸ Em nossas respectivas pesquisas sobre a economia solidária no Brasil, estas características são frequentemente reforçadas nos principais discursos e documentos do movimento organizado de economia solidária, e também constituem referências para a definição de políticas públicas, tendo sido consolidadas nos debates conceituais que originaram os critérios do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES).⁹

A partir da análise destes referenciais empíricos, podemos ressaltar três características principais para o reconhecimento e o auto-reconhecimento dos empreendimentos e iniciativas solidárias no Brasil, e que são ao mesmo tempo características descritivas e normativas, realidade presente e horizonte futuro para a economia solidária:

⁸ Estas mesmas dimensões são ressaltadas por vários outros atores e estudiosos da economia solidária, que também apontam o imbricamento entre ambas para que a economia solidária se concretize (Dacheux e Laville, 2003; Fraisse, 2004).

⁹ De acordo com os critérios de definição do SIES, os Empreendimentos Econômicos Solidários são organizações a) coletivas, suprafamiliares, singulares ou complexas; b) formadas por trabalhadores que exercem coletivamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados; c) permanentes (não são práticas eventuais), seja funcionando ou em processo de implantação com grupo constituído e atividades econômicas definidas; d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal; e e) que realizam atividades econômicas (produção de bens, prestação de serviços, fundos de crédito, comercialização e consumo) que são a razão primordial de ser da organização. Alguns destes critérios procuram ser inclusivos para abarcar as várias formas existentes (por exemplo: diversidade de atividades econômicas; diversidade de registros legais e mesmo existência informal etc.), outros procuram garantir a especificidade da economia solidária (por ex: organizações de natureza primordialmente econômica; permanentes; de caráter suprafamiliar; formadas e dirigidas por trabalhadores; presença minoritária de trabalhadores não-sócios etc.). Ver SENAES/MTE (2004a).

1) sua natureza *econômica*: são atividades primordialmente ligadas à produção e reprodução de meios de vida, seja produção de bens, prestação de serviços, consumo, comercialização, trocas, ou crédito e finanças;

2) sua natureza *coletiva e associativa*: trata-se do “fazer junto” dentro da atividade econômica – não necessariamente produção conjunta, mas também outras formas possíveis, como produção individual e comercialização coletiva, produção coletiva e comercialização individual, compras conjuntas de factores de produção, propriedade e uso coletivo de um equipamento etc.;

3) sua natureza *autogestionária*: remete à superação da divisão interna entre capital e trabalho, entre “patrão” e “empregado” – ou, no caso em que há trabalhadores não-sócios (15% dos empreendimentos econômicos solidários identificados no SIES 2005/2007), o número não podendo ser muito significativo diante daquele de membros associados.

Dado este contexto de diversidade de práticas e interpretações teóricas sobre elas, e a mútua construção entre realidade e teoria, e tendo explicitado brevemente o que em nossas pesquisas entendemos como características principais para se definir a economia solidária, quais seriam os principais desafios para se fazer pesquisa neste campo?

2. Por que fazer pesquisa sobre economia solidária? contribuição para uma “sociologia das ausências”

A pesquisa em economia solidária ocupa-se das formas econômicas de caráter associativo e autogestionário, o que exige olhar simultaneamente, e de modo indissociável, para a dimensão sociopolítica e a dimensão socioeconômica destas iniciativas. No entanto, aqui nos confrontamos com um primeiro obstáculo para abordar um objeto de estudos como este. De fato, por muito tempo, a sociologia teria deixado de se ocupar dos fatos econômicos ou, quando o fazia, era apenas para tratar dos impactos da economia sobre o social (sociologia do trabalho, da saúde, da violência etc.). Por outro lado, a economia, que nasceu como “economia política”, teria rompido com preocupações de ordem moral, filosófica e política na sua passagem para se tornar uma “ciência econômica”. Neste quadro, um objeto como a economia solidária não aparecia nos estudos ou só o fazia de modo marginal.

Se o “longo século XIX” de que fala Hobsbawm assistiu inicialmente à “Era das Revoluções”, quadro no qual também emergiram na Europa – em particular França e Inglaterra – práticas pioneiras de associativismo econômico cujo projeto político de organização com base em princípios de solidariedade e

autogestão estaria na raiz da economia solidária, em seguida, durante a “Era do Capital”, estas práticas teriam sido reprimidas ou esquecidas, ainda que não completamente.¹⁰

Tomando como base a periodização de Ferraton (2007), que estudou a história de associações e cooperativas na França, a fase que vai de 1830 a 1852 teria sido particularmente fértil para a emergência de novas formas de organização de trabalhadores, com a tomada de consciência sobre a chamada “questão social” – expressão das contradições entre capital e trabalho. As iniciativas de associativismo econômico – ancestrais das futuras cooperativas de produção – que surgiram nesta época (mesmo com a proibição às associações profissionais impostas pela lei Le Chapelier de 1791 contra as corporações do Antigo Regime) refletiam e denunciavam as desigualdades produzidas pelo capitalismo e a nova pobreza das classes de trabalhadores na sociedade industrial nascente. É interessante destacar os fortes laços iniciais entre movimento operário e as primeiras experiências de mutualismo e associativismo, unindo ajuda mútua e autogestão da atividade produtiva com reivindicações sindicais e políticas. As associações operárias se multiplicaram nesta primeira metade do século, atingindo o auge nas revoluções de 1848. Tratava-se de um período de ausência de direitos sociais e do trabalho, em que, como descreve Castel em sua clássica obra sobre a construção da sociedade salarial, o assalariamento ainda era percebido como condição indigna de exploração, enquanto a associação operária seria “portadora de uma outra concepção do social, cuja realização passa pela constituição de coletivos, instituindo relações de interdependência entre indivíduos iguais” (Castel, 1998: 340). Mas estas formas de organização coletiva de trabalhadores foram rapidamente consideradas como ameaçadoras à ordem social e aos poderes estabelecidos, sofrendo forte repressão física e jurídica a partir do golpe de Estado de 1851.

¹⁰ No início do século XIX, estas raízes estão presentes principalmente em países da Europa, onde surgirão as primeiras cooperativas de consumo (Inglaterra), de crédito (Alemanha), e, principalmente, de produção ou de trabalho (França). Já no contexto da América Latina, as poucas iniciativas à margem do modelo colonial de grandes propriedades agrícolas em geral se limitaram a grupos de colonos organizados de forma coletiva sob a influência das revoluções democráticas da época (ainda que estas não tenham aqui chegado), não tendo a mesma dimensão de organização operária que as experiências européias. Falta, porém, maior aprofundamento no estudo de possíveis contribuições das matrizes econômicas de base coletiva ou comunitária dos povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas etc.) para as experiências de economia solidária nos países latino-americanos.

Entre 1863 e 1928 seriam lançadas as bases para a posterior construção do Estado de Bem-Estar Social, estruturado – como em outros países europeus – sobre os pilares da democracia e da economia de mercado. Apesar da permanência da questão social nesta segunda metade do século XIX, o debate se desviaria das propostas de organização em contraposição ao modelo capitalista para concentrar-se, como mostra Procacci (1993), na ideia de gestão da pobreza (e não de luta contra a desigualdade). Com isso, há uma passagem do tema da democracia para o da filantropia, o que também se revela nos diferentes sentidos atribuídos à solidariedade e suas práticas.¹¹ Se em um primeiro momento teria havido um questionamento mais amplo de como se organizar em formas sócio-econômicas, verifica-se a seguir uma separação cada vez maior entre questões de ordem econômica e de ordem social, entre as ideias de “associação” e “economia”. O associativismo operário das épocas precedentes perde em parte seu sentido original, passando a voltar-se mais para outros objetivos no seio sindical, em torno das políticas do nascente *Welfare State*, ao mesmo tempo em que os laços entre cooperativismo e sindicalismo tornam-se cada vez mais tensos. Por outro lado, também é neste período que, aos poucos, práticas de organização econômica são retomadas (o termo associação sendo substituído progressivamente pelo de cooperação) e se institucionalizam na Europa por meio dos estatutos jurídicos da economia social tal como a conhecemos hoje,¹² que sinalizam ao mesmo tempo a “morte” e o fruto daquele movimento associativista. Nas décadas seguintes, muitas destas organizações iriam se dissociar cada vez mais do projeto original de cunho político alegando a sobrevivência na economia de mercado, correndo assim o risco de degeneração ou “isomorfismo

¹¹ Por exemplo, as “oficinas (*ateliers*) sociais” propostos por Louis Blanc (junto com Saint-Simon, um dos defensores pioneiros da forma associativa) *acabariam* deturpados em “oficinas (*ateliers*) nacionais”, destinados principalmente à reabsorção artificial dos desempregados e, segundo Castel, “mais parecidos com as oficinas de caridade do Antigo Regime do que com um verdadeiro sistema público de organização do trabalho” (1998: 348). Para uma discussão entre *solidariedade filantrópica e solidariedade democrática*, ver Chaniel e Laville (2002).

¹² Principalmente *cooperativas, associações e mútuas*, e, mais recentemente, também *fundações* e outras formas específicas, como *sociedades laborales* (Espanha), *empresas sociais* ou *cooperativas sociais* (Bélgica, Itália), *sociedades cooperativas de interesse coletivo* (França), entre outros (ver os artigos reunidos em Laville, 2004a). Para uma tipologia de países segundo grau de consolidação da economia social, ver Chávez *et al.* (citado por Coraggio, 2004: 185-6): segundo eles, França, Espanha e Bélgica são os três países onde a economia social está estabelecida; nos demais, ou ela está emergindo, ou se define como terceiro setor ou setor não-lucrativo.

institucional” – para usar o termo de DiMaggio e Powell (1991) caro aos críticos da economia social.¹³

Se este resgate histórico mostra que, no plano empírico, a possibilidade de uma economia fundada sob o signo de uma solidariedade de caráter democrático foi sendo progressivamente invalidada (tendo sobrevivido apenas parcialmente em termos de princípios), no plano epistemológico teria ocorrido movimento similar: de modo geral, estas temáticas e experiências acabaram virando objeto de conhecimento científico apenas marginal, isto quando não eram ignoradas completamente. O duplo movimento – teórico e empírico – de invisibilização das formas econômicas solidárias ocorre num contexto mais amplo de transformação, onde teoria e realidade se moldam mutuamente: a ruptura entre econômico e social que caracteriza a própria modernidade, calcada em construções operacionais como a ciência econômica e a economia de mercado.

Apesar desta ruptura, e a despeito do que veicula a história econômica oficial, a evolução das ideias econômicas sempre esteve profundamente ligada à das ideias políticas, desde sua origem como economia política, como mostraram autores do porte de Albert Hirschman (1979; 1992) e Amartya Sen (1987). Ao longo do séc. XIX, as querelas metodológicas na economia terminaram com a predominância da teoria neoclássica, que se tornou a economia “ortodoxa”. Paralelamente à consolidação da economia como ciência, dava-se a emergência da sociologia enquanto disciplina, fortemente vinculada à compreensão da nascente sociedade industrial, projeto central de seus fundadores. Jerome Gauthié (2004), que vem se debruçando sobre as fronteiras entre economia e sociologia, lembra que foi especialmente a partir dos anos 1950 que se aprofundou a distância entre

¹³ As práticas de economia solidária não surgem na América Latina no mesmo contexto que na Europa, ainda que na construção de sua identidade também façam referência às raízes europeias do associativismo e da autogestão. Além disso, a demarcação destas práticas em relação a políticas sociais e do trabalho também não se constrói da mesma forma, e a própria existência de um *welfare state* nos países em desenvolvimento ainda é controversa. No Brasil, autores como José Murilo de Carvalho mostram que a construção da cidadania obedeceu a seqüência histórica diferente da clássica tipologia de T. S. Marshall de direitos civis, políticos e sociais, sendo marcada pela desigualdade desde a origem. Nesse sentido, tornou-se clássica a análise de Wanderley Guilherme dos Santos sobre a introdução dos direitos sociais dos trabalhadores pelo Estado autoritário de Vargas (1930-1945), configurando o que ele conceituou como “cidadania regulada”, ou seja, o acesso desigual aos direitos, definido por um sistema de estratificação ocupacional. Outros direitos só foram garantidos a partir da Constituição de 1988, quando os próprios modelos europeus já enfrentavam questionamentos e crises. É nesse contexto de *welfare state* tardio ou incompleto que a economia solidária vai emergir a partir da década de 1990.

ciências sociais e ciências econômicas. A sociologia passou a se especializar em vários sub-ramos, tornando-se – na expressão de Albion Small (*apud* Granovetter e Swedberg, 2001) – a “ciência dos restos”, isto é, tudo o que a economia não estudava: família, religião, crimes etc. Nas décadas seguintes, ganham força os pressupostos da teoria da escolha racional – extensão do quadro da economia neoclássica – também dentro das ciências sociais. Na economia, este mesmo período marca a ascensão dos neoclássicos como paradigma dominante (com a Universidade de Chicago como expoente, tendo à frente Friedman, Hayek e outros) e o começo do declínio dos institucionalistas, que teriam mais vocação para a ponte entre as duas disciplinas. É neste contexto que se desenvolve o que Gauthié chama de “imperialismo beckeriano”,¹⁴ conformando-se uma realidade em que não só a teoria da escolha racional tem a pretensão de explicar a totalidade de comportamentos sociais, como, mais do que isso, tem a capacidade de tornar verdade aquilo que teoriza, influenciando comportamentos macro e microeconômicos em exemplos que vão desde as políticas públicas até as ações individuais, e contribuindo para que a economia assuma uma autonomia assustadora em relação aos demais aspectos da vida – o que talvez se torne radicalmente evidente neste momento em que imensa crise se anuncia no coração do capitalismo, em especial nas configurações que ela assume em termos de sua percepção entre as pessoas.

Como reação ao imperialismo econômico também emergem perspectivas críticas, e a pesquisa sobre a economia solidária se inscreve neste quadro mais amplo de duplo questionamento: de um lado, questionar a economia enquanto

¹⁴ O termo de Gauthié faz alusão à expressão “imperialismo econômico”, que tem sido associada ao nome do prêmio Nobel de Economia Gary Becker, célebre por defender a extensão dos pressupostos da economia neoclássica para outras áreas (crimes, família, religião, preconceitos etc.). Mas o imperialismo econômico já estaria presente na clássica definição de Robbins – que acabaria se impondo inclusive às ciências sociais – da economia enquanto ciência que estuda o comportamento humano enquanto relação entre fins e meios escassos. Segundo Gauthié, nesta definição, depois retomada e aprofundada por Friedmann e Becker, a racionalidade tem uma dimensão positiva e, sobretudo, normativa, “a economia podendo aparecer portanto como a ciência de ajuda à decisão. Esta ambiguidade (entre positividade e normatividade), veremos, permanece no coração da abordagem beckeriana” (*apud* Gauthié, 2004: 7), nossa tradução). Já Lazear, em artigo de 2000 citado por Gauthié e intitulado precisamente “Imperialismo Econômico”, argumenta que os modelos econômicos hegemônicos influenciam diretamente os atores ao lhes fornecer conceitos que eles mesmos transformam em categorias operativas, indicando o comportamento ótimo a ser adotado: “a normatividade do discurso econômico precede assim, de certa forma, sua positividade: ao fazer acontecer o que ela modeliza, a teoria econômica pode adquirir *ex post* uma validade empírica” (*ibid.*: 20).

suposta esfera desvinculada da vida social, cultural, política, moral etc., contribuindo para negar a existência de formas que não se enquadram nos princípios de mercado estabelecidos como única lógica econômica; de outro, questionar a própria teoria econômica, por postular como verdade tal desvinculação, reduzindo a economia à lógica do mercado e tornando invisíveis outras formas e princípios de organização econômica.

Este duplo questionamento está presente com força na literatura sobre economia solidária e temas afins – seja nas contribuições para uma noção de hibridação de economias inspiradas por obras como as de Mauss e Polanyi (Laville, 2004b); no desafio de estabelecer uma nova sociologia econômica ou pelo menos de “pensar a economia de um modo diferente dos economistas” (Laville e Catanni, 2005); ou ainda, na crítica ao utilitarismo e reducionismo economicista nas ciências sociais, alertando para a necessidade de reatar laços entre os pensamentos social, econômico e político (Caillé, 1993; 1998; 2002).

Em particular, e sobretudo no debate europeu (mas não só), verifica-se um forte resgate das contribuições teóricas de Marcel Mauss e Karl Polanyi, que convergem em sua crítica ao reducionismo da análise utilitarista e na convicção sobre a realidade plural da economia e sua profunda relação com o social e o político. Ambos buscaram desnaturalizar a concepção dominante de economia, mostrando a diversidade de princípios de produção e distribuição e das formas de propriedade (Laville, 2004b).

Mauss (2003) desafiou os fundamentos econômicos de que toda relação humana teria origem na troca utilitária, ao sugerir em seu *Ensaio sobre a Dádiva* (1923-4) que, em muitas sociedades arcaicas, a circulação de presentes, palavras ou mulheres se daria sob o princípio da dádiva ou dom, argumentando que o que estaria aí em jogo, muito mais que a troca de objetos ou pessoas, seria a própria construção de relações sociais (de aliança ou de rivalidade) – exatamente o que as tornaria possíveis enquanto sociedades. A importância atual das ideias de Mauss viria de sua conclusão de que o dom não só fundamentaria as sociedades não-ocidentais, como também estaria presente nas modernas sociedades ocidentais, ainda que em menor grau. Suas contribuições vêm sendo resgatadas principalmente pelos intelectuais reunidos no MAUSS (sigla em francês para *Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais*), que aprofundam a crítica ao reducionismo econômico e ao racionalismo instrumental nas ciências humanas, mas também, de modo mais propositivo, esboçam um “paradigma do dom”. Segundo eles esta é a alternativa capaz de conciliar o que os dois grandes paradigmas sociológicos – holismo e individualismo metodológicos – não teriam logrado,

por se mostrarem extremamente limitados a apenas uma ou outra dimensão de uma realidade que é na verdade plural, paradoxal e irreduzível a apenas uma única dimensão, como o interesse ou a obrigação.¹⁵

Polanyi criticou os fundamentos históricos e filosóficos do liberalismo econômico ao mostrar que o capitalismo seria espécie de anomalia histórica. Isso porque, enquanto os sistemas anteriores encontravam-se imersos ou encastrados (*embedded*) nas relações sociais, com a ascensão e consolidação do sistema capitalista se deu o inverso: as relações sociais passaram a ser definidas pelas relações econômicas. Esta teria sido a “grande transformação” (Polanyi, 2000) ocorrida a partir da Revolução Industrial no século XVIII: não só o capitalismo tornou invisíveis as normas sociais e obrigações comunitárias de reciprocidade e redistribuição – que, até então na história humana, haviam sido, segundo Polanyi, muito mais frequentes do que as relações de mercado –, como acabou por substituí-las quase que completamente. Reconhecendo o significado da subsistência (*livelihood*) para o ser humano,¹⁶ ele analisou criticamente a ruptura entre os dois significados da economia: de um lado seu significado meramente formal (relação entre meios e fins), de outro seu significado substantivo, “vivente” (relação entre os humanos e os meios naturais de onde extraem sua subsistência) (Polanyi, 1977). Esta ruptura acabaria por resultar em uma das características da economia moderna: a confusão entre a economia em sua pluralidade e apenas um de seus princípios, a economia mercantil – a ponto de gerar a autonomização da esfera econômica e sua assimilação pelo mercado (Laville, 2004b). Outro traço consolidado da economia moderna segundo Polanyi seria a identificação do mercado a um mercado auto-regulador, apoiando-se no pressuposto do indivíduo racional-maximizador para negar que também no mercado os elementos de integração advêm de processos institucionalizados, organizados socialmente (Laville, 2004b). Para Polanyi, ao invés, cada um dos princípios sugeridos em sua

¹⁵ Entre o grupo de intelectuais diretamente ligados ao MAUSS, destacam-se Caillé (1998; 2002), Godbout (2000), Chaniel (2001). Vários autores proeminentes nas ciências humanas e na filosofia já colaboraram na *Revista do MAUSS* (fundada como boletim em 1981), como Claude Léfort, Cornelius Castoriadis, Chantal Mouffe ou Mary Douglas. Para uma introdução às relações entre dom e economia solidária, ver França Filho e Dzimirá (2000).

¹⁶ Embora o termo subsistência seja comumente utilizado na tradução de *livelihood*, talvez seja impreciso para o sentido da expressão em Polanyi, que, ao tratar do sentido substantivo do termo “econômico”, enfatiza que os meios para a subsistência podem ser materiais, mas não necessariamente as demandas humanas o são: “*the means, not the wants, are material*” (Polanyi, 1977: 20).

tipologia (reciprocidade, redistribuição, troca mercantil) pode ser encontrado simultaneamente em todas as sociedades, inclusive modernas.

Mais recentemente, a abordagem de Polanyi tem sido resgatada por autores que enfatizam que mercados não são esferas autônomas da sociedade, mas, ao invés, o social e o econômico estão profundamente imbricados. Na verdade, não se trata de mais uma especialização dentro da sociologia, mas sim de resgatar o próprio projeto sociológico original, já que a tarefa de (re)construir uma ponte entre as abordagens sociológica e econômica remonta, bem antes de Polanyi, aos clássicos da sociologia: Karl Marx e, de modo mais sistemático, Émile Durkheim e Max Weber.

Marx foi o primeiro grande questionador da teoria econômica em termos sociológicos, contribuindo para se compreender a economia como fato e como ciência. Enquanto para Adam Smith e Ricardo a riqueza de determinada economia se fundamentaria no valor atribuído aos produtos segundo a quantidade e produtividade do trabalho, Marx trouxe à tona as relações sociais implicadas no modo de produção. Aprofundando a análise da teoria do valor e considerando o sistema de relações econômicas, sociais, políticas e ideológicas do processo de trabalho capitalista como objeto de estudo da economia, Marx estabeleceu o fundamento para uma ciência social privilegiando a totalidade, a história e os sujeitos desse processo, antes invisibilizados por meio do que ele chamou de “fetichismo”.¹⁷ Para Marx, mercados seriam o domínio por excelência das relações humanas fetichizadas, pura aparência e ilusão, por sua capacidade de fazer com que as coisas apareçam como o contrário do que são (competição como cooperação, exploração como liberdade, e assim por diante). Mas a suposta liberdade da economia de mercado não conduz necessariamente à ordem (antes de tudo, porque os homens *não* são livres), e neste sentido Marx teria sido pioneiro em sugerir que a economia só pode ser compreendida com base em relações sociais – ainda que esta compreensão seja também ela oriunda de uma análise economicista do sistema capitalista.

Weber abordou a economia de modo mais abrangente, usando o termo “economia social” para se referir a um campo multidisciplinar e definindo a

¹⁷ “O caráter misterioso provém da igualdade dos trabalhos humanos disfarçados sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores. A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total” (Marx, 2006 (1857): 94).

ação econômica no marco de sua teoria da ação social (orientada pelo comportamento de outros, possuidora de sentido, e levando em conta a dimensão do poder). Durkheim, embora se mantivesse mais crítico aos pressupostos teóricos e metodológicos da economia, contribuiu para que os fenômenos econômicos se tornassem objeto importante para a sociologia que então se firmava nas universidades européias, ao introduzir, ainda nos anos 1890, uma seção de “Sociologia Econômica” em *L’Année Sociologique*, e estimular colaboradores próximos a seguir estudos na área – dos quais o mais conhecido é provavelmente o ensaio de Mauss sobre o dom.¹⁸

Nas décadas seguintes, aprofundou-se a ruptura entre sociologia e economia já mencionada aqui, mas, desde os anos 1970, observa-se uma renovação do interesse mútuo entre ambos os campos de conhecimento. Smelser e Swedberg (1994) sugerem que, entre os sociólogos, isto teria se dado como reação a tentativas de economistas de aplicar de forma recriada pressupostos da economia neoclássica.¹⁹ Muitos destes autores – principalmente norte-americanos (Granovetter, 1973; 1974; 1985; Zelizer, 1979; 1994; Fligstein, 1990; Granovetter e Swedberg, 2001; entre outros) – filiam-se à chamada “nova sociologia econômica”.

Entre os europeus, as abordagens sociológicas da economia avançaram principalmente na França – segundo Swedberg (2004), sobretudo com a perspectiva

¹⁸ Embora a tradição de uma sociologia econômica tenha se originado quase ao mesmo tempo na Alemanha e na França, isso teria ocorrido de modo independente, sem maior diálogo. Para uma reconstrução destas raízes epistemológicas das relações (e ruptura) entre sociologia e economia, e desdobramentos contemporâneos a partir da retomada do diálogo, ver Smelser e Swedberg (1994).

¹⁹ Do lado da economia, o interesse pela perspectiva sociológica (e a psicológica) tem início com a chamada “nova economia institucional” e os modelos de economia “comportamentalista” – embora, como ressalva Gautié (2004), apesar dos esforços de diálogo, a sociologia enfrente certo desprezo mais ou menos explícito em relação à sua “falta de rigor científico” e a economia continue a ser considerada ciência dominante e única a poder teorizar sobre o funcionamento da sociedade, mesmo entre economistas anti-beckerianos (exemplo paradigmático do modo como ocorreu esta “fecundação” da economia pela sociologia seria o conceito de “capital social”, hoje adotado pelo Banco Mundial). Do lado da sociologia, um dos textos referenciais deste movimento de aproximação intelectual é o artigo de 1981 de Harold White (1981), sobre como mercados funcionam. Granovetter, aluno de White, é autor do texto sobre o problema da *embeddedness* que se tornou referência obrigatória, enquanto crítica às tentativas – como a “nova economia institucional” – de aplicar a economia neoclássica a áreas não-econômicas (Granovetter, 1985). O termo “nova sociologia econômica”, aliás, foi introduzido por Granovetter em declaração programática de 1990 (*apud* Swedberg, 2004). Destaca-se ainda a abordagem da sócio-economia, que vem sendo desenvolvida por Amitai Etzioni, radicado nos Estados Unidos.

estrutural de Bourdieu e a economia das convenções de Boltanski e Thévenot, mas é possível considerar ainda os autores do dom e da economia solidária, que, não por acaso, vêm resgatando a atualidade da obra de Polanyi e mantendo diálogo com abordagens como a nova sociologia econômica e a sócio-economia.²⁰

Todas estas recentes abordagens sociológicas da economia têm em comum a postura crítica em relação aos pressupostos da teoria econômica neoclássica, sugerindo que o mercado não funciona livre de outras dimensões como por exemplo cultura, poder, religião etc., e que, portanto, as explicações para a vida econômica devem considerar fatores como a influência de outros indivíduos e organizações e da estrutura social, o papel das instituições e das redes sociais, ou o acesso e os fluxos de informação. Além disso, elas convergem para a ideia de que a própria teoria econômica dominante tem sido determinante para a autonomização da esfera econômica em relação às demais esferas, daí a tentativa das abordagens sociológicas da economia no sentido de superar esta separação.

No entanto, é possível também vislumbrar divergências. Caillé e Laville (2008) enfatizam algumas delas ao compararem as ideias do próprio Polanyi com as de Granovetter, cujo texto de 1985 sobre o problema da *embeddedness* (inserção ou encastramento) – conceito-chave para Polanyi – é considerado como o marco inicial da “nova sociologia econômica” de matriz norte-americana. Embora a sociologia econômica dos “granovetterianos” avance no sentido de enriquecer a economia neoclássica por caminhos que ela não tinha percorrido, notadamente o das redes de relações sociais, sua ideia de *embeddedness* é mais limitada à concepção da economia inserida nestas redes e, em geral, privilegia o estudo de fenômenos do próprio mercado, como o funcionamento de sistemas financeiros, a procura de emprego, as redes de relações no ambiente corporativo etc. Para Caillé e Laville, se de um lado houve uma recente popularização do termo *embeddedness* a partir da obra de Granovetter, ao mesmo tempo isso correspondeu a um “deslocamento” (2008: 677) em direção a um olhar mais microsociológico, afastando-se assim da reflexão sobre as relações mais amplas entre economia e sociedade no centro do projeto original da sociologia. Ou seja, não se limitar a compreender o mercado de outra maneira, mas, ao invés, questionar o próprio papel desempenhado pelo mercado dentro da sociedade.

²⁰ Ver Laville e Lévesque (2000), Perret e Roustang (2003) e o pós-fácio de Caillé e Laville (2008) na recente edição francesa dos ensaios de Polanyi. Sobre o diálogo com a nova sociologia econômica e a sócio-economia, ver artigos de Swedberg e Granovetter (1994) e Etzioni (1990) publicados na *Revue du MAUSS*. Para uma síntese sobre abordagens sociológicas da economia nos EUA e na Europa, ver principalmente Lévesque *et al.* (2001) e Steiner (2006).

Este tipo de questão em geral não se coloca para Granovetter ou a maioria dos autores da “nova sociologia econômica”, embora estivesse na origem com Durkheim e Weber, e depois com Polanyi.²¹

É possível identificar uma parte da sociologia econômica – particularmente entre autores francófonos – que se filiaria à abordagem de cunho mais histórico e mais institucionalista do próprio Polanyi, indicando que ainda permanecem questões sobre o próprio funcionamento do mercado, e que se trata de ir além de uma sociologia econômica da economia de mercado, ou do que já é reconhecido como existente. No fundo, trata-se de reconhecer a existência de hierarquizações, feitas pela economia ortodoxa, que não dão conta de apreender outros objetos de estudo também presentes no cotidiano da economia, por exemplo as práticas de solidariedade e reciprocidade. Embora também integradas ao mercado, tais formas apelariam igualmente a outros recursos, racionalidades ou princípios, mas acabam não sendo consideradas a partir do momento em que a construção teórica da economia ortodoxa identifica “economia” como equivalente exclusivamente a “economia de mercado”. Segundo Caillé e Laville, a questão da inserção em Polanyi sublinha algo que os “granovetterianos” têm ignorado: “a crença no mercado como representação performativa da realidade” (2008: 579). Ora, para Polanyi a autonomização (*disembeddedness*) da economia revelaria um projeto político de dar ênfase a práticas que privilegiam a representação exclusivamente formal da economia – o que também nos remete à centralidade da dimensão política em sua abordagem, onde assumem lugar de grande interesse as próprias relações entre economia, democracia e totalitarismo. Assim, enquanto a nova sociologia econômica mais “ortodoxa” não se questionaria sobre o fato de que em algum momento pode haver uma apropriação do social pela economia, uma abordagem sociológica mais ampla da economia permitiria olhar de outro modo as relações entre economia e sociedade, reconstituindo estas relações historicamente. Ao enfatizar a natureza política dos processos de inserção/desinserção e criticar a redução da noção de *embeddedness* à de redes sociais, esta sociologia econômica mais institucionalista teria a tarefa de (re) integrar elementos hoje invisíveis, mas que também estão inseridos ou encastros – no sentido de Polanyi – dentro do conjunto da economia.

²¹ É interessante observar que, no pós-facio aos ensaios de Polanyi já citado, Caillé e Laville (2008) colocam o autor húngaro não só como herdeiro de Weber mas também de Marx – na contramão de interpretações que por muito tempo insistiram num suposto anti-marxismo de Polanyi. De fato, a própria “nova sociologia econômica” de matriz norte-americana dialoga muito com Weber, mas não com Marx.

A pesquisa sobre economia solidária guarda vínculos com estas diversas correntes ou escolas de pensamento (e em especial as de matriz francófona), que poderiam ser todas incluídas no que se define hoje como “sociologia econômica” – ainda que estas diferentes abordagens não se reconheçam como movimento único, e nem todas adotem este termo para se auto-definirem.²²

Apesar das divergências, as abordagens que recuperam e aprofundam o olhar sociológico acerca dos fatos econômicos têm se mostrado importantes em seu conjunto principalmente por conta de dois movimentos de crítica: primeiro, mostrar que não se pode compreender o todo da realidade social fazendo referência exclusivamente aos pressupostos da teoria econômica neoclássica; segundo, incorporar também outras formas econômicas comumente não consideradas.

Tendo presente tal reflexão, entendemos como necessário olhar para este quadro em termos mais amplos, buscando-se repensar epistemologias, adotar perspectivas críticas e potencializar questões que estão ausentes, como vem afirmando Boaventura de Sousa Santos (2006a, 2006b).

As diferentes leituras sobre o processo econômico implicam diferentes perspectivas de transformação (ou não) de sociedade. Assim como há uma carência teórica e epistemológica para se compreender práticas econômicas “marginalizadas”, percebe-se uma carência teórica, epistemológica e política para se pensar o conceito de *emancipação social*, que passa por crise e descrédito nas três últimas décadas. Mas, na contramão de leituras que inibem as possibilidades de transformação e, conseqüentemente, o potencial de emancipação, continuam surgindo e persistindo vários movimentos e práticas sociais de resistência à lógica do sistema vigente. Várias das próprias iniciativas de economia solidária – em particular aquelas mais organizadas e articuladas – têm sido emblemáticas no sentido da “reinvenção da emancipação social”.²³

²² Embora reconhecendo a importância destas referências teóricas para dialogar com as pesquisas em economia solidária em contextos empíricos diversos, caberia ainda discutir criticamente quais as possibilidades de aplicar abordagens desenvolvidas predominantemente na Europa e nos Estados Unidos ao caso de sociedades, economias e instituições políticas com as características da América Latina ou de outras regiões em desenvolvimento.

²³ “Reinventar a emancipação social: para novos manifestos” é o título do projeto realizado em seis países (África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia, Moçambique, Portugal) sob coordenação de Boaventura de Sousa Santos, sobre temas como sistemas de produção não-capitalista (*Produzir para Viver*) e democracia participativa (*Democratizar a Democracia*), e que deu origem aos sete volumes da coletânea de mesmo título (Santos, 2002-2009).

Segundo Santos, esses movimentos e experiências correm sério risco de serem invisibilizados, constituindo um “desperdício da experiência”. A possibilidade de alternativa à lógica neoliberal articula-se a partir de múltiplos atores sociais, muitos deles ocupantes de “ausência produzida”, totalmente excluídos dos privilégios epistemológicos da ciência moderna. Assim, haveria uma amplitude de experiências sociais que são pouco consideradas pela tradição científica ou filosófica ocidental, sendo que muitas das questões que não existem em nossa realidade são de fato produzidas como inexistentes. Contudo, a visibilidade das práticas de emancipação social depende de uma sociologia atenta ao que está emergindo de possibilidades alternativas. Reconhecer e validar as ausências do mundo é um compromisso da ciência aderente a dupla ruptura epistemológica (Santos, 1995; 2000): a primeira ruptura é a que a ciência fez com o senso comum, para constituir-se enquanto conhecimento diferenciado e rigoroso; a segunda é a ruptura com a própria ruptura, ou seja, voltar a hibridizar-se com o senso comum, considerando-o um saber importante e nele impactando com vistas a transformá-lo.

Assim, criticando a racionalidade moderna que chama de “indolente”, Santos propõe uma razão cosmopolita fundamentada em três procedimentos sociológicos: a “sociologia das ausências”, a “sociologia das emergências” e o “trabalho de tradução”.²⁴

²⁴ Estas elaborações são continuidades de uma teoria construída para dar conta da emergência de novos paradigmas e que resultou na discussão da ciência pós-moderna. Embora continue crítico da razão moderna “indolente” por desperdiçar as experiências que transcendem seus paradigmas, Santos é igualmente crítico das correntes que denomina de “pós-moderno celebratório” (2000: 37), que reduziriam a transformação social à repetição acelerada do presente e negariam a existência de grandes problemas herdados da modernidade ocidental (justiça, liberdade, igualdade, reconhecimento da diferença etc.). Estes problemas modernos permanecem insolutos segundo Santos, mas tampouco devem continuar a ser tratados dentro do paradigma da modernidade e, neste sentido, trata-se de estabelecer novas soluções, que apontam para um fazer ciência mais multicultural, mais crítico, que leva em conta outras sociedades, outras visões sobre os problemas enfrentados. Este “pós-modernismo de oposição”, como prefere Santos – embora mais recentemente evite o uso do termo “pós-moderno” (2006b: 27) –, propõe a existência de muitos futuros possíveis, inclusive eventuais versões democráticas de socialismo, expressando assim o projeto intelectual de reinvenção da teoria crítica e da própria emancipação social. Partindo assim de uma “racionalidade cosmopolita” – definida por sua amplitude de linguagens e sua absoluta recusa em excluir o diferente –, busca-se reconhecer e validar outras experiências (não ocidentais, não patriarcais, não capitalistas), a fim de expandir possibilidades do presente e de contrair o futuro, que passa a ser construído no presente.

A produção social das ausências resulta na subtração do mundo, na contração do presente e no desperdício da experiência. Para Santos, experiências sociais não hegemônicas seriam desperdiçadas por conta de seu descredenciamento axiológico, caracterizando um desprezo “do ignorante, do residual, do inferior, do local e do improdutivo” (2005: 23) que se reflete em determinados sujeitos e realidades de forma que estes não sejam considerados como alternativa à racionalidade dominante. Para transgredir e transformar as práticas e conhecimentos convencionais e hegemônicos, Santos questiona as lógicas que produzem ausências e propõe uma sociologia das ausências em substituição a estas lógicas: “ecologia dos saberes” (contra a monocultura do saber e do rigor científico); “ecologia das temporalidades” (contra a monocultura do tempo linear); “ecologia dos reconhecimentos” (contra a classificação social); “ecologia das trans-escalas” (contra a escala global); e “ecologia da produtividade” (contra a lógica produtivista). Comum a todas as ecologias é a ideia de que a realidade não pode ser resumida ao que está visível (Santos, 2006b).

Enquanto a “sociologia das ausências” move-se no campo das experiências sociais, a “sociologia das emergências” move-se no campo das expectativas sociais. As expectativas modernas eram grandiosas e abstratas, falsamente infinitas e universais. Mas repudiar essas características da modernidade não significa o niilismo: contra isso, Santos (2006b: 119) propõe uma nova “semântica das expectativas”, onde o aumento da expansão das experiências credíveis é diverso. Dessa forma, sugerem-se algumas possibilidades de reconhecimento de experiências diversas (de conhecimento, desenvolvimento, trabalho, democracia, comunicação) que precisam emergir e que condiz um equilíbrio entre experiências e expectativas. Por mais carentes que sejam as experiências presentes não significa que as expectativas não sejam cabíveis. A proposta da sociologia das emergências é olhar para a experiência como concreta antes mesmo de atribuir uma ideia de progresso e assim dilatar o presente e contrair o futuro.

Por fim, a “teoria da tradução” surge como contraponto à antiga pretensão a uma teoria geral, enquanto procedimento que permite criar a inteligibilidade recíproca entre experiências do mundo, entre diferentes saberes. Tendo presente a concepção de que não há um princípio único de transformação social e muito menos agentes históricos únicos, Santos (2005) assume uma posição político-epistemológica que se propõe a incorporar as complexidades, reconhecer as alteridades, ultrapassar as fronteiras, configurando a emergência de um conhecimento dialógico que expressa a voz e a vez de sujeitos sociais historicamente invisibilizados e tão diferentes entre si, a exemplo de movimentos

e experiências de luta pela terra, ou de afirmação de identidades (mulheres, indígenas, quilombolas etc.), ou de preservação da biodiversidade, ou ainda, as próprias iniciativas de economia solidária. A teoria ou trabalho da tradução consiste no reconhecimento de que existem muitos conhecimentos possíveis, além do conhecimento científico, que precisam ser visibilizados, sendo necessário um esforço de pesquisadores e ativistas para reconhecer estes diferentes saberes de modo a contribuir para formas híbridas de conhecimento emancipatório. A proposta do trabalho de tradução é tornar visíveis não só as múltiplas formas de resistências à opressão e dominação como também as aspirações que as animam, contribuindo para fazê-las dialogar entre si.²⁵

A economia solidária tem se destacado como uma experiência localizada que pode ser expandida. Uma postura epistemológica de inspiração similar à da “sociologia das ausências” permite ao pesquisador olhar para economia solidária como realidade contraditória, como dialética que está acontecendo. Não sabemos se a economia solidária será capaz de potencializar uma transformação na sociedade, mas o fato é que estes processos não podem ser silenciados ou desperdiçados. É por isso que é preciso considerar outras maneiras de entender e articular conhecimentos e práticas, individuais e coletivos, repensando conceitos ou mesmo construindo outros referenciais teóricos para dialogar com diferentes realidades.

Não é tarefa singela, como bem ilustra o exemplo dos conceitos de “eficiência” e “eficácia”, oriundos do quadro de pensamento econômico “ortodoxo” e amplamente utilizados também na análise destas formas econômicas de base solidária. Além do mais, o movimento da economia solidária envolve uma tal diversidade de práticas e conhecimentos que compromete a possibilidade de uma teoria geral que dê conta de sua organização, exigindo ao invés um processo de tradução que viabilize um diálogo entre as diferentes experiências (incluindo a do pesquisador) e qualifique a própria possibilidade de transformação.

²⁵ O sexto volume da coleção *Reinventar a Emancipação Social* (Santos, 2002-2009), intitulado *Vozes do Mundo*, tem a proposta de “concretizar a posição epistemológica de que são muitos os conhecimentos possíveis do mundo e que o conhecimento científico é apenas um entre eles”, ao reunir entrevistas (feitas entre 2001 e 2005) com ativistas ou líderes de movimentos, organizações ou práticas sociais analisadas no projeto *RES*, partindo da premissa de que a experiência de cada entrevistado pode enriquecer e colaborar com a luta de qualquer outro ativista e de que o acesso a estes diferentes tipos de saber (e o seu confronto com o conhecimento científico social) pode contribuir para enriquecer a discussão sobre os novos caminhos da emancipação social.

Mas a tradução não é via de mão única: trata-se não só de dar visibilidade ao conhecimento comum, traduzindo-o dentro da produção do conhecimento, fazendo conceitos científicos e incorporando-os à prática, mas de também os sentidos comuns traduzirem outros sentidos comuns e conseguirem dialogar com seus conceitos, com suas lutas. Aí residem justamente outras muitas dificuldades, não só para estabelecer convergências conceituais (e políticas) – projeto inalcançável, quiçá? – mas inclusive para dialogar com quem está “fora” do campo delimitado por dados conceituais, como, por exemplo, a economia dos povos indígenas ou a economia das comunidades quilombolas.

As práticas da economia solidária têm questionado as necessidades criadas pelo modo hegemônico de produzir e consumir, apresentando um contraponto ao processo capitalista e fazendo emergir dinâmicas sócioeconômicas e sóciopolíticas marginalizadas. Os fundamentos epistemológicos presentes na “sociologia das ausências” e na “sociologia das emergências”, assim como na crítica ao reducionismo utilitarista nas ciências sociais e do resgate das relações entre econômico e social por meio de abordagens sociológicas da economia, contribuem para indicar as bases para se apreender, no âmbito das ciências sociais, um projeto que se situa como contra-hegemônico, a exemplo da economia solidária. E é neste sentido que podem apontar caminhos para a compreensão de alguns dos desafios que se colocam não só para a produção do conhecimento científico sobre a economia solidária como também para que esta seja inclusive reconhecida como objeto de conhecimento.

3. Como fazer pesquisa sobre economia solidária? o ponto-de-vista do “pesquisador-militante”

Se, como vimos, muitos são os desafios epistemológicos para se construir saber científico sobre iniciativas como as de economia solidária num contexto onde, apesar de crescentes questionamentos, os instrumentos predominantes do fazer ciência ainda contribuem para naturalizar uma separação teórica e empírica entre econômico e social, a pesquisa sobre economia solidária também se confronta a todo momento com muitos desafios metodológicos, particularmente no que se refere às complexas relações entre política e ciência.

Muitos dos pesquisadores da economia solidária estão direta ou indiretamente envolvidos com as práticas e iniciativas dentro deste campo, seja como agentes das entidades de apoio, ou como agentes de políticas públicas, ou, mais raramente, como participantes de empreendimentos econômicos solidários.

No Brasil, o fato do interesse de pesquisa sobre economia solidária ter, em muitos casos, surgido paralelamente às atividades de extensão universitária de apoio à economia solidária desenvolvidas nas chamadas incubadoras universitárias de cooperativas populares²⁶ contribuiu para redefinir a relação do pesquisador com seu tema de pesquisa. Segundo Cruz e Santos (2008), a extensão passou a ser vista como um laboratório por excelência, onde a pesquisa acadêmica se coloca como busca sistemática de respostas às demandas sociais identificadas no processo de extensão. Esta relação entre pesquisa e prática se revelou também em outros espaços – sindicatos, movimentos populares, organizações da sociedade civil – e contribuiu para que diversos estudos sobre economia solidária viessem à luz, realizados por pesquisadores que, a partir da atuação nestas organizações, tiveram oportunidade de estudar experiências de grupos de produção, cooperativas, bancos comunitários, empresas recuperadas pelos operários em sistema de autogestão etc. Destas dinâmicas surgiram vários “pesquisadores militantes”, que estabelecem uma relação com a práxis na qual, ao mesmo tempo em que buscam responder suas perguntas de pesquisa, também trabalham para a consolidação de uma “outra economia”.

Mas quais desafios se apresentam aos pesquisadores que acumulam “múltiplos papéis”?

Trata-se aqui de recuperar um debate que remete à própria fundação das ciências sociais e diz respeito à possibilidade de conciliação entre saber científico e engajamento político.

A questão está presente com força na tradição marxista, desde a “Décima-Primeira Tese sobre Feuerbach” de Marx à concepção gramsciana de “intelectual orgânico”.²⁷ Marx pauta a discussão em obras como *O Capital* (1857), dentro

²⁶ A proposta de incubadoras de cooperativas parte da ideia de que a universidade é centro produtor de conhecimentos que precisam ser disponibilizados para a sociedade, especialmente os que não dispõem de recursos ou apoio. Com isso, oferecem assessoria em áreas de formação, gestão e tecnologia para que grupos de baixa renda se organizem em cooperativas. A primeira destas incubadoras foi criada em 1996 na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Outras foram sendo criadas e, em 1998, foi lançado um Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas, desde 2004 coordenado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, em parceria com outros Ministérios e entidades. Hoje são mais de 70 incubadoras ou núcleos de incubação em universidades de todo o Brasil, articuladas em duas redes nacionais. Para um histórico, ver Singer (*in* Santos, 2002-2009).

²⁷ Entre os marxistas que se ocuparam da relação entre ciência e ação, ver também Lukács (2001). Sobre o debate epistemológico entre ideologia e ciência dentro do marxismo, ver Löwi (1994).

do contexto das relações sociais trazidas para o centro da reflexão econômica (Marx, 2006), ou *A Ideologia Alemã* (1845), em parceria com Engels, sob o argumento de que a produção do conhecimento é socialmente determinada e a teoria se define a partir de sua relação com a práxis (Marx e Engels, 1996). Já Antonio Gramsci (2006) – para quem todos os homens são intelectuais, mesmo aqueles que exercem atividades manuais (também oriundas de capacidade criadora), embora nem todos assumam a função – define os intelectuais orgânicos como uma camada social que organiza a cultura e produz ideologia para a classe à qual se vinculam e representam, e cujo papel pode ser reproduzir ou transformar.

Weber elabora a ciência social livre de juízo de valor. Os valores determinam as questões de investigação, mas os resultados devem ser neutros e submetidos a regras objetivas e universais. Neste sentido Weber (1974) advogava uma separação rigorosa entre fatos e valores na pesquisa científica. Mas esta busca pela objetividade e pela “neutralidade valorativa” (ou “axiológica”, conforme a tradução que se consolidou em vários países) pode ter sido incompreendida, como se Weber – ele mesmo tendo hesitado entre as carreiras política e científica e publicado quantidade significativa de textos políticos – julgasse possível efetuar completamente a separação entre ciência e política em meio à “guerra dos deuses” entre diferentes valores e crenças (inclusive na ciência): “[j]ustamente por perceber este conflito, Weber insistiu na objetividade como necessidade de preservar o sujeito e o objeto de estudo” (Coelho *et al.*, 2000: 11).²⁸

Na Escola Francesa, esta postura também é mais complexa do que aparenta. É verdade que, dentro do espírito positivista que permeou o contexto de estabelecimento da sociologia enquanto disciplina científica, Durkheim estabelece como primeira e mais fundamental de suas *Regras do Método Sociológico* que “os fatos sociais devem ser tratados como coisas” (2002). Mas Dzimira – que em sua obras sobre *Mauss cientista e político* pontua diferenças entre os clássicos da

²⁸ Alguns autores têm resgatado a biografia de Weber para mostrar como ele próprio estaria distante do modelo de não-engajamento do cientista, e há inclusive tentativas de desconstruir as interpretações clássicas acerca da noção weberiana de *Wertfreiheit*. É o caso de Isabelle Kalinowski (2005), para quem seria indevida a tradução do conceito como sendo “neutralidade axiológica” – termo que se consolidou na tradução para várias línguas – já que originalmente *Wertfreiheit* estaria mais próxima da ideia de não-imposição ou liberdade em relação aos valores. Segundo ela, a tradução “não-weberiana” teria servido, nos anos 1960, para desqualificar a vinculação de intelectuais ao marxismo (tanto mais paradoxal porque Weber a empregara para alertar sobre os “pequenos profetas de anfiteatro” de perfil conservador e nacionalista). Sobre neutralidade valorativa e ética da responsabilidade, ver também Schluchter (*in* Coelho *et al.*, 2000).

sociologia a respeito do tema – argumenta que, ao contrário da separação weberiana, Durkheim reconciliaria ciência e política, embora de modo particular, em uma relação de mão única: “ao intelectual cabe dizer e indicar ao político quais deverão ser os princípios de sua ação” (Dzimira, 2007: 15). Já no sobrinho e herdeiro intelectual Mauss – que foi membro ativo do movimento socialista de base cooperativista – seria possível identificar uma forte coerência entre análises científicas e posições políticas, jamais desvinculando o engajamento político da construção da sociologia como ciência, abrindo assim espaço para um terceiro tipo de relação: ser indissociavelmente intelectual e político.

No Brasil, há exemplos importantes de intelectuais considerados engajados, inclusive na política “formal”, como Florestan Fernandes, Caio Prado Jr. e Darcy Ribeiro, ou – para ficar num caso notável da própria economia solidária – Paul Singer, economista com vasta produção científica e autor de livros diversos sobre este e outros temas, mas também ator político central dentro do campo, desde 2003 exercendo o cargo de Secretário Nacional de Economia Solidária no Governo Lula.

A figura do “intelectual engajado” podia existir antes do fim do século XIX, mas entra definitivamente nos grandes debates e acontecimentos sociais e políticos em 1898 com o *Affaire Dreyfus* (episódio em que se cunhou o próprio neologismo “intelectual”), tendo Zola como modelo de *intellectuel engagé*. De acordo com Marilena Chauí (2006), a intervenção no espaço público – que, paradoxalmente, a lógica da autonomia racional nas artes e no saber permitiu emergir, pois, como mostrou Bourdieu (*apud* Chauí, 2006), quanto maior a independência do intelectual, maior sua possibilidade de se engajar e se manifestar publicamente – possuiria duas marcas principais: a defesa de causas universais (isto é, distantes de interesses particulares) e a transgressão da ordem vigente. Chauí ressalta a divergência pública protagonizada por Sartre e Merleau-Ponty nos anos 1950 acerca do engajamento político dos intelectuais, uma postura que acabaria se tornando forte em tantos países na década seguinte.

Nas décadas mais recentes, porém, os intelectuais estariam cada vez mais identificados com universidades e centros de pesquisa. Não que estejam ausentes ou mesmo quietos, já que continuam participando ativamente em meios de comunicação e outros espaços. Mas teria havido um recuo no seu engajamento, e por isso Chauí e outros reunidos no seminário organizado por Novaes (2006) falam em “silêncio dos intelectuais”, enquanto expressão de uma crise onde valores universais perdem valor e a dificuldade de dar respostas para velhas perguntas se alastra. Chauí atribui este silêncio a causas como o abandono

das utopias revolucionárias, o encolhimento do espaço público, e a perda da autonomia racional frente às exigências do capital, que fazem com que a figura de “intelectual engajado” venha sendo substituída pela de “especialista competente”: perda da autonomia, condição para a qualidade do saber e a autoridade do intelectual engajado, resta o silêncio (Chauí, 2006: 32-3).

Já o anti-utilitarista Alain Caillé fala em uma “demissão dos sábios”, que vincula a um aparente abandono da questão política nas ciências sociais, sob a hegemonia de um utilitarismo e um individualismo metodológico que não permitem reconhecer a dimensão fundamentalmente plural e coletiva da ação social, se divorciando de sua época bem como do questionamento inicial das ciências sociais. Em livro de 1993 – não por acaso dedicado a Claude Léfort, o mais arendtiano dos pensadores contemporâneos, também ele de reconhecida trajetória engajada –, Caillé (1993) mostra que o esquecimento da política estaria inscrito no coração das teorias hoje dominantes, exitosas em naturalizar sua concepção reducionista da economia, inclusive nas ciências sociais – questão que guarda profundos vínculos com os desafios epistemológicos expostos na seção anterior, em especial os questionamentos à “neutralidade” da teoria econômica dominante.

Maurício Tragtenberg – pensador da autogestão operária e da educação libertária, outro intelectual de marcante engajamento – fora ainda mais veemente ao criticar, desde os anos 1980, a “delinquência acadêmica” da universidade, instituição dominante ligada à dominação, “antipovo” e hostil ao pensamento crítico avançado, na qual meios se tornam fins e o fazer é separado do pensar sob um manto ideológico de suposta neutralidade e apoliticismo: “a ideologia do acadêmico é não ter ideologia, faz fé de apolítico, isto é, serve à política do poder” (1982: 15).

Ao mesmo tempo, o cotidiano acadêmico revela que a discussão neutralidade *versus* engajamento do cientista, embora pautada desde os clássicos, não está superada. Mesmo com os crescentes questionamentos aos próprios termos em que a questão se coloca, a construção de conceitos, categorias ou instrumentos de pesquisa está baseada predominantemente na concepção de exterioridade – ou até de estranhamento – entre o pesquisador e seu campo de pesquisa, entre “sujeito” e “objeto”, como base da objetividade científica. A noção bachelardiana de “ruptura epistemológica” entre ciência contemporânea e senso comum permanece hegemônica nas ciências sociais – talvez justamente porque estas, por suas peculiaridades enquanto disciplinas do conhecimento, enfrentam mais objeções à sua cientificidade do que as ciências naturais. Neste sentido, é comum

nos depararmos com teses como as de Bobbio, que reafirma o hiato intrasponível entre intelectuais e políticos, imersos em respectivas lógicas próprias: “a história das ideias e a história das ações correm sobre trilhos paralelos que raramente se encontram” (1997: 17). Não é, evidentemente, nosso entendimento, como já tivemos oportunidade de enfatizar nas seções precedentes, na perspectiva de que os debates teóricos e as práticas sociais, econômicas e políticas estão em permanente interação, alimentando-se mutuamente – até quando isso não se dá de modo tão evidente ou consciente, daí as críticas relativamente freqüentes às bases ideológicas da neutralidade científica, à maneira de Tragtenberg e outros.²⁹

Intelectual engajado ou silencioso, neutralidade ou ideologia da neutralidade, demissão dos sábios e abandono do político: questões como essas se colocam permanentemente para a construção do conhecimento científico, e se traduzem na busca de uma postura epistemológica simultaneamente equilibrada entre a objetividade e o reconhecimento da subjetividade, entre o rigor teórico e metodológico e a participação social e política.

Sem deixar de lado o compromisso com a construção sistemática do conhecimento, aqui se trata de incorporar questionamentos que vêm se colocando com força à pesquisa em ciências sociais acerca dos pressupostos de objetividade e neutralidade como critérios exclusivos para a demarcação da cientificidade do conhecimento. Tais questionamentos contribuíram para mostrar que a subjetividade não deve mais ser recusada; que a experiência do observador é crucial para a apreensão do real e não pode ser descontextualizada; que o real se revela cada vez mais fragmentado e ilusório, impossível de ser captado em sua totalidade e complexidade; e que há espaço inclusive para que reflexões éticas, de fundo humanístico, sejam aplicadas às conclusões científicas. Partimos concretamente da ideia de que estes debates caracterizam um novo momento epistemológico, ou uma “transição paradigmática” – emprestando a terminologia de Santos (1988) para descrever uma fase em que o paradigma anterior já não dá conta das questões, mas um novo paradigma ainda não foi estabelecido – no qual o multacentrismo, a pluralidade e relatividade (ou antes relativização, para não cair na relatividade absoluta do pós-modernismo) são caminhos do fazer ciência em diferentes campos do saber humano – e que, portanto, é preciso

²⁹ Esta tensão também fica clara no caso das ciências econômicas. Ver por exemplo os trabalhos de Lebaron sobre a “crença econômica” repousada sobre constatações aparentemente neutras dos economistas, que seriam na verdade um conjunto de hipóteses subjacentes que configuram juízos de valor, como no caso por ele estudado do Consenso de Washington (Lebaron, 2000).

levar em conta novos aspectos metodológicos da pesquisa, que giram em torno de questões como subjetividade, participação, ética, diálogo com outras formas de conhecimento.

Em termos de métodos de pesquisa em ciências sociais, alguns procedimentos metodológicos combinando elementos de objetividade e subjetividade trouxeram novos desdobramentos para os debates aqui mencionados, na tentativa de avançar no diálogo entre produção científica e formas de envolvimento ou intervenção.

Exemplos disso são a *pesquisa participante*, que tem entre seus teóricos o sociólogo Fals Borda, fundador da primeira Faculdade de Sociologia latino-americana, ou a *pesquisa-ação*, criada numa perspectiva mais conservadora pelo psicólogo Kurt Lewin em seus trabalhos junto ao governo norte-americano, mas que ganhou força entre investigadores envolvidos com movimentos sociais e organizações populares em vários continentes – no caso da América Latina, sendo particularmente adotada na área de educação. O conceito de *Investigación Acción Participativa* (IAP), entendida por seus teóricos como “metodologia dentro de um processo vivencial (...) que inclui simultaneamente educação de adultos, pesquisa científica e ação política, na qual se considera a análise crítica, o diagnóstico de situações e a prática como fontes de conhecimento” (Fals Borda, 1985: 14), está muito articulado à ideia de uma “ciência popular” ou “ciência do homem comum”, análoga, nos termos de Gramsci, à “filosofia espontânea” das classes trabalhadoras. Mas não se trata de cair no “ativismo desorientado” do intelectual que tenta se “assimilar” ao homem comum ou no dogmatismo das pré-concepções: o cientista contribuirá com sua disciplina específica para incentivar a ciência popular, ao mesmo tempo em que se abre para aprender com ela, ampliando os níveis gerais de conhecimento (Fals Borda, 1981: 45-9). Por sua vez, a pesquisa-ação supõe, para além da participação, uma forma de intervenção planejada que nem sempre existe em pesquisa participante, sendo “concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (Thiollent, 1996: 14). Ao tomarem o envolvimento com os sujeitos pesquisados como premissa metodológica, distanciando-se assim dos princípios da pesquisa convencional, estas propostas têm sido – não por acaso – alvo de muitas críticas. Em contrapartida, propõem substituir a noção de objetividade estática pela de “relatividade observacional” (Thiollent, 1996) ou associar a pesquisa a uma “postura dialética” (Demo, 2000) que adota um questionamento não só crítico

como também auto-crítico – idéia próxima à discussão habermasiana acerca do critério central de cientificidade, reconhecendo o contexto hermenêutico e os limites do processo de definição da realidade a ser captada, num esforço de redefinir a relação “sujeito-objeto” da pesquisa segundo o cânone positivista ainda dominante – que, como lembra Demo, “prefere reservar a noção de sujeito apenas para o cientista” (2004: 23).

Mesmo no caso da *observação participante* – nos moldes desenvolvidos a partir de Malinowski e outros antropólogos sociais, e mais tarde aprofundada pela Escola de Chicago – já há uma semente desta mudança de postura em relação à subjetividade do entrevistador. Madeleine Grawitz aponta as vantagens do método em relação às situações artificiais da observação em laboratório ou da entrevista, pois os sujeitos continuam a viver suas vidas, em uma atmosfera plena de conflitos, rumores etc., que só pode ser percebida se vivida em meio a seus membros. Para isso, o pressuposto é de que o observador participante “seja aceito ao ponto de se integrar no grupo, de se fazer quase esquecer enquanto observador, mas permanecendo presente enquanto indivíduo” (1996: 703). Se na antropologia, inicialmente interessada pelas sociedades chamadas “primitivas”, este método foi utilizado para promover a integração do pesquisador aos pesquisados, por outro lado na sociologia, interessada em seus concidadãos contemporâneos, prevaleceram inicialmente os métodos de maior distanciamento, como a análise documental e a entrevista estruturada. Mas Boaventura de Sousa Santos chama a atenção para o fato de que, a partir dos 1960, ambas as disciplinas passaram a questionar este “*status quo* metodológico” e suas noções de distância social: a sociologia passou a utilizar com mais intensidade a observação participante, enquanto na antropologia os “objetos” passavam a membros de pleno direito da Organização das Nações Unidas, e tinham de ser estudados segundo métodos sociológicos (2006c: 81).

Ao se voltarem para o estudo do *familiar*, as ciências sociais passam a admitir um número crescente de observadores participantes *naturais*, que são membros do próprio grupo que estudam, diferenciando-se assim dos observadores participantes *artificiais*, estranhos que se inserem no grupo estudado (e que podem até enfrentar mais limites à participação do que os primeiros, por exemplo em situações em que se estabelece desconfiança). Para o antropólogo Gilberto Velho, a questão é estabelecer uma distância mínima que garanta objetividade e imparcialidade quando se trata de estudar o que nos é familiar, enxergando além da realidade em que fomos socializados: “o processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente,

e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações” (Velho, 1978: 45). O fato de que as interpretações sobre o familiar estão sempre tendo oportunidade de serem testadas, revisadas, confrontadas com interpretações de outros especialistas, ou de artistas, de leigos e até dos próprios pesquisados – ao contrário de estudos sobre universos distanciados, que ficam cristalizados – abriria possibilidades para rever e enriquecer os resultados das pesquisas.

Porém, enquanto método de pesquisa, estaria a participação deixando de ser adjetiva em relação à observação para se tornar substantiva? Em 1986, Eunice Durham já denunciava um possível “deslize semântico” da *observação participante* para a *participação observante* – particularmente quando o cientista social se volta para grupos urbanos, mais próximos de seu universo, ou mais, quando enfoca movimentos ou situações aos quais está integrado como sujeito (por exemplo, o movimento feminista, negro ou gay) – o que, segundo ela, resvalaria para a militância (Durham, 1986).

Ora, aqui estamos propondo exatamente uma inversão neste olhar acerca do pesquisador que é também militante. No quadro de uma transição paradigmática mais ampla em direção a novas epistemologias, trata-se de reconhecer que é possível fazer pesquisa seguindo padrões científicos sobre o mesmo tema com o qual se tem envolvimento e comprometimento.

O conceito de “pesquisador militante”, por nós entendido como o aquele que *participa e partilha do projeto social e político de seu campo de estudo*, pode parecer chocante – praticamente um oxímoro – para muitos. Porém, aqui estamos defendendo apenas que o tema não deve ser enterrado, e sim cada vez mais discutido, sobretudo diante de tantos casos de pesquisadores que na prática acumulam diferentes papéis. Isso significa que o trabalho de pesquisa não deve ser previamente invalidado caso seu autor também acumule militância no campo pesquisado. É muito provável que ele tenha optado por fazer pesquisa em ciências sociais sobre determinado tema justamente porque sua trajetória de vida (e de militância) o levou a se interessar em descrever e analisar de modo crítico a realidade em que estava ou está envolvido, sistematizando fatos, comportamentos, ideias, e estabelecendo possíveis conexões, tipologias, modelos. Na verdade, se souber dosar bem sua participação, este pesquisador terá uma oportunidade maior de acesso às experiências do campo e até aos problemas internos dos grupos e organizações pesquisadas, em comparação com o pesquisador externo, mesmo este sendo um observador participante.

A grande proximidade do pesquisador com o tema e os espaços de pesquisa constitui ao mesmo tempo uma força e uma fraqueza da pesquisa militante: se por um lado garante maior acesso a dados e situações concretas assim como a representações e concepções que lhes permitem caracterizar o campo de modo mais próximo à realidade estudada, por outro traz sempre presente o risco de perda do foco sociológico e a dificuldade de dialogar com outras perspectivas. Provavelmente, o pesquisador militante sentirá necessidade de afastar-se do seu campo direto de estudo por ao menos um período, durante o qual se dedicará a sistematizar, analisar e interpretar os dados coletados por meio de sua observação participante/participação observante. Também a pesquisa militante necessitará do momento solitário da reflexão científica, mesmo que tributária da produção coletiva de conhecimento.

Os dilemas da pesquisa militante e os desafios metodológicos decorrentes estão fortemente presentes na pesquisa sobre economia solidária (embora seja válido observar que nem todo pesquisador que se debruça sobre a economia solidária é necessariamente um militante do campo).

Nas ciências sociais, a economia solidária constitui tema de pesquisa relativamente recente e ainda pouco desenvolvido. Paradoxalmente, esta situação deriva em parte da tendência à proliferação de estudos de caso, mas de caráter mais descritivo, sem o equivalente aprofundamento analítico e comparativo. Contribui para este quadro a ausência de agenda de pesquisa mais ou menos consensual, que envolva a respectiva comunidade de pesquisadores.³⁰ Em grande medida estes problemas têm origem exatamente no crescimento da pesquisa sobre economia solidária, que vem experimentando um aumento do interesse acadêmico, sem que este seja necessariamente acompanhado de maior elaboração de referencial conceitual e teórico, nem de maior diálogo com perspectivas teóricas distintas da sua própria, incluindo abordagens por vezes similares.

As dificuldades metodológicas da pesquisa sobre economia solidária já começam na própria delimitação conceitual do objeto e no uso de termos que muitas vezes permitem diferentes interpretações (como “solidariedade”, “autogestão”, “participação”), bem como no caráter ainda incipiente de fontes de dados que permitam a construção de conhecimento para além de estudos empíricos

³⁰ No Brasil, um dos autores que mais avançou na proposição de uma agenda de pesquisa sobre economia solidária que dialogue com outros referenciais teóricos e vá além dos estudos isolados foi Gaiger (2006).

localizados, o que constitui um obstáculo à formulação das proposições mais gerais que caracterizam o pensamento sociológico.³¹

Outra questão presente na pesquisa sobre economia solidária é seu caráter interdisciplinar – agregando estudos em diferentes áreas: ciências sociais e econômicas, psicologia social e do trabalho, administração de empresas, ou áreas tecnológicas, como engenharia de produção – que coloca muitas dificuldades para estabelecê-la como campo específico do conhecimento. Ainda persiste certa confusão nos meios acadêmicos quanto à possibilidade da economia solidária como sub-área específica de pesquisa, mas, no nosso entender, mais promissor seria o reconhecimento da economia solidária enquanto tema ou objeto de estudo, a ser focado por diferentes olhares dentro das disciplinas já estabelecidas.

Finalmente, é preciso reconhecer que muitos dos estudos sobre economia solidária carecem de maior desenvolvimento teórico e metodológico, o que reforça a desconfiança de áreas já consolidadas dentro das ciências sociais em relação ao tema. Daí porque uma análise calcada em critérios formais – como coerência e objetivação³² – se torna ainda mais crucial para obter

³¹ Aqui vale uma ressalva a respeito do já mencionado Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), que se destaca como pesquisa de economia solidária tanto por ser pioneiro em consolidar uma base de dados de abrangência nacional, quanto por seu modelo de gestão participativa da pesquisa. Embora a base seja muito nova e só tenha chegado à metade dos municípios brasileiros (e com limites), é preciso reconhecê-la como importante avanço para o dimensionamento da economia solidária em todo o território brasileiro. Nas demais bases nacionais, como as do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não existem categorias específicas como “trabalhador associado”, “sócio-cooperado”, “empresa autogestionária” etc., por isso é impossível identificar com precisão o que constitui economia solidária em meio aos dados globais. O próprio instrumento de captação de dados do SIES foi reestruturado na nova fase do mapeamento em 2009 para melhor refletir a diversidade da economia solidária no Brasil, principalmente com a introdução de uma tipologia de Empreendimentos Econômicos Solidários, a fim de captar informações sobre formas específicas – consumo, distribuição, finanças – que se perdem quando o foco recai sobre a produção coletiva de bens ou serviços. Quanto à metodologia participativa, o mapeamento é fruto de uma parceria entre governo e sociedade, que inclui a representação na gestão de todos os processos do SIES e a opção por incluir atores do próprio campo nas equipes executoras. Se esta opção implica problemas em termos de experiência de pesquisa, por outro lado privilegia conhecimentos prévios sobre o universo a ser mapeado, além de ter contribuído para efeitos de mobilização e articulação social. Ver SENAES/MTE (2004a) e Bertucci e Cunha (2006).

³² Dentro de um enfoque da relação de pesquisa onde assume grande importância a expressão “objeto construído”, Pedro Demo propõe, em lugar do termo objetividade, o termo *objetivação*, entendida como “o esforço controlado de conter a subjetividade dentro dos limites da suposta objetividade” (1980: 19) – com ênfase na idéia de esforço, de tentativa, de meta que não se consegue realizar plenamente mas a qual se deve conservar, sob o risco de tornar o objeto construído um objeto inventado.

reconhecimento enquanto conhecimento científico. Por outro lado, tão fundamental como o desafio de atentar para os critérios formais de cientificidade é admitir a existência de outros critérios, de natureza política e ética, que são igualmente importantes – sobretudo em pesquisas qualitativas. Contudo, como já vimos, não é fácil partir de um paradigma que privilegie cada vez mais a subjetividade e ao mesmo tempo não deixe de lado a objetividade: na pesquisa sobre economia solidária, a exemplo de outros campos de pesquisa em ciências sociais, os esforços para analisar e compreender objetos e temas de pesquisa a partir de categorias e conceitos do cotidiano têm esbarrado na ausência dos necessários instrumentos e categorias de tradução.

Por que todas estas considerações são importantes para nossas pesquisas? Porque correspondem a toda uma redefinição da postura epistemológica do pesquisador, a ser enfrentada em nossas próprias pesquisas: de um lado, a necessidade de rigor e crítica, num momento em que a tarefa de uma agenda de pesquisa em termos teóricos e metodológicos se impõe com força para os estudos sobre economia solidária; de outro, a necessidade de um permanente questionamento crítico de modo a reconhecer os condicionamentos sociais e políticos da produção científica. Este desafio está sempre presente, mas aqui defendemos que seja enfrentado, levando em conta as potenciais contribuições de uma pesquisa que parte do compromisso não só de conhecer e analisar a realidade de modo crítico, mas também de propor formas para ajudar a transformá-la a partir desta análise. Isso significa desconstruir a ideia negativa sobre a pesquisa militante no que se refere à construção do conhecimento, admitindo, ao invés, que o olhar de pesquisadores envolvidos com seus respectivos temas de estudo, como nós, tem potencial para enriquecer as representações científicas que fazemos da realidade, inclusive incorporando contradições e tensões que o pesquisador externo não pode captar. Por outro lado, não significa necessariamente que estas representações trarão resultados diretos em termos da ação em que estão envolvidos pesquisadores e pesquisados, mas os esforços serão para que possíveis limites sejam superados e assim se contribua para uma ciência capaz de traduzir e transformar a realidade.

4. Para concluir: pontos de reflexão a partir de duas pesquisas brasileiras

Nossas pesquisas de doutorado – aqui mencionadas para exemplificar os desafios epistemológicos e metodológicos que se colocam à pesquisa sobre economia solidária – tratam de dois casos brasileiros fortemente interligados: o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e a política pública nacional de economia solidária.

Para analisar estes casos, é preciso resgatar os próprios processos de mobilização que antecedem sua consolidação como instâncias da economia solidária no plano nacional. Enquanto espaço de mobilização onde a diversidade de práticas da economia solidária no Brasil começa a se reconhecer como potencial movimento de base nacional, os relatos convergem para as atividades da economia solidária durante as três primeiras edições do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, como marco histórico para a articulação nacional destas iniciativas, com a formação de um Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária composto por entidades então tidas como representativas.

A partir da segunda metade de 2002, e já dentro de uma conjuntura que indicava a vitória de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, nas eleições presidenciais, a história de articulação de atores da economia solidária no plano nacional passa a se confundir com a construção da política nacional. Em novembro de 2002, representantes do GT Brasileiro e de governos locais elaboram uma carta ao Presidente eleito, propondo a criação de uma política pública e de um organismo federal específico para coordená-la. O Governo Lula anuncia a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária no III Fórum Social Mundial, em janeiro de 2003. Também é durante o III FSM que se realiza a segunda Plenária Nacional de Economia Solidária, que decide pela criação de uma instância nacional para a articulação do movimento social e a interlocução com o Estado.

É muito simbólico para os atores da economia solidária, e frequentemente mencionado nos seus documentos,³³ que a criação do Fórum Brasileiro da Economia Solidária e a elaboração de uma Carta de Princípios e de uma Plataforma da Economia Solidária se concretizam na terceira Plenária Nacional da Economia Solidária em junho de 2003, mesma época de implantação oficial da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no seio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Neste sentido, é possível afirmar que o nascimento das instâncias da economia solidária no plano nacional se dão num mesmo momento histórico no Estado e na sociedade civil, e através de processos interligados.

Desde sua criação, o FBES e suas entidades-membros guardaram o papel de interlocutores privilegiados da SENAES – ao menos durante a primeira gestão Lula – no que concerne a demanda, proposição, execução e acompanhamento de ações públicas. O FBES tem sido muitas vezes questionado quanto a este papel frente ao Estado ou quanto à sua composição e estrutura de gestão (objetos de grande disputa quando da quarta Plenária Nacional em 2008), mas é difícil negar

³³ Ver FBES (2005, 2006) e SENAES/MTE (2004b, 2006a).

que tenha obtido a posição de principal rede nacional da economia solidária no Brasil. Mais tarde, buscou-se institucionalizar espaços de diálogo entre Estado e sociedade, como a Conferência Nacional e o Conselho Nacional. São espaços que apontam para possíveis conteúdos e formatos diferenciados na relação com a sociedade, sobretudo no que se refere às características históricas do Estado brasileiro, mas ainda apresentam muitos limites para a participação e o controle social na definição de ações e alocação de recursos públicos. Além disso, apesar de supostamente haver forte imbricação entre atores do Estado e sociedade, esta representada por segmentos da economia solidária relativamente organizados e articulados, também é preciso refletir em que medida o Fórum chega a representar e a política nacional chega a responder às demandas de segmentos que não estão organizados (e que talvez nem se reconheçam como economia solidária), formados sobretudo por iniciativas muito pequenas e frequentemente informais. Ao mesmo tempo, é preciso levar em conta na delimitação e descrição dos dois casos que nem o FBES resume o campo da economia solidária no Brasil – que é muito mais amplo e inclui atores que não se reconhecem neste Fórum – nem a SENAES abrange a totalidade de ações voltadas à economia solidária dentro das políticas públicas federais.

No caso da política nacional de economia solidária, a pesquisa coloca questões acerca de uma possível ressignificação (ou não) da ação do Estado brasileiro no plano federal, tanto no seu conteúdo (enquanto política orientada aos trabalhadores que não se inserem pela via do assalariamento formal) quanto nas suas formas (nas relações que assume com a sociedade), em um duplo sentido de maior democratização econômica e política. No caso do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, a pesquisa consiste investigar o protagonismo popular a partir da principal expressão do movimento organizado da economia solidária no Brasil, identificando os dilemas da organização popular num processo que envolve diferentes sujeitos políticos e sociais.

Em ambos os casos, a escolha dos objetos de estudo e das perguntas de pesquisa ocorreram a partir de nossas trajetórias e práticas. Ao estudarmos nossos objetos de pesquisa admitindo a relação militante e nos portarmos como constantes observadoras em nossos espaços de atuação, nós nos deparamos cotidianamente com alguns dilemas – que não necessariamente comprometem o trabalho de pesquisa, mas que precisam ser encarados de frente – como por exemplo:

- conhecer conflitos internos que não podem ser explicitados nominalmente, mas, ao mesmo tempo, não ignorá-los como pano de fundo para a análise;

- posicionar-se em determinadas situações em que está atuando formalmente (como delegada, coordenadora, representante etc.) em atividades e espaços do campo de estudo, exercendo uma participação observante, mas, em outras situações, onde se está presente apenas como pesquisadora, não poder explicitar tal posicionamento;
- participar de situações que propiciem a coleta de dados brutos (quantitativos e qualitativos), ou produzir materiais que poderão vir a ser classificados como tal posteriormente, em um momento de sistematização e análise da pesquisa;
- participar da formulação e gestão dos processos (seja nas políticas públicas, seja no movimento social) e depois, como pesquisadora, fazer a avaliação destes processos.

Como lidar com estes tipos de dilema na prática concreta da pesquisa? A resposta para esta pergunta só poderá ser formulada a partir de reflexões que os diferentes pesquisadores se permitem realizar no cotidiano de suas respectivas pesquisas. Porém, considerando nossas experiências e as ideias discutidas ao longo deste texto, elencamos pontos para reflexão final – a título de conclusão, mas deixando em aberto – que de certa forma sintetizam considerações das seções anteriores:

- É preciso explicitar os múltiplos papéis sociais que simultaneamente assumimos, já que, ao mesmo tempo em que somos (1) pesquisadoras, somos também (2) militantes envolvidas com o movimento da economia solidária desde o fim dos anos 1990; e (3) profissionais atuantes no campo (seja no Estado ou na sociedade). Ao identificar o lugar de onde falamos enquanto pesquisadoras (o que, em nossas teses, poderá se traduzir inclusive em uma seção específica acerca deste lugar), reconhecemos que nossas próprias trajetórias institucionais e intelectuais e nossas visões de mundo se refletirão sobre a interpretação e mesmo sobre a percepção da realidade que nos propomos a observar. Isto não quer dizer deixar de lado a objetividade e a crítica, que devem ser sempre buscadas. Tentar evitar nosso próprio viés no registro e análise dos dados não significa ir a campo como *tabula rasa*, e sim explicitar ao máximo nossos pressupostos de forma que eles possam contar nas interpretações feitas. Mais do que isso, nossa opção é por tentar não ocultar ou não ignorar que há hipóteses normativas subjacentes, mas sim buscar fundar a normatividade no quadro com que trabalhamos.

- O universo abordado, o da economia solidária, não só representa um fenômeno social situado no coração de lutas políticas diversas, mas tem sido inclusive objeto destas lutas políticas também no campo das ideias, dentro da academia. Daí a necessidade de explicitar claramente os próprios paradigmas aos quais se filia a pesquisa, e ao mesmo tempo buscar conhecer as abordagens que lhes são opostas ou alternativas, situando-nos neste campo de lutas. Estas pesquisas abrem-se à possibilidade do novo, do “outro”, do que está ausente, invisibilizado, partindo dos pressupostos de que é possível haver formas alternativas de organização social e econômica e de que a realidade é dinâmica, processual, em permanente movimento. Mas isso não significa idealizar este novo, aceitando dogmas de modo acrítico, dimensionando mudanças ou resultados (materiais e simbólicos) de modo absoluto e não relativo. Ao invés, trata-se aqui de lembrar tradições de crítica sociológica, buscando apreender as contradições, conflitos, avanços e recuos dos processos em curso.
- Pesquisas desta natureza apresentam também uma contribuição às próprias realidades que estudam, ao sistematizarem o conhecimento sobre o tema de estudo e oferecerem elementos para a compreensão e explicação das questões levantadas. Inclusive, a análise sistemática e crítica não impede que as pesquisas possam apontar para propostas de intervenção na realidade e que partam do pressuposto de que o conhecimento acumulado será compartilhado com os próprios sujeitos pesquisados, ao mesmo tempo em que devem insistir na importância de considerar outras formas de construção do conhecimento, num esforço de redefinir a relação entre pesquisadores e pesquisados. A pesquisa militante possui um caráter propositivo onde o pesquisador não se furta aos imperativos de contribuição social e política e aposta na possibilidade de alternativas capazes de mudar determinada realidade, mesmo quando adota uma postura questionadora. Porém, permanece o desafio de não permitir que isto desloque a análise de seus objetivos e distorça seus resultados.

Fazer pesquisa sobre economia solidária nos remete a questões como: a permanente tensão entre envolvimento (ou militância) e distanciamento; o questionamento crítico à realidade e à construção do conhecimento sobre a realidade; a necessidade de se buscar o que está ausente ou foi invisibilizado. São questões como estas que nos provocaram aqui a resgatar pontos para um debate em torno dos desafios epistemológicos e metodológicos da produção

de conhecimento científico – e que, por mais que já tenham sido bastante delineados, são tensões latentes hoje e, provavelmente, amanhã, pois não necessariamente serão resolvidos. São questões que permanecem presentes em toda iniciativa de produção do conhecimento que – sempre zelando pelo rigor intelectual – procure ir além de uma leitura descritiva do objeto, que se oriente explicitamente orientado por compromissos políticos e éticos, que tenha como horizonte pautar elementos de crítica ou alternativas de transformação social. São questões, a serem compartilhadas, que nos acompanham em nossas próprias pesquisas e militâncias na economia solidária.

Referências bibliográficas

- Bertucci, Jonas; Cunha, Gabriela (2006), *Relatório Nacional de Sistematização e Avaliação dos Processos do Primeiro Mapeamento da Economia Solidária no Brasil*. Brasília: MTE/SENAES.
- Birchall, Johnston (1997), *The international co-operative movement*. Manchester: Manchester University Press.
- Bobbio, Norberto (1997), *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP.
- Borgaza, Carlo; Defourny, Jacques (2001), *The emergence of social enterprise*. London & New York: Routledge.
- Caillé, Alain (1993), *La demission des clercs: la crise des sciences sociales et l'oubli du politique*. Paris: La Découverte.
- Caillé, Alain (1998), “Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13 (38): 5-37.
- Caillé, Alain (2002), *Antropologia do dom: o terceiro paradigma*. Petrópolis: Vozes.
- Caillé, Alain; Lavelle, Jean-Louis (2008), “Postface: Actualité de Karl Polanyi” in Polanyi Karl, *Essais*. Paris: Seuil, 565-585.
- Castel, Robert (1998), *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- Chanial, Pierre (2001), *Justice, don et association: la délicate essence de la démocratie*. Paris: La Découverte.
- Chanial, Pierre; Lavelle, Jean-Louis (2002), “L'économie solidaire : une question politique”, *Revue Mouvements*, 19 (1), 11-20.
- Chauí, Marilena de Souza (2006). “Intelectual engajado: uma figura em extinção?”, in Adauto Novaes (org.), *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 19-43.
- Coelho, Maria Francisca Pinheiro; Bandeira, Lourdes; Menezes, Marilde Loilola De (org.) (2000), *Política, ciência e cultura em Max Weber*. Brasília: EdUnB.
- Cole, George Douglas Howard (1944), *A century of cooperation*. Manchester: Co-operative Union Ltd.
- Coraggio, José Luís (1994). *Economía urbana: la perspectiva popular*. Quito: Instituto Fronesis.
- Coraggio, José Luís (2000), “Da economia dos setores populares à economia do trabalho”, in Gabriel Kraychette et. al. (orgs.), *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes/UCSal.

- Coraggio, José Luis (2004), “Uma alternativa socioeconômica necessária: la economía social”, in Claudia Danani, (2004). *Política Social y Economía Social*. Buenos Aires: Altamira.
- Craig, John (1993), *The nature of co-operation*. Canadá: Black Rose Books.
- Cruz, Antonio; Santos, Aline Mendonça (2008), “Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: interdisciplinaridade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária” in e-cadernos CES, v. 1. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/e-cadernos>>.
- Dacheux, Eric; Laville, Jean-Louis (2003), “Économie solidaire et démocratie”, *Révue Hermès*, 36. Paris: CNRS.
- Demo, Pedro (1980), *Metodología científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas.
- Demo, Pedro (2000), *Metodología do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas.
- Demo, Pedro (2004), *Pesquisa e informação qualitativa*. Campinas: Papyrus.
- DiMaggio, Paul J.; Walter W. Powell (Eds.), (1991), *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. Chicago: University of Chicago Press.
- Durham, Eunice Ribeiro (1986), “A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas”, in Ruth Cardoso (org.), *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra, 17-38.
- Durkheim, Émile (2002), *As regras do método sociológico*. São Paulo: Nacional (1ª edição 1895).
- Dzimira, Sylvain (2007), *Marcel Mauss, savant et politique*. Paris: La Découverte.
- Etzioni, Amitai (1990), “Pour une science sociale déontologique”, *Revue du MAUSS*, 9: 14-32.
- Evers, Adalbert; Laville, Jean-Louis (org.) (2004), *The Third Sector in Europe*. Gloucestershire: Edward Elgar.
- Fals Borda, Orlando (1981), “Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular” in Carlos Brandão. (org.), *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.
- Fals Borda, Orlando (1985), *Conocimiento y poder popular*. Bogotá: Siglo XXI/OIT.
- FBES – FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (2005), *Histórico – Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária*. Disponível em <<http://www.fb.es.org.br>>.
- FBES (2006), *A experiência de gestão e organização do Movimento de Economia Solidária no Brasil*. Brasília: FBES, Secretaria Executiva.
- Ferraton, Cyrille (2007), *Cooperatives et associations: une autre histoire*. Paris: Erès.
- Fligstein, Neil (1990), *The transformation of corporate control*. Cambridge: Harvard University Press.
- Fraisse, Laurent (2004), “Economía solidária y democratización de la economía”, in Jean-Louis Laville (org.), *Economía Social y Solidaria: una visión europea*. Buenos Aires: Altamira
- França Filho, Genauto (2002), “Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais”, in *Bahia – Análise & Dados*, 12 (1): 9-19.
- França Filho, Genauto; Dzimira, Sylvain (2000), *Don et économie solidaire: esquisse d'une théorie sócio-économique de l'économie solidaire*. Paris: MAUSS/CRIDA.
- França Filho, Genauto; Laville, Jean-Louis (2004), *Economia Solidária – uma abordagem internacional*. Porto Alegre: EdUFRGS.
- Gaiger, Luiz Inácio (org.) (1996), *Formas de combate e de resistência à pobreza*. São Leopoldo: EdUniSinos.
- Gaiger, Luiz Inácio (org.) (2004), *Sentidos e Experiências da Economia Solidária*. Porto Alegre: EdUFRGS/Rede Unitrabalho.

- Gaiger, Luiz Inácio (2005), “Économie Solidaire et Espace Public: quelques remarques à propos du rôle des agents médiateurs”, in Jean-Louis Laville *et al.* (org.), *Action Publique et Economie Solidaire*. Toulouse: Érès, 321-334.
- Gaiger, Luiz Inácio (2006), “Natureza e diversidade das práticas de economia solidária: uma agenda de pesquisa a partir do SIES”. Comunicação apresentada no *I Congresso Internacional de Sociologia Econômica e das Finanças* (São Carlos, outubro 2006).
- Gautié, Jérôme (2004), “Les développements récents de l'économie standard à la sociologie: fécondation mutuelle ou nouvel impérialisme?” Comunicação apresentada no *I Congresso da Associação Francesa de Sociologia* (Paris, fevereiro 2004).
- Godbout, Jacques (2000), *Le don, la dette, l'identité: homo donator vs. homo economicus*. Paris: La Découverte/MAUSS.
- Gramsci, Antonio (2006), *Cadernos do Cárcere* (vol. 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Granovetter, Mark (1973), “The strength of weak ties”, *American Journal of Sociology*, 78 (6): 1360-80.
- Granovetter, Mark (1974), *Getting a Job: a study of contacts and careers*. Cambridge: Harvard University Press.
- Granovetter, Mark (1985), “Economic action and social structure: the problem of embeddedness”, *American Journal of Sociology*, 91: 481-510.
- Granovetter, Mark; Swedberg, Richard (org.) (2001), *The Sociology of Economic Life*. Boulder: Westview.
- Grawitz, Madeleine (1996), *Méthodes des sciences sociales* (10ª edição). Paris: Dalloz.
- Hirschmann, Albert (1979), *As paixões e os interesses: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo*. São Paulo: Paz e Terra.
- Hirschmann, Albert (1992), *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade e ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Kalinowski, Isabelle (2005), *Leçons wébériennes sur la science et la propagande*. Marseille: Agone.
- Laville, Jean-Louis (org.) (2000), *L'économie solidaire: une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer.
- Laville, Jean-Louis (2001), “Vers une économie sociale et solidaire?”, *Revue Internationale de l'Économie Sociale*, 28: 39-53.
- Laville, Jean-Louis (org.) (2004a), *Economía Social y Solidaria: una visión europea*. Buenos Aires: Altamira.
- Laville, Jean-Louis (2004b), “Com Mauss e Polanyi: rumo a uma teoria da economia plural”, in Paulo Henrique Martins e Brasilmar F. Nunes (org.), *A nova ordem social*, Brasília: Paralelo 15.
- Laville, Jean-Louis; Cattani, Antonio David (org.) (2005), *Dictionnaire de l'Autre Économie*. Paris: Desclée de Brouwer.
- Laville, Jean-Louis; Lévesque, Benoît. (2000), “Penser ensemble l'économie et la société: la sociologie économique”, *Revue Esprit*, 6: 207-222.
- Lebaron, Frédéric. (2000). *La croyance économique: les économistes entre science et politique*. Paris: Seuil.
- Lévesque, Benoît; Bourque, Gilles L.; Forgues, Éric (2001), *La nouvelle sociologie économique*. Paris: Desclée de Brouwer.

- Löwy, Michael (1994), *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento* (5ª edição). São Paulo: Cortez.
- Lukács, György (2001), *História e Consciência de Classe* (1ª edição 1923). São Paulo: Martins Fontes.
- Marx, Karl (2006), *O Capital*, livro 1, vol. 1 (1ª edição 1857). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Marx, Karl; Engels, Federico (1996), *A Ideologia Alemã* (1ª edição 1845). São Paulo: Hucitec.
- Mauss, Marcel (2003), *Sociologia e Antropologia* (1ª edição 1950). São Paulo: Cosac & Naify.
- Novaes, Adauto (org.) (2006), *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Nuñez, Ovidio (1998), *El manifiesto asociativo y autogestionario*. Manágua: CIPRES, 1998.
- Nyssens, Marthe (2006), *Social enterprise: at the crossroads of market, public policies and civil society*. London and New York: Routledge.
- Perret, Bernard; Roustang, Guy (1993), *L'économie contre la société*. Paris: Seuil.
- Polanyi, Karl (1977), *The livelihood of man*. New York: Academic Press.
- Polanyi, Karl (2000), *A Grande Transformação: as origens da nossa época* (1ª edição 1944). Rio de Janeiro: Campus.
- Procacci, Giuliano (1993), *Gouverner la misère: la question sociale en France 1789-1848*. Paris: Seuil.
- Quijano, Anibal (1998), *La economia popular y sus caminos em América Latina*. Lima: Mosca Azul.
- Razeto, Luis (1984), *Economía de solidaridad y mercado democrático* (2 vols.). Santiago: PET.
- Razeto, Luis (1990), *Las organizaciones económicas populares – 1973/1990*. Santiago: PET.
- Razeto, Luis (1999), “Economia de solidariedade e organização popular”, in Moacir Gadotti e Francisco Gotiérrrez (orgs.), *Educação comunitária e economia popular*, São Paulo, Cortez, 34-58 [2ª edição].
- Santos, Boaventura de S. (1988), *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de S. (1995), *Introdução a uma ciência pós-moderna*. São Paulo: Cortez.
- Santos, Boaventura de S. (2000), *A crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez.
- Santos, Boaventura de S. (org.) (2002-2009), *Reinventar a emancipação social: para novos manifestos* (coleção em 7 volumes). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Santos, Boaventura de S. (2005), *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo.
- Santos, Boaventura de S. (2006a), “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”. In Boaventura Sousa Santos (org.), *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, p. 777-821.
- Santos, Boaventura de S. (2006b), *A gramática do tempo: para uma nova cultura do tempo*. São Paulo: Cortez.
- Santos, Boaventura de S. (2006c), *Um discurso sobre as ciências* (1ª edição 1988). São Paulo: Cortez.
- SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA/MTE (2004a), *Termo de Referência do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária*. Brasília: MTE, SENAES.
- SENAES/MTE (2004b), *Plano de Ação 2004*. Brasília: MTE, SENAES.
- SENAES/MTE (2006a), *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005*. Brasília: MTE, SENAES.
- SENAES/MTE (2006b), *Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária*. Brasília: MTE-MDA-MDS.
- Sen, Amartya (1987), *On ethics and economics*. Oxford: Blackwell.
- Singer, Paul (1998), *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes.

- Singer, Paul; Souza, André (orgs.) (2000), *Economia solidária no Brasil: a autogestão contra o desemprego*. São Paulo: Contexto.
- Smelser, Neil; Swedberg, Richard (1994), "The Sociological Perspective on the Economy", in Neil Smelser e Richard Swedberg (eds.), *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press, 620-646.
- Souza, André; Cunha, Gabriela; Dakuzaku, Regina. (2003), *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*. São Paulo: Contexto.
- Steiner, Philippe (2006), *La sociologie économique* (1ª edição 1999). Paris: La Découverte.
- Swedberg, Richard (2004), "Sociologia econômica: hoje e amanhã", *Tempo Social*, 16 (2): 35-64.
- Swedberg, Richard; Granovetter, Mark (org.) (1994), "La sociologie économique", *Revue du MAUSS semestrielle*, 3 (*Pour une autre économie*), 115-140.
- Thiollent, Michel (1996), *Metodologia da pesquisa-ação* (7ª edição). São Paulo: Cortez.
- Tragtenberg, Maurício (1982), *Sobre Educação, Política e Sindicalismo*. São Paulo: Cortez.
- Velho, Gilberto. (1978). "Observando o familiar", in Edson Nunes (org.), *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 36-46.
- Weber, Max (1974), "O sentido da 'neutralidade axiológica' nas ciências sociológicas e econômicas", in *Sobre a teoria das ciências sociais*. Lisboa: Presença, 113-192.
- White, Harrison (1981), "Where do markets come from?", *American Journal of Sociology*, 87 (3): 517-547.
- Zelizer, Viviana (1979), *Morals and markets: the development of life insurance in the United States*. New York: Columbia University Press.
- Zelizer, Viviana (1994), *The social meaning of money: pin money, paychecks, poor relief, and other currencies*. New York: Basic Books.

CAPÍTULO II

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS NOVAS UTOPIAS: PERMANÊNCIAS E RUPTURAS NO MOVIMENTO HISTÓRICO DO ASSOCIATIVISMO ECONÔMICO

Antônio Cruz

Aline Mendonça dos Santos

1. Associativismo econômico na história do capitalismo

A associação entre homens e mulheres para produzir e consumir – para sobreviver materialmente – é parte da essência do trabalho e da história da humanidade. Mesmo após o aparecimento das sociedades de classes (e da chamada “civilização”), ainda por muito tempo, e por toda parte, as comunidades camponesas baseadas no trabalho coletivo continuaram sendo uma parte significativa dos sistemas econômicos.

Quando a propriedade privada individual e a contratação individual do trabalho remunerado monetariamente passaram a ser o fundamento das relações sociais, ainda assim continuaram existindo experiências e idéias fundamentadas na cooperação para a produção e o consumo. David Ricardo, um dos “pais” do liberalismo clássico, era deputado quando teve que analisar e debater as propostas de reforma social apresentadas por Robert Owen à Câmara dos Comuns – baseadas nas experiências sociais em New Lanark, ainda na segunda década do século XIX. As propostas previam o estabelecimento de colônias coletivas para resgatar à pobreza e à miséria os trabalhadores atingidos pela crise econômica que se seguiu às guerras napoleônicas (Cole, 1963: XIV). A luta apaixonada de Owen contra a pobreza e em favor da elevação do espírito humano o levou a inspirar, depois a participar e mesmo a liderar dois movimentos diversos da reforma anti-capitalista: o cooperativismo e o sindicalismo (*trade-unionismo*).

Além de Owen, toda uma geração de pensadores sociais da primeira metade do século XIX (Saint-Simon, Fourier, Bouchez, King, Blanc e outros) escreveu – e muitas vezes também participou ativamente – de experiências sociais que pretendiam superar as misérias do capitalismo a partir da disseminação de formas associativas e cooperativas de existência econômica em meio ao crescimento e expansão social e política das instituições capitalistas.

Essas correntes eram a expressão das profundas crises que acompanharam a mecanização da economia moderna, tanto quanto o foram os movimentos políticos: o cartismo na Inglaterra e as duas revoluções na França. Mas, diversamente destas, que aspiravam a modificar o regime político e a posição do poder, os movimentos cooperativistas pretendiam começar pela criação de uma realidade social, sem a qual nenhuma modificação das relações jurídicas pode conduzir à realização do socialismo. Eles foram acusados de sobrestimar a participação do homem na transformação e subestimar as circunstâncias. Mas, para se conhecerem as possibilidades do homem, numa determinada situação, não há outro meio senão exigir dele um esforço extraordinário para modificá-las (Buber, 1986: 77-78).

Quando Marx encontrou a Proudhon em Paris, no outono/inverno de 1844/45, ambos começavam a construir a crítica (que pretendiam “científica”) dos movimentos sociais das últimas décadas (Morel, 2003: 12-13). Eles buscavam, a partir de leituras distintas da dialética hegeliana, uma interpretação da história que fosse capaz de orientar “cientificamente” o movimento operário na luta pela superação do capitalismo. Se suas perspectivas e personalidades lhes impediram a construção de uma unidade teórica, Marx e os proudhonianos não deixaram, porém, de se reunir vinte anos depois para fundarem a Associação Internacional dos Trabalhadores, ou mesmo de lutarem juntos – os proudhonianos e os poucos marxistas de Paris – nas barricadas da Comuna de 1871.¹

Na época dos primeiros encontros, embora Marx não negasse a força e a importância das experiências cooperativas, ele enfatizava a necessidade da organização política dos trabalhadores e preconizava que a transformação da sociedade não prescindiria de um Estado dirigido pelas classes subordinadas no capitalismo, contra a ordem que se queria abolir. Proudhon, ao contrário, via nas associações econômicas o germe de federações livremente constituídas em oposição ao próprio Estado (e a necessidade da abolição deste, como uma estrutura de poder de classe contra classe) como prerrogativa para a superação do capitalismo (Marx, 2004; Proudhon, 2003). Mais tarde, à luz da experiência da Comuna, Marx escreveria que o martírio dos operários parisienses não havia

¹ O debate entre Proudhon e Marx consistia em divergências a partir de formulações diferenciadas da economia política, bem como do método próprio da dialética. Para uma contextualização histórica deste debate ver Netto (2004). Para uma análise do debate em torno das expectativas do associativismo econômico e do cooperativismo ver Cruz (2006).

sido em vão, e que sua experiência havia prefigurado as estruturas básicas do futuro estado socialista: o poder político dos conselhos de operários e a produção cooperativa em unidades coordenadas entre si.

Sim, cavalheiros, a Comuna pretendia abolir essa propriedade de classe que converte o trabalho de muitos na riqueza de uns poucos. A Comuna aspirava à expropriação dos expropriadores. [...] Mas isso é o comunismo, o “irrealizável” comunismo! Contudo, os indivíduos das classes dominantes bastante inteligentes para perceber a impossibilidade de perpetuar o sistema atual – e não são poucos – erigiram-se nos apóstolos enfadonhos e prolixos da produção cooperativa. Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardil; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, conseqüências inevitáveis da produção capitalista – que será isso, cavalheiros, senão comunismo, comunismo “realizável”? (Marx, 1984: 84).

Mais tarde, completando *O Capital* a partir das anotações de Marx, Engels escreveria que “as fábricas cooperativas dos próprios trabalhadores são, dentro da antiga forma, a primeira ruptura da antiga forma (...). A antítese entre capital e trabalho dentro das mesmas está abolida, ainda que inicialmente apenas na forma em que os trabalhadores, como associação, sejam seus próprios capitalistas, isto é, apliquem os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho” (Marx, 1986: 334-335).

Voltando ao mesmo dezembro de 1844, quando Marx e Proudhon se encontravam em Paris, um grupo de tecelões fundava, no coração industrial da Inglaterra, a poucos quilômetros de Manchester, a *Rochdale Equitable Pioneers Society*, que mais tarde seria considerada a primeira das experiências modernas do cooperativismo. Mais uma vez, não havia separação entre cooperativismo e sindicalismo: dos 28 *Pioneers*, a metade deles era owenista, muitos haviam participado do movimento cartista, outros eram socialistas (“fabianos”) e quase todos eram militantes trade-unionistas (Buber, 1986; Singer, 2002).

A lenda do “apartidarismo” do movimento cooperativista, construída no século XX em muitos países, não tem fundamento histórico. O associativismo econômico e o cooperativismo estiveram desde sempre vinculados à contestação das relações capitalistas. Isto vale também para as iniciativas vinculadas ao socialismo cristão da segunda metade do século XIX, que se não pretendia uma

revolução das estruturas sociais, tampouco se abstinha de denunciar a pobreza e a miséria produzidas pelo capitalismo.

Quando o movimento operário europeu ascendeu à condição de força política capaz de aspirar ao poder – e à transformação das estruturas sociais – nas últimas décadas do século XIX, outra vez o debate em torno das relações entre cooperativismo e transformação social fez parte do cenário principal das polêmicas.

O maior e mais importante partido socialista da Europa de então, o Partido Social-Democrata (SPD) da Alemanha, trouxe à luz, no ano de 1899, três textos que confrontariam a questão, escritos por três de seus principais líderes, que chefiavam suas três correntes principais. Todos tinham em comum a idéia marxista da luta política pelo controle do Estado como o meio privilegiado de ação, mas divergiam (entre outras coisas) quanto ao papel que o cooperativismo cumpriria nesta luta, e mesmo depois, no processo de transição do capitalismo ao socialismo.

Eduard Bernstein publicou, nesse ano, *A construção do socialismo e as tarefas da social-democracia*. Sua perspectiva do socialismo era bastante cética em relação à socialização dos meios de produção, mas acreditava que a intervenção regulatória do Estado poderia melhorar significativamente a vida dos trabalhadores. As cooperativas de consumo, na sua opinião, cumpriam um papel decisivo ao reduzir os preços de compra das mercadorias, potenciando a capacidade de negociação dos consumidores; as cooperativas agrícolas evitavam a monopolização da terra e garantiam a sobrevivência dos pequenos produtores. As cooperativas de produção, entretanto, eram vistas por ele como algo fadado ao fracasso, já que os trabalhadores não estavam preparados para administrar coletivamente os empreendimentos: “*o que a própria comunidade não puder tomar ela própria em suas mãos, seja pelo Estado, pelo distrito ou pela municipalidade, faria muito melhor, pelo menos em épocas tempestuosas, deixando como está e não se metendo em seu funcionamento normal*” (Bernstein, 1997: 101).

O texto de Rosa Luxemburg – *Reforma ou revolução?* – era um ataque frontal às teses de Bernstein. Ela não admitia qualquer papel positivo das cooperativas em relação à transição ao socialismo, já que embora elas abolissem as relações de produção capitalista em seu interior, estavam subordinadas à lógica do mercado, o que as obrigava a estabelecer formas “auto-exploratórias” de trabalho, sem o quê as iniciativas não poderiam sustentar-se frente à concorrência capitalista (Luxemburg, 2005).

Karl Kautsky, o mais importante líder do SPD, publicou *A questão agrária*. Em diversos trechos ele defende a importância do cooperativismo como uma

espécie de escola do socialismo e que as cooperativas de produção, especialmente, tinham um papel fundamental no desenvolvimento da consciência dos trabalhadores e no aprendizado da gestão coletiva da economia (Kautsky, 1987).

O debate no interior do SPD não se resumiu a uma digressão teórica. Suas posições fundamentaram a relação entre o Estado, o mercado e as cooperativas durante praticamente todo o século XX, em dois diferentes modelos de regulação social – sob o estatismo soviético que se seguiu à Revolução Bolchevique, de um lado; e sob o Estado de bem-estar social, constituído a partir de situações políticas diversas² – mas todas de inspiração keynesiana –, na Europa Ocidental do pós-guerra.³ No segundo caso, as idéias de Bernstein predominaram amplamente. No primeiro caso, sob o regime stalinista, as teses de Rosa Luxemburg de alguma maneira prevaleceram, à medida que o Estado negou às cooperativas – que aliás existiam em profusão – qualquer autonomia efetiva em relação ao poder político estabelecido.

Quando ambos os modelos (o soviético e o *welfare-state*) colapsaram, a hegemonia neoliberal atacou ferozmente as idéias que subjaziam às experiências associativas que ainda existiam. A primazia do indivíduo sobre os coletivos e do mercado sobre o Estado parecia colocar em questão a razoabilidade de qualquer resquício de associativismo econômico.

Não tardou mais que uma década, entretanto, para o associativismo resurgir com força na periferia do capitalismo, sob uma gama variada de novos nomes: economia social, economia solidária, sócio-economia solidária, novo cooperativismo, etc. De modo geral, essas experiências resultaram da resposta dos movimentos sociais dos anos 70 e 80 do século passado, fortemente atingidos pela onda neoliberal, às novas condições econômicas dos anos 1990, muito mais precárias que à época dos modelos do *welfare* e do desenvolvimentismo. Em geral, a economia solidária (como chamaremos aqui ao processo

² Na Grã-Bretanha, o poder passou dos conservadores para os trabalhistas; na França, o gaullismo (com a V República) teve influência na vida política francesa; na Itália, estavam presentes partidos da democracia-cristã, mas com um partido comunista forte, governando localidades importantes; na Alemanha, partidos moderados construíram um certo consenso em torno do processo: democratas-cristãos, liberais e social-democratas. Sobre a história do Estado de bem-estar social na Europa, ver Sassoon (2000).

³ O modelo desenvolvimentista, em voga nos anos 1950, 1960 e 1970 nos países da periferia e semi-periferia, estruturava-se sob as mesmas matrizes teóricas do *welfare-state*, embora sob uma realidade histórica (sócio-econômica) diferenciada. De qualquer forma, o ciclo de ascensão e desmantelamento do modelo dos países centrais foi seguido de perto, com diferenças de poucos anos, pelo modelo periférico.

de organização econômico-associativa dos trabalhadores) resultou da síntese entre a precarização das condições de sobrevivência dos trabalhadores, de um lado, e dos valores sociais incorporados por parte desses trabalhadores durante o período das lutas sociais das décadas precedentes – valores como participação, democracia, igualdade, solidariedade etc. (Santos e Rodrigues, 2002; Gaiger, 2005; Cruz, 2006), de outro lado. O ciclo de formação dos empreendimentos coincide em todo lugar: lideranças experimentadas pela ação coletiva (no sindicato, na associação comunitária, no orçamento participativo, na comunidade eclesial de base, na luta pela reforma agrária etc.), mas que, encontrando-se sob uma situação precária de trabalho, nucleiam um grupo mais amplo de trabalhadores que – igualmente – estão em situação de pobreza, ainda que sem as mesmas experiências e consciência política. É deste cadinho que aparecem as iniciativas (Cruz, 2006; Fajn, 2003), foi assim que surgiram cooperativas originadas da chamada “economia popular” (Tiriba, 2001; Cruz, 2006), empresas falidas e recuperadas por seus trabalhadores (Holzmann, 2001; Fajn, 2003; Novaes, 2005; Azevedo, 2007), cooperativas de construção por ajuda mútua (Cafardo, 2003), cooperativas de crédito solidário e instituições de microcrédito (Búrigo, 2006), clubes de trocas (Hintze *et al.*, 2003), redes de comercialização (Icaza e Freitas, 2006) e outras formas de iniciativas econômicas associativas autogeridas. Foi assim também que em muitos países da periferia e da semiperiferia surgiram políticas públicas destinadas a apoiar esses empreendimentos (Lebouté, 2003; França Filho *et al.*, 2006; Barbosa, 2007), que se constituíram ações acadêmicas de pesquisa e de extensão como incubadoras de cooperativas populares no Brasil (Guimarães, 1999; Cruz e Santos, 2008) e outros países latino-americanos. Enfim, uma pluralidade de iniciativas que se reconhecem como economia solidária, pela defesa de valores comuns (autogestionários/participativos e solidários) e pela contestação às formas de relação social típicas do capitalismo.

Neste sentido, a economia solidária – assim como o velho cooperativismo –, também nasce geminada à contestação social. Assim, também, ela propõe valores antagônicos aos valores individualistas do liberalismo, contrapondo-se à hegemonia vigente. Entretanto, a economia solidária nasce numa situação histórica diferente, em que o problema da pobreza já não está mais apenas vinculado à exploração direta do capital sobre o trabalho, senão que aparece como uma resposta à sua ausência: está vinculada ao desemprego, à saturação do mercado informal autônomo, à disseminação de formas ilegais (e até mesmo violentas) de sobrevivência econômica; está vinculada às tradições

rurais transmitidas à periferia das grandes cidades através dos migrantes, de solidariedades várias em meio às dificuldades cotidianas, das ajudas e dos auxílios recíprocos etc. Enfim, formas precarizadas de trabalho expressas como principais reflexos da questão social (Castel *et al.*, 2004; Antunes, 2006). Na maioria dos casos, a economia solidária já não aparece como uma opção contra a exploração – como era o caso do velho cooperativismo – mas como a *única* alternativa de sobrevivência, afora as saídas desesperadas da violência e da contravenção. O novo associativismo nasce, de fato, da solidariedade dos despossuídos, enquanto as formas já consolidadas (do cooperativismo tradicional, como seu melhor exemplo) seguem produzindo efeitos relativamente positivos para seus associados, em quase todos os lugares.⁴

2. A Economia Solidária como novo associativismo: diferentes olhares

A emergência dessas novas experiências associativas vem suscitando um conjunto heterogêneo de abordagens, que de alguma maneira procuram explicar o fenômeno e ao mesmo tempo delinear suas perspectivas de futuro. Como parte do esforço de compreensão e de crítica, elas representam pontos de vista que ora se aproximam e ora se distanciam quanto ao significado e quanto às possibilidades de futuro deste processo.

Uma tentativa de agrupar estas abordagens em função das identidades que nelas podemos perceber – com todos os riscos que isto implica –, nos permite entrever quatro concepções distintas:

- uma primeira, que busca na economia solidária uma *função social* no sentido durkheimiano do termo, consagrando-lhe a idéia de um processo de iniciativas de *inclusão social*;
- uma segunda perspectiva, que vê a economia solidária como uma alternativa para o desenvolvimento local em oposição à mundialização oligopólica do capitalismo contemporâneo;

⁴ Embora configurações políticas e contextuais diferentes entre o “velho” e o “novo” associativismo, um não pode ser desconsiderado em detrimento do outro. As novas experiências sociais correm sérios riscos de serem invisibilizadas, uma vez que elas ocupam um espaço pouco privilegiado no campo das expectativas, sendo muitas vezes tidas simplesmente como “inexistentes”. Todavia, a visibilidade das possíveis práticas de emancipação social depende de uma visão híbrida – considerando diferentes saberes –, mas atenta ao que está emergindo de possibilidades alternativas. Para uma reflexão sobre o “desperdício das experiências”, ver Santos, B. S. (2006).

- uma terceira vertente, essencialmente crítica, que retoma as concepções de Rosa Luxemburg e busca (ou tenta, pelo menos) identificar a economia solidária às “ilusões” do socialismo utópico, identificando-se com as críticas de Marx a Proudhon (em *Miséria da filosofia*) e de Rosa Luxemburg a Bernstein (*Reforma ou revolução?*);
- uma quarta abordagem, que procura analisar a dinâmica da economia solidária a partir de seu movimento temporal, dentro de uma perspectiva dialética, e que a vê ao mesmo tempo como resultado de uma articulação histórica entre a lógica concentradora/excludente do capitalismo e a contestação dos trabalhadores, mas também como um processo contraditório de subordinação e de negação – ao mesmo tempo – às estruturas do mercado capitalista e de sua dinâmica. Trata-se de uma leitura que não desperdiça a experiência e olha para o processo considerando a capacidade emancipatória e transformadora dos empreendimentos de economia solidária.

Primeira perspectiva: economia solidária como inclusão social

A primeira concepção, longe de ser uma opção teórico-metodológica de tipo funcionalista, por parte daqueles que a defendem, deriva, de modo geral, de uma perspectiva “pragmática” em relação ao campo concreto da ação da economia solidária. Concebe o novo associativismo econômico como resposta à reestruturação produtiva e à flexibilização do trabalho e, muitas vezes, subestima a compreensão dos trabalhadores em relação ao significado de suas experiências. Para esta perspectiva, a economia solidária é o resultado dos movimentos sociais e de outras instituições vinculadas à ação social: ONGs, universidades e organismos governamentais voltados à formulação e execução de políticas sociais. Voltamos aí, de alguma forma, à idéia da “classe-trabalhadora-objeto”, com que parte da sociologia do século XX costumava avaliar o comportamento dos trabalhadores em termos da influência que sofriam dos governos, dos partidos dominantes, das igrejas, dos comunistas etc.

Parte importante das políticas públicas de “geração de emprego, trabalho e renda” ou de desenvolvimento local, que se volta para a economia solidária, independente do matiz político ou ideológico dos mandatários públicos, está de fato impregnada desta perspectiva. Costuma, igualmente e de fato, produzir efeitos contraditórios sobre o movimento da economia solidária, uma vez que ao mesmo tempo em que garante o suporte necessário (em termos de financiamento, apoio logístico, qualificação para o trabalho e para a gestão etc.), cria – via

de regra – laços de dependência de toda ordem entre os empreendimentos e seus “patrocinadores”. A formação e consolidação das iniciativas não resultam, nesse caso, de uma ação de sujeitos históricos dispostos a construir suas alternativas, mas sim de trabalhadores que buscam fugir à precariedade e à pobreza através da ajuda e do auxílio que possam obter. Esta “nova filantropia”, embora muitas vezes sem uma consciência profunda da matriz teórica que a anima, acredita e explicita a idéia da “inclusão social” e da necessidade do Estado e da sociedade civil atuarem como promotores desse processo.

Muitas vezes, entretanto, a teoria dedicada ao tema se deixa levar pela confusão entre ideologia e processo histórico, e trata as políticas públicas orientadas sob esta perspectiva como se elas fossem a causa, e não o resultado da (re)emergência da economia solidária. Ao analisar não mais que a superfície aparente da questão a partir daquilo que a literatura descreve como *economia solidária* – ao invés de incorporar a forma como os próprios trabalhadores avaliam a sua ação –, tal abordagem termina por apagar as relações estruturantes do capitalismo, que atua incessantemente como uma máquina de exclusão social. Daí os apelos ao “empreendedorismo social” e ao “papel cívico do Terceiro Setor”, ou mesmo ao retorno do Estado de bem-estar (ou desenvolvimentista) como “impulsionador de uma nova economia” marcada pela solidariedade, sem qualquer combate efetivo por parte deste mesmo Estado à ação do capital. O “solidário” aparece aí como adjetivo de uma economia de pobres e para pobres, construída em meio à “verdadeira economia”, marcada pela competitividade, pela otimização da rentabilidade e pela concentração mundial de capital.⁵

Segunda perspectiva: economia solidária como alternativa ao desenvolvimento local

A segunda concepção que trataremos aqui, de alguma forma, deriva da primeira. Ela concebe a economia solidária como uma forma alternativa de desenvolvimento local, que buscaria re-inserir um determinado território sócio-geográfico na agenda do mercado global ou, numa versão um pouco mais alternativa, numa condição de garantir o desenvolvimento “sustentável” dessa população a partir de ações coletivas e associativas de caráter restrito, num nível de metabolismo

⁵ Apropriados desta perspectiva e certos de que a economia solidária pouco compromete o *status quo*, muitos governos, declarados de direita, e empresas conservadoras, estão inserindo e motivando políticas de economia solidária em suas plataformas de governo e em suas políticas de responsabilidade social.

econômico e social coerente com suas condições subordinadas de desenvolvimento econômico e social.

Tal perspectiva, embora com as devidas denúncias, acomoda-se à lógica excludente do sistema produtor de mercadorias e se insere ao processo numa escala geográfica “micro”, onde o esforço vital está destinado à revitalização econômica da sociedade local, sem um envolvimento maior que vincule seus movimentos à luta mais geral – pela superação das relações sociais. O caso das cooperativas bascas de Mondragón e o associativismo da Terceira Itália, por exemplo, servem para reforçar um compromisso com o desenvolvimento local, mas nem sempre com a transformação mais abrangente da sociedade. Esta perspectiva, entretanto, apesar de exercitar de alguma forma a crítica ao modelo liberal, denunciando seus efeitos sociais perversos, concebe a economia solidária como uma espécie de “sobrevivência possível”, sem – necessariamente – considerar o caráter eminentemente contraditório que representa a constituição de empreendimentos alicerçados sob outra lógica e sob outra ética em meio a mercados oligopolísticos, financeirizados e dominados pela competitividade.

Ambas as vertentes “reconhecem” que as alternativas de economia solidária são limitadas e subordinadas ao modelo em voga.

Terceira perspectiva: economia solidária como re-edição da ilusões do socialismo utópico

A terceira vertente teórica apresenta-se exatamente na contramão dessas concepções anteriores, negando à economia solidária qualquer caráter progressista, muito menos emancipatório. Ela tem a pretensão de retomar a argumentação crítica de Marx a Proudhon (de 1845-47) e do ataque de Rosa Luxemburg a Bernstein (1899). Tal elaboração se fundamenta no caráter híbrido dos empreendimentos associativos, que embora busquem superar as relações sociais de produção capitalistas, estariam submetidos à lógica da acumulação do capital e, portanto, da concorrência capitalista. Neste caso, ao invés de contribuírem para a emancipação social, os empreendimentos não fariam mais que reproduzir – em linhas gerais – o movimento mesmo do capital, transformando seus trabalhadores em agentes subordinados da competição do mercado e descarnando-os da luta política pela superação das relações sociais de produção que estruturam a sociedade capitalista.

Entre outros equívocos, esses autores ignoram os conceitos básicos do cooperativismo, e aceitando a formalização jurídica como uma equivalente da sua concepção histórica, muitos autores identificam as cooperativas precarizadoras

de trabalho⁶ como parte da “economia solidária”. Assim, segundo esta corrente, as contradições teóricas e práticas do associativismo econômico, em sua versão contemporânea, seriam/serão ainda mais acirradas em função da re-regulamentação das relações laborais sob a ótica neoliberal. Isto não apenas permitiria, mas também conduziria os coletivos de trabalhadores à aceitação de condições de trabalho precárias em seus empreendimentos associativos, com o fim exclusivo de escapar à marginalização pelo desemprego crônico, ou à miséria em função de seu inaccessível ao trabalho formal assalariado. Referindo-se à instalação de cooperativas deste tipo na região nordeste do Brasil (a mais pobre do país), Lima expõe a situação:

A vantagem da utilização dessas cooperativas estaria na utilização de força de trabalho sem o ônus de sua gestão direta e dos custos presentes no contrato de trabalho – o que reduziria em torno de 50% os custos com pagamentos de salários, segundo um diretor de cooperativa – além de estarem distantes das pressões sindicais existentes nas capitais.

As cooperativas foram organizadas pelo Estado, direta ou indiretamente, e subcontratadas por empresas para realizarem parte da produção. Era uma forma das empresas garantirem o controle sobre a qualidade da produção das cooperativas, sem responsabilidades com a força de trabalho (Lima, 2002: 11).

Variante da mesma perspectiva é aquela que acredita que os coletivos que empreendem solidariamente o fazem, via de regra, sob a tutela de agentes externos (programas públicos, ong’s ou incubadoras universitárias etc.), que por sua vez, não fazem mais que responder – de forma compensatória (e não emancipatória, portanto) – às mazelas da reestruturação produtiva, da nova regulamentação do trabalho e de seus efeitos. Tomando também o Brasil como exemplo, afirma Barbosa:

Uma segunda inovação de relevo diz respeito aos sujeitos políticos indutores dessas práticas, em geral atuantes nos processos de renovação da democracia no país como sujeitos coletivos representados nos sindicatos, igrejas, universidades, entidades civis de direitos humanos e partidos de esquerda, no caso,

⁶ Cooperativas fraudulentas que se apropriam da legislação e da idéia do cooperativismo para terceirizar trabalho e reduzir custos sociais de empresas convencionais (ou mesmo órgãos públicos) contratantes.

principalmente o Partido dos Trabalhadores. No conjunto, esses sujeitos migram da ações mais reivindicatórias de enfrentamento do desemprego e da qualidade das relações de trabalho, junto ao poder público e empresariado, para a colaboração com soluções pragmáticas ao deserto da desocupação. Não qualquer solução, é claro, mas as que tivessem os traçados da economia solidária (Barbosa, 2007: 90).

A economia solidária, sob esta ótica, é concebida como uma resposta de vanguardas do movimento social, ou de intelectuais, que está deslocada da tradição de resistência e luta das classes subordinadas, que não questiona o *status quo*, mas termina por reforçá-lo à medida que oferece aos trabalhadores a ilusão da autonomia do trabalho, quando “na verdade” estaria submetendo-os à subordinação do mercado e a condições de trabalho e de remuneração que são um retrocesso em relação às condições asseguradas anteriormente pelo Estado de bem-estar ou pelo desenvolvimentismo.

Quarta perspectiva: economia solidária como síntese dialética da resistência social contra os efeitos do neoliberalismo

Embora o conjunto dessas concepções anteriores seja capaz de captar parte do processo, elas permitem entrever um idealismo funcional (no primeiro e segundo casos) ou uma crítica estruturalista (no terceiro caso) que pouco explica a dinâmica do processo de formação, consolidação e expansão da economia solidária nos países do Sul. É claro que a economia solidária representa a busca por postos de trabalho e melhores oportunidades de renda; ela também se apresenta como uma alternativa ao modelo globalizante de desenvolvimento; é claro que as tensões internas e externas aos empreendimentos são responsáveis pela degeneração ou simplesmente pelo desaparecimento de uma parte significativa das iniciativas começadas, e que inclusive, muitas vezes, desenvolvem formas de dependência relacionadas a outros agentes sociais.

Tudo isto é inegável. Entretanto, a economia solidária importa um processo social de complexidade muito superior, via de regra ignorada. Aquelas perspectivas não levam em consideração a amplitude de experiências sociais que são pouco consideradas e neste sentido muitas das questões que existem em nossa realidade são simplesmente *produzidas* como “inexistentes”. Parece faltar-lhes a necessária atenção de uma ciência social capaz de perceber (e visibilizar) as práticas de emancipação social que estão emergindo de outras possibilidades alternativas (Santos, B. S., 1987; 1995; 2000).

Em primeiro lugar, para além dos postos de trabalho gerados,⁷ a forma autogestionária (princípio chave da economia solidária) coloca em cheque diretamente a cultura da heteronomia típica das empresas convencionais. Ela questiona as relações de mando/subordinação das relações de trabalho típicas do capitalismo; abre espaço para a formação de uma atitude crítica em relação ao exercício do poder de forma individual – numa expressão: institui e exercita novos valores, ancorados na participação e na democracia (Santos, A. M., 2007). Se em muitos empreendimentos estas novas relações se encontram em perigo, também é verdade que a sua mera constituição como empreendimento solidário – quando eventualmente se degenerarem – já trouxe consigo uma experiência pedagógica fundante na vida dessas pessoas (Tiriba, 2001; Cruz, 2006; Santos, A. M., 2004). Num levantamento conceitualmente rigoroso realizado no Brasil entre 2006 e 2007 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, foram encontrados 21.856 empreendimentos de economia solidária, reunindo no total cerca de 1,7 milhão de pessoas,⁸ o que representa quase 2% da população economicamente ativa desse país, onde a economia solidária recebe o apoio de muitos sindicatos e de movimentos sociais expressivos, como o Movimento Sem Terra (MST), por exemplo.

De modo geral, as críticas à economia solidária costumam pôr em questão a existência, de fato, da autogestão e da crítica às relações de produção capitalistas nas experiências. Entendemos que essas críticas não passaram pelo rigor da observação empírica: são produzidas desde um olhar “crítico-crítico”, que “imagina” os empreendimentos, ao invés de conhecê-los para interpretá-los.

Em segundo lugar, para além de tornar-se uma alternativa ao modelo de desenvolvimento da globalização, a economia solidária defronta-se com um conjunto imensurável e muito rígido de estruturas econômicas que desafiam sua viabilidade e sustentabilidade no longo prazo: sistemas legais, de financiamento/crédito e de comercialização, instituições de conhecimento e pesquisa etc. adequados e preparados para atender às necessidades do grande capital, especialmente, e das empresas convencionais, pequenas ou médias,

⁷ Que não representam, necessariamente, novos postos de trabalho, mas apenas – muitas vezes – substituição de outros postos de trabalhos assalariados ou autônomos.

⁸ Disponível em <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>, acesso em 26/09/2008. Desse total de empreendimentos, menos que 10% (2.115) eram cooperativas, embora a Organização das Cooperativas do Brasil indique a existência de quase 8 mil cooperativas (isto é, para a SENAES, três entre cada quatro cooperativas não são solidárias). A metade dos empreendimentos recenseados pela SENAES eram associações (11.326).

secundariamente. Sob nenhum aspecto essas infra-estruturas econômicas estão preparadas para suportar e apoiar a formação de empreendimentos dos “empreendedores sem-capital”, isto é, dos trabalhadores associados. Se a segunda vertente acerta ao demonstrar que apesar das dificuldades estruturais a economia solidária cresce e avança, ainda é necessário considerar que este crescimento se tornará cada vez mais difícil à medida que os empreendimentos associativos possam, a muito custo, comprometer a sustentação econômica de empresas convencionais concorrentes. O discurso empresarial – que costuma acusar as cooperativas de “serem privilegiadas e não pagarem impostos” (quando isto de fato acontece é com as grandes empresas!) – é a primeira dessas manifestações que tem continuação sob as mais variadas formas de pressão política para que as diversas legislações estabeleçam restrições severas ao desenvolvimento das formas associativas.⁹

Em terceiro lugar, e por outro lado, se também é verdade que as estruturas de mercado tensionam negativamente (opositivamente) a economia solidária, não convém subestimar a capacidade crítica de seus sujeitos. Os trabalhadores associados “escolhem” enfrentar esses obstáculos e tensionamentos, pois certamente haveria outras “alternativas”: viver sob as migalhas da filantropia; buscar a sorte no empreendimento individual precário (trabalho informal, comércio ambulante etc.); sobreviver a partir de expedientes ilícitos (tráfico, prostituição, roubo, contrabando...) etc. Escolhem empreender associativamente porque se apropriam de valores não capitalistas, percebem os limites de sua empreitada e decidem desafiar-los conscientemente. Dizer que necessariamente as constrictões do mercado farão claudicar essas iniciativas pode significar ignorar o processo histórico que as trouxe até aqui.

A quarta vertente teórica é aquela que busca compreender a economia solidária a partir dessa ótica, isto é, da perspectiva dos trabalhadores associados.

Luiz Razeto – chileno, sociólogo (1984; 1990), Paul Singer – brasileiro, economista (1997; 1998; 2000), José Luis Coraggio – argentino, economista (1994; 1998; 2000) e Orlando Nuñez – nicaraguense, economista (1995; 1998) exemplificam esta vertente. Embora suas formulações teóricas não coincidam

⁹ Isto vai desde a privatização do lixo (denunciada pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, do Brasil) até a luta contra a reforma agrária, ou ainda pelo estabelecimento de exigências de normas técnicas para comercialização de produtos que beneficiam determinadas empresas; some-se a isto as restrições às operações das pequenas cooperativas de crédito e bancos comunitários, as restrições formais à participação de cooperativas e associações em licitações públicas de governos de vários níveis em vários estados nacionais etc.

plenamente, seus trabalhos partem de um questionamento simples, construído a partir do enfrentamento prático-político da pobreza em seus países, o que de alguma forma se aproxima também da trajetória de Muhamed Yunus – bengali, economista (Yunus e Jolis, 2001). A pergunta de onde partem todos eles é: se não há emprego ou trabalho e se a seguridade social é insuficiente ou simplesmente inexistente – sobretudo em tempos de hegemonia neoliberal –, então como os pobres sobrevivem?

Ao buscar a resposta a esta questão nas práticas econômicas dos setores populares, todos esses autores encontraram – cada um em seu país – formas diversas de enfrentamento coletivo e associativo da pobreza pelos próprios pobres, que buscam subsistir economicamente, ainda que a resistência política não faça parte diretamente das vidas de todos os empreendedores solidários, mas certamente de uma parte significativa deles.

Muitas práticas contraditórias, nesta busca da sobrevivência, são observáveis: algumas reproduzem o caráter individualizante do capitalismo, outras procuram alternativas ancoradas no esforço coletivo. Pode-se viver de pequenos trabalhos e de expedientes variados (donativos, assistência filantrópica...), de pequenas ou grandes ilicitudes (desvio de linhas elétricas e telefônicas, roubos, prostituição, tráfico...), de trabalho e de pequenos negócios informais e irregulares (prestação de serviços variados, comércio ambulante etc.). Tais estratégias podem estar combinadas a formas variadas de cooperação – para construir a casa ou parte dela, para cuidar das crianças enquanto as mães trabalham, para atender solicitações de trabalho que exigem mais do que aquilo que apenas um pode fazer etc. Finalmente, há casos em que esses processos de cooperação transcendem a mera solidariedade pessoal e se tornam estratégias de (pequenos ou grandes) negócios, com graus crescentes de organização e de profissionalismo. Há muitos casos em que a luta sócio-política pela manutenção dos postos de trabalho (como quando uma empresa que está fechando suas portas) deriva na recuperação da empresa, na forma de uma cooperativa, pelos seus próprios trabalhadores; há o caso dos “sem-terra” brasileiros que, na luta pela reforma agrária, se organizam em cooperativas quando são assentados e precisam produzir para viver.

É esta dinâmica (de produzir para viver), por exemplo, que inspira o título do segundo volume da coleção “Reinventar a Emancipação Social” (Santos e Rodriguez, 2002).

O programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações

econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. O avanço da economia solidária não prescinde inteiramente do apoio do Estado e do fundo público, sobretudo para o resgate de comunidades miseráveis, destituídas do mínimo de recursos que permita encetar algum processo de auto-emancipação. Mas, para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade, e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana etc. (Singer, 2002: 112).

3. Economia solidária e ação social: quais desdobramentos?

Das quatro abordagens que identificamos, pode-se traduzir a categorização do fenômeno da economia solidária sob três diferentes perspectivas histórico-teóricas: como *forma de inclusão social*, como *clientelismo social e mistificação ideológica*, ou como *projeto emancipatório*.

Não se trata de repetir argumentos, mas convém, antes de prosseguirmos, analisar aquilo que parece ser o desdobramento lógico, em termos de ação e política social, das diferentes leituras. Em outras palavras, que prática política resulta logicamente da transição que preside a passagem do discurso analítico para a prática política?

Evidentemente, o exercício que propomos aqui não é “neutro”: ele pressupõe um ponto de vista a partir do qual se olha os demais olhares. Nós o faremos buscando um olhar orientado pela teoria crítica comprometida com a diversidade do mundo, procurando entender e conciliar diferentes experiências capazes de transformação social, *atentos* às possibilidades emancipatórias das experiências que emergem.

A primeira idéia – a da economia solidária como uma *forma de inclusão social* – pressupõe a existência de uma sociedade e de um mercado que hipoteticamente *podem* incluir a todos. O significado de *solidariedade*, aqui, aproxima-se das concepções funcionalistas, que entendem as relações sociais em termos de *coesão vs. anomia*, onde a solidariedade social se expressa na forma de valores (sociais, políticos, culturais etc.) compartilhados por todos e onde o trabalho aparece como substrato material dessa *consciência coletiva*, permitindo à comunidade ou sociedade reproduzir-se economicamente, reforçando os valores comuns. No caso da economia solidária, o exercício de integração ao grupo econômico, que através do trabalho recupera a inserção econômica e social dos indivíduos, permitiria também a recomposição da própria sociedade, à medida que garantiria inclusão

(integração) do indivíduo no grupo social da empresa, e no próprio mercado; ela recuperaria a crença no caráter coletivo do processo social e permitiria aos trabalhadores associados sentirem-se parte, outra vez, da sociedade como um todo.

Esta compreensão, embora na maioria das vezes não incorpore clara e explicitamente a concepção teórica que a governa, guarda lógica e coerência internas. Ela é consistente, por exemplo, com o caráter “anti-cíclico” (no sentido keynesiano ou talvez kaleckiano da expressão) da economia solidária, pois – neste caso – seria a busca da re-integração social que moveria os grupos. Também é assim no que diz respeito à experiência simbólica das iniciativas: o êxito dos empreendimentos recuperaria a auto-estima de seus participantes, empurrando-os a novos desafios e conquistas pessoais (voltar a estudar, participar politicamente, libertar-se de relações opressivas de gênero etc.). O fato do mercado convencional não estabelecer distinção entre iniciativas convencionais e iniciativas solidárias, segundo esta perspectiva, seria mais uma prova de que é possível integrar harmonicamente iniciativas de ambos os tipos, numa “economia plural”.

Entretanto, o que tal concepção pouco considera é a origem mesma da economia solidária. Isto é: por que é necessário reagir à exclusão, buscando a re-inclusão? O que produz a exclusão, produzindo a economia solidária? Por que o mercado convencional e a sociedade que lhe corresponde não são capazes de evitar as mazelas da exclusão e da pobreza, obrigando os trabalhadores a um esforço extraordinário de associação para a re-inserção?

Em suma, esta elaboração pressupõe a exclusão social como um efeito sobrelevável de uma disfuncionalidade que a economia solidária ajudaria a superar.

Nesse caso, também, ganharia coerência a visão que, desde uma perspectiva anti-capitalista, denuncia o caráter mistificador/ideologizante da economia solidária.

A economia é o lugar da competição e da guerra. Os espaços de solidariedade são aqueles dominados por outros fins, por outros valores e por outras práticas. Daí a perplexidade frente à expressão “economia solidária”. [...] Um projeto amplo, abrangente de solidariedade é inseparável da crítica da economia. Não é possível construir um projeto de solidariedade social, este é o meu ponto de vista, à margem de uma crítica teórica e prática da economia. [...]

Na verdade, longe de pretender-se resgatar a dívida social ou ajudar os pobres, a operação apenas pretende bloquear o debate sobre as causas nada conjunturais das emergências assim como sobre as opções e alternativas de política (Vainer, 2000: 47 e 52).

Esta perspectiva crítica denuncia justamente a *falsa-hipótese* “includente” do mercado e da sociedade capitalistas. Recupera os fundamentos da crítica da economia política para mostrar que, longe de uma perspectiva de “incluir a todos”, o mercado capitalista é uma máquina de exclusão e que sua lógica pressupõe que todo esforço de inclusão é anulado pela lógica excludente do sistema.¹⁰

Infelizmente, esses autores incluem a economia solidária dentre as formas diversas de mistificação da inclusão. Neste sentido, a idéia da cooperação não seria mais que um artifício ideológico cujo sentido é apagar as marcas evidentes da lógica da exclusão, transferindo às suas vítimas a culpa de seu infortúnio. A economia solidária, como resposta aos desajustes do mundo do trabalho gerados pela globalização oligopolística, não seria mais do que uma prática clientelística patrocinada por empresas, organizações governamentais e não-governamentais, dentro da lógica da mistificação.

Assim entendidas, as mudanças não são só econômicas no aparelho produtivo e na apropriação das riquezas, mas também na maneira de as classes sociais pensarem, lidarem e resolverem os dilemas sociais. [...] Não é mais do que isso o que vemos nesse grupo de sujeitos políticos envolvidos na economia solidária – inclusive, de sindicatos de trabalhadores – e no ambiente sociocultural mais amplo favorável aos pequenos negócios e à sua cooperação em rede, como mencionam lideranças de entidades industriais do país e organismos financeiros internacionais (Barbosa, 2007: 67-68).

Neste caso, uma vez desmascarada a *manipulação*, porém, é preciso saber se as “vítimas” da mistificação aceitam seu papel... Isto é: se aqueles que participam dos grupos, associações e cooperativas constituem, de fato, uma “classe trabalhadora-objeto”, cuja emulação provém de sua exterioridade e cujo objetivo é, exclusivamente e apenas, reinsersir-se no mercado. É preciso saber, por exemplo, se esta leitura se aplica aos trabalhadores das empresas recuperadas que lutaram contra a sabotagem de seus antigos patrões; ou ainda, se a luta pela conquista da terra, dos sem-terra, e que se transmuta em luta pela sobrevivência *na terra*, dos assentados da reforma agrária no Brasil, que a travam

¹⁰ Frente à concepção conservadora, dualismos como “inclusão e exclusão” são utilizados como solução cômoda, onde a inserção ocorre em um sistema que, por sua natureza, continuará excluindo e produzindo desigualdades sociais. Trata-se de uma banalização do conceito, um “neologismo enganador” para nomear uma “inclusão perversa” (Martins, 2004) ou uma “exclusão elegante” (Demo, 1998).

em larga escala com a ferramenta do associativismo econômico, é apenas uma forma clientelística de dominação; é preciso saber por que os moradores das cooperativas de construção por ajuda mútua do Uruguai (e a seu exemplo, de vários outros países da América Latina), que se constituem num dos principais movimentos sociais daquele país hoje, participam ativamente das manifestações contra propostas de privatização de empresas estatais (o que uma coisa teria a ver diretamente com a outra?).

Mas, para dar voz aos trabalhadores associados aqui, teríamos que reservar algumas dezenas de páginas para as citações que já se encontram na literatura sobre o tema – pelo menos naquela literatura que se preocupou explicitamente em dar voz aos protagonistas desse processo (Holzmann, 2001; Tiriba, 2001; Fajn, 2003; Gaiger, 2004; Santos, A. M., 2004; Cruz, 2006 e muitos outros...). É de suma importância que os diferentes saberes produzidos pelas experiências de economia solidária sejam considerados, pois são estes que orientam a perspectiva de emancipação.¹¹

Este exercício é fundamental para pensar a emancipação, porque é ele que pode indicar qual o caráter futuro das experiências presentes. Pois afinal, de que falamos, quando falamos em emancipação?

Toda a emancipação constitui uma restituição do mundo humano e das relações humanas ao próprio homem. [...] A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política (Marx, 1993: 63).

É preciso saber, portanto, se a economia solidária restitui aos seus protagonistas a sua condição de sujeito econômico, social e político, ou numa expressão proposta por Marx, sua condição de *ser genérico*, da superação de sua relação com o mundo apenas como indivíduo dotado de necessidades e desejos individuais e que as satisfaz vendendo sua força de trabalho, mas – ao contrário – como partícipe do processo histórico, como sujeito da história na condição de parte constitutiva do mundo social.

¹¹ “O conhecimento emancipação precisa ser uma ecologia dos saberes, não pode ser simplesmente o saber científico moderno que temos: este é importante, necessário, mas tem de estar incluído numa ecologia dos saberes mais ampla” (Santos, B. S., 2007: 53).

Parece claro que a emancipação dos indivíduos ocorre no processo de sua transformação em *sujeitos*, o que se depreende pela forma e o sentido de suas intervenções no processo social. O desafio que se apresenta é articular a luta particular de forma a que ela seja capaz de desvelar as relações sociais aí presentes e, assim, contribuir para a constituição de uma sociedade democrática, de uma democracia sem fim:

(...) A emancipação não é mais um conjunto de lutas processuais, sem fim definido. O que a distingue de outros conjuntos de lutas é o sentido político da processualidade das lutas. Esse sentido é, para o campo social da emancipação, a ampliação e o aprofundamento das lutas democráticas em todos os espaços estruturais da prática social (...). *O socialismo é a democracia sem fim.*

Porque é uma qualidade ausente, o socialismo será tão adjetivado quanto for exigido pelas lutas democráticas. (...) Quanto mais profunda for a desocultação das opressões e das exclusões, maior será o número de adjetivos (Santos, B. S., 2005: 277)

4. A dupla contradição do capitalismo global e o papel da Economia Solidária como utopia emancipatória

O começo do século XXI observa, atônito, ao aprofundamento abissal das contradições inerentes ao capitalismo. Já não só a inacreditável capacidade de geração de riqueza em meio a uma pobreza endêmica, o que foi denunciado por Marx há um século e meio atrás, mas também os limites da destruição ambiental – que agora muito mais claramente aparece como o segundo fundamento da reprodução ampliada do capital – colocam em risco, tanto ou mais que a irracionalidade das guerras e da violência sem fim (que aparece não apenas nos conflitos abertos, mas também, nas micro-guerras cotidianas de todas as grandes cidades), a sobrevivência dos homens sobre a Terra.

A consciência desses dois perigos, por mais diluída que seja na vida líquida de nossos dias, como diria Bauman (2005), move um número cada vez maior de seres humanos em busca de alternativas concretas. O Fórum Social Mundial, por exemplo, aparece como um processo anti-neoliberal, guardando traços (ainda não bem explicitados), de anti-capitalismo.

O período histórico em que surgem essas alternativas é marcado por turbulências, incertezas e novas disputas hegemônicas que precisam ser consideradas na perspectiva de alternativas ao neoliberalismo, ao invés de reduzi-las ao cânone teórico. A dicotomia entre reforma e revolução ainda é uma questão

latente; porém, a lógica “reformista” não sobrevive à toa e sim se adaptando às novas conjunturas sócio-históricas, que privilegiam o aparecimento de formas alternativas à dinâmica neoliberal, e que precisam ser compreendidas como formas de luta capazes de potencializar a disputa por uma nova hegemonia. Assim, práticas pós- neoliberais – como a economia solidária –, aprofundam as contradições ao *status quo*, despertando consciência social sobre elas e reagindo aos ataques do conservadorismo.

Algumas vertentes de esquerda têm muitas dificuldades de reconhecer essa dinâmica; não percebem que teorias e princípios de nada valem, se forem tratados como dogmas, se não estiverem ancorados à realidade concreta. Ao refletir a questão, Sader diz que estas posições estão vinculadas a apelos distantes da vida real:

(...) sejam de posições intelectuais que limitam suas análises a denúncias de “traição” – permanecendo no plano da crítica crítica, sem desembocar em propostas alternativas –, sejam de grupos doutrinários, que apenas repetem posições maximalistas – apelos abstratos a construção do socialismo –, sem nenhum arraigo na realidade concreta, pretendendo com isso resgatar os princípios teóricos diante de realidades que sempre os contaminam. Não se dão conta de que nenhum processo revolucionário partiu destes supostos teóricos, mas chegou a eles a partir das demandas profundas da realidade imediata (...) (Sader, 2009: 148).

Pois bem, a realidade concreta se configura a partir de crises econômicas com graves consequências para o cotidiano da sociedade. Em meio à “exuberância dos mercados” – nas palavras do ex-presidente do Federal Reserve norte-americano, Alan Greenspan – e ao militantismo liberal da grande mídia em sua fabricação sistemática de expectativas positivas em relação à economia, as crises econômicas se sucedem rapidamente: a crise do petróleo de 1973 e suas consequências impactantes; a crise das dívidas do terceiro mundo no começo dos anos 1980; o *crash* das bolsas dos países centrais em 1987; as crises cambiais dos países emergentes (México, 1994; Sudeste asiático, 1995; Rússia, 1997; Brasil, 1998; Argentina, 2000); o *crash* de 2008 nas bolsas do mundo todo...

E meio às crises, por sua vez, num efeito contra-cíclico (e com repercussões anti-cíclicas, sob muitos aspectos), contraditoriamente, a economia solidária avança em número de iniciativas, em diversidade e complexidade e em auto-conhecimento sobre a sua dinâmica, seus problemas, seus limites e suas possibilidades.

Da experimentação de unidades econômicas autogeridas, aos poucos a formação de redes solidárias e de políticas públicas co-construídas entre sujeitos

coletivos e agentes estatais/externos começa a dar corpo, lentamente, a uma outra economia, ainda subsidiária, ainda subordinada à lógica do mercado capitalista, mas revolucionada nos fundamentos de suas relações sociais de produção. De experiências localizadas e limitadas em certos países centrais (Emiglia-Romagna, Québec, País Basco...), à multiplicação de experiências diferenciadas na forma, mas iguais àquelas em conteúdo, nos países periféricos ou semi-periféricos, a economia solidária começa a sair das sombras do desconhecido (ou do *inexistente fabricado*) para tornar-se objeto de viva polêmica – na academia, no Estado, nos movimentos sociais.

Estruturada sob um conjunto de valores antagônicos aos do liberalismo estruturante, a economia solidária representa uma *utopia emancipatória*. Opondo a solidariedade ao individualismo, a emancipação (ou a idéia ingênua da inclusão) à exclusão social, a inter-cooperação das iniciativas solidárias à competição indistinta e sem freio dos mercados, e a autogestão à heteronomia, a economia solidária se aproxima da democracia participativa, privilegia a democracia comunitária – própria da forma como se organizam e deliberam os diferentes grupos econômicos e sociais¹² – e exige de todos o reconhecimento solidário das diferenças.

Como se pode esperar que estas relações não dêem ensejo a um questionamento mais profundo e mais consistente em torno do problema do meio ambiente? Que economia baseada na participação efetiva dos indivíduos nas decisões econômicas poderá escapar à crítica do ambientalismo ou poderá ela própria ignorar os condicionamentos que a construção de uma economia democrática (solidária) deverá enfrentar no campo das relações entre o homem e a natureza?

Se é verdade que muitas iniciativas de economia solidária ainda procuram escapar a estas questões em função de condicionamentos do próprio mercado, também é verdade que na grande maioria das vezes seus dirigentes admitem

¹² A economia solidária se fortalece como sujeito político à medida que os empreendimentos lutam por uma outra economia, mas é necessário destacar a diversidade existente na economia solidária que é reconhecida pelas diferenças que articulam identidades plurais. Apesar da luta comum e da adesão da autogestão, os empreendimentos de economia solidária – que são oriundos dos mais diferentes espaços sociais e políticos – organizam os cotidianos de gestão e produção influenciados pela história política e cultural que os informa, a exemplo dos empreendimentos predominantemente femininos que trazem consigo a discussão de gênero, dos empreendimentos do MST que pautam a questão da terra, dos empreendimentos dos povos originários ou tradicionais que discutem o respeito à tradição e cultura etc.

constrangidos esta situação. Mas mais verdade ainda é que aqueles que buscam uma economia que preserve o meio ambiente se voltam crescentemente para formas/iniciativas associativas/solidárias, como no caso da agroecologia ou do *comércio justo e solidário*.

Em outras palavras, a economia solidária se apresenta como portadora de um sentido antitético à dupla contradição do capitalismo contemporâneo. Ela se confronta com as relações sociais de produção capitalistas, propondo formas igualitárias de apropriação econômica ou, na pior das hipóteses, tolerando a existência de desigualdades, mas que são controladas e atribuídas em sua magnitude pelo controle social (coletivo) dos empreendedores.¹³ Ao mesmo tempo ela representa o espaço possível para pensar a relação entre economia e natureza, uma vez que se fundamenta no planejamento democrático da produção e da distribuição dos resultados econômicos, da inter-cooperação, busca, como projeto *em potência*, escapar às contingências da concorrência que degrada o meio-ambiente, e representa ainda uma disputa no desequilíbrio entre políticas sociais e econômicas, uma vez que a economia solidária reivindica espaço social e econômico na agenda das políticas públicas buscando superar a histórica secundarização das políticas da área social em detrimento de um recorrente predomínio das políticas da área econômica.

Em que medida os trabalhadores associados serão capazes de se transformarem de “*classe-em-si*” em “*classe-para-si*” e articular de forma coerente um projeto macro-social (econômico e político) à experimentação micro-econômica? Isto é algo que só o tempo histórico poderá dizer. Para aqueles que partem da praxis que alia a teoria ao estudo empírico da economia solidária – e não dos ensaios apriorísticos sobre o tema –, isto é, para aqueles que ouvem os sujeitos e não apenas seus analistas, parece não haver dúvidas de que sua conformação aponta para o futuro e para a emancipação. Se essas promessas vão se cumprir, não se sabe.

Mas, afinal de contas... não é precisamente para isto que servem as utopias – para nos empurrarem em direção ao horizonte?

¹³ Na maioria das iniciativas produz-se o debate em torno dos ganhos desiguais de seus associados. De modo geral, as iniciativas optam por soluções mediadas, que guardam referência nos ganhos diferenciados do mercado, mas que são limitadas por regulação interna, que é feita coletivamente (Cruz, 2006).

Referências bibliográficas

- Antunes, Ricardo (org.) (2006), *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Editora Boitempo.
- Azevedo, Alessandra Antunes de (2007), *Autogestão e competitividade – estudos de caso em cooperativas industriais brasileiras e bascas/espanholas* [Tese de doutorado]. Campinas: Unicamp, Departamento de Política Científico-Tecnológica/Instituto de Geociências.
- Barbosa, Rosângela de Carvalho (2007), *A economia solidária como política pública*. São Paulo: Cortez.
- Bauman, Zygmunt (2005), *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bernstein, Eduard (1997), *Socialismo evolucionário*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Buber, Martin (1986), *O socialismo utópico*. São Paulo: Perspectiva.
- Búrigo, Fábio L. (2006), *Finanças e solidariedade – uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil*. [Tese de doutorado em sociologia]. Florianópolis: UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.
- Cafardo, Analia (2003), *FUCVAM: una aproximación teórica a la principal experiencia cooperativa de viviendas en Uruguay*. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación.
- Castel, Robert; Wanderley, Luiz; Belfiore-Wanderley, Marlangela (orgs.) (2004), *Desigualdade e Questão Social*. São Paulo: EDUC [2ª ed. rev. e ampliada].
- Cole, George Howard (1963), “Introduction”, in Robert Owen. *A new view of society – and other writings*. Londres: Everyman’s Library.
- Coraggio, José Luis (1994), *Economía urbana: la perspectiva popular*. Quito: Instituto Fronesis.
- Coraggio, José Luis (1998), “El trabajo desde la perspectiva de la economía popular”, in *Economía popular: una nueva perspectiva para el desarrollo local*. Programa de Desarrollo Local, Serie cartillas Nº 1, UNGS. San Miguel (Argentina): Instituto Conurbano-UNGS.
- Coraggio, José Luis (2000), “Da economia dos setores populares à economia do trabalho”, in Gabriel Kraychete et al. (orgs.), *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes/UCSal.
- Cruz, Antônio (2006), *A diferença da igualdade – a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul* [Tese de doutorado]. Campinas(SP): Unicamp, Instituto de Economia.
- Cruz, Antônio; Santos, Aline. (2008), “Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: interdisciplinaridade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária”, in e-cadernos CES, v. 1. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/e-cadernos>>.
- Demo, Pedro (1998), *O charme da exclusão social*. Campinas: Autores Associados.
- Fajn, Gabriel (org.) (2003), *Fábricas y empresas recuperadas: protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad*. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación.
- França Filho, Genauto; Laville, Jean-Louis; Medeiros, Alzira; Magnem, Jean-Philippe (2006), *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Edufrgs/Edufba.
- Gaiger, Luiz Inácio (2004), “Apresentação”, in Luiz Inácio Gaiger (org.). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS.
- Guimarães, Gonçalo (org.) (1999), *Sindicalismo e cooperativismo. A economia solidária em debate*. Rio de Janeiro/São Paulo: COOPE/UFRJ, UNITRABALHO
- Hintze, Susana (2003), *Trueque y economía solidaria*. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento/Prometeo.

- Holzmann, Lorena (2001), *Operário sem patrão: gestão cooperativista e dilemas da democracia*. São Carlos: UFSCAR.
- Icaza, Ana Sarria; Freitas, Marcelo Ribeiro de (2006), *O Projeto Esperança/Cooesperança – e a construção da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Cáritas Brasileira.
- Kautsky, Karl (1987), *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural. [1ª ed.; 1899].
- Leboutte, Paulo (2003), *Economia popular e solidária e políticas públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: ITCP-COPPE/UFRJ.
- Lima, Jacob Carlos (2002), *As artimanhas da flexibilização – o trabalho terceirizado em cooperativas de produção*. São Paulo: Terceira Margem.
- Luxemburg, Rosa (2005), *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular.
- Martins, José de Souza (2004), “Para compreender e temer a exclusão social”, *Revista Vida Pastoral*, Ano XLV(239): 3-9. Editora Paulus, São Paulo.
- Marx, Karl (1984), “A guerra civil na França”, in Karl Marx e Friedrich Engels, *Marx & Engels: obras escolhidas*, vol. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, 39-103.
- Marx, Karl (1986), *O capital*. São Paulo: Nova Cultural.
- Marx, Karl (1993), *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70.
- Marx, Karl (2004), *Miséria da filosofia*. São Paulo: Ícone.
- Morel, José C. Orsi (2003), “Introdução”, in Pierre-Joseph Proudhon, *Sistema das contradições econômicas ou filosofia da miséria*. São Paulo: Ícone.
- Novaes, Henrique Tahan (2005), *Para além da apropriação dos meios de produção? O processo de Adequação Sócio-Técnica em Fábricas Recuperadas* [Dissertação de mestrado]. Campinas: Unicamp, Departamento de Política Científico-Tecnológica/Instituto de Geociências.
- Netto, José P. Netto (2004), *Marxismo impenitente – contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo: Cortez
- Núñez, Orlando (1995), *La economía popular, asociativa y autogestionaria*. Managua: CIPRES.
- Núñez, Orlando (1998), *El manifiesto asociativo y autogestionario*. Managua: Centro Para la Promoción, la Investigación y el Desarrollo Rural y Social.
- Proudhon, Pierre-Joseph (2003), *Sistema das contradições econômicas ou filosofia da miséria*. São Paulo: Ícone.
- Razeto, Luiz (1984), *Economía de solidaridad y mercado democrático* (2 vols.). Santiago: PET.
- Razeto, Luiz (1990), *Las organizaciones económicas populares – 1973/1990*. Santiago: PET.
- Sader, Emir (2009), *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo.
- Santos, Aline Mendonça (2004), *Vivendo e pensando o diferente: representações sociais dos trabalhadores nos empreendimentos de economia solidária* [Dissertação de mestrado]. São Leopoldo: UNISINOS, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- Santos, Aline Mendonça (2007), “O processo de trabalho capitalista e a dinâmica das fábricas recuperadas”, *Revista ESAC – Economia Solidária e Ação Cooperativa*, VI(02): 77-89. São Leopoldo: UNISINOS,
- Santos, Boaventura de S. (1987), *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de S. (1995), *Introdução a uma ciência pós-moderna*. São Paulo: Cortez.
- Santos, Boaventura de S. (2000), *A crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez.
- Santos, Boaventura de S. (2005), *Pela mão de Alice. O social e o político na transição pós-moderna* (10ª ed.). São Paulo: Cortez.

- Santos, Boaventura de S. (2006), *A Gramática do tempo: para uma nova cultura do tempo*. São Paulo: Cortez.
- Santos, Boaventura de S. (2007), *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo
- Santos, Boaventura de Sousa; Rodriguez, César (2002), “Introdução: para ampliar o cânone da produção”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Sasson, Donald (2000), “Sobre o socialismo no século XX”, in Gramsci e o Brasil. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=74>>.
- Singer, Paul (1997), “Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo”, *Revista Proposta*, 26(72).
- Singer, Paul (1998), *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes.
- Singer, Paul (2000), “Economia solidária: um modo de produção e de distribuição” in Paul Singer, André Ricardo Souza et al., *Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.
- Singer, Paul (2002), *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Perseu-Abramo.
- Singer, Paul; André Souza (orgs.) (2000), *Economia solidária no Brasil: a autogestão contra o desemprego*. São Paulo: Contexto.
- Tiriba, Lia (2001), *Economia Popular e Cultura do Trabalho: pedagogia(s) da produção associada*. Ijuí: Unijuí.
- Yunus, Muhammad; Jolis, Alan (2001), *O banqueiro dos pobres: a revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países*. São Paulo: Ática.
- Vainer, Carlos (2000), “O presente de um futuro possível” in Gonçalo Guimarães (org.) *Sindicalismo e cooperativismo: a economia solidária em debate – transformações no mundo do trabalho*. São Paulo: Unitrabalho

CAPÍTULO III
ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO:
UMA REFLEXÃO SOBRE O LUGAR DA AÇÃO POLÍTICA
NA PRÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Vanderson Carneiro

Introdução

O desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil coloca-nos diante de questionamentos que não se encerram no campo das ciências econômicas, mas perpassam diversas disciplinas. A Economia Solidária é analisada principalmente como um fenômeno econômico, no qual se destaca a presença de uma racionalidade diferente em comparação a outros empreendimentos econômicos, bem como a sustentabilidade desses empreendimentos e as relações desses com o mercado capitalista, ou ainda, o enfoque sobre novas relações de trabalho, que, mais democráticas, beneficiam o trabalhador na formação de sua identidade e expansão da cidadania.

Por outro lado, é crescente a vinculação da Economia Solidária com a prática de movimentos sociais, que configuram um campo de ação muito vasto, indo de movimentos clássicos de luta dos trabalhadores (como o movimento sindical e movimentos dos sem terras) a movimentos considerados de uma nova cultura política (como os movimentos feministas, movimentos étnicos, movimentos voltados para questões ambientais), e tantos outros movimentos que baseiam suas lutas em prol do reconhecimento da diferença.

A crescente vinculação da Economia Solidária com movimentos sociais merece uma atenção especial, pois, por um lado, a Economia Solidária é incluída no rol de ações e lutas dos movimentos, que vêm na proposta da Economia Solidária aspectos positivos que podem contribuir em suas reivindicações, e, por outro, a Economia Solidária passa a reunir em um mesmo espaço de discussão diversos atores que possuem, cada um à sua maneira, demandas vistas como prioritárias que nem sempre são coincidentes com as demandas de outros movimentos ou grupos.

Por isso, acreditamos serem promissoras as análises sobre a Economia Solidária que primeiramente não a reduzam a um mero fenômeno econômico, seja este reformador e/ou assistencialista, seja alternativo ou mesmo transformador

da realidade econômica. Em segundo lugar, as análises, ao terem o foco na Economia Solidária e em sua relação com movimentos sociais, devem avançar na discussão de se ela se aproxima das reivindicações de redistribuição econômica ou das reivindicações de reconhecimento da diferença (Fraser e Honneth, 2006). Devem ser levadas em consideração as relações desses dois campos de lutas no interior do movimento da Economia Solidária e analisar sob que formas essas demandas se relacionam no atual cenário. Partimos do pressuposto de que a Economia Solidária tem uma faceta tanto na igualdade quanto na diferença. Tão importante quanto esse complexo relacionamento entre igualdade e diferença é a localização em espaços-estruturais que conformam relações desiguais e sociabilidades emancipatórias (Santos, 2005). A Economia Solidária não está somente no espaço da produção, mas, por envolver diversos atores e grupos na sua prática e promoção, pressupõe que podemos analisá-la sob o prisma da estrutura-ação e analisar as potencialidades de coligações progressistas na formação da Economia Solidária como movimento.

O capítulo está dividido em quatro partes. Na primeira, situamos sucintamente o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil e sua relação com movimentos sociais e, em seguida, na segunda parte, analisamos o debate teórico referente aos movimentos sociais e conflitos sociais, com destaque na inter-relação entre as lutas por redistribuição e reconhecimento, principalmente nas questões sobre igualdade e diferença, bem como a localização dessas lutas em espaços-estruturais que fixam limites, por um lado, e abrem possibilidades de novos caminhos, por outro. Na terceira parte, procuramos relacionar a Economia Solidária com as lutas por redistribuição/igualdade e reconhecimento/diferença, com destaque para uma noção de ação política que perpassa os espaços-estruturais e nos permite visualizar os constrangimentos e possibilidades de coligações progressistas no campo da Economia Solidária. Por fim, na quarta parte, fazemos considerações finais a respeito da perspectiva da ação política nas análises sobre o Movimento da Economia Solidária.

1. A Economia Solidária e sua vinculação como movimento

O cenário atual é marcado por relações econômicas capitalistas que reduzem e gerenciam cada vez mais os espaços que permitem formas de inclusão e de integração dos trabalhadores. Diante disso, alternativas de produção e atividades socioeconômicas de base associativa são vistas, por um lado, como respostas emergenciais, principalmente por parte daquelas pessoas que são privadas de condições mínimas de vida como: comer, morar, vestir e etc. Para estas últimas,

a oportunidade de se envolverem em atividades econômicas que possam lhe dar um retorno financeiro ou proporcionar a obtenção de alimentos é encarada como uma solução imediata daquela situação degradante de vida. Aqui, o sentido dessas alternativas econômicas é visto, portanto, como alternativas para a obtenção de meios imediatos de sobrevivência e nada tem a ver com uma alternativa ao modo de produção capitalista ou mesmo como um modo diferente de produzir seus rendimentos em um cenário capitalista. Por outro lado, essas iniciativas econômicas podem ser vistas como reais alternativas ao modo de produção capitalista por contemplar comportamentos e racionalidades diferentes de produzir. Temos assistido, principalmente no cenário brasileiro, o desenvolvimento e a conceituação dessas alternativas econômicas como sendo de Economia Solidária. No campo teórico, muitas são as contribuições para a discussão e investigação acerca da Economia Solidária e sua incidência no Brasil e na América Latina.

Singer (1998; 2002a; 2002b), Singer e Souza (2000) e Santos e Rodriguez (2002), por exemplo, afirma que as iniciativas econômicas vinculadas à Economia Solidária apresentam-se como modos de produção e redistribuição que se constituem como alternativos ao modo de produção capitalista.¹ Por sua vez, Arruda (1997; 2003) acrescenta que a Economia Solidária pode ser entendida também como uma possibilidade de construção de uma nova globalização.²

Outras perspectivas, no entanto, ponderam sobre essas características revolucionárias e preferem adotar uma posição mais cautelosa e investigar as relações dessas iniciativas econômicas na vida concreta dos trabalhadores, bem como suas localizações no cenário capitalista, uma vez que essas iniciativas econômicas têm relações com o mercado capitalista. Mesmo que não abandonem uma perspectiva emancipatória dessas iniciativas, optam por contextualizá-las e destacar características presentes nelas que apontam para especificidades no modo de produzir. Porém, não afirmam que essas características já denotam um modo alternativo de produção.

¹ Para Singer, a Economia Solidária tem feições revolucionárias que podem incidir nas situações macro-estruturais como a superação de desemprego e exclusão e em novas relações de trabalho dos cooperados, desses com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais, etc. (Singer e Souza, 2000).

² Para Arruda, a Economia Solidária tem o potencial de constituir o fundamento de uma globalização humanizadora, crítica à globalização neoliberal, sendo assegurada na diversidade e na complementaridade de seus membros, possibilitando um desenvolvimento sustentável e socialmente justo (Arruda, 1997).

Gaiger (2002; 2004; 2005; 2007), por exemplo, defende que a Economia Solidária promove outras relações de trabalho que são atípicas ao modo de produção capitalista, que engendram práticas de cooperação e reciprocidade responsáveis pela adesão dos trabalhadores às iniciativas solidárias. No entanto, essa modificação na forma social de produção não altera a base capitalista de produção, pois os empreendimentos econômicos solidários, mesmo se baseando em formas de produzir diferentes das de empresas capitalistas, ainda manterão relações com e no mercado capitalista.³

Essas e outras importantes investigações, bem como a prática encontrada no campo da Economia Solidária, proporcionam um forte e rico debate sobre as diversas perspectivas de entendimento do que vem a ser a Economia Solidária, dando maior visibilidade às diferentes práticas desenvolvidas e os diversos atores envolvidos.⁴ No que se refere a essa dimensão das práticas e dos atores envolvidos, o Mapeamento da Economia Solidária no Brasil, realizado entre 2003 e 2007,⁵ não deixa dúvidas de que se trata de um fenômeno que não pode ser entendido apenas como uma resposta emergencial diante de uma crise do mercado de trabalho e da falta de meios de sobrevivência. Mas, como adverte Gaiger (2004), esses empreendimentos econômicos solidários devem ser analisados através de uma série de fatores e condições materiais e morais, que muitas vezes foram criadas ao longo do tempo.

Os dados do Mapeamento, além de deixar ainda mais claro essa advertência, apontam para fatores que colocam esses empreendimentos com potencialidades importantes para a melhoria de vida dos seus envolvidos. De acordo com os dados do mapeamento,⁶ foram identificados 21.855 empreendimentos solidários,

³ Esta perspectiva de convivência com o capitalismo traz para o debate a preocupação de efeitos perversos que podem surgir desta relação. Como por exemplo a de converter os trabalhadores associados nestas iniciativas econômicas, mesmo que autogestionárias, em pequenos capitalistas (Nuñez, 1995) ou, essas iniciativas econômicas servirem para o capital, por exemplo, nos processos de flexibilização e redução dos custos da produção (Tiriba, 1999; 2008).

⁴ No debate acadêmico, chamamos atenção para o livro organizado por Cattani (2003), intitulado *A outra economia*, e a nova edição do *Dicionário Internacional da Outra Economia* (Cattani et al. 2009), que trazem importantes contribuições teóricas para o tema.

⁵ O Mapeamento da Economia Solidária no Brasil foi realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES –, ligada ao Ministério do Trabalho, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Para maiores informações consultar o sítio: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>.

⁶ Os dados citados neste trabalho partiram da base de dados do Mapeamento, com autorização da SENAES ao grupo de estudo de Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal – ECOSOL-CES – <<http://www.ces.uc.pt/nucleos/ncps/ecosol>>.

contando com a participação de mais de 1 milhão e 600 mil pessoas, sendo 63% homens e 37% mulheres, em todas as regiões do país, tendo 48% dos empreendimentos atuando na área rural, enquanto 35% atuam na área urbana e 17% em ambas. Os produtos e serviços realizados pelos empreendimentos possuem uma extensa variedade e expressiva quantidade, tendo algumas atividades maiores concentrações regionais, como o crédito e finanças, e outras mais dispersas, como a agropecuária, o extrativismo e a pesca. Neste caso, podemos observar, na prática da Economia Solidária, aspectos que assinalam potencialidades desses empreendimentos coletivos na estruturação do mercado interno, como, por exemplo, sua presença territorial, a variedade de produtos, a articulação dos mercados locais, regionais e também no mercado nacional bem como sua importância relativa na distribuição de renda. Essa participação tem um importante crescimento nesta última década, pois, como mostram os dados do total de empreendimentos mapeados, 10% tiveram sua fundação até o fim da década de 1980, sendo que este número de fundações aumenta significativamente na década de 1990, passando para 40% e alcançando, nos primeiros sete anos deste milênio, 50% dos empreendimentos mapeados.

Se esses dados dão uma ideia da abrangência e de potencialidades, outros dados apontam para características específicas desses empreendimentos na gestão democrática e na relação e cooperação entre si e com a comunidade. No que se refere à gestão, por exemplo, a maioria dos empreendimentos realiza assembleias e reuniões em um período de até três meses (74%), sendo que 48% dessas assembleias são realizadas mensalmente. Quanto ao processo decisório, na maioria dos empreendimentos, existem mecanismos de participação nas decisões cotidianas, inclusive na eleição da diretoria e na prestação de contas (60%), e no acesso a registros e informações dos empreendimentos (59%). No que tange à cooperação, os empreendimentos realizam de forma coletiva a produção (64%), sendo que boa parte comercializa ou vende produtos e serviços entre eles (60%). Em relação ao compromisso social, podemos encontrar, nos empreendimentos, uma forte preocupação com a qualidade de vida dos consumidores de seus produtos e serviços (70%), como também uma preocupação com aspectos ambientais, como, por exemplo, o oferecimento de produtos orgânicos (28%) e a realização do reaproveitamento dos resíduos (26%).

Esses dados, mesmo que apresentados de forma geral e sem um tratamento cuidadoso, indicam o quanto diversa é a prática da Economia Solidária que encontramos no Brasil. Esse fator suscita um aprofundamento na análise dos dados

e a proposição de perspectivas epistemológicas que possam contribuir para o entendimento e desenvolvimento dessas iniciativas.

Esse é o caso, por exemplo, de alguns dados presentes no Mapeamento que relacionam os empreendimentos econômicos com e na participação social e vêm somar a uma crescente vinculação da Economia Solidária com a prática de movimentos sociais. Nestes, encontramos um campo de ação muito vasto, indo de movimentos clássicos de luta dos trabalhadores, como os sindicatos e movimentos dos sem terras, a movimentos considerados de uma nova cultura política, como os movimentos feministas, movimentos étnicos e movimentos voltados para questões ambientais.

Consideramos três aspectos interligados que apontam para essa vinculação e aproximação da Economia Solidária com a prática de movimentos sociais, sendo ela própria considerada como movimento. Antes de mencionar esses aspectos, cabe salientar que esses estão direcionados para relações concretas encontradas na prática da Economia Solidária e não estão fundamentados em princípios normativos ou ideológicos que justifiquem a *priori* tal vinculação.

O primeiro aspecto está na relação dos próprios empreendimentos econômicos com os movimentos sociais. Segundo os dados do Mapeamento, é forte a aproximação dos empreendimentos em ações sociais e comunitárias (57%), bem como suas participações em movimentos sociais (58%) e em redes e fóruns de articulação (46%).

Nesse aspecto, Hirschman (1986) chama a atenção para o fato de existir uma transformação de mão dupla da energia emancipatória, que se inicia entre movimentos sociais e iniciativas econômicas solidárias, sendo essa transformação a marca das experiências mais duradouras e com isso a existência de um ponto comum entre movimentos sociais e iniciativas econômicas solidárias. Apesar dos dados do Mapeamento não permitirem uma afirmação categórica nesse sentido, parece que a análise realizada por Gaiger (2007) sobre os índices de alto empreendedorismo e alto solidarismo indica essa aproximação fecunda entre os empreendimentos econômicos e a participação social, seja em movimentos sociais, seja em ações na comunidade. Além disso, as articulações desses empreendimentos mais próximos dos mercados locais e regionais chocam-se muitas vezes no campo de atuação de diversos movimentos sociais, o que possibilita suas aproximações e contribuições recíprocas.

Sob este prisma, podemos enumerar três caminhos que possibilitam essas aproximações entre os empreendimentos e movimentos sociais. Um primeiro caminho é a aproximação realizada pelos movimentos sociais e organizações

da sociedade civil que apóiam os empreendimentos, seja com recursos financeiros ou apoios técnicos, seja com formações profissionais e políticas. Um segundo caminho, inverso ao primeiro, são os empreendimentos econômicos solidários que se aproximam dos movimentos sociais e da sociedade civil. Nesse caso, os trabalhadores dos empreendimentos podem sentir a necessidade de articularem suas atuações com movimentos sociais ou realizarem uma ação conjunta para o atendimento de alguma reivindicação, como, por exemplo, aumento de vagas nas creches locais para seus filhos, melhoria no saneamento básico, ou construção de escolas, de postos de saúde e tantas outras demandas que não estão diretamente ligadas à atividade de produção dos empreendimentos. Por fim, um terceiro caminho de aproximação pode se dar pelo fato de os empreendimentos já possuírem uma tradição de participação política, como, por exemplo, empreendimentos de autogestão que se formaram a partir da falência da antiga empresa, sendo que os trabalhadores participavam, em seus sindicatos, de discussões políticas, greves e etc., ou empreendimentos ligados a assentamentos rurais, nos quais trabalhadores são provenientes do Movimento dos Sem-Terra e não abandonaram o espírito de lutas após a conquista da terra.

Enfim, as particularidades podem ser muitas para essa aproximação dos empreendimentos com os movimentos sociais, inclusive como pretendemos discutir ao longo deste capítulo, mesmo aqueles empreendimentos que não possuem relações diretas com movimentos sociais e organizações da sociedade civil preservam em suas ações, mesmo sem a visibilidade da esfera pública, características contestatórias que podem se aproximar de uma ação política que configura conflitos sociais.⁷

O segundo aspecto que contribui para vincular a Economia Solidária aos movimentos sociais é a mudança na atuação de determinados movimentos em relação à prática da Economia Solidária. Cabem aqui mesmo aqueles movimentos mais críticos a essas iniciativas econômicas, que passam a incluir em suas atuações o tema da Economia Solidária. Esse é o caso, por exemplo, do movimento sindical, que guarda muitos receios quanto à prática da Economia Solidária, por entender que o formato da Economia Solidária apenas contribui para a precarização do trabalho e para a flexibilização das leis trabalhistas, o que *prejudicará* a formação e estruturação do mercado de trabalho formal.

⁷ Trataremos mais a frente desta questão quando discutirmos o sentido da “politização da sobrevivência”.

Acostumado a discutir, reivindicar o emprego formal, o movimento sindical tem de rever suas perspectivas de lutas, principalmente diante de um cenário marcado pelo desemprego. Assim, as alternativas econômicas como a Economia Solidária, passam a ser um tema de interesse e discussão no âmbito do movimento sindical. No caso brasileiro, podemos citar as discussões no interior da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que no ano 2000, no seu 7º congresso Nacional, aprovou a construção de um programa de Economia Solidária como uma das estratégias para as ações políticas da CUT. Assim foi criada a Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS.

Podemos citar outros movimentos que alteraram suas atuações no campo da Economia Solidária: são aqueles ligados à tradição do comunitarismo cristão (Guimarães, 2004), principalmente as pastorais sociais e as Cáritas Diocesanas. Interessante, nessa tradição, é a mudança no sentido do apoio dado às alternativas econômicas. Conforme podemos perceber, principalmente através do documento “20 Anos de Economia Popular Solidária: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACS a EPS”, a execução dos Projetos Alternativos Comunitários estava ligada mais à busca de alternativas de sobrevivência dos grupos apoiados do que a questões de sustentabilidade a longo prazo, sendo que, em muitos desses apoios, supunha-se uma identidade ideológica prévia dos seus beneficiários, ou seja, estarem ligados a essa tradição. No entanto, e já no decorrer da década de 1990, a Cáritas desenvolveu diversas atividades no sentido de promover uma discussão interna sobre a concepção dada aos projetos apoiados. A intenção era promover uma reorientação dos PACS para aperfeiçoá-los enquanto instrumentos de apoio às iniciativas sustentáveis de desenvolvimento. Além disso, a Cáritas passa a reconhecer a diversidade de atores que promovem a Economia Solidária e assume a preocupação de fortalecer a articulação desses atores nos níveis regional, estadual e nacional, a fim de potencializar as iniciativas e “assim somar-se aos demais movimentos sociais populares para avançar rumo ao desenvolvimento sustentável e solidário” (Bertucci e Alves, 2003).

Não é o caso aqui de enumerar outros movimentos e organizações, mas gostaríamos apenas de ressaltar que, a partir de meados da década de 1990 e principalmente no início deste milênio, assistimos a um aumento de movimentos, organizações populares, ONG’s, Fundações, Universidades e agentes governamentais que passam a incluir em suas lutas e ações a temática da Economia Solidária. Muitas dessas organizações já possuíam, antes das discussões em torno da Economia Solidária, uma presença no espaço público que não necessariamente tinha uma relação com a Economia Solidária, como, por exemplo,

organizações ligadas ao movimento feminista, ao movimento negro, à educação popular, a questões ambientais, entre tantos outros temas e lutas.

Essas aproximações de movimentos e organizações que têm demandas não ligadas diretamente à consecução de rendas, mas antes ao reconhecimento da diferença, mostram como o entendimento da vinculação da Economia Solidária com movimentos sociais não pode ser restringido somente a aspectos materiais e econômicos e, por consequência, limitar-nos na análise de movimentos que tratem somente da redistribuição econômica. Mas parece-nos que a atuação dos diversos movimentos e organizações com a Economia Solidária amplia os espaços de ação e incidência desta, principalmente quando ela passa a estar vinculada a Políticas Públicas, o que denota a participação ou direcionamento das ações para um público variável, seja este de moradores de rua a mulheres chefes de família, seja de jovens ligados ao Hip-hop a artesãos e trabalhadores que cultivam culturas tradicionais e locais, e tantas outras ocorrências.

Por fim, um terceiro aspecto dessa vinculação da Economia Solidária com movimentos sociais é decorrente do desenvolvimento da Economia Solidária e da formação de um campo comum de discussão entre os diversos atores que a promovem. É interessante notar como a Economia Solidária passa de um tema que era incluído nas discussões localizadas dos movimentos e organizações para um espaço comum que envolve a diversidade dos atores e constitui a Economia Solidária como movimento. Dessa forma, podemos falar de um “movimento da Economia Solidária” no Brasil que pretende articular os diferentes atores envolvidos com ela na construção de uma plataforma política de Economia Solidária.

Esse movimento político tem uma formação mais nítida a partir da criação de um Grupo de Trabalho no Fórum Social Mundial em 2001. Esse GT Nacional promoveu, nos anos seguintes, debates regionais/estaduais na perspectiva de comprometer todos os envolvidos com o tema, principalmente os trabalhadores da base, na construção de um movimento sólido baseado na unidade na diversidade, “ou melhor, o esboço de uma identidade para o campo da Economia Solidária, reconhecendo e valorizando as contribuições específicas de cada organização” (GT, 2003: 14).

Tal processo de debate e mobilização deu origem às Plenárias Nacionais de Economia Solidária (PNES). Entre tantas questões, as plenárias tiveram o papel fundamental de discussão com o governo Lula na inserção de políticas públicas para a Economia Solidária na plataforma de governo. O resultado desse diálogo foi a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) dentro da

estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego em junho de 2003. Concomitante a isso, na III Plenária Nacional, foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), como espaço da sociedade civil que não se confundisse com o espaço público-estatal que seria a SENAES. Nos últimos anos, desde a criação do FBES, cada vez mais encontros, plenárias, conferências e reuniões nacionais, estaduais, regionais e municipais têm sido realizados por pessoas, empreendimentos econômicos solidários, movimentos e organizações.

Todo esse processo e o desenvolvimento das atividades em torno do FBES deram a este um papel importante na organização e articulação do movimento da Economia Solidária no Brasil. O FBES adquire com isso legitimidade perante os movimentos e empreendimentos, mas essa legitimidade não pode ser entendida como a de um representante exclusivo dos diversos atores da Economia Solidária no Brasil. Não podemos afirmar que o FBES tem as “autorizações” para decidir o desenvolvimento da Economia Solidária. Mas entendemos que sua legitimidade relaciona-se no formato em que é percebido pelos diversos atores, sendo, por um lado, visto como um espaço privilegiado de discussões e avanços na promoção da Economia Solidária. Assim, não é um ator, mas um espaço de diversos atores. Por outro lado, o FBES é visto como um interlocutor das diferentes vozes frente aos governos e também à sociedade em geral, que, ao invés de apresentar a Economia Solidária em um formato único e restrito, amplia sua aparência, incidência e sua visibilidade social. Assim, o FBES permite à Economia Solidária uma organicidade, que, além de articular os diversos atores e permitir um diálogo entre eles, proporciona uma visibilidade pública para a temática da Economia Solidária, conquistando novos adeptos e novas oportunidades de ampliação do campo da Economia Solidária.

A partir desses três aspectos, fica mais evidente que não podemos considerar a Economia Solidária somente em suas incidências econômicas, mas devemos nos ater também à vinculação e formação dela a um movimento político que sugere outros questionamentos em relação às suas características enquanto movimento (Carneiro, 2006). Não é o caso de sobrevalorizar uma dimensão política face uma dimensão econômica, pois, diante de um cenário de profundas desigualdades materiais, não cabe a uma análise negligenciar esses aspectos na superação de injustiças. No entanto, não podemos fazer “vistas grossas” para o fato de que, ao lado de uma ação econômica em crescente desenvolvimento e complexidade, realiza-se uma ação política de iguais proporções. Nessa ação política, aparecem-nos diversos questionamentos sobre as potencialidades da Economia Solidária, não somente como alternativa econômica, mas como

espaço de interação de diversos movimentos e organizações que não necessariamente têm a redistribuição econômica material como causa primeira de suas lutas. O movimento da Economia Solidária levanta o questionamento sobre as interações realizadas entre os diferentes movimentos e organizações em torno de uma ação que é considerada, a princípio, de caráter unicamente econômico e distributivo, mas que perpassa outras situações relacionadas ao reconhecimento da diferença.

Assim, a Economia Solidária deve ser analisada em diferentes aspectos, que interligados demonstram o caráter inovador desta no cenário atual. No que tange aos aspectos políticos, a análise deve levar em conta a diferenciação das lutas e as suas inter-relações. Dessa forma, cabe destacar nas lutas tanto os aspectos materiais de redistribuição econômica e de igualdade de direitos quanto os aspectos culturais de reconhecimento da diferença, sendo considerados não isoladamente, mas em interação entre si. Não obstante, como podemos perceber nos três aspectos citados, os lugares dessas interações são variáveis, o que sugere que não temos um campo privilegiado de análise, mas campos interligados, tanto no espaço público como no espaço privado.

Na próxima seção, discutiremos, a partir do debate teórico, a importância de situarmos essa inter-relação entre os movimentos e suas diferentes demandas, bem como a importância de localizações das lutas e suas interligações.

2. Igualdade e diferença localizadas e interconectadas

Diante de um campo tão vasto de conflitos e movimentos sociais, a análise sobre a inter-relação entre eles deve pautar-se em uma perspectiva que não reduza, por um lado, suas demandas às questões materiais e economicistas, ou, por outro, às questões identitárias e culturais, mas sim na busca de uma interface entre essas duas demandas, a fim de contribuir para o entendimento de suas ações. Essa aproximação entre movimentos e lutas por questões materiais e culturais está presente nas discussões sobre redistribuição e reconhecimento, principalmente no debate entre Nancy Fraser e Axel Honneth (Fraser e Honneth, 2006; Fraser, 2001; 2007; Honneth, 2003).

Esses autores ressaltam, em suas discussões teóricas e filosóficas, a importância dada, nos últimos anos, às lutas pelo reconhecimento social, afirmando inclusive que essa luta ultrapassa as questões por redistribuição econômica como a principal causa das injustiças. Porém, advertem, cada um ao seu modo, que é um erro considerar as lutas pelo reconhecimento puramente como uma luta identitária e fora de um contexto que urge medidas de distribuição econômica.

Por isso, as análises dos conflitos sociais contemporâneos têm de voltar suas atenções para a superação de ambas as injustiças.

A diferença que marca o debate entre esses autores está na conceituação que cada um irá formular na diferenciação das lutas sociais bem como os critérios que cada um adotará para uma justificação normativa de justiça. Não é nosso objetivo neste trabalho entrar no cerne do debate desses autores, mas gostaríamos de levantar quatro observações desse debate sobre as interações entre as lutas bem como sobre suas incidências e localizações.

Uma primeira observação refere-se à diferenciação das lutas de redistribuição e reconhecimento realizadas por Fraser e por Honneth. Esses autores insistem que não podemos reduzir os conflitos sobre redistribuição e reconhecimento ao termo do economicismo e do culturalismo. Na posição formulada por eles, essas duas lutas englobam diversas circunstâncias que não se encerram apenas nas diferenciações entre redistribuição e reconhecimento, mas também nas interfaces entre essas lutas. Por isso, temos de livrar-nos das tendências teóricas que tendem a reificar a natureza econômica ou cultural dos conflitos sem colocá-la em diálogo.

Em nosso entendimento, mais que o destaque em redistribuição econômica e reconhecimento cultural, o debate entre Fraser e Honneth levanta questões sobre igualdade e diferença pensadas como critérios normativos de justiça social. Assim, a partir dessa constatação, duas outras observações podem ser feitas. Uma para a igualdade, outra para a diferença. No caso da igualdade, mesmo que seja definida teleologicamente de forma diferenciada nesses dois autores, ela exprime, em cada um deles, uma igualdade de oportunidade, seja de participar sem coerção de classe e ou *status* (Fraser, 2001; 2007; Fraser e Honneth, 2006), seja uma igualdade possível para a formação da identidade pessoal (Honneth, 2003; Fraser e Honneth, 2006). De toda forma, a igualdade, nos dois sentidos, apela para o questionamento sobre os critérios possíveis através dos quais podemos pensar e alcançar a igualdade e como esta tem a sua aparição na esfera pública, pois será nela que se dará a reivindicação para conter as injustiças.⁸

A terceira observação faz referência portanto ao lugar da diferença no esquema analítico dos autores. Para Fraser, o reconhecimento não é uma “satisfação de uma necessidade humana genérica” (Fraser e Honneth, 2006: 149),

⁸ No caso de Fraser, isso se dá através de arranjos sociais da paridade participativa e, no caso de Honneth, através de uma igualdade jurídica na qual os reivindicantes deverão mostrar para a sociedade que tal injustiça nega a formação de suas identidades e com isso nega o reconhecimento mútuo. Para o conceito de paridade participativa, ver Fraser e Honneth (2006) e Fraser (2007) e, para o conceito de reconhecimento, ver Honneth (2003).

mas é antes uma forma analítica de conter uma injustiça de *status*. Assim, a paridade participativa busca superar a injustiça de *status* “elevando” a diferença a um patamar de igualdade, mas essa passagem, em certo sentido, descaracteriza tanto a diferença, pois não é reconhecida como princípio positivo de diversidade, quanto a igualdade, uma vez que ela passa a ser o fim da reivindicação e não um princípio das relações entre os grupos e coletividades. Assim, o reconhecimento da diferença está relacionado ao reconhecimento da desigualdade e não ao reconhecimento das diferenças de forma igual. Parece-nos que a norma da paridade participativa não vê positivamente o reconhecimento da diferença, principalmente no sentido de que determinados grupos ou coletividades queiram ou possam partilhar com outros grupos e outras coletividades suas diferenças. Nesse sentido, determinados grupos e coletividades podem aceitar ou tolerar o outro em sua diferença, mas consideram somente a sua posição como a verdadeira e superior, conseqüentemente, sem a necessidade de reconhecer no outro as possibilidades de diálogos e aproximações.

Da mesma forma, podemos problematizar o lugar da diferença no esquema analítico de Honneth. Para este, apesar de ele considerar o reconhecimento uma capacidade inata do ser humano e de postular a diferença das esferas de reconhecimento como formação da personalidade,⁹ principalmente através dos processos de individualização e inclusão social, a diferença parece ser aceita de forma subordinada, uma vez que, ao se valer da igualdade para a formação da personalidade, esta tem expectativas normativas condicionadas. Em outras palavras, mesmo que em uma interação intersubjetiva os sujeitos se sintam reconhecidos em sua socialização e integração, isso não nos diz que esse reconhecimento é justo e respeita a diferença, pois nessa relação pode existir não só o consenso, mas também a resignação e a não percepção de uma relação injusta. Além do mais, o reconhecimento da esfera da solidariedade e do mérito tem um peso maior no êxito do que na solidariedade, por isso justifica-se a desigualdade econômica face uma distribuição mais equitativa.

Por fim, uma quarta observação nos leva a ressaltar que os enfoques analíticos de Fraser e Honneth, apesar de avançarem nas discussões sobre as interações entre as lutas de redistribuição e reconhecimento, estão relacionados dentro de uma estrutura social capitalista de desigualdade que não leva em consideração

⁹ Honneth cita três esferas de reconhecimento para a formação da identidade pessoal: a esfera associada ao amor; a esfera associada à dimensão das relações legais; e a esfera associada à solidariedade e ao mérito. Ver Honneth (2003) e Fraser e Honneth (2006).

a crescente exclusão de sujeitos que são sistematicamente mantidos fora da sociedade, ou seja, da estrutura social capitalista e por isso não são vistos nem por sua igualdade/diferença descaracterizada, nem por sua igualdade/diferença condicionada e inferiorizada. Por outro lado, suas perspectivas ausentam, entre outras coisas, a questão do poder entre diversos aspectos da vida social e que, por isso, seja na busca da igualdade, seja na busca do reconhecimento da diferença, temos projetos societários diferentes em constantes interações e disputas. Além disso, seja na construção da igualdade na paridade participativa, seja na produção do consenso no acordo intersubjetivo de reconhecimento, as reivindicações são reduzidas a determinados movimentos nos quais a expressão de injustiça deve vir a público no marco legal da política e do direito moderno.

Nesse sentido, vale ressaltar o trabalho desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos (2005; 2006) sobre a discussão acerca da igualdade e diferença e suas relações e inclusões nos sistemas de desigualdade e exclusão. Três pontos merecem destaque. Em primeiro lugar, cabe ressaltar o entendimento de Santos em relação ao sistema de desigualdade e sistema de exclusão. Para ele, desigualdade e exclusão são dois sistemas de pertença hierarquizada, sendo que, no sistema de desigualdade, a pertença relaciona-se com a integração subordinada e, no sistema de exclusão, a pertença relaciona-se pela própria exclusão (Santos, 2006: 289). No primeiro, tem-se uma integração social hierarquizada, no segundo, tem-se um princípio também hierárquico, mas de segregação.

Esses sistemas contam com a regulação social para estabelecer mecanismos que permitem controlar ou mantê-los em níveis aceitáveis, evitando assim as desigualdades e exclusões extremas. Segundo Santos, o principal dispositivo ideológico de gestão desses processos é o universalismo, que assume duas formas: o universalismo antidiferencialista e o universalismo diferencialista (Santos, 2006: 283), baseados ou na afirmação da igualdade ou na afirmação da diferença.

Um segundo ponto refere-se a essa gestão controlada da desigualdade, que, principalmente nos países centrais, baseou-se na política do pleno emprego e em uma política fiscal redistributiva. Nessa gestão, a cidadania vista como antidiferencialista, ou seja, a afirmação da igualdade, transforma-se no meio pelo qual se institucionalizam as reivindicações, sendo permitidos apenas aqueles avanços que não prejudiquem a gestão do sistema de desigualdade.

Quanto ao sistema de exclusão, a cidadania foi também utilizada para “elevar” certas diferenças ao sistema de desigualdade. Por um lado, passam a ser objetos de reinserção/assimilação e, por outro, são aceitas e toleradas as manifestações das diferenças culturais, desde que realizadas no espaço privado e familiar. Por

fim, algumas diferenças consideradas intoleráveis foram segregadas sob diversas formas (Santos, 2006: 293).

Um terceiro ponto de destaque refere-se à metamorfose que passa atualmente o sistema de desigualdade e o sistema de exclusão. Segundo Santos, na modernidade capitalista neoliberal, o sistema de desigualdade está a se transformar em um sistema de exclusão e o sistema de exclusão está em parte a ser assimilado pelo sistema de desigualdade. O emprego, por exemplo, visto como mecanismo de integração subordinada, passa no sistema de exclusão para um mecanismo de reinserção. E tendo o trabalho ainda como exemplo, em alguns casos de exclusão, como moradores de rua e catadores de material reciclável, antes excluídos do mercado e sem condições de provir rendimentos para suas subsistências, são assimilados pelo sistema de desigualdade, pois o capitalismo absorve seus serviços na reciclagem do lixo, que contribui para a cadeia produtiva e redução dos custos dos processos de produção.

Essa metamorfose traz novos elementos para a discussão sobre a igualdade e a diferença. Isso porque, se o sistema de exclusão antes ordenava a segregação a partir de diferenças culturais, no atual momento, essa segregação atinge também, por exemplo, trabalhadores das próprias sociedade e culturas que antes excluía. Como nos diz Santos, é “um interdito que assenta numa partilha socioeconômica quase natural que se mede pela proximidade e pela (des) essencialização do outro, na medida em que pode acontecer a qualquer um” (Santos, 2006).

Nesse sentido, o desafio para as lutas sociais se complexifica, uma vez que essa deessencialização embaralha igualdade e diferença, enrijecendo as hierarquizações de desigualdades e de exclusões, principalmente por que diferentes sujeitos estão em diferentes relações sociais nas quais reclamam ora sua integração subordinada, ora sua (re)inserção.¹⁰

O destaque para igualdade e diferença vem nos mostrar como esses dois eixos de lutas e políticas sociais estão cada vez mais relacionados entre si e, por isso, uma análise sobre conflitos sociais e a atuação de movimentos sociais tem de levar em consideração essa relação e problematizá-la. Santos destaca como o sistema capitalista neoliberal produz tamanhas mudanças sobre o sistema de desigualdade e o sistema de exclusão. Dessa forma, as lutas sociais e as análises

¹⁰ Santos propõe buscar uma nova articulação entre políticas de igualdade e políticas de identidade. Daí sua proposta de construção intercultural da igualdade e da diferença a partir de um meta-direito intercultural: “temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza, temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (Santos, 2006: 313).

têm de levar em consideração vários campos de lutas envolvidos por eixos transversais de igualdade e diferença que ora se contradizem, ora se reforçam, tanto para o aumento das desigualdades e exclusões quanto para a superação dessas.

A percepção de que se trata de vários espaços sociais de lutas nos leva a dizer que, em cada um desses espaços, podemos encontrar desigualdades e exclusões em formas variadas e que em alguns campos pode até sobressair uma sobre a outra, mas não se efetuam sozinhas. É com essa perspectiva que Santos (2005) nos chama a atenção para conjuntos estruturais de relações sociais que produzem seis formas de poder, de direito e de conhecimento, o que ele denomina de “estrutura-ação”.¹¹

Esses espaços constituem, por um lado, os lugares centrais de produção e reprodução de trocas desiguais na sociedade capitalista, mas, por outro, podem ser convertidos, segundo Santos, em lugares centrais de relações emancipatórias. Em cada um desses espaços, há diferentes formas de poder, de direito e de conhecimento que agem autonomamente, mas mantêm interdependências entre si. Santos defende que o foco voltado para várias estruturas, ao invés de uma macro-estrutura, alarga o contexto das contingências e constrangimentos, por um lado, e o contexto das possibilidades de emancipação, por outro. Assim, saímos de um “mapa de determinação” para um “horizonte de determinações” (Santos, 2005). Não é nosso objetivo detalhar as especificidades e relações de cada um dos espaços-estruturais, mas gostaríamos apenas de ressaltar, nesta tese de Santos, o caráter polimórfico desses espaços-estruturais e que o sistema capitalista necessita dessa constelação para manter, em níveis toleráveis, as desigualdades e exclusões que ele mesmo produz.

Assim, não há uma desigualdade, uma exclusão e uma forma única de superá-las, mas há várias formas de desigualdades, exclusões e de desafios para superá-las,¹² e o que temos na verdade é o exclusivismo de algumas formas (cidadania, direito moderno e ciência) e ocultação de outras formas de poder, de direito e de conhecimentos.¹³

¹¹ Santos conceitua seis espaços-estruturais nos quais são produzidas várias constelações de poder, de direito e de conhecimentos: o espaço doméstico, o espaço da produção, o espaço do mercado, o espaço da comunidade, o espaço da cidadania e o espaço mundial.

¹² É certo que Santos não inclui, ao formular o conceito de “estrutura ação”, o entendimento do sistema de exclusão. No entanto, achamos que este pode ser incluído, principalmente porque Santos o desenvolve em trabalhos posteriores. Para isso, ver Santos (2006; 2007).

¹³ Inclusive, como afirma Santos, algumas formas se colocam como igualitárias e democráticas justamente por ocultar o despotismo de outros espaços.

Particularmente para a discussão deste capítulo, interessa-nos a dimensão de produção do poder, principalmente o destaque que Santos faz sobre o lugar exclusivo em que se coloca a política. É no espaço da cidadania, na forma do poder da dominação, que a política se encontra legitimada. Dessa forma, oculta nos outros espaços-estruturais a atuação desta política, da atuação de relações de poder desiguais que são interdependentes. Santos nos mostra com este “mapa de espaços-estruturais” que a luta contra as desigualdades deve atuar neles também como coligações progressistas, nas quais, em cada um deles, a “transformação resulta da substituição gradual da dinâmica de desenvolvimento dominante pela dinâmica emergente” (Santos, 2005: 334). Essas coligações progressistas pressupõem, portanto, que as lutas sociais podem consolidar-se e expandir-se na medida em que articulam-se em constelações de práticas e de conhecimentos emancipatórios.

Assim, a reivindicação das lutas sociais, além de ser discutida sob a perspectiva de eixos transversais de igualdade e diferença, deve ser analisada sobre o prisma dos espaços-estruturais, possibilitando, por um lado, as localizações estruturais da igualdade e da diferença e, por outro, ampliando o campo de atuação política dessas lutas. Além disso, a interdependências desses espaços-estruturais possibilita-nos analisar a interação das lutas entre si, sejam estas internamente em cada espaço-estrutural, sejam entre lutas que se encontram *a priori* em espaços-estruturais diferentes.

Esta proposta mais do que analisar os limites, impedimentos e “efeitos não esperados” (Fraser e Honneth, 2006) que uma luta coloca a outra tem a pretensão de analisar, nos desafios da interação, a possibilidade de um inter-reconhecimento de suas lutas e, por consequência, possíveis coligações progressistas. Antes de situarmos esta proposta com o movimento da Economia Solidária, temos de fazer uma breve menção sobre a noção de ação política que subjaz nossa discussão.

3. Economia Solidária entre o público e o privado

3.1 Ação Política e o reconhecimento do público e do privado

A discussão da seção anterior tem como pano de fundo a relevância de situarmos o campo político nas análises sobre os movimentos sociais, atores e grupos que demandam, na redistribuição e reconhecimento, princípios de justiça baseados na igualdade e na diferença. A conceituação de poder, e mais precisamente a definição de política relacionada a este, é tratada muitas vezes dentro de um campo restrito de atuação, que desde Weber centrou-se no Estado burocrático

e no monopólio do uso legal da força, relacionando a política a uma profissionalização técnica. Em contraposição à tese weberiana, o enfoque de H. Arendt, por exemplo, amplia o campo do político, principalmente em seus aspectos valorativos, incluindo neste uma ação política entendida como uma condição humana da pluralidade destinada a uma infinita fundação.

Hannah Arendt (2001) nos convida a refletir sobre a condição humana destacando três atividades fundamentais que compõem a *vita activa* – labor, trabalho (obra) e ação. A *vita activa*, diferentemente da *vita contemplativa*, expressa um estar ativamente no mundo de homens e coisas feitas pelos homens. Arendt destaca que todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos, mas a ação é a única que não pode ser imaginada fora da sociedade.

Essa conceitualização inicial de Arendt da *vita activa* irá definir posteriormente sua definição da esfera pública e privada. O destaque para a ação quer justamente diferenciar a princípio o homem social do homem político, uma vez que a reunião dos homens simplesmente não diferencia estes dos animais, principalmente se os homens se ativerem às atividades de subsistência. Por isso, a ação expressa a capacidade humana de organização política que é diretamente oposta à reunião natural dos homens.¹⁴

Assim, é relevante na tese arendtiana a relação da esfera pública com a ação política. Esses dois conceitos se aproximam porque enquanto a noção de público denota um estar no público, ou seja, ser visto e ouvido por todos, aquilo que garante a materialidade e realidade do mundo e dos homens, a ação tem o sentido que denota aquilo que o homem faz no mundo, então a ação no público lança luzes sobre todas as atividades humanas e coloca-se entre esses seres de modo que os “une e os separe ao mesmo tempo” (Arendt, 2001). Para Arendt, no mundo moderno, a ascensão da esfera social cria uma difícil diferenciação da ação na esfera pública, principalmente quando a política é entendida como função da sociedade, em que temos uma invasão, na vida pública, de atividades antes reservadas à vida privada.

Essa promoção do social é problemática para Arendt, pois, além de diluir a divisão entre o público e o privado, alterou também seu significado e sua importância para a vida do indivíduo na esfera privada e do cidadão na esfera pública.¹⁵

¹⁴ Se as limitações impostas pela atividade natural dos homens de subsistência são relacionadas à sua posição na vida privada, elas devem ser superadas na própria vida privada, enquanto a realização da ação, a formação da organização política se dá apenas na vida pública

¹⁵ Cabe mencionar como Arendt vê a importância de cada esfera não ser independente mas separada, uma separação que tem a função de preservar condições humanas que se realizam em esferas específicas e que por isso se complementam.

É interessante mencionar a ressalva que Arendt faz sobre o entendimento do caráter “privativo da privatividade”, o que significava literalmente um estado no qual um indivíduo se priva de alguma coisa, na premodernidade, da mais alta das capacidades humanas, a ação.¹⁶

No entanto, a privatividade moderna vem diferentemente resguardar a intimidade e esta mais precisamente da esfera social. Nesse caso, não no sentido de privar da ação, de privar-se de estar em público, mas de se proteger de uma sociedade que tende a uma uniformidade de opinião e de interesse. Importante notar nesta passagem é que, se a privatividade, no sentido antigo, privava os indivíduos de estarem na vida pública e exprimir sua individualidade, a privatividade moderna procura proteger o indivíduo de um conformismo calcado no desenvolvimento da sociedade de massa. A consequência da promoção do social como uma privatividade do público é que a sociedade exclui a possibilidade da ação, inclusive na esfera pública, pois a sociedade, ao absorver os diversos grupos em uma única “família”, espera desta um comportamento conformista. Na sociedade moderna, a privatividade inverte-se, pois é a ação que passa a ser privada de sua realização e não mais a privação de determinados indivíduos e grupos de a realizarem. Assim, a partir do momento em que a sociedade conquista a igualdade na esfera pública, essa igualdade passa a ser dada pela unicidade da sociedade de massa, pela ideia de um comportamento único, no qual todos podem ser visto e ouvidos, e não mais uma igualdade de uma condição humana da pluralidade, que reserva para a ação a possibilidade da inovação e de um novo começo.

Podemos sugerir, a partir desse referencial arendtiano, que os três autores que trabalham na seção anterior indicam-nos esta privatividade do privado bem como a privação do campo do político. Podemos dizer, por exemplo, que a ação realizada por um movimento feminista ou negro, seja na busca de uma igualdade de *status* ou de classe – em Fraser –, seja no reconhecimento da formação da identidade – em Honneth –, relaciona-se, por um lado, com a privatividade do privado arendtiano, uma vez que ressalta que no espaço privado há relações de injustiça que devem ser expostas no público como reivindicações por redistribuição e/ou reconhecimento. Por outro lado, relaciona-se também com a privação do público, pois, mesmo que não se expressem dessa maneira

¹⁶ Dessa forma, a mulher, o escravo, o bárbaro não eram considerados inteiramente humanos, pois, destinados à sobrevivência na vida privada, ou seja, a uma vida sem a presença da individualidade – somente da necessidade igual –, estavam privados da ação na vida pública.

e se mantenham restritos ao espaço da cidadania, Fraser e Honneth ressaltam que as injustiças expressam uma privação do espaço público, uma vez que lhes faltam as condições para a paridade participativa, no caso de Fraser, ou para o desenvolvimento da personalidade, no caso de Honneth. Tanto a paridade participativa quanto os processos de individualização e inclusão social ressaltam que, para a minimização da injustiça, é necessária uma ampliação do público ou uma ampliação dos espaços nos quais as lutas e demandas possam se expressar, ou seja, uma ampliação do campo do político.

No entanto, esses dois enfoques tratam do público apenas na sua conotação de estar no público, de ser ouvido e visto e não na concepção de público como ação política de mostrar aquilo que os homens fazem, de organizar a pluralidade. Dessa forma, a diferença e injustiça, concebidas no espaço privado, são visualizadas apenas como desigualdade e não como uma diferença que pode vir ao público em termos de igualdade justamente para mostrar sua particularidade. O reconhecimento público da diferença resalta a desigualdade do privado, mas não reconhece a pluralidade. Sendo assim, temos de ampliar o campo do político e incluir um reconhecimento do público, sendo esse “do público” referente à ideia arendtiana da ação política, que se expressa através da singularidade e pluralidade dos homens. Cabe, portanto, reconhecer um espaço comum público que seja uma expressão da igualdade e um reconhecimento das diferenças para que se exerça a condição humana da pluralidade.

Por sua vez, a ação política não pode estar restrita a esfera pública. Como nos mostra Santos, a ampliação do político deve perpassar o espaço da cidadania e incidir em outros espaços-estruturais. Daí a importância da “politização de todos os campos da vida social” (Santos, 1995) e da “interação do público e do privado que visa transformar relações de poder em relações de autoridade partilhada” (Santos, 2008). Sendo assim e, contrariamente à ideia arendtiana, a ação política pode estar presente no espaço privado. Sendo que esse espaço privado não é somente o espaço reservado para a subsistência dos homens, como nos diz Arendt, muito menos, pode ser apenas o espaço do refúgio do “homem público” (Sennett, 2002), reservado para a intimidade moderna e para o desenvolvimento da personalidade individual, ou ainda, para a ética capitalista de uma propriedade privada. Mas, e por isso mesmo, esse espaço privado remete-nos a uma constelação de relações desiguais, na qual determinados atores são colocados e impedidos de manifestarem suas próprias diferenças.

Como vimos, com os sistemas de desigualdade e de exclusão, muitos indivíduos e grupos não puderam ao menos participar da vida privada e expressar nesta

suas diferenças. Mesmo aqueles indivíduos e grupos que foram assimiláveis são afetados por relações de poder que inferiorizam suas diferenças e os privam de realizar até mesmo suas liberdades mais básicas, ou seja, comer, morar, vestir, pois lhes faltam as condições materiais necessárias para a comida, a moradia etc.

No espaço privado, também há relações desiguais entre igualdades e diferenças. Mas, diferentemente do espaço público, a diferença é aceita neste com a justificativa de ser o espaço reservado para as individualidades e para a propriedade privada, enquanto a igualdade é desdenhada, pois a desigualdade é vista como um reflexo da dita diferença, na qual determinada situação desigual é justificada pelas diferenças sexuais, raciais, culturais bem como de direitos à propriedade. Se no espaço público o reconhecimento da diferença é visto a partir da desigualdade, no espaço privado, a desigualdade é justificada pela diferença. Mas essa interpretação da diferença encobre o fato de que a desigualdade, no mundo privado, é produto de relações desiguais que mesclam os diferentes espaços-estruturais que atravessam tanto o espaço público quanto o espaço privado.

Por isso, um reconhecimento do espaço privado deve ser postulado a partir dessas relações desiguais de poder que configuram igualdade e diferença. Nesse sentido, no espaço privado, além de se buscar a realização da individualidade moderna e a manifestação da diferença, deve-se permitir também que os indivíduos tenham condições materiais iguais de produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana de acordo com sua cultura (Dussel, 2001).

Por fim, a ação política está também presente nesse espaço, porque visto como espaço de relações desiguais, nos quais indivíduos e grupos são sistematicamente segregados, subordinadamente integrados e privados da realização da vida, esses são lugares também da produção de resistências, que, mesmo sem a visibilidade pública, imprimem uma ação política sob a forma de sociabilidades alternativas.

Nesse sentido, tanto o reconhecimento do público como o reconhecimento do privado estão envolvidos por uma constelação de relações de desigualdades que, como vimos na tese de Santos, formam os espaços-estruturais. Entre o público e o privado há intercalações dos espaços-estruturais que configuram e determinam o que vai e como vai a público, e o que fica e como fica no privado. Portanto, nos espaços-estruturais, podemos encontrar, por um lado, diversos indivíduos e grupos que no público buscam a superação das desigualdades sem, no entanto, terem o reconhecimento de suas diferenças; e, por outro, indivíduos e grupos que, privados de estarem no público, se veem em desigualdades justificadas por suas diferenças. Por isso, deve-se reconhecer o privado tanto em suas diferenças quanto em sua igualdade. Da mesma forma, o privado e o público dos

espaços-estruturais deve ser atravessado por um reconhecimento do público, pois este denota a ação política que busca na igualdade da comunidade política a expressão da pluralidade e das individualidades bem como a possibilidade de criação de novos horizontes.

Por fim, cabe ressaltar que nem o reconhecimento do público, nem o reconhecimento do privado estão imunes às distorções sobre as demandas das ações promovidas pelos atores e das possibilidades de um encontro intercultural de igualdade e diferença. Na busca pelo reconhecimento do público e em determinados espaços-estruturais, certos atores na luta pela consecução de suas demandas podem limitar a luta de outros atores, seja no mesmo espaço-estrutural, seja em espaços diferentes. Nesse sentido, os reconhecimentos do público e do privado devem ser seguidos por um inter-reconhecimento de suas ações e localizações, ou seja, de suas lutas, de suas demandas e espaços, o que pode proporcionar um diálogo entre diferentes perspectivas de lutas, entre diferentes culturas que são afetadas pelas constelações dos espaços-estruturais e, como sugere Santos, podem abrir caminhos para a criação de horizontes de constelações emancipatórias.

3.2 A ação política da Economia Solidária

A proposta para o reconhecimento do público e o reconhecimento do privado quer apenas destacar a importância de se analisar, sob o prisma da igualdade e da diferença, as diversas relações desiguais que podemos encontrar no público e no privado. Contudo, não é o caso de cair-se na dicotomia público/privado para situar essas relações, mas envolver nessa dicotomia (público/privado) espaços-estruturais que os compõem e os atravessam de tal forma que suas imbricações são pouco perceptíveis e, por isso, situações no espaço público são justificadas por condições do espaço privado, e situações no espaço privado são justificadas por privações do espaço público. Cabe então ao reconhecimento do público e do privado mostrar as intercalações desses espaços-estruturais internamente em cada espaço bem como em suas relações externas recíprocas.

No caso da Economia Solidária, não é diferente. Destacada no cenário atual, principalmente no caso do Brasil, como uma alternativa econômica para uma grande parcela da população excluída ou subordinadamente integrada na sociedade, a Economia Solidária coloca desafios que extrapolam os assuntos econômicos, invadindo outros campos e discussões. Vista sob uma dimensão econômica, a Economia Solidária tem uma faceta privada, pois é relacionada a determinadas condições econômicas em que indivíduos e grupos conseguem ter,

para produzir seus alimentos, aumentar seus rendimentos, formas alternativas de sobrevivência diante de um sistema econômico capitalista que os priva da produção e reprodução de suas próprias vidas. A Economia Solidária, concebida como alternativa à pobreza, como uma alternativa de renda para aqueles que não têm lugar no sistema, tende a justificar a desigualdade no espaço privado. Isso porque suas diferenças nas formas de produzir e de organização econômica são vistas somente pelo fato de serem formas econômicas que integram subordinadamente aqueles considerados “diferentes” no espaço privado. Assim, os “despossuídos” de propriedades e os considerados desafortunados e inábeis pela sociedade podem ser integrados subordinadamente através de uma forma econômica que atenda suas necessidades. E, mesmo o reconhecimento da diferença das formas de produção e organização econômica permanece confinado às experiências da vida privada.

Por outro lado, a dimensão econômica da Economia Solidária também tem uma faceta pública, porque sua ocorrência em diversos lugares, o aumento dos empreendimentos econômicos, a organização desses e suas relações com o mercado capitalista lhe dá uma visibilidade pública que passa a ser reconhecida como formas diferentes de produção e organização econômica. No entanto, esse reconhecimento é parcial, ou melhor, é um reconhecimento da diferença baseado na desigualdade. A forma alternativa e diferente de produção e organização econômica é vista pejorativamente como sendo a dos pobres, dos inferiores econômica e culturalmente, que procuram alcançar a igualdade econômica capitalista e não um reconhecimento que trate a Economia Solidária como sendo uma “outra economia”.

Dito dessa forma, poderíamos aceitar a crítica colocada à Economia Solidária, na qual seu aparecimento, seu dinamismo e suas relações econômicas têm apenas um caráter emergencial, assistencial e reprodutor do mercado capitalista. Por isso, a superação do capitalismo deve basear-se única e exclusivamente em políticas macro-estruturais que possam pôr em xeque a estrutura capitalista de produção. No entanto, como nos advertiu Santos, o foco apenas em uma macro-estrutura pode enviesar os contextos das contingências e dos constrangimentos, sendo assim, preferível um olhar em várias estruturas que possibilita o alargamento desses contextos. Por isso, a proposta de analisar a Economia Solidária sob uma perspectiva do reconhecimento do público e do privado levanta a importância de ressaltar as relações desiguais contidas nesses espaços bem como suas inter-relações, que fixam limites, mas proporcionam a abertura de novos caminhos (Santos, 2005).

Vemos, portanto, que o movimento da Economia Solidária abrange essas dimensões e, como vimos anteriormente, esse movimento envolve uma diversidade de atores e situações que extrapola a produção e organização econômica, sendo que essa ação econômica é seguida por uma ação política que demanda outros aspectos na prática da Economia Solidária. É nesse sentido que o movimento da Economia Solidária não pode ser entendido apenas como um movimento que busca a superação de injustiças materiais e de distribuição socioeconômica. A participação de movimentos feministas, dos movimentos étnicos, do movimento indígena e do movimento ambientalista, por exemplo, coloca outras dimensões para a atuação dos movimentos, em que a distribuição econômica pouco pode alterar na resolução de seus conflitos.¹⁷ Por isso a importância de incluirmos na análise do movimento da Economia Solidária a participação e interação de movimentos cujo foco de atuação se aproxima das lutas pelo reconhecimento da diferença e de preservação do meio ambiente.

Por outro lado, a análise sobre o movimento da Economia Solidária não pode se ater somente naquilo que se denominou “movimento”, ou seja, no resultado da interação de diversos movimentos que, em suas lutas separadamente, já tinha espaço na esfera pública. A análise do movimento da Economia Solidária não pode resumir-se a um movimento homogêneo, a uma dinâmica própria e objetivos exclusivos, mas deve voltar-se para a interação de diversos atores, que possuem demandas e espaços diferenciados, com dinâmicas e objetivos muitas vezes ambivalentes. Além disso, a análise dessas interações entre os atores que praticam a Economia Solidária não pode se pautar em uma análise econômica ou em uma análise política do movimento, mas essas duas análises podem estar relacionadas e localizadas nos diversos espaços-estruturais.

Assim, não podemos classificar aqueles atores que não participam ou não têm relações com movimentos somente como empreendimentos econômicos, sem relação política, pois, em alguns casos, a ação econômica é seguida de uma ação política. Temos de deixar claro, no entanto, que não queremos dizer que toda ação econômica é uma ação política, mas, com a proposta do reconhecimento do privado, supomos que a Economia Solidária traz a ação política para o âmbito da ação econômica.

¹⁷ No caso do meio ambiente, é ainda mais grave, pois, como nos alertava Furtado (1984), mesmo que seja feita uma redistribuição econômica para a periferia e a semi-periferia, se seguirmos o atual padrão de vida capitalista destruiremos o próprio mundo.

Como dissemos, a Economia Solidária pode ser entendida no espaço privado como uma forma de sobrevivência ou geração de renda de indivíduos e grupos que se encontram fora do mercado capitalista. Nesse espaço, diversas ações empreendidas são vistas pela ótica de uma responsabilidade pessoal e individual, na qual cabe a cada um a responsabilidade pelo seu desenvolvimento e pela sua sobrevivência. A desigualdade de rendas, por exemplo, tem uma justificativa na diferenciação dos indivíduos quanto à sua educação, idade, *status* ou, em outros casos, uma diferenciação cultural, sexual, etc. A situação de miséria em que se encontram vários indivíduos e grupos e/ou a oportunidade de uma fonte de renda coloca a Economia Solidária como uma resposta a uma necessidade emergencial.

No entanto, como vimos, no espaço privado também podemos encontrar resistências de indivíduos e grupos que, privados de se realizarem no próprio espaço privado, experimentam alternativas de sobrevivência que criticam essa privação de realização da vida. Assim, não se baseiam apenas na produção de suas subsistências, do suprimento de suas necessidades, ou seja, uma reunião natural dos homens, mas na ação econômica implementada encontra-se uma politização da sobrevivência que traz para a esfera do espaço privado uma ação política que questiona as relações desiguais que se produzem, seja no âmbito da materialidade da produção e da comercialização, seja no âmbito cultural, sexual etc. Essa politização da sobrevivência amplia o campo do político, pois traz para outros espaços-estruturais a ação política, não limitando a esta sua aparição apenas nos canais legitimados pelo espaço da cidadania. Desse modo, indivíduos e grupos excluídos podem resistir dentro de espaços nos quais não é reconhecida uma ação política e experimentar nestes, mesmo de forma latente (Melucci, 1999), sociabilidades alternativas.

Porém, a politização da sobrevivência deve ganhar uma visibilidade pública. Nesse caso, várias dessas ações econômicas e políticas necessitam de um reconhecimento público das desigualdades vivenciadas. Como vimos, a ocorrência da Economia Solidária em diversos lugares bem como o aumento dos empreendimentos econômicos, a organização desses e suas relações com o mercado capitalista lhes dão uma visibilidade pública que passa a ser reconhecida como formas diferentes de produção e organização econômica. Mas essa visibilidade pública tem uma visão negativa da Economia Solidária, pois entende as ações econômicas por um viés da desigualdade e, assim, essas formas alternativas de produção e organização econômica são consideradas inferiores e improdutivas, servindo somente como alternativas de geração de renda aos trabalhadores

não integrados ou excluídos. Por isso, supomos que a Economia Solidária passa também por um reconhecimento do público, que confere às ações econômicas da Economia Solidária uma ação política de busca de igualdades e de reconhecimento das diferenças.

Considerações finais

A configuração do chamado “Movimento da Economia Solidária” demanda que análises perspectivas procurem ampliar as incidências, localizações e interações dos diversos grupos que atuam nesse campo. Em especial, para as análises políticas, merece destaque a perspectiva da ação política. Essa chave analítica pode nos proporcionar a relação dos diversos atores envolvidos com a Economia Solidária (não apenas os movimentos sociais ou organizações que têm visibilidade na esfera pública) com destaque em suas demandas particulares (igualdade e diferença) localizadas em diferentes espaços-estruturais (produção, mercado, cidadania, comunidade, doméstico e mundial).

A intenção deste capítulo é chamar atenção para essa chave analítica e, a partir dela, dar destaque para a relação e a aproximação da Economia Solidária com a ação de movimentos sociais. Em nosso entendimento, a análise política sobre o movimento da Economia Solidária deve levar em consideração pelo menos três pontos ligados à ação política.

Em primeiro lugar, trata-se de um reconhecimento do privado. Deve-se observar o movimento como uma crítica sobre a privação do público. Nesse caso, temos uma ação política que busca ampliar o campo do político de forma que as ações da Economia Solidária ganhem uma visibilidade pública que denote sua factibilidade, organicidade e sustentabilidade econômica que não é inferior ou improdutiva perante o capitalismo. Nesse sentido, a Economia Solidária não pode ser conceituada apenas como resposta emergencial para suprir meios de sobrevivência, mas a politização da sobrevivência chama atenção para uma ação política implementada por grupos associativos que resistem e experimentam materialmente sociabilidades alternativas.

Em segundo lugar, trata-se de um reconhecimento do público. Nesse caso, temos uma ação política que busca ampliar o entendimento de que a Economia Solidária possui formas diferentes de organização de vida econômica e, por isso, merece o reconhecimento de suas particularidades e possibilidades alternativas. Nesse sentido, a aparição e reconhecimento público da Economia Solidária não podem ser tratados como uma forma econômica percebida a partir da desigualdade da sociedade capitalista, mas sim por suas diferenças intrínsecas

configuradas pelas diversas organizações econômicas de base associativa que envolvem, em suas relações, princípios de igualdade e de diferenças.

No entanto, voltando o que foi dito anteriormente, a Economia Solidária, quando conceituada como movimento, não pode ser entendida como um movimento homogêneo. Por isso, nesse reconhecimento do público, a Economia Solidária é envolvida por diversos movimentos e atores que a configuram como um campo plural, sobre o qual se relaciona um amplo espectro de demandas, lutas e espaços-estruturais. Essa formação plural do movimento exige da análise uma perspectiva que possa dar conta das diversas interações que se efetuam na prática da Economia Solidária, ou seja, na própria interação dos diversos movimentos e atores que configuram o movimento e que pertencem às vezes a espaços-estruturais diferentes, constituem grupos com demandas por vezes ambivalentes e concepções de vida, de desenvolvimento econômico e de sociedade por vezes antagônicas.

Dessa forma, a análise do reconhecimento do público e do privado deve ser seguida por uma análise do inter-reconhecimento das ações, localizações e coligações realizadas pelos movimentos. Por exemplo, no reconhecimento do privado, determinados indivíduos e grupos, na politização da sobrevivência, podem realizar ações em determinados espaços-estruturais que substituam relações de poder por relações de autoridade partilhada (Santos, 2005). No entanto, podem permanecer com relações desiguais em outros espaços, como por exemplo, um grupo de trabalhadores do sexo masculino que consegue, no espaço da produção, com a prática da autogestão, transformar as relações de poder em relações de autoridade partilhada e continuar a segregar ou menosprezar trabalhadoras do sexo feminino por considerá-las inferiores. Nesse caso, uma análise do inter-reconhecimento das ações deve ressaltar os constrangimentos e as possibilidades de interação entre essas duas situações.

Não obstante, a análise do reconhecimento do público, uma vez que ressalta a ampliação do campo do político para abranger, na esfera pública, as diversas lutas e demandas envolvidas na Economia Solidária, deve situar sob que formas esses movimentos interagem entre si e como lutas a princípio ambivalentes e contraditórias migram para um campo comum de discussão e participam de ações que reivindicam o reconhecimento da Economia Solidária como sendo outra economia. De que economia trata esse reconhecimento? É uma economia de sobrevivência? É uma economia socialista e revolucionária? Ou é uma economia feminista? Ou, ainda, uma economia antidesenvolvimentista?

Parece-nos que a resposta não pode ser dada em privilégio a um campo, mas os inter-reconhecimentos das ações, lutas e localizações sugerem justamente a possibilidade do diálogo entre perspectivas diferentes que proporcionam, com o reconhecimento do público e do privado, a constituição de uma comunidade política que expresse a pluralidade e as individualidades, a igualdade e a diferença, bem como a possibilidade de criação de coligações emancipatórias e a abertura de novos horizontes.

Referências bibliográficas

- Arendt, Hannah (2001), *A condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Arruda, Marcos (1997), “Globalização e sociedade civil repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa”, *Revista Proposta*, 74: 6-17.
- Arruda, Marcos (2003), “Sócio-economia Solidária” in Antonio David Cattani (org.), *Brasil. A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, p. 232 -242.
- Bertucci, Ademar de Andrade; Alves, Roberto Marinho (orgs.) (2003), *20 Anos de Economia Popular Solidária: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS*. Brasília, DF: Gráfica Terra.
- Carneiro, Vanderson G. (2006), *Da dimensão Econômica à Dimensão Política: A economia solidária sob a perspectiva do conflito social* [Dissertação de Mestrado]. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG.
- Cattani, Antônio David (org.) (2003), *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz.
- Cattani, Antônio D.; Laville, Jean-Louis; Gaiger, Luiz Inácio; Hespanha, Pedro (orgs.) (2009), *Dicionário Internacional Outra Economia*. Coimbra: Almedina.
- Dussel, Enrique (2001), “Hacia una Filosofía Política Crítica”. Palimpsesto. *Derechos Humanos y Desarrollo*. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer (disponível em <<http://132.248.123.99/a/dussel/html/30.html>>).
- Fraser, Nancy (2001), “Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista”, in Jessé Souza (org.), *Brasil. Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Ed. UnB, 245-282.
- Fraser, Nancy (2007), “Reconhecimento sem ética?”, *Revista Lua Nova*, 70: 101-138.
- Fraser, Nancy; Honneth, Axel (2006), *Redistribución o Reconocimiento? Un debate político-filosófico*. Madrid: Ediciones Morata.
- Furtado, Celso (1984), *Cultura e Desenvolvimento em épocas de Crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gaiger, Luiz Inácio (2002), “A economia solidária diante do modo de produção capitalista” (disponível em <www.ecosol.org.br>).
- Gaiger, Luiz Inácio (2004), “A economia Solidária e o sentido das novas formas de produção não capitalistas, Cayapa”, *Revista Venezolana de Economía Social*, Ano 4(8): 9-37.
- Gaiger, Luiz Inácio (2005), “A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários”. Comunicação ao XII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Belo Horizonte.
- Gaiger, Luiz Inácio (2007), “A outra racionalidade da Economia Solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79: 57-77.
- Guimarães, Juarez (2004), “As Culturas Brasileiras da Participação Democrática” in Leonardo Avritzer (org.) *A participação em São Paulo*. São Paulo: Ed. UNESP, p. 155-168.

- GT Brasileiro de Economia Solidária (2003), *Do FSM ao Fórum de economia solidária. III FSM*. Porto Alegre.
- Hirschman, Albert (1986), *El avance en colectividad: Experimentos populares en la América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Honneth, Axel (2003), *A luta pelo reconhecimento. A gramática dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34.
- Melucci, Alberto (1999), *Acción Colectiva, vida cotidiana y democracia*. México: El Colegio de México, Centro de estudios sociológicos.
- Núñez, S. Orlando (1995), *La economía popular asociativa y autogestionaria*. Managua: CIPRES.
- Santos, Boaventura de Sousa (1995), *Pela mão de Alice. O social e o político na transição pós-moderna*. São Paulo: Cortez.
- Santos, Boaventura de Sousa (2005), *A crítica da Razão Indolente. Contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez Editora.
- Santos, Boaventura de Sousa (2006), *A Gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez Editora.
- Santos, Boaventura de Sousa (2007), “Para além do Pensamento Abismal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78: 3-46.
- Santos, Boaventura de Sousa (2008), *Quinze teses para aprofundar a democracia*. Coimbra: CES, Arquivo Digital.
- Santos, Boaventura de Sousa; Rodríguez, César (2002), “Para ampliar o Cânone da produção” in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Produzir para Viver. Os caminhos da produção não capitalista. Reinventar a emancipação social. Para novos manifestos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. 2, 23-77 .
- Sennett, Richard (2002), *O declínio do homem público. As tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia das Letras.
- Singer, Paul (1998), *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto.
- Singer, Paul (2002a), *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.
- Singer, Paul (2002b), “Economia solidária”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Produzir para Viver. Os caminhos da produção não capitalista. Reinventar a emancipação social. Para novos manifestos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Vol. 2, 81-129.
- Singer, Paul; Souza, André Ricardo (2000), *A Economia Solidária no Brasil: A Autogestão Como Resposta ao Desemprego*. São Paulo: Editora Contexto.
- Tiriba, Lia (1999), “Economía popular y movimientos populares (y una vez más el trabajo como principio educativo)”, *Revista Contexto e Educação*, 54: 53-80.
- Tiriba, Lia (2008), “Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa”, *Revista Perspectiva*, 26(1): 69-94

CAPÍTULO IV
**A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O ESTADO:
PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
NO BRASIL**

Tatiane Marina Pinto de Godoy

Introdução

A partir de nossa perspectiva analítica, que se caracteriza pela compreensão do espaço da economia solidária como um campo potencial para a emancipação social mostraremos como se pode realizar uma pesquisa teórica que considere a ação do Estado enquanto indutor de políticas públicas. Entretanto, para tratar a teoria é preciso partir de uma realidade concreta, pois, como afirma Boaventura de Sousa Santos,¹ a teoria é uma maneira de sistematizar o que a prática produz confusamente e, portanto, não há teoria sem prática. Isso não significa, entretanto, que almejamos, neste momento, apresentar um estudo de caso, mas alguns elementos que traduzam da realidade o que se constrói hoje como teoria da economia. Para tanto tomamos emprestados alguns dados sobre a ação do Estado brasileiro na produção e execução de políticas públicas para a economia solidária.

A escolha do objeto de estudo implica a questão da maneira abordá-lo. Como economia solidária tem estado presente nos estudos das mais diversas áreas do conhecimento, sobretudo nas áreas da Economia e da Sociologia, muitos trabalhos já se detêm sobre o tema, numa perspectiva crítica de análise, com as mais diversas problematizações. A partir da nossa área de estudo, a Geografia, é possível realizar um debate sobre os espaços da economia solidária tomada como um conjunto de experiências econômicas e como uma forma de organização do trabalho. Portanto, é importante frisar que, além das análises locacionais, a Geografia como ciência que estuda o espaço produzido pelo homem que, por sua vez, é condição de reprodução social, permite o debate sobre a contradição que existe no uso do espaço produzido por relações sociais capitalistas por uma

¹ Em aula proferida no dia 16 de junho de 2008 no âmbito do Programa de Doutorado "Pós-Colonialismo e Cidadania Global" da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

forma de organização do trabalho assentada nos princípios da solidariedade e da autogestão.

A análise da economia solidária, ou mais especificamente dos empreendimentos econômicos solidários no âmbito do espaço, assegura a possibilidade de estudar as políticas públicas do Estado através da categoria território enquanto espaço da regulação política. Mas essa análise não se faz sem que se leve em conta a da questão da mundialidade.

Apresentaremos uma das maneiras de abordar a economia solidária através da análise de políticas públicas e da possibilidade da autogestão como emancipação para os trabalhadores. Afirmamos que é através do trabalho que se produz o espaço das relações sociais. Mas, à medida em que, as relações sociais de produção estão em crise generalizada, observamos que ela se materializa na desigualdade socioespacial. Podemos afirmar, ainda, que a crise é de reprodução das relações sociais.

Nossas pesquisas mostram que diversas instâncias governamentais, juntamente com organizações não governamentais e movimentos populares, têm tentado estabelecer diálogos para implementar e fortalecer empreendimentos associativos e cooperativos, principalmente nas atividades que produzem pouco valor agregado quando são realizadas de forma autônoma e isolada. Esses empreendimentos têm como princípio básico a propriedade coletiva ou associada do capital. Os empreendimentos, entretanto, estão inseridos em espaços econômicos regidos pelo princípio da propriedade individual aplicado ao capital.

A questão é analisar como, em um espaço produzido pelas relações sociais de produção capitalista responsáveis pela desigualdade social e fragmentação espacial, estas podem conviver com relações sociais solidárias, que têm como fundamento a diminuição das desigualdades. Buscamos responder até que ponto a desigualdade e a fragmentação espacial podem ser revertidas pelas relações sociais solidárias e se, efetivamente, está se construindo um espaço que comporte uma outra organização da vida coletiva.

A análise por meio da categoria produção/reprodução das relações sociais nos permite o estudo de uma forma em gestação: das relações sociais solidárias de produção. Teria ela a possibilidade de produzir novos espaços econômicos solidários e emancipatórios? Analisaremos se essa forma em gestação está garantida pelas políticas públicas.

Na busca pela superação de uma pretensa neutralidade científica, a Geografia Crítica colocou-se próxima dos movimentos sociais de conquista e ampliação dos direitos civis e sociais e mais especificamente no cerne do entendimento da luta

pelo acesso à terra e à moradia e ao combate à pobreza. Num plano mais amplo, a sua proposta de diminuição das disparidades socioeconômicas e das diferenças regionais a insere na discussão das diferentes esferas da reprodução social.

Uma das esferas da reprodução social mais presente nas reivindicações populares, hoje, é a do trabalho. Uma análise mais imediata mostra a urgência das questões que afetam a ação do homem na sua atividade laboral. Índices de desemprego, relações precárias ou escravizadas de trabalho, subemprego e emprego informal são alguns dos temas de destaque nos períodos de crises econômicas para o ajuste das diretrizes do capital.

Se a reprodução social é comprometida pelas restrições impostas pela adequação às novas regras do capital, o espaço social, como dimensão mais material da realidade social também expressa as conseqüências e as condições para a vida coletiva.

Na Geografia Crítica os estudos sobre o desenvolvimento geográfico desigual avançaram metodologicamente a ponto de demonstrarem que, enquanto tivermos desigualdades sociais, desigual distribuição da riqueza e políticas públicas que privilegiam apenas algumas parcelas da humanidade, teremos, conseqüentemente, parcelas do espaço diferenciadas pela presença e ausência de objetos e estruturas que caracterizam o grau de desenvolvimento econômico e social. Essa geografia diferencial está presente não apenas na cartografia dos espaços mundiais, mas também é interna aos territórios nacionais, com as disparidades regionais e intraurbanas. Assim sabemos que nem todo o território de um país elencado entre as grandes economias do mundo está plenamente articulado às redes internacionais do capital, bem como que, em países periféricos ou semi-periféricos, as elites hegemônicas confinadas em espaços apartados da pobreza que as rodeiam estabelecem maiores relações com exterior através dos fluxos de informação.

Estudar o espaço da economia solidária não se trata de uma descrição locacional de suas ações e de suas atividades. Se, como concebemos, o espaço geográfico é a materialidade do processo do trabalho, como podemos analisar, interpretar e explicar as relações de trabalho que se vem estabelecendo em paralelo no Brasil e outras partes do mundo, como uma forma a priori que se antepõe ao modo de produção capitalista? Quais as condições existentes para a realização de um outro modo de produção? É possível a concepção de um espaço produzido por relações sociais solidárias?

Nossa inquietude dirige-se à possibilidade de estarmos diante de uma produção não capitalista do espaço, baseada em redes solidárias que possam reverter as desigualdades socioespaciais. Essa constatação, entretanto, depende da averiguação da realidade e das virtualidades através de métodos de investigação.

Para Milton Santos (2006) é básico o conceito de que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. No caso específico apresentado aqui é preciso identificar se os espaços da economia solidária são realmente diferenciados ou se apenas abrigam as formas dos empreendimentos econômicos solidários, sem, entretanto, terem como função as relações sociais solidárias num processo de um modo de produção diferenciado do capitalismo numa estrutura de redes que conectem empreendimentos, organizações e demais formas e sujeitos da economia solidária.

1. Economia solidária no Brasil: das concepções às experiências

O debate acadêmico sobre a Economia solidária acompanha o ritmo crescente da formação dos grupos identificados pelo trabalho coletivo. Brasil e Portugal são, no momento, dois polos importantes de estudos sobre o tema. No Brasil, o crescimento numérico dos empreendimentos econômicos solidários,² acompanhado pelo levantamento sistematizado pela SENAES/MTE, tem despertado o interesse de diversos pesquisadores para o conhecimento mais aprofundado dos vários aspectos da economia solidária.

Caracterizar a economia solidária é tarefa a que muitos estudiosos do tema vêm se dedicando, particularmente no Brasil, onde diversas abordagens identificam e denominam as experiências econômicas, que de alguma maneira, se pretendem diferentes das praticadas pelo capitalismo. Cabe ao debate acadêmico explicitar conceitos que dêem conta de desvendar o processo de emergência de formas de organização do trabalho (incluindo a produção, distribuição, troca e consumo), que aparentam diferenças com as formas tradicionais capitalistas. Existem diversas denominações para a prática autogestionária: a Economia Social, Economia Popular e Terceiro Setor também são termos considerados por alguns investigadores como sinônimos de Economia solidária. De acordo com Nunes (2002: 59), o conceito de Economia solidária surgiu na França nos anos 1990, dentro de uma discussão maior acerca das transformações econômicas do final do século XX, em que, ao crescimento econômico vertiginoso não correspondeu um aumento generalizado do bem-estar dos homens e mulheres, mas, ao contrário, um aumento do desemprego e da exclusão social.

² Esta é a maneira como as formas de Economia solidária são designadas pela Secretaria Nacional de Economia solidária/Ministério do Trabalho e Emprego do governo federal brasileiro.

É preciso que se esclareçam as diferentes definições para que se construa um pensamento crítico em relação à Economia solidária. De acordo com França (*apud* Nunes, 2002: 60) o conceito de Terceiro Setor surge no contexto anglo-saxão, cuja idéia central é a da filantropia, particularmente nos EUA, com uma ação redistributiva das organizações sem fins lucrativos, paralela à ação estatal nesse campo. Já a Economia Social é formulada em um contexto europeu, no qual o Estado-Providência é a base do enfrentamento dos problemas sociais e onde se desenvolve uma economia com fins sociais, baseada em grandes fundações, associações e cooperativas, que atuam, hoje, como “apêndice do Estado”. A economia popular, oriunda do contexto latino-americano, está muito próxima da economia informal, constituindo-se em “formas de sobrevivência da população mais pobre”.

No Brasil o termo “Economia Solidária” foi adotado pelo governo federal brasileiro para a proposição de políticas públicas. A Economia solidária congrega os grupos que exercem atividades econômicas de forma coletiva. Suas formas são as cooperativas, as associações e os grupos informais, além de outras formas como as sociedades mercantis. Estas organizações devem se caracterizar pela coletividade (organizações suprafamiliares, singulares e complexas) e pela participação (os sócios são trabalhadores que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como repartição dos resultados. O pilares da Economia solidária se assentam em 4 características complementares entre si:

- Cooperação: existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades.
- Autogestão: exercício de práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses.
- Atividade Econômica: agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo.
- Solidariedade: preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida de participantes. Comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem estar de trabalhadores e consumidores.

Outras denominações procuram designar práticas econômicas de cunho associativo e solidário. Existe atualmente uma variedade de termos e expressões para indicar a mesma busca de uma reconceitualização da economia a partir de outros paradigmas e que, de acordo com Arruda (2003), são tais como a centralidade do trabalho, conhecimento e criatividade, em vez do capital; a cooperação como modo privilegiado da relação socioeconômica, em vez da competição; o planejamento participativo do desenvolvimento, em vez do espontaneísmo dos interesses corporativos; a solidariedade consciente como valor central, em vez do egoísmo utilitário; a sociedade trabalhadora como sujeito principal do seu próprio desenvolvimento, em vez do protagonismo do Estado ou do capital.

Arruda³ é referenciado como o instituidor do termo “socioeconomia solidária” e que segundo sua própria designação presente na obra *A outra economia* (Cattani, 2003), trata-se de uma equivalência ao termo Economia solidária, tendo como única diferença a ênfase no sentido social que deve ter a verdadeira economia.

E é a busca por essa verdadeira economia, cujo sentido original vem do grego com significado de gestão, cuidado com a casa e, por conseqüência, o cuidado com os que nela habitam, que se identificam os conceitos da *economia da proximidade*, a *humanoeconomia*, a *economia do trabalho*, a *economia do trabalho emancipado*, a *colaboração solidária* e, ainda, a *economia social*, a *socioeconomia solidária* e a *economia solidária*, segundo Arruda (2003: 234).

No Brasil os termos mais freqüentes são, além de Economia solidária e de Socioeconomia solidária, Economia do Trabalho e Economia Popular. A Economia do Trabalho, difundida por Coraggio,⁴ só pode ser cabalmente compreendida, segundo este autor, quando em contraponto com a economia do capital, pois é, como outras propostas, uma possibilidade a ser desenvolvida a partir de contradições no seio do sistema capitalista que se encontra hoje em uma transição incerta a outro Sistema Mundo, conforme a teoria de Immanuel Wallerstein (Coraggio, 2003). A Economia Popular tratada por Tiriba⁵ é entendida como o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais, desenvolvidas pelos setores populares, para garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais

³ Marcos Arruda é pesquisador, economista e educador.

⁴ José Luis Coraggio é economista argentino, membro da RILES – Red Latinoamericana de Investigadores en Economía Social y Solidaria.

⁵ Lia Tiriba é educadora e doutora em Ciência Política e Sociologia.

como imateriais (Icaza e Tiriba, 2003: 101). Mas a Economia Popular pode se constituir de ações familiares, o que não indica uma ação coletiva suprafamiliar como requer a Economia solidária.

No nosso entendimento a Economia solidária tem duas dimensões:

- Enquanto conceito ela significa um conjunto de ações de caráter econômico, social, político e cultural, definidoras de uma outra forma de apropriação da mais valia do trabalho.
- Enquanto prática econômica ela se materializa nas formas das cooperativas, das associações, dos grupos informais que estabelecem relações sociais baseadas nos princípios de solidariedade econômica, social e política, desenvolvendo uma democracia participativa, pelo menos no que diz respeito à gestão do espaço da produção, troca, distribuição e consumo.

Dentro da perspectiva adotada pelo Ministério do Trabalho e Emprego do governo federal brasileiro, optamos por utilizar o conceito de economia solidária para designar o conjunto de experiências analisadas em nossas pesquisas.

O que entendemos por economia solidária consiste em uma forma de produção, distribuição e consumo, de base associativista e cooperativista, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida. Essa forma de produção envolve a dimensão social, econômica, política, cultural e espacial. No discurso de seus defensores, as experiências de Economia solidária se projetam no espaço onde estão inseridas com a perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática, reafirmando a emergência de atores sociais com a emancipação dos trabalhadores como sujeitos históricos.

Santos (2003) destaca que qualquer análise que procure sublinhar e avaliar o potencial emancipatório das propostas e experiências econômicas não capitalistas em todo o mundo deve ter em conta que, face ao seu caráter antissistêmico, essas experiências e propostas são frágeis e incipientes. Na organização de sua obra intitulada “Produzir para Viver”, Santos analisa as alternativas a partir do que ele designa por “hermenêutica das emergências”, ou seja, uma perspectiva que interpreta, de uma maneira abrangente, a forma como as organizações, movimentos e comunidades resistem à hegemonia do capitalismo e aderem às alternativas econômicas fundadas em princípios não capitalistas.

Esta perspectiva amplia e desenvolve as características emancipatórias dessas alternativas para torná-las mais visíveis e credíveis. Isto não implica que a

hermenêutica das emergências renuncie à análise rigorosa e à crítica das alternativas analisadas. Todavia, a análise e a crítica procuram fortalecer as alternativas e não propriamente diminuir seu potencial (Santos, 2003: 4).

Para Gaiger (2003), a economia solidária mostra-se capaz de converter-se no elemento básico de uma nova racionalidade econômica, apta a sustentar os empreendimentos através de resultados materiais efetivos e de ganhos extraeconômicos. Algumas pesquisas empíricas apontam que a cooperação na gestão e no trabalho, ao invés de contrapor-se aos imperativos de eficiência, atua como vetor de racionalização do processo produtivo, com efeitos tangíveis e vantagens reais, se comparados ao trabalho individual e à cooperação entre os assalariados induzida pela empresa capitalista.

As políticas públicas expressam a maneira como o Estado e os governos concebem a economia solidária e propõem sua execução na esfera pública. Mais do que expor a localização dos empreendimentos de economia solidária, especificamente no caso brasileiro, intentamos aqui esclarecer o lugar dela nas políticas públicas, nos programas e nos projetos de governos. É preciso destacar para essa diferenciação elementar entre Estado e governo, tratando-se, este último, como comando temporário do Estado.

No Brasil, o movimento da economia solidária criou uma demanda por políticas públicas sistematizadas que abarcassem todo o território nacional. Inúmeras experiências em todos os estados da federação se multiplicam, inclusive com o apoio de administrações municipais e de parte dos governos estaduais. Assim, há que se destacar a importância das políticas públicas em escala local, já que esta é a mais próxima da escala da vida do cidadão.

Desse contexto surge, em 2003, a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) dentro da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego, comportando o Programa Economia solidária em Desenvolvimento objetivando a articulação de políticas públicas de geração de trabalho e renda, o combate à pobreza e a inclusão social. Com aproveitamento das bases e redes já existentes, de prefeituras municipais e governos estaduais, o programa busca, através da Rede Nacional de Gestores Públicos de Políticas de Fomento à economia solidária, construir a integração dessas políticas com vistas à sua consolidação.

O enfrentamento da precarização do trabalho e das dificuldades de acesso ao emprego tem motivado a formulação de políticas públicas voltadas para a geração de trabalho através de programas que incluem formas autogestionárias de empreendedorismo. Municípios, estados e governo federal brasileiro têm

implantado sistemas de capacitação, apoio e fomento a grupos de trabalhadores que buscam, coletivamente, inserir-se no mercado de trabalho através de produção, comercialização e prestação de serviços. São inúmeras as atividades desenvolvidas por empreendimentos solidários. Mas tem-se observado que os trabalhadores necessitam, primordialmente, de apoio do Estado para iniciar e manter os empreendimentos.

São muitos os casos em que a iniciativa de formação de cooperativas e associações parte das políticas de governo e não dos trabalhadores. As condições de pobreza e os poucos anos de escolaridade da grande massa de desempregados levam estas pessoas a desempenhar atividades informais ou temporárias para a reprodução da vida. As dificuldades do acesso ao emprego pleno com seguridade social tornam a vida dos trabalhadores uma busca incessante pela sobrevivência, sem possibilidades de planejar o futuro e sem a visão da coletividade. Evidentemente que toda regra tem exceção. Existem exemplos em que os próprios trabalhadores assumem o controle de empresas em processo de falência, ou entendem que a atividade realizada de forma coletiva oferece maiores possibilidades de manutenção do trabalho e de sua reprodução. Mas o Estado, que antes era apenas responsável pela regulamentação e fiscalização das questões trabalhistas, exercendo também o papel de facilitador na geração de trabalho e renda, ao exercer a função de intermediador de mão-de-obra, de qualificação e requalificação profissional, orientação trabalhista e atendimento ao trabalhador pelo Sistema Público de Emprego, no caso brasileiro passou a buscar novas respostas no âmbito da economia solidária.

As políticas públicas para a economia solidária nas diferentes instâncias

Os exemplos de solidariedade econômica que têm impulsionado novas formas de geração de trabalho e renda são acompanhados pelos cientistas sociais de diversas especialidades em diversas partes do mundo. Muitas vezes descritivos, os estudos apresentados relatam os avanços de comunidades que se uniram para produzir e trocar produtos e serviços como alternativa à falta de emprego formal. Cabe investigar se essa produção solidária está sendo efetivamente acompanhada por uma análise crítica. Concebemos que o pensamento crítico vai além do existente como esfera de análise, porque o real não é apenas o que existe. Mas como analisar o processo autogestionário em voga? Sem dúvida é necessário recorrer ao estudo das formas de economia solidária em atividade nos mais diversos contextos sociais, econômicos e culturais. É necessário também analisar o envolvimento político no fortalecimento da Economia solidária. Essa análise

política deve tratar tanto do Estado quanto dos movimentos sociais e ideológicos que fizeram reemergir o cooperativismo e o associativismo como forma de reprodução e, mais além, como forma de viver que implica novas relações sociais.

A iniciativa de formulação e aplicação de políticas públicas para a Economia solidária no Brasil tem raízes nas administrações municipais. É na escala dos municípios que os efeitos do desemprego e da precarização do trabalho são sentidos com maior intensidade. No município e, mais propriamente na cidade, estão materializadas as desigualdades sociais através da fragmentação do espaço e da diferenciação dos lugares. Na medida em que a reprodução social é dificultada pela falta de emprego, o espaço social reproduz a dificuldade de acesso à moradia, aos serviços de saúde, educação e segurança. Em uma análise crítica, o direito à cidade,⁶ muito mais amplo que o acesso à moradia e aos serviços públicos, é negado quando o homem tem restringida a possibilidade de se reproduzir.

Governos municipais, em geral de tendência progressista,⁷ têm formulado sistemáticas de formação e apoio a grupos de trabalhadores especializados em diversas atividades. Esse processo envolve a identificação dos diversos agentes e dos diferentes interesses que permeiam o debate da geração de trabalho e renda na agenda pública e a sua regulamentação como política pública.

A descentralização das políticas públicas sociais é produto dos movimentos sociais que, na década de 1980, lutaram pelo fim do regime autoritário e pela redemocratização da sociedade. A luta pela democracia política através da participação popular nas decisões do Estado está no mesmo plano da luta pela democracia econômica, passando pelo reconhecimento da força do mercado informal para a sobrevivência de milhões de pessoas, pela necessidade da inversão da concentração da renda e pelo apoio às mais diversas manifestações da economia popular.

A análise dos dados preliminares do levantamento realizado pela SENAES mostra que os números de empreendimentos econômicos solidários⁸ crescem

⁶ O direito à cidade está contemplado na Agenda Habitat II (II Conferência sobre assentamentos humanos da ONU, 1996) e expressa na Carta Mundial do Direito à Cidade, apresentada no 3º Fórum Mundial Social em 2003, onde o direito coletivo é almejado para usufruir da riqueza produzida.

⁷ Denominamos de progressistas as lideranças políticas “mais radicais em defesa do social”. Ainda cabe ao termo uma melhor conceituação visto que no discurso partidário vigente a defesa do social independe da sigla ou ideologia fundante do partido.

⁸ Termo adotado pela SENAES/MTE para o levantamento e mapeamento da Economia solidária no Brasil.

a cada pesquisa, mas o que não se verifica ainda é um programa sistemático de apoio a Economia solidária nos estados da federação. Tomemos por exemplo um dos estados federativos do Brasil para mostrar as conduções políticas de diferentes instâncias: no estado de São Paulo há uma contagem de 813 empreendimentos em 174 municípios, representando 3,7% do número de EES do Brasil em 2007. Mas o governo estadual ainda não tem uma política dedicada a Economia solidária. O que existe atualmente é um projeto de lei apresentado por uma Frente Parlamentar Pró-Economia solidária, instalada na Assembléia Estadual de São Paulo.

Municípios do interior do estado de São Paulo, que já contam com um efetivo número de empreendimentos, começam a sistematizar políticas públicas de apoio à Economia solidária, como é o caso do município de São Carlos, que consta no SIES (2007) com um levantamento de 24 empreendimentos econômicos solidários e com ações de apoio e fomento desenvolvidas pelo Departamento de Apoio a Economia solidária vinculado a Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda, em parceria com a Universidade Federal de São Carlos, através da Incubadora Regional de Cooperativas Populares – INCOOP. Desta parceria, entre poder público e universidade em São Carlos, está em andamento um projeto da INCOOP UFSCar de proposição de diretrizes para políticas públicas através da sistematização das ações de intervenção que esta incubadora tem realizado em um bairro de periferia no município. Estas diretrizes subsidiarão a ação do poder público municipal na implementação de programas, leis e ações para a economia solidária.

A vontade política dos governantes pode influenciar a expansão e a consolidação das atividades da economia solidária em seus territórios. A essa discussão dedicaremos uma reflexão mais aprofundada na segunda parte deste capítulo. Programas e estruturas de governo dedicados ao apoio e fomento à economia solidária estão sendo sistematizados por alguns governos estaduais como, por exemplo, nos estados do Acre, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. Coincidência, ou não, todos estes estados são governados por siglas partidárias da base do governo federal. O mesmo ocorre com o município de São Carlos, citado anteriormente.

É necessário que se ratifiquem programas de economia solidária, tanto nos municípios quanto nos estados. As experiências que estudamos mostram que os projetos realizados por governos municipais e não regulamentados por lei acabam ou se transformam a ponto de perder as características originais com a mudança das gestões. Esse é o caso analisado em nossa dissertação de mestrado,

que versou sobre uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis em Rio Claro/SP.⁹ A mudança de governo não pôs fim à coleta seletiva realizada na cidade através da COOPERVIVA (Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Rio Claro/SP), mas descaracterizou o projeto e não deu continuidade ao plano de expansão e fortalecimento da cooperativa. As políticas públicas devem ser constituídas de programas regulares e sistematizados, com base legal e institucional, embora saibamos que, mesmo legalmente constituídas, muitas políticas públicas não são postas em prática

Para Kapron (2002) cabe às prefeituras e aos governos regionais (estaduais) e nacionais ter uma atitude propositiva quanto à articulação de uma política para a economia solidária, porque ela vai muito além das políticas compensatórias. Deve-se ultrapassar a idéia de atendimento aos “excluídos do mercado”, porque a política para a economia solidária deve ser constituída ativamente como indutora de desenvolvimento.

(...) a política pública pode colocar o Estado como indutor da constituição de serviços que permitam a capacitação, a qualificação, a informação, a formação, a educação dos trabalhadores e da sociedade, a pesquisa e a inovação (Kapron, 2002).

Cabe-nos como investigadores sociais comprometidos com uma análise que comporte as contradições do mundo em que vivemos, mostrar que o Estado Capitalista Moderno, surgido da necessidade de mediar os conflitos de classe, tem como função garantir condições de reprodução social de todos, seja através do provimento de infraestruturas e de seguridade social, seja na mediação da relação capital-trabalho. O Estado é um agente da produção e da reprodução das relações sociais, concomitantemente, um agente de produção e reprodução do espaço, mais propriamente do território, enquanto espaço da regulação política. Ao regular, o Estado propicia a acumulação do capital e, materialmente, ao propiciar a acumulação do capital fixo, reproduz, no território, a desigualdade da distribuição da renda através da divisão interna do trabalho, conseqüentemente ao desenvolvimento geográfico desigual.

⁹ Para maiores detalhes consultar nossa dissertação de mestrado referenciada na bibliografia.

2. O lugar da economia solidária no estado brasileiro

A complexidade dos problemas que os cientistas sociais de vertente crítica têm se proposto a analisar demanda a contribuição de diversas disciplinas. Querer entender o mundo de hoje com um olhar parcelar não oferece condições de interpretar a realidade com a perspectiva da mudança social que se exige neste tempo de crises em tantas esferas e que convergem para a crise da reprodução social.

O espaço é uma esfera de análise que manifesta a crise humana concretamente ao olhar, desde que se tenha capacidade para enxergar além da paisagem, sobretudo, desde que se tenham condições que permitam ver e analisar o conteúdo das formas que se expressam materialmente. Metodologicamente é preciso descrever o que se vê. Mas é preciso ir além da descrição. É preciso que se ultrapasse a esfera do visível e que se construa uma interpretação que desvende os conteúdos, as contradições, os interesses e as ideologias contidas na paisagem social.

O território, enquanto expressão geográfica da regulação política, conforme Santos (2006), permite apreender a divisão do trabalho estabelecida através do Estado. São as ações do Estado que produzem a hierarquia dos lugares contidos no seu território, através da implantação de infra-estruturas que definem as suas capacidades técnicas e humanas de desenvolvimento.

Distinguidas as devidas intencionalidades na produção do espaço de cada lugar, há um comando geral que direciona a produção e a reprodução do espaço segundo os objetivos da acumulação ampliada do capital. O atendimento das demandas do capital distingue os lugares segundo suas possibilidades de reprodução das condições da acumulação ampliada e configura o que hoje se entende pelas diferenciações socioespaciais.

O entendimento do espaço como esfera materializada da vida social advém da teoria da produção e reprodução social do espaço. Carlos (1996) aponta que a espacialidade é uma vertente analítica, a partir da qual se pode ler o conjunto da sociedade. A diferenciação de classes sociais está manifestada na fragmentação do espaço, na diferenciação dos lugares, na contraposição entre lugares ricos e pobres, que apresentam estruturas diferenciadas para a reprodução social.

As políticas públicas expressam a maneira como governo e Estado concebem a Economia solidária e propõem sua execução na esfera pública. Uma questão importante que remete ao empenho do governo para a realização de um programa refere-se ao orçamento destinado à execução das políticas públicas. A análise da destinação dos recursos pode ser feita através da consulta ao

Orçamento Geral da União e, mais especificamente, através da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em um acompanhamento da dotação orçamentária anual para o Programa Economia solidária em Desenvolvimento, vemos que, no ano de implantação da SENAES, no Ministério do Trabalho e Emprego não existe destinação de recursos, já que o Orçamento Geral da União é feito no ano anterior ao repasse das verbas. Nos anos seguintes ficam assim discriminados os valores destinados ao programa.

TABELA 1
Dotação Orçamentária para o programa
“Economia solidária em Desenvolvimento” entre anos de 2003-2010

	Dotação Inicial em R\$			Valor Pago em R\$		
	Total	MTE ¹	MDS ²	Total	MTE	MDS
2003	0	0	0	0	0	0
2004	58.396.656	29.110.458	29.286.298	21.501.905	16.389.844	5.112.060
2005	57.398.007	13.220.400	44.177.606	21.785.563	8.923.714	12.861.848
2006	33.533.174	12.870.644	20.666.530	13.333.630	13.333.630	0
2007	61.501.000	33.956.000	27.545.000	17.175.524	17.175.524	0
2008	90.083.000	49.023.000	41.060.000	23.895.981	13.485.987	10.409.994
2009	85.569.560	34.684.560	50.885.000	18.812.469	9.248.390	9.564.079
2010	108.954.000	45.070.000	63.884.000	9.401.646	8.654.976	746.670

Fonte: Senado Federal – Orçamento da União (2003 a 2010)¹⁰.

O Programa “Economia solidária em Desenvolvimento”, sediado no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e incluindo ações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), começou a ser implementado em 2004, seis meses após a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Também foi a partir desse ano que o programa passou a contar com orçamento próprio, a partir da sua inclusão no Plano Pluri-Anual (PPA) do Governo Federal 2004-2007.

As ações e as prioridades elencadas são definidas em conjunto com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, com as resoluções da I Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em junho de 2006, e com o Conselho Nacional de Economia solidária. De acordo com a SENAES (2009), além

¹⁰ Disponível em: <http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/LOA/Execucao:EDFS>.

da intensa interlocução com a sociedade civil, a política nacional de Economia solidária também se caracteriza por apostar na transversalidade e na interseccionalidade, buscando articular-se às demais políticas de geração de trabalho e renda, de combate à pobreza e de inclusão social do Governo Federal e de outros entes federativos.

Na proposta do Plano Pluri-Anual (PPA) 2008-2011, buscou-se ampliar o escopo do programa, delimitando suas várias linhas de ação de modo mais definido e mais estruturado, com destaque para:

- a organização da comercialização dos produtos e serviços da Economia solidária;
- a formação e assistência técnica aos empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação;
- o fomento às finanças solidárias, sob a forma de bancos comunitários e fundos rotativos solidários;
- e a elaboração de um marco jurídico diferenciado para a Economia solidária, garantindo o direito ao trabalho associado.

Das políticas elencadas no PPA 2004-2007 constavam a estruturação de uma política pública voltada à Economia solidária com:

- o estímulo à institucionalização de políticas nas três esferas;
- a formação de formadores/as e gestores públicos;
- a construção de uma estratégia de desenvolvimento local tendo a Economia solidária como eixo, a partir da atuação de uma rede de agentes de desenvolvimento solidário espalhados pelo Brasil;
- o mapeamento da Economia solidária.

As políticas do PPA 2004-2007 ainda estão no escopo das ações da SENAES, principalmente com o novo mapeamento da Economia solidária, que se iniciou em 2009, para ampliar e atualizar a base do Sistema de Informações em Economia solidária.

Mas, a análise que podemos fazer da tabela 2 mostra que a destinação dos recursos para a execução dessas políticas não corresponde às dotações iniciais. Analisar o peso da Economia solidária para o Estado brasileiro demanda, entre tantas outras verificações, avaliar o seu peso no Orçamento Geral da União, que, em 2010 foi estimado em 1,8 trilhão de reais. Isto significaria que, dentro

TABELA 2
Dotação Orçamentária Inicial – LOA 2010

	Orçamento Geral da União	MTE	MDS
Dotação Inicial	1.860.428.516.577	46.523.590.583	38.984.810.526
Programa ES em Desenvolvimento	108.954.000	45.070.000	63.884.000
Porcentagem correspondente	0,0058%	0,09%	0,16%

Fonte: Senado Federal – Orçamento da União (2003 a 2010).¹¹

da proposta de dotação inicial, o orçamento do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento significa 0,0058% do Orçamento Geral da União em 2010.

A tabela 2 mostra representatividade do programa Economia solidária em Desenvolvimento dentro das dotações iniciais da LOA 2010 nos ministérios que administram as ações. Com um orçamento menor que o MTE a dotação inicial do programa é maior no MDS, tanto em porcentagem quanto em números absolutos. Entretanto, como mostra a tabela 2, nem sempre são pagos os valores determinados na dotação inicial para o MDS.

A análise desses números deve levar em consideração a distribuição do orçamento público enquanto instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais.

Uma consideração importante deve ser levantada na questão do repasse dos valores para a execução do programa. De acordo com Singer, as áreas sociais do governo federal funcionam através de ONGs. Mas, com o enrijecimento crescente dos controles de convênios que regem as parcerias entre o Estado brasileiro e as organizações não-governamentais e devido a uma série de denúncias contra algumas ONGs, o repasse não mais foi feito, como aconteceu com o programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Grande parte das ações é implementada através dessas organizações, já que o próprio Estado não dispõe de recursos humanos para a atuação em todas as áreas. E, de acordo com Singer (2008), as organizações são fundamentais para a transformação social, já que o novo e o experimental são feitos por elas. O corpo burocrático do Estado não é capaz de introduzir inovações pela própria estrutura a que pertence.

¹¹ Disponível em: <http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/LOA/Execucao:EDFS>.

O lugar do Estado na economia solidária

No início desta seção analisamos o lugar da economia solidária no Estado brasileiro, agora é a ocasião de esclarecermos as contradições entre uma estrutura juridicamente constituída de poder e uma forma de organização da economia que se pretende autogestionária.

O objetivo-fim da autogestão é a inexistência do Estado. É para isso que ela se projeta. A contradição reside no fomento estatal às políticas de economia solidária. Se tomamos as informações dos lugares onde as práticas de economia solidária mais cresceram, veremos a presença de políticas públicas e programas de governo.

Um quadro com as políticas estaduais para economia solidária e as siglas partidárias que governaram as unidades federativas entre 2006 e 2010 pode dar mais clareza da natureza política da economia solidária no Brasil. Os dados apresentados são fruto de um pré levantamento da Secretaria Nacional de Economia Solidária/SENAES e de consulta aos sites web dos governos estaduais.

A tabela 3 ilustra a representação partidária dos governos com alguma ação de fomento à economia solidária nas unidades da Federação. Os dados são oriundos do pré levantamento da SENAES, que iniciou o mapeamento das políticas públicas no ano de 2009. Mas é possível, com as informações disponibilizadas, ter uma leitura da participação do Estado.

Burdeau (2005) afirma que o Estado dura enquanto os governos passam. Para ele o Estado é, no sentido pleno do termo, uma idéia que, não tendo outra realidade além da conceitual, só existe porque é pensado para atender a certas exigências da estrutura política das sociedades em certo momento de sua evolução. “Ele não cria a autoridade, mas assume suas formas; a obediência que exige não é da mesma natureza que a requerida pelo chefe que comanda” (Burdeau, 2005: XIII).

Com isso pretendemos encaminhar para a discussão de uma categoria um tanto subjetiva, mas que implica, potencialmente, as políticas públicas. Trata-se da vontade política. Estará ela condicionada às ideologias de partido? É possível afirmar que os partidos políticos se estruturam através das ideologias? Muitos dos colegas pesquisadores, estudiosos da políticas públicas, de formas democráticas de gestão, participação popular nas ações do Estado, entre outras formas políticas que permeiam as relações entre o Estado e a população, têm-se deparado com diferentes procedimentos praticados em diferentes lugares.

Particularmente nas políticas públicas relacionadas à participação popular a vontade do governante mostra-se mais decisiva. Na análise do processo do

TABELA 3
A Economia solidária na Estrutura dos Governos Estaduais
entre os anos 2006-2010

UF	Partido	Tipo de política*	Ação do Governo
RO	PPS		Sem resposta
AC	PT	1	Secretaria de Desenvolvimento para Segurança Social Departamento de Inclusão Sócio Produtiva e Empoderamento Comunitário Divisão de Economia solidária
AM	PMDB		Em implantação
RR	PSDB		Sem resposta
PA	PT	1	Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda Diretoria de Economia solidária - DES
AP	PDT	1	Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo Coordenadoria do Empreendedorismo Núcleo de Associativismo e Economia solidária
TO	PMDB		Sem resposta
MA	PDT ¹²	1	Secretaria de Estado do Trabalho e Economia solidária Supervisão de Economia solidária
PI	PT	2	Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo
CE	PSB	1	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social Desenvolvimento do Empreendedorismo e do Artesanato Economia solidária como Instrumento de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Sustentável Instituto de Desenvolvimento do Trabalho Projeto Economia solidária
RN	PSB	2	Secretaria Estadual do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social Programa de Desenvolvimento Solidário
PB	PSDB ¹³		Sem resposta
PE	PSB	1	Secretaria Especial da Juventude e Emprego Gerência de Economia solidária
AL	PSDB		Sem resposta
SE	PT	2	Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social Departamento de Inclusão Produtiva
BA	PT	1	Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte Superintendência de Economia solidária

¹² Em março de 2009 o governador no Maranhão foi cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral, dando lugar ao segundo colocado nas eleições de 2006, representante do PMDB.

¹³ O mesmo ocorreu com o governador da Paraíba, sucedido pelo representante do PMDB.

UF	Partido	Tipo de política*	Ação do Governo
MG	PSDB	2	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social Subsecretaria de Trabalho, Emprego e Renda Superintendência de Política de Trabalho, Emprego e Renda Diretoria de Promoção do Associativismo
ES	PMDB	2	Secretaria do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social Subsecretaria de Trabalho e Renda Gerência de Trabalho e Renda Conselho Estadual de Economia solidária
RJ	PMDB		Em implantação
SP	PSDB		Sem resposta
PR	PMDB	2	Secretaria de Estado do Trabalho Emprego e Promoção Social Departamento de Gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda Assessoria técnica de Geração de Emprego e Renda
SC	PMDB		Sem resposta
RS	PSDB		Sem resposta
MS	PMDB	2	Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul Coordenadoria de Trabalho e Renda
MT	PR		Sem resposta
GO	PP		Sem resposta
DF	DEM		Sem resposta

* TIPO 1 – Economia solidária explicitamente reconhecida ou inserida institucionalmente na ação do governo (seja do ponto de vista de programas, ações, projetos ou no que se refere a espaços específicos como Secretarias, Superintendências, Departamentos, Coordenações).

TIPO 2 – Economia solidária internalizada implicitamente nas ações e nos espaços de gestão de políticas de trabalho e renda, de desenvolvimento social.

Fonte: Departamento de Estudos e Divulgação – DEAD/SENAES MTE, 2009.
Organização: Godoy (2009).

orçamento participativo, Pizzirani (2006: 117) enfatiza a dependência do funcionamento dessa participação em relação à vontade política do prefeito. Por não se tratar, ainda, de uma política institucionalizada juridicamente, os processos de participação popular, mesmo que previstos na Constituição Federal, não são regulamentados em lei, como são o direito à saúde e à educação, por exemplo. O Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/01) preconiza a gestão democrática da cidade no seu capítulo IV, mas não existem instrumentos de responsabilização pela ausência dessa prática. Tanto é assim que a experiência municipal de Rio

Claro/SP analisada por Pizzirani (2006), mostra a ruptura de todos os processos participativos quando houve mudança de governo em 2005. O orçamento participativo que funcionou por 7 anos foi interrompido por uma gestão de governo e só voltou a ser debatida no município no ano de 2009 por um governo alinhado com a gestão que implantou o processo.

Com a Economia solidária não foi diferente. Em Rio Claro/SP, da mesma forma que o orçamento participativo foi interrompido, os conselhos temáticos foram ignorados e as políticas de apoio à Economia solidária foram suspensas. O processo foi em parte analisado em nossa dissertação de mestrado (Godoy, 2005). A cooperativa de catadores de materiais recicláveis, fundada com apoio do município, espaço e meios de produção fornecidos pela prefeitura, teve restringida a sua atividade em razão da diminuição do suporte material, que, inclusive, dividiu o espaço utilizado para triagem e estocagem com a oficina de máquinas da prefeitura.

Analisar o papel do Estado implica entender os governos que por ele passam. O conceito de Governo em relação às funções do Estado é definido por Bobbio como aquele que “coincide com o poder executivo, ou melhor, com os órgãos de cúpula desse poder, com a execução do aparelho dos funcionários, que tem função de colaborar no funcionamento dos serviços públicos, dando execução às decisões do Governo, e que é a administração pública” (Bobbio, 1991: 554).

Na definição de Bobbio (1991: 554) o Governo é definido, do ponto de vista constitucional, como órgão no qual se manifesta o poder estatal em toda a sua plenitude. Do ponto de vista sociológico, porém, o autor constata que, nos Estados modernos, qualquer que seja a forma de participação popular no processo eleitoral, os centros de poder aos quais normalmente o governo está subordinado, ressalvada sua relativa autonomia, são o partido ou a coligação de partidos.

Como vivemos num regime pluripartidário, as opções dos votantes parecem ser amplas. Mas uma definição ideológica se coloca para diferenciar ou congregar os diversos partidos políticos. A divisão entre direita, esquerda e centro não se revela tão nítida quanto seria desejável para quem nela se apóia no momento da eleição e da subsequente realização dos mandatos. Bobbio (1995) também oferece argumentos para reflexão sobre essa divisão. Em primeiro lugar vale frisar que o autor trata da distinção conceitual ‘direita-esquerda’. Isto, implicaria, em princípio, que o que se designa por centro, centro-esquerda, ou centro-direita seria falso por uma razão: direita e esquerda são termos antitéticos “empregados

para designar o contraste de ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas” (Bobbio *et al.*, 1995: 31). Por serem termos antitéticos, reciprocamente excluídos e conjuntamente exaustivos, não pode haver uma ideologia ou doutrina de centro. A contestação à designação ‘direita-esquerda’ levou a afirmar que depois de dois séculos de existência, ela já não fazia mais sentido. Porém, a dicotomia não se encerrou e o vocabulário político empregou uma nova díade: ‘progressistas-conservadores’. Mesmo contestada, essa é uma das designações utilizadas para distinguir os partidos políticos. Em nota de rodapé, Bobbio *et al.* (1995: 34) escrevem o que acontece na prática. Tanto a díade ‘direita-esquerda’ quanto a díade ‘progressistas-conservadores’ não se excluem reciprocamente, porque existem muitas direitas e muitas esquerdas, sem impedimento entre esquerdas e direitas societárias e comunitárias.

Entre os diversos matizes da direita para esquerda, e vice-versa, ganhou espaço o ‘centro’ que, num flerte com a linguagem da lógica dialética, em que a visão diádica da política identifica duas partes entre as quais nada se interpõe e, por isso, é denominado de Terceiro Excluído; da visão triádica, no espaço entre direita e esquerda, o centro faz o papel do Terceiro Incluído e assume a fórmula do ‘nem direita nem esquerda’, mas cada um deles está contido nesse espaço. Por isso, diferentemente do Terceiro Incluído, Bobbio se permite a digressão do Terceiro Inclusivo que “tende ir além dos dois opostos e a englobá-los numa síntese superior, e, portanto, anulando-os enquanto tais: dito de outro modo, ao invés de duas totalidades que se excluem reciprocamente – e não são, como a frente e o verso de uma medalha, visíveis simultaneamente –, faz deles duas partes de um todo, de uma totalidade dialética (Bobbio *et al.*, 1995: 38).

O Terceiro Inclusivo tem se apresentado como a Terceira Via que, diferentemente do centro, não está no meio da direita e da esquerda, mas se projeta além de uma e de outra. Para Bobbio, em termos práticos, a política da Terceira Via é uma política de centro, mas idealmente se apresenta não como uma forma de compromisso entre os dois extremos, mas como uma superação simultânea de um e de outro. As denominações para essa Terceira Via também são diversas: liberal-socialismo; socialismo liberal.

Essas considerações, embora bastante resumidas, embasam a análise da tabela 4. Das 27 unidades da federação, 15 possuem ações já em andamento e 2 estão no processo de encaminhamento das ações. No momento de coleta das informações o mapa político-partidário dos estados federativos se apresentava da seguinte maneira:

TABELA 4
Partidos governantes das Unidades Federativas
e ações para Economia solidária

Partido	Número de UF governadas	Número de UF com ações para Economia solidária
PMDB	7	5
PSDB	6	1
PT	5	5
PSB	3	3
PDT	2	2
PPS	1	0
PP	1	0
DEM	1	0
PR	1	0

Fonte: Godoy, 2009.

Embora a dicotomia ‘esquerda-direita’ ou ‘conservadores-progressistas’ seja contestada, como colocam Bobbio *et al.* (1995), e a designação dos partidos de centro ou de terceira via também seja objeto de discussão, um recorte ideológico se mostra na tabela 4. Talvez fosse necessária, aqui, a descrição dos programas de cada partido para um entendimento mais claro das posições político-ideológicas. Consideramos, entretanto, que esse debate cabe numa pesquisa que contenha mais instrumentos e argumentos da ciência política.

Outra consideração importante a se fazer refere-se à alternância dos governos. Essa situação se aplica bem ao Rio Grande do Sul, estado precursor das ações de fomento à Economia solidária e demais processos de participação popular, na década de 1990, através de 4 gestões sucessivas do PT substituídas por uma gestão do PMDB em 2003 e pela gestão do PSDB a partir 2007. Embora o estado comporte o maior número de empreendimentos econômicos solidários por unidade da federação em todo o Brasil, no período a que se refere os dados (2006 a 2010) não existia qualquer programa ou política pública estadual estruturada para a economia solidária.

Frisamos que os quadros apresentados permitiram a análise de um período limitado de tempo que compreende os anos de 2006 a 2010. Em 2010 houve eleições para os governos estaduais e federal. Um novo panorama partidário se configurou em alguns estados da federação a partir de janeiro de 2011 com a posse dos novos governos, como é o caso do Rio Grande do Sul com a volta da

Partido dos Trabalhadores ao governo daquele estado. As ações para economia solidária em cada uma das unidades federativas do Brasil pode ganhar novas características com a definição do Plano Pluri-Anual que está em fase de elaboração neste ano de 2011 para execução entre os anos de 2012 a 2015.

O conceito subjetivo de vontade política mostra, no exemplo de Minas Gerais, único estado governado pelo PSDB, que possui no período analisado alguma ação para Economia solidária, ainda que seja de forma implícita, já que a denominação não aparece nas políticas de apoio ao associativismo. Aécio Neves, governador entre os anos de 2003 a 2010 foi, dos governadores de oposição ao governo federal, o mais proximamente relacionado ao presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva. Portanto, fica claro que as políticas públicas de participação popular precisam de “empatia” por parte dos governantes para constarem nas agendas públicas. Novos elementos para essa análise poderão se dar com a verificação das ações a serem implementadas pelo novo governador do estado de Minas Gerais, Antonio Anastasia, também filiado ao PSDB.

Depender da empatia ou da vontade política do governante coloca, de maneira vulnerável, a economia solidária no projeto de construção de espaços democráticos, que sejam produto de uma sociedade participante das decisões.

O projeto de autogestão pós-socialismo põe fim à existência do Estado e delega à sociedade a decisão de todas as esferas da vida social coletiva. Mas, se o fim do Estado pela via da autogestão ainda se mostra como um caminho incerto, alguns pensadores retomam a discussão do Estado por via da sua reinvenção. Essa é também a postura assumida pelo Fórum Social Mundial em 2009.

Após 30 anos de um neoliberalismo que defendia o Estado como regulador da economia mas não como um agente econômico, e de um relativo silenciamento dos debates sobre o Estado, o tema volta à tona com o socorro estatal ao mercado financeiro, aturrido pela quebra de bancos e seguradoras.

A centralidade do Estado, contestada tanto por quem se associa às ideologias de direita quanto às de esquerda, foi reafirmada com todo o peso que a estrutura estatal ainda detém, apesar dos processos de privatização do seu aparelho produtivo. Assim, segundo Santos, B. S. (2006), o Estado está de volta, mas se trata de um Estado transformado, diferente daquele de trinta anos atrás.

A sua proposta não é a do fim do Estado, mas de sua reinvenção – uma reinvenção solidária e participativa (Santos, B. S., 2006: 337). Para isso ele apresenta a concepção do Estado como novíssimo movimento social, que se contrapõe diametralmente ao que o autor designa por Estado-empresário. Para contrapor à concepção dominante, segundo o qual o Estado assume critérios de

eficiência, eficácia, criatividade, competitividade e serviço aos consumidores, próprios do mundo empresarial, Santos insere o terceiro setor na reforma do Estado (*ibid*: 324).

A construção de um entendimento sobre os espaços público e privado que inverta a lógica de mercado em favor de uma lógica da comunidade, que alargue o espaço público e implique o direito às formas essenciais de reprodução da vida, ou seja o direito ao trabalho, à moradia, ao lazer, à cidade e, acima de tudo, o direito à liberdade e à igualdade, salvo ao reconhecimento das diferenças, se faz urgente. Para Santos, B. S. (2006) o Estado que está de regresso, está profundamente transformado, porque é um Estado que perdeu o monopólio da concessão de nação e passou a ser um agente do capitalismo global. Paradoxalmente, ao aderir a um projeto do neoliberalismo, que minimiza sua ação, o Estado assume a implementação de políticas que compensem o desgaste social provocado pelo mercado. Sob o domínio do neoliberalismo, o Estado não tem as funções diminuídas, mas, ao contrário, as responsabilidades aumentam para diminuir as dores produzidas pelo mercado, o que demonstra as contradições da política neoliberal que apregoa a retirada do Estado das funções básicas. Uma dúvida que persiste refere-se ao caminho da emancipação social. Ele passa necessariamente pelas ações afirmativas de um Estado fundado numa relação social contraditória?

A proposta de uma reinvenção solidária e participativa do Estado, com a articulação dos princípios da comunidade e do Estado apela para o entendimento mais profundo do sentido da participação e da solidariedade na democracia e na construção de espaços que não apartam as pessoas pelo que materialmente elas representam.

A intensidade participativa e a intensidade solidária parecem ser o prumo da construção de espaços democráticos. Da participação é possível entender que a sua intensidade varia desde uma forma atenuada de autogestão viabilizada pelos governantes, até à forma ampliada de autogestão que atinge toda a sociedade. Da solidariedade, entretanto, que confere uma qualidade à forma de economia aqui analisada, pouco ainda foi dito. Tentamos responder, de certa forma, à questão de saber se uma Economia solidária é possível. Mas, para que ela o seja é necessário um Estado Solidário.

3. Economia solidária: ação política entre estado e sociedade

É como um projeto de organização democrática que privilegia a democracia direta que Mothé (2009: 26) referencia a autogestão. É imperativo salientar que ao termo 'autogestão' foram atribuídos distintos sentidos, entre os quais

pode-se destacar um mais restrito ao processo produtivo, no qual a propriedade, as decisões e o controle dos empreendimentos são exercidos pelos trabalhadores. Se as primeiras ideias sobre autogestão, na forma de associação de trabalhadores, estão delineadas nas propostas dos socialistas utópicos representados por Owen e Fourier, o termo propriamente dito é concebido entre as décadas de 1950 e 1960, segundo Mothé, para denominar a experiência iugoslava do partido comunista de modernização do sistema econômico, com a participação dos cidadãos depositários dos conhecimentos técnicos e profissionais nas empresas e nas municipalidades onde o partido governava. Ainda no entendimento mais restrito, esse termo reaparece, de acordo com Nahas (*In: Cattani e Holzmann, 2006: 37*), vinculado às experiências que buscam minimizar as desigualdades sociais, o desemprego estrutural e o desemprego provocado pelo fechamento de unidades produtivas, em consequência do processo de reestruturação produtiva e da globalização. O que a autora refere é propriamente relacionado à emergência da economia solidária na década de 1990, naquilo que ela identifica com uma conotação de estratégia de sobrevivência através da gestão dos trabalhadores das associações, cooperativas e empresas recuperadas do processo de falência.

Mais amplo que esse sentido, a autogestão também é uma categoria da teoria política que representa uma ruptura e uma revolução paradigmática.

(...) trata de um sistema de organização de toda a sociedade, incluindo as instituições políticas, sociais, econômicas e produtivas nas quais inexista a divisão social do trabalho e a separação entre economia e política, Estado, o mercado e as classes sociais. De acordo com essa proposta revolucionária, a autogestão não se resume aos limites das empresas, mas é um projeto global da sociedade (*Nahas, in: Cattani e Holzmann, 2006: 37*).

Neste sentido geral, a autogestão é a estrutura básica da sociedade socialista, na economia, na política e na cultura, segundo o entendimento de Bottomore (2001: 23). Os conselhos de autogestão e das assembleias organizadas transcendem os limites do Estado na tomadas de decisão de todas as questões básicas.

Lefèbvre dedica um capítulo à autogestão em seu, *La survie du capitalisme*, mas, mesmo antes desse capítulo, o autor já aponta a premência de um projeto global “que proponha expressa e deliberadamente uma outra maneira de viver”, incluso na introdução do livro parcialmente traduzido para o português como a “*Reprodução das relações de produção*”. Para o autor a autodeterminação da classe operária implica, imediatamente, autogestão.

Para expor as condições de sobrevivência do capitalismo e o projeto de sua superação, Lefèbvre lança mão do conceito de reprodução das relações de produção para designar um “processo complexo que arrasta contradições e não só as repete e re-duplica, mas também as desloca, as modifica, as amplifica” (Lefèbvre, 1973: 6). A sociedade capitalista é uma produção e uma reprodução de relações sociais e não só uma produção de coisas. Assim, as relações sociais não se produzem e reproduzem apenas no espaço da fábrica, mas se reproduzem na vida cotidiana, na família e na cidade. “Reproduzem-se também onde a mais-valia global da sociedade se realiza, se reparte e é despendida, no funcionamento global da sociedade, na arte, na cultura, na ciência e em muitos outros setores...” (Lefèbvre, 1973: 110). Por isso as conseqüências desse modo de produção não se dão apenas no nível das forças produtivas.

O desconhecimento desta reprodução das relações sociais permite a reprodução de relações antigas, cada vez mais degradadas, ao mesmo tempo em que novas relações sociais são produzidas de forma inconsciente. “Enfim, as próprias contradições reproduzem-se elas mesmas de forma alargada”, segundo Lefèbvre (1973: 110).

As análises das implicações do crescimento econômico em escala mundial não tratam do lento apodrecimento das relações sociais, bem como são mal compreendidos os papéis desempenhados pelo conhecimento, pela cultura e pela cidade nas condições atuais. Para Lefèbvre (1973: 111), esses são mais lugares da dissolução que da transformação, tornado evidente na análise do fenômeno urbano e das suas contradições internas, porque hoje, ele é simultaneamente o lugar da reprodução das antigas relações sociais, da sua decomposição e o da formação de novas relações sociais e das suas contradições.

O projeto global preconizado por Lefèbvre, distintamente de um programa político, que o autor rechaça talvez em razão do Programa de Gotha criticado por Marx, proclama todos os direitos dos indivíduos e dos grupos e determina as condições de seu ingresso na prática:

Entre estes direitos, recordemos: *o direito à cidade* (o direito a não ser afastado da sociedade e da civilização, num espaço produzido com vista a essa discriminação) – e *o direito à diferença* (o direito a não ser classificado à força em categorias determinadas por potências homogeneizantes (...)) (Lefèbvre, 1973: 38).

A ação e a estratégia deste projeto consistem em tornar possível amanhã o impossível de hoje. Nessa direção, como Santos (2007) impele a visibilizar através da Sociologia das Ausências o que a realidade invisibiliza, Lefèbvre

(1973a) enfatiza que o projeto só pode resultar de um esforço coletivo, espontâneo e consciente, teórico e prático, para determinar a via.

Revelar o que existe, mas é ocultado pela produção hegemônica do conhecimento, fará com que se descubra que na elaboração do projeto já cooperam “os grupos parciais e diferenciais, sobretudo os que o poder central rejeita para as periferias mentais, sociais, espaciais”:

Se as periferias são impotentes, se são destinadas isoladamente às revoltas locais e pontuais, não deixam por isso de ter a possibilidade de transbordar os centros, a partir do momento em que estes são abalados. Se o projeto não se pode elaborar, ou se não possui nenhuma eficácia, é porque os fatos ditos sociais escapam ao pensamento e à ação, porque consistem apenas em acasos e necessidades igualmente cegos, em fluxos e refluxos (Lefèbvre, 1973: 39).

A diferenciação entre o projeto de Lefèbvre e o dos programas políticos situa-se nas prioridades às necessidades sociais e não às necessidades individuais, que se sempre permanecem nos planos inspirados pela burguesia como classe dominante. A definição das necessidades sociais não parte das necessidades do Estado, mas para Lefèbvre, elas são necessidades urbanas, em que os problemas mais profundos são os da produção e da gestão de um espaço que corresponda às possibilidades da técnica e do conhecimento, bem como às exigências da vida social pela e para as ‘massas’ (1973: 40).

Uma discussão que exemplifica a contradição entre os interesses do Estado e da sociedade está na tramitação do projeto de lei 865 que tem sido a razão de intensos debates no movimento de economia solidária no Brasil neste ano de 2011. A reconfiguração do lugar institucional das ações para a economia solidária na esfera federal com a posse do novo governo após as eleições de 2010 tem gerado mobilizações por parte dos fóruns de economia solidária articuladas às redes de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, aos empreendimentos econômicos solidários e às diversas organizações e coletivos que atuam no campo desta economia .

O conteúdo da PL 865 que altera a Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003 e que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, cria a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, vinculando o lugar institucional da economia solidária a esta secretaria. Este projeto é de autoria do poder executivo e desconsidera as deliberações da II CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária –, realizada em junho de 2010 e que teve como tema

“o direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperativa e na autogestão, reafirmando a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento”.

O documento final da II CONAES afirma que o processo de conquista de reconhecimento político e de políticas públicas para a economia solidária teve um salto de qualidade em 2003, com a criação do Fórum Brasileiro de Economia solidária (FBES) e da Secretaria Nacional de Economia solidária (SENAES), no Ministério do Trabalho e Emprego. A partir de então, a interlocução avançou em várias políticas setoriais (trabalho e renda, cultura, desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento territorial etc.) e houve uma expansão de políticas públicas de economia solidária nos governos estaduais e municipais.

Da I CONAES realizada em 2006, onde a economia solidária foi firmada como estratégia e política de desenvolvimento, para a II conferência de 2010, o movimento reconhece que em diversos aspectos as políticas públicas avançaram menos do que se esperava. Conforme o documento final da II CONAES (2011), os participantes desta conferência afirmaram que as políticas públicas existentes ainda são limitadas, fragmentadas e com pouca abrangência, aquém da necessidade real. Os programas de economia solidária sofrem com a limitação dos recursos financeiros e de estrutura institucional. A implementação de programas e ações é seriamente comprometida pelas normativas e pela cultura institucional que favorecem a fragmentação das políticas, dificultando apoio governamental no fomento aos empreendimentos de economia solidária. Da mesma forma, o acesso dos empreendimentos econômicos solidários ao financiamento e ao crédito ainda é extremamente limitado e em alguns setores, inexistente.

Dentre as deliberações da II CONAES destacam-se:

- A necessidade de reconhecimento da economia solidária como direito de cidadania, entendido como direito dos trabalhadores (as) às condições socialmente necessárias de produção, e como dever do Estado;
- O apoio para que a Lei que cria o Marco Legal da Economia solidária no país seja aprovada o mais breve possível pelo Congresso Nacional;
- A criação de um fundo nacional, como instrumento de financiamento de políticas públicas de economia solidária;
- A criação de um sistema nacional responsável pela articulação dos entes governamentais e da sociedade civil nas esferas municipais, estaduais e federal e de integração de políticas públicas;
- A criação de um ministério específico da economia solidária.

O objeto da discussão que o PL 865 tem gerado no movimento de economia solidária no Brasil diz respeito a vinculação do seu lugar no governo federal, junto a uma secretaria de micro e pequena empresa, que tem estratégias de desenvolvimento que não se assemelham aquelas preconizadas pelas iniciativas da de economia solidária e que se assentam no trabalho coletivo e autogestivo e não no empreendedorismo individual.

Destacamos duas questões sobre a proposição do PL 865 de 31 de março de 2011. A primeira se refere ao retrocesso que as políticas públicas para economia solidária sofrem ao perder seu espaço institucional dentro do governo federal. Isso demonstra a importância que à economia solidária é conferida, por parte do poder executivo, como estratégia e política de desenvolvimento, conforme diretrizes das duas conferências nacionais realizadas em 2006 e 2010. Agregada às políticas públicas para as pequenas e micro empresas e descrita apenas como cooperativismo e associativismo urbano, evidencia-se a incompreensão da economia solidária como um outro modelo de organização dos trabalhadores e como uma proposta de participação popular que excede ao espaço dos empreendimentos para debater as condições de reprodução da vida social.

Nesse aspecto relacionamos a segunda questão destacada a respeito da PL 865. Consta-se com a sua redação e proposição que os processos de democracia participativa não se restringem ao momento das convocações para conferências e audiências públicas. As deliberações das duas CONAES não foram consideradas. As discussões realizadas por 1.613 participantes que representaram legitimamente trabalhadores, apoiadores, fomentadores e gestores públicos reunidos em conferências estaduais, regionais e municipais que antecederam o evento nacional foram ignoradas. Isso leva a questionar quais são os limites da participação popular na formulação de diretrizes para políticas públicas. Se os espaços para discussão são abertos por parte dos governos, a implementação de ações que ratifiquem as decisões tomadas em conjunto entre sociedade e representantes do Estado não tem se mostrado, pelo menos no caso da economia solidária, coerente com a proposta da democracia participativa. Tal fato fica mais evidente diante das audiências públicas que têm se realizado em todos os estados brasileiros onde tem sido majoritariamente manifestado o repúdio ao PL 865 a maneira como ela foi proposta.

Desse debate tem participado ativamente a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares que agregam 44 universidades brasileiras. Para além da intervenção na realidade social através da incubação e assessoria aos empreendimentos econômicos solidários, essas incubadoras tem

atuação política, integrando os fóruns de economia solidária nas suas diferentes instâncias. Em manifestação ao PL 865, a Rede de ITCPs publicou a Carta de Porto Alegre onde destacamos o seguinte trecho:

(...) repudiamos veementemente o Projeto de Lei que “Altera a Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, cria a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, cria cargo de Ministro de Estado e cargos em comissão, e dá outras providências”, encaminhado pela mensagem nº 65 da Casa Civil, no dia 31/03/2011, bem como a forma como o processo foi conduzido sem nenhum diálogo com o movimento da Economia solidária, o que talvez nos remeta a pensar em um *modus operandis* semelhante ao utilizado há exatos 47 anos¹⁴ no Brasil. Tal projeto, longe de atender às especificidades da economia solidária e das reivindicações do Forum Brasileiro de Economia Solidaria afasta ainda mais a possibilidade de centralização da política e reiteramos a necessidade da criação de um Ministério da Economia Solidária como indicado pela II Conferência Nacional de Economia solidária. (Rede de ITCP's, 2011).

A carta publicada pela Rede de ITCP's exemplifica a postura que parte das universidades e acadêmicos brasileiros têm assumido com relação a uma atitude propositiva não apenas no que diz respeito à extensão da academia para fora dos muros das universidades, mas também na defesa de um papel político que se contrapõe à pressuposta neutralidade do saber científico.

O conformismo político não pode estar presente no pensamento teórico ao se contentar com o papel de “explicar essa situação”. Para Lefèbvre “modo de produção capitalista realizou o seu conceito tal como Marx o havia determinado, deixando na obscuridade as modalidades dessa realização”.

Se a autodeterminação é o sentido, a autogestão, para Lefèbvre, não é uma mágica nem uma panacéia. Ela não deve ser uma palavra de ordem vazia, nem pode se isolar. Ela designa uma teoria e uma prática social. No plano teórico é preciso diferenciar as palavras autogestão e co-gestão, que, para Lefèbvre (1973b: 194), são incompatíveis. A palavra de ordem da autogestão contém implicitamente um projeto global destinado a preencher o vazio, mas somente se for explicitado. Se a autogestão não tiver um conteúdo social e político,

¹⁴ Referência ao golpe de estado que derrubou um governo eleito democraticamente no Brasil em 31 de março de 1964.

tornado uma estratégia, o projeto encalha. A co-gestão, para ao autor, é uma palavra perigosa, porque se limita a contestar os quadros habituais da gestão. Como reformismo pseudo-revolucionário, não almeja mais do que melhorar a gestão da mesma coisa, nas mesmas instituições, restabelecidas com a ajuda dos mesmos interesses. Enquanto prática social,

A autogestão e a participação efetivas não podem separar-se de um sistema de democracia direta, mais próximo de um movimento perpétuo e perpetuamente renovado, extraindo de si mesmo a sua capacidade de organização, apenas de um sistema formal. Em todos os níveis, as relações mudam: as relações antigas entre os ativos e os passivos, os governantes e os governados, as decisões e as frustrações, os sujeitos e os objetos, dissolvem-se¹⁵ (Lefèbvre, 1973b: 195).

Para Lefèbvre (1973a: 44) a autogestão entra no projeto global como um aspecto decisivo, mas não exclusivo. Para Santos (2008b) a emancipação social precisa ser reinventada.

Se é complexa a relação entre subjetividade e cidadania, é-o ainda mais a relação entre qualquer delas e a emancipação. Porque a constelação ideológica-cultural hegemônica do fim do século parece apontar para a reafirmação da subjetividade em detrimento da cidadania e para a reafirmação desigual de ambas em detrimento da emancipação, torna-se urgente submeter a uma análise crítica as relações entre estes três marcos da história da modernidade. Uma tarefa particularmente urgente para aqueles que se identificam com o que nesta constelação é afirmado sem contudo se poderem identificar com o que nela é negado ou negligenciado (Santos, 2008b: 235).

Para reinventar a emancipação é preciso um modo diferente de cognição do mundo. A proposta Santos (2007) implica as dimensões epistemológica, teórica e política. A dimensão epistemológica parte do pressuposto que vivemos uma fase de transição paradigmática, em que é premente um novo modo de

¹⁵ Da tradução nossa do original em francês: *L'autogestion et la participation effectives ne peuvent se séparer d'un 'système' de démocratie directe, plus proche d'un mouvement perpétuel et perpétuellement renouvelé, puisant en lui-même sa capacité d'organisation, que d'un 'système' formel. A tous les niveaux, les rapports changent: les relations anciennes entre les actifs et le passifs, les gouvernant et les gouvernés, les décisions et les frustrations, les sujets et les objets, se dissolvent.*

produção do conhecimento. Na dimensão teórica o conflito se assenta entre o conhecimento-regulação e o conhecimento-emancipação. É preciso, portanto, reinventar o conhecimento-emancipação através de uma utopia crítica, da interdisciplinaridade, da distinção entre objetividade e neutralidade, do desenvolvimento de subjetividades rebeldes e não conformistas e da criação de uma Epistemologia do Sul, como objetivo da Sociologia das Ausências e do procedimento da tradução para a produção de uma teoria pós-colonial. Na dimensão política o desafio é a construção de uma democracia de alta intensidade. Para isto todas as três dimensões (epistemológica, teórica e política) estão conectadas.

A contribuição do pensamento geográfico, com seus instrumentos metodológicos de investigação das desigualdades socioespaciais, pode oferecer para a construção de um conhecimento mais amplo da realidade social e das possibilidades de transformação dessa realidade assentada nas condições que o espaço produzido socialmente coloca. Parece inseparável o conhecimento do espaço (do que dele se faz e se serve), da dinâmica social produtora desse espaço e cuja reprodução condiciona.

Quem produz o espaço é a sociedade, mas se ela estiver informada e consciente de sua ação, através de uma pedagogia social que proponha uma nova prática social, as condições de reprodução do espaço podem se assentar na autogestão, na democracia radical, na autodeterminação e na emancipação social.

Considerações finais

Enquanto prática econômica e ação política, entendida para além da ação do Estado e dos governos, mas também como prática política dos cidadãos, a economia solidária é passível de ser estudada na sua dimensão material, na sua concretude espacial, seja através das suas formas ou através das redes que se constroem, ligando uma série de novos elementos que criam as condições de reprodução dessa outra economia designada por Cattani (2003), se ela pode assim ser chamada.

Entender a economia solidária é um esforço intelectual intenso, pois mesmo os estudiosos mais renomados ainda estão construindo bases teóricas para explicar essa realidade, ainda que em parte. Por se tratar de uma sistematização de ideias ainda recentes, datada da década de 1990, como vimos anteriormente, e apesar de sabermos que estas práticas já estão presentes nas experiências de algumas comunidades há muito mais tempo, embora sem essa denominação ou mesmo sem um pensamento estruturado a respeito, todo o conhecimento

acumulado até o momento ainda não dá conta de afirmar categoricamente se essa é ou não uma outra economia, diferente daquela preconizada pela acumulação ampliada do capital.

Sabe-se que as relações sociais de produção envolvidas na economia solidária pretendem-se diferenciadas daquelas praticadas no contexto capitalista. Portanto, o entendimento do espaço, enquanto produto e condição de reprodução das relações sociais leva a questionar a possibilidade de uma outra organização da vida coletiva assentada num espaço diferenciado daquele produzido pelas relações sociais de produção capitalista. Para além das relações sociais de produção, é preciso entender se a economia solidária também se estende para as relações sociais mais amplas, fora da esfera restrita da produção.

Um análise do campo e dos atores da economia solidária nos leva ao entendimento de que novas relações sociais estão se estabelecendo para além da esfera da produção, já que não só existem empreendimentos econômicos solidários organizados, mas todo um campo articulado de organizações, instituições e movimentos sociais. Aliás, a economia solidária congrega diversos movimentos sociais, já que as esferas do trabalho e da economia estão alinhadas a todas as demandas sociais.

Os instrumentos que o pensamento geográfico-marxista põe à nossa disposição permitem o reconhecimento de uma realidade já posta através de uma observação teoricamente orientada da paisagem, bem como a compreensão das práticas sociais que dão forma e conteúdo a esta realidade observável. Aliado ao pensamento lefebvriano esta análise se amplia para as possibilidades de reprodução espacial como produto da reprodução social num movimento simultâneo, constante e indissociável.

Harvey (2004: 30) retoma uma linha de argumentação baseada na concepção de dialética concretizada, à qual ele denomina de “materialismo histórico-geográfico”. O autor levanta uma das principais linhas divisórias de nossa época, ao retomar essa abordagem, que é a difícil questão entre “particularidade” e “universalidade” na construção do conhecimento.

Analisar profundamente a economia solidária nos submete a esse dilema metodológico. Alguns trabalhos geográficos a respeito da economia solidária situam-se no debate do desenvolvimento local, através da análise de estudos de caso, localizados e focalizados. Mas, até o momento, não se tem um estudo amplo, mas igualmente profundo, de como está posta e de como se encaminham as práticas sociais que dão corpo à economia solidária. Esta é inclusive uma demanda de outras ciências, que se caracterizam pelos estudos verticais,

e também dos agentes fomentadores, como os gestores públicos, os órgãos de financiamentos e, até mesmo, dos movimentos sociais e dos trabalhadores dos empreendimentos.

Cada elemento traz consigo uma infinidade de possibilidades a serem exploradas para a compreensão do que constitui, hoje, a economia solidária. A Geografia, para além das análises locacionais, pode oferecer bases ao entendimento da ação desses elementos articulados. Abre-se um novo tema de pesquisa na Geografia, que a aproxima dos movimentos sociais, que oferece interpretação de práticas sociais transformadoras do modelo de apropriação da natureza, que pode conduzir à proposição de políticas públicas e que tem o diferencial de construir um pensamento integrado das dimensões econômica, social, política e cultural, materializadas no espaço.

Entre as contribuições que se apresentam para prover bases teóricas às práticas da Economia solidária, as categorias espaço e tempo articuladas numa abordagem defendida por geógrafos críticos, através do materialismo histórico-geográfico como método de investigação da realidade social, apresenta não apenas um retrato explicado do momento atual, como possibilita a construção de um projeto para uma nova vivência social.

Entender a forma como se produz e reproduz a economia solidária implica estabelecer seus intrincados elos com o capitalismo. E, nesse caminho, o pensamento geográfico tem muito a contribuir. Soja (1993: 58) expõe a defesa de Harvey na proposição de seu método de investigação: “A geografia histórica do capitalismo tem que ser objeto de nossa teorização, e o materialismo histórico-geográfico, o método de investigação”. Esse método consiste numa reformulação radical da teoria social crítica e, sobretudo, na maneira como se interpreta e conceitua as relações fundamentais entre o espaço, o tempo e o ser social.

Expomos neste capítulo a contribuição teórica a respeito das desigualdades socioespaciais como produto e condição das desigualdades sociais imanentes ao modo de produção capitalista. Essa argumentação teórica fundamenta-se na teoria segundo a qual o espaço não é reflexo ou palco da sociedade, mas constitui-se da sociedade, materializa as diferenciações sociais e as lutas de classe e condiciona a reprodução das relações sociais.

O conhecimento das relações constituintes da produção espacial, alicerçadas no modo de produção capitalista hegemonicamente em vigor, são pressupostos teóricos para formulação de um conhecimento das condições em que se produzem e reproduzem as relações sociais na Economia solidária.

O materialismo histórico-geográfico como método dialético articulador do espaço e do tempo é proposto por Harvey (2004: 251), como o projeto de construção do futuro por meio de transformações tangíveis das matérias-primas que temos à disposição, em nossa atual condição.

Assim, é importante reconhecer a realidade que nos cerca e compreender o processo histórico que a produziu. Por isso, em muitos momentos é importante uma descrição teoricamente informada da realidade. Essa é uma tentativa de organizar o pensamento sobre a temática da economia solidária, que ainda está por se estabelecer teórica e metodologicamente nas ciências sociais. A partir desse reconhecimento é que podemos almejar construir algumas propostas que se norteiem pela produção de espaços que comportem relações sociais concretamente portadoras dos princípios da economia solidária.

O estudo da economia solidária através de uma perspectiva crítica leva a alguns caminhos, entre os quais destacam-se um, de negação total dessa forma de organização do trabalho enquanto espaço de emancipação social, por se tratar de uma prática que não implica em uma crítica radical do mundo como ele se apresenta e por constar, atualmente dentro de uma política de governo, no caso brasileiro, o que coloca em xeque a sua autodeterminação como sentido. Por outro lado, como nos afirma Santos (2002), não podemos desperdiçar as experiências. Se a economia solidária não se apresenta como uma ruptura no modo de produção capitalista, o fato não invalida as experiências que possibilitam 1.687.035 pessoas (SIES, 2007), no Brasil, exercerem uma atividade remunerada que garanta, ao menos, o mínimo para a sobrevivência diária.

A construção de um pensamento aprofundado sobre a economia solidária possibilita a produção de um conhecimento que desvende as políticas públicas no espaço e nos serve como um instrumento para análise da ação conjunta entre Estado e sociedade na produção de novas relações sociais que podem produzir um espaço diferenciado e que, potencialmente, comporte uma outra lógica.

Referências bibliográficas

- Arruda, Marcos (2003), “Socioeconomia solidária”, in Antonio David Cattani (org.), *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 232-241.
- Bobbio, Norberto (1995) *Esquerda e direita. Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp.
- Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco (1991), *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília [3ª ed.].
- Bottomore, Tom (2001), *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Burdeau, Georges (2005), *O Estado*. São Paulo: Martins Editora.
- Carlos, Ana Alessandri (1996), *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec.
- Cattani, Antonio David (org.) (2003), *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz.
- Cattani, Antônio David; Holzmann, Lorena (org.) (2006), *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Chossudovsky, Michel (2003), *A globalização da pobreza e a nova ordem mundial*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Coraggio, José Luís (2003), “Economia do trabalho”, in Antonio David Cattani (org.), *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 88-95.
- Gaiger, Luiz Inácio (2003), “A economia solidária diante do modo de produção capitalista” (Disponível em: <http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/eco_sol_mod_cap.pdf>).
- Godoy, Tatiane Marina Pinto de (2005), *O espaço da produção solidária dos catadores de materiais recicláveis – usos e contradições* [Dissertação de Mestrado]. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista.
- Godoy, Tatiane Marina Pinto de (2009), *O Espaço da Economia Solidária: a autogestão na reprodução das relações sociais e os limites da emancipação social*. [Tese de Doutorado em Geografia]. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista.
- Harvey, David (2004), *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola.
- Icaza, Ana Mercedes Sarria; Tiriba, Lia (2003), “Economia popular”, in Antonio David Cattani (org.), *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 101-108.
- Kapron, Sérgio (2002), “Economia popular solidária”, in Silvana M. Pintaudi (org.), *Economia Solidária: Um setor em desenvolvimento*. Rio Claro: Prefeitura, 47-57.
- Lefèbvre, Henri (1973a), *A reprodução das relações de produção*. Porto: Publicações Escorpião.
- Lefèbvre, Henri (1973b), *La survie du capitalisme. La re-production des rapports de production*. Paris: Éditions Anthropos [2ª ed.].
- Maricato, Ermínia (2000), “Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras”, *São Paulo em Perspectiva*, 14(4): 21-33.
- Mothé, Daniel (2009), “Autogestão”. In A. Cattani et al. (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina.
- Nunes, Débora (2002), “A construção de uma experiência de Economia Solidária num bairro periférico de Salvador”, *Revista Bahia Análise & Dados* 12,(1): 59-76.
- Pizzirani, Fabiane (2006), *O Papel dos Processos de Participação Popular na Gestão Municipal: o estudo do Orçamento Participativo no Município de Rio Claro/SP*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista.
- Santos, Boaventura de Sousa (2002), *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. Vol. 1, 4ª ed. São Paulo: Cortez.

- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2003), *Produzir para viver. Os caminhos da produção não-capitalista*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2006), *A Gramática do tempo. Para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2007), *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo.
- Santos, Boaventura de Sousa (2008a), *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez [5ª edição].
- Santos, Boaventura de Sousa (2008b), *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez [12ª edição].
- Santos, Milton (2006), *A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp [4ª edição].
- SENAES (2009), “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável” (Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B36DF483A0E79/II_conaes_documento_Base_regulamento.pdf>).
- SIES - SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA (2007), Relatório Nacional 2005 – 2007 (Disponível em: <<http://www.mtb.gov.br/ecosolidaria/sies.asp#>>).
- Singer, Paul (2008), “A crise das ONG’s e as políticas sociais”. *Folha de São Paulo*, 08 de outubro.
- Singer, Paul; Souza, André Ricardo (orgs.) (2003), *A economia solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto [2ª edição].
- Soja, Edward (1993), *Geografias Pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

CAPÍTULO V
**IDENTIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA
NO TRABALHO AUTOGESTIONÁRIO**

Marília Veríssimo Veronese
Egeu Gómez Esteves

Introdução

Este capítulo tem o objetivo de contribuir para a compreensão da articulação entre a vivência do trabalho no âmbito da economia solidária e a identidade dos trabalhadores e trabalhadoras nesse contexto. Os empreendimentos econômicos solidários possuem características distintas daquelas das empresas capitalistas. Constituídas e administradas por seus trabalhadores, tais empresas exigem o engajamento do sujeito no processo coletivo autogestionário. Em maior ou menor grau, trabalhadores e trabalhadoras assumem a responsabilidade pelo empreendimento e a condução dos processos de trabalho. Em que medida esse novo cotidiano de trabalho forja novas identidades, novos jeitos de ser? Temos nos perguntado, e perguntado aos sujeitos durante os processos de pesquisa, o que acontece com suas identidades, suas relações intersubjetivas e seus sistemas de crenças, ao atuarem em empreendimentos econômicos solidários (Gaiger, 2009).

Procuraremos avançar nas respostas a esse questionamento, começando por investigar o conceito de identidade para depois articulá-lo com o trabalho associativo e/ou cooperativo. Neste trabalho nos apoiaremos em reflexões advindas das pesquisas de mestrado e doutoramento de Egeu Esteves com os trabalhadores da UNIWIDIA (Esteves, 2004) e METALCO,¹ sendo que a segunda tem como tema justamente a identidade de sócio-trabalhador e fornecerá subsídios para a análise do processo de assunção desta identidade, assim como para a compreensão de sua complexidade psicossocial. Utilizaremos também pesquisas conduzidas recentemente no campo da subjetividade e trabalho (Veronese, 2004; 2007), além de uma pesquisa de mestrado recentemente

¹ Pesquisa iniciada em 2005 e recentemente terminada. As pesquisas foram ou são orientadas pela Prof.a Dra. Leny Sato e realizadas no âmbito do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da Universidade de São Paulo.

orientada pela autora (Lacerda, 2009). Esses trabalhos tiveram por objeto de estudo as transformações da subjetividade (o que inclui a dimensão identitária) e a configuração do trabalho (o que acontece com o trabalho) na perspectiva de experiências de associação laboral em bases de economia solidária. Indagar sobre como a experiência autogestionária repercute na subjetividade dos trabalhadores significa investigar o que acontece com suas posições de identidade, suas relações intersubjetivas, seus sistemas de crenças, seus aprendizados, seus dilemas, suas emoções e vivências. Participaram dos estudos trabalhadores e trabalhadoras de empreendimentos urbanos e rurais da grande Porto Alegre e cidades próximas, e no caso da pesquisa sobre a Justa Trama (cadeia produtiva do algodão orgânico), de empreendimentos ligados ao projeto, em seis estados do Brasil (RS, SC, PR, SP, CE e RO).

Importante também pontuar de que área do conhecimento partimos para discutir a questão da identidade vinculada à situação de trabalho e da ação coletiva. Analisamos o fenômeno partindo da psicologia social, que se caracteriza por articular as grandes áreas da psicologia e da sociologia e por ser, como diz Jovchelovitch (2004), a “ciência do entre”. A psicologia, de maneira geral, é mais identificada com o estudo dos aspectos individuais e cognitivo-emocionais, e a sociologia com o estudo das interações sociais. Contudo, consideramos que não há sujeito sem interação e que, ao estudar estas últimas, adentramos tanto o campo das emoções e cognições individuais como o das mediações e determinações contextuais, de ordem institucional, política etc. O lugar privilegiado da análise psicossocial é a zona híbrida que comporta as relações entre indivíduo e sociedade. Segundo a autora (*ibidem*):

O foco no ‘entre’ é, obviamente, um dispositivo teórico, já que empiricamente nos deparamos sempre com instâncias objetivadas produzidas pelo espaço relacional que constitui o ‘entre’. Estas objetivações se apresentam como unidades, como todos, como realidades acabadas e fechadas. Mas, tão logo começamos a escavar sua superfície, a realidade, que aparece como um todo contido e fechado, se esvanece. Surgem então redes móveis e extremamente complexas de relações, cuja natureza necessita ser investigada, descrita e se possível explicada. É nesta zona mais subterrânea de mediações, profundamente relacionada, contudo, com a superfície que ao mesmo tempo ela cobre e revela, que reside o psicossocial. Categorias como a identidade, o eu, o discurso, a representação e a ação, para citar apenas algumas, são todas produzidas lá, no espaço do ‘entre’ (Jovchelovitch, 2004: 21).

Uma vez esclarecido o campo teórico a partir do qual argumentamos, esperamos deixar claro que a auto-representação dos sujeitos como sócios-trabalhadores não é definida através de processos intra-psíquicos isolados, mas sim através das mediações contextuais entre os sujeitos e os efeitos que produzem em cada um deles e delas.

1. Uma precaução sobre a identidade

Quem somos nós? Quem são eles? O que nos faz diferentes deles? Quem sou eu? Quem é ele? O que me faz singular? Por que nós somos vistos e tratados como diferentes deles? Essas são algumas das perguntas que descortinam o fenômeno da identidade (individual ou coletiva), cujas respostas vêm sendo propostas há alguns séculos. Antes domínio quase exclusivo das religiões e da filosofia, hoje a identidade é uma questão importante para as ciências sociais, em especial para a sociologia e para a psicologia social e, além das ciências, a identidade é também uma questão importante na política e na guerra, como destaca Bauman (2005):

A identidade – sejamos claros sobre isso – é um conceito 'altamente contestado'. Sempre que se ouvir essa palavra, pode-se estar certo de que está havendo uma batalha. O campo de batalha é o lar natural da identidade. Ela só vem à luz no tumulto da batalha, e dorme e silencia no momento em que desaparecem os ruídos da refrega (*idem*: 83)

A importância e o cuidado que devemos ter com essa categoria de análise são em especial revelados quando Bauman refere-se à “política de afirmação das identidades”, sobretudo as étnicas (subnacionais, nacionais ou transnacionais), em que os meios de comunicação de massa, com seu “poder de agenda”, desempenham importante papel, pois iluminam e legitimam algumas poucas dessas identidades (com seus interesses políticos, sociais e econômicos a reboque) e colocam sob o espesso véu da invisibilidade (e do esquecimento) uma enormidade de grupos étnicos sem força política ou econômica, ainda que esses se constituam, em muitos casos, como maiorias em seus próprios territórios. A esses processos Santos (2004) chamou “produção social das ausências”.

2. Em busca do conceito de identidade

O conceito de identidade tem uma longa história filosófica, ligando-se, modernamente, ao desenvolvimento do individualismo e sendo popularizado a partir da segunda metade do século XX, no ocidente (Plummer, 1996). Exemplo desse

processo é a popularidade do termo “crise de identidade”, cunhado por Erikson em 1968 para descrever fenômenos de desajustamento social da adolescência. Juntamente com ele, popularizaram-se termos psicológicos correlatos, como “auto-imagem” e “auto-estima”.

A noção de identidade como individualidade emerge no pensamento social do final do século XVIII (Gergen,1997). Antes disso, as pessoas tendiam a conceber-se como pertencentes a categorias mais gerais, como membros de uma religião, classe social ou profissão. Mesmo suas almas individuais eram posse de Deus (não de si próprias), e estavam na terra transitoriamente, por obra divina. Com o advento do renascimento, do processo de laicização dos Estados nacionais, da ascensão do capitalismo com seu correlativo *ethos* favorável ao individualismo, ao trabalho como algo dignificante e à legitimação religiosa do acúmulo de lucro, tem-se uma substancial mudança na auto-representação dos sujeitos sociais, agora calcada cada vez mais na ideologia do “homem feito por si mesmo” (*self-made man*).

A modernidade trouxe a alfabetização em massa – que propiciou o acesso individual aos textos da Bíblia, por exemplo –, a criação de uma esfera pública burguesa, a soberania jurídico-legal do indivíduo e o protestantismo, só para citar algumas das vertentes das mudanças então vividas. A religião protestante muda o conceito judaico-cristão do acesso comunitário, mediado, a Deus, passando o indivíduo a relacionar-se diretamente com Deus. É nesse momento que o individualismo é associado ao conhecimento, à capacidade de pensar e julgar e isso tudo tem um forte impacto no *corpus* inaugural das ciências sociais (Gellner, 1992).

No campo das ciências humanas e sociais, as discussões sobre a identidade dividem-se principalmente em duas vertentes: a psicodinâmica e a sociológica (Plummer, 1996). A primeira, no âmbito das ciências “psi” (psicologia, psicanálise e psiquiatria), enfatiza a constituição de uma estrutura psíquica, que embora eventualmente conflituada, tende a estabelecer-se de forma mais ou menos estável, sendo muitas vezes entendida prioritariamente em termos intrapsíquicos. É a identidade “dentro” da mente, conferindo coerência e unidade à personalidade. Ou seja, entende-se por identidade a capacidade do sujeito, em meio à mudança constante que significam as fases diversas de sua vida, permanecer o mesmo, mantendo o cerne de sua personalidade. Algumas correntes definem ainda o que seria uma identidade “normal” ou o que seria “patológico” para cada fase do desenvolvimento humano (Mahler, 1982). A estabilidade maior da identidade seria alcançada ao final da adolescência, posto

que sendo o desenvolvimento “normal”, o adulto jovem deveria ter constituído sua identidade mais ou menos estável, que o acompanharia, em meio a algumas mudanças e crises do desenvolvimento, até o fim de sua vida (Aberastury e Knobel, 1981). Como representante dessa visão estritamente psicológica, Erikson afirma que a identidade “inclui um senso subjetivo de existência contínua e uma memória coerente” (Erikson, 1968: 61).² A identidade seria aquela parte do indivíduo que continua apesar das mudanças advindas com o passar dos anos, e que, com a ajuda da memória, formaria um todo coerente. Esta formulação, própria de uma psicologia individualista, traz consigo a idéia de individuação por auto-descoberta, com alguma mediação da alteridade, mas sem enfatizá-la.

Por outro lado, a tradição sociológica das teorizações sobre identidade advém do trabalho de Mead (1973), que é considerado um dos principais representantes de uma Psicologia Social sociológica (Farr, 2004). Nessa vertente a identidade está ligada à formulação de Mead sobre um *self* (ou si-mesmo) constituído por meio da linguagem no decorrer do ato comunicativo, à vez intencional e simbólico, que vincula o sujeito ao seu meio e à sua história. Para Mead o *self* é o escritor e a história de si mesmo, ele é constituído por um sujeito atuante (um “eu”) e, reflexivamente, pela história que esse sujeito escreveu e sofreu no curso de sua vida (um “me”). Herbert Blumer, após a morte de Mead e a partir do trabalho deste, cunha o termo “interacionismo simbólico”, concepção na qual a identidade não seria fixa, mas sujeita às transformações ocorridas ao longo do processo de interação do indivíduo com os seus grupos sociais (Farr, 2004). Na mesma linha, Berger e Luckman consideram que “a identidade é evidentemente um elemento chave da realidade subjetiva, e tal como toda realidade subjetiva, acha-se em relação dialética com a sociedade” (Berger e Luckman, 2007: 228). Ademais, “a identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais.” (*ibidem*). Complementando, Berger e Berger afirmam que “a parte socializada da individualidade costuma ser designada como identidade (...) [A identidade] é sempre assimilada através dum processo de interação com os outros. (...) Só depois que uma identidade é confirmada pelos outros, é que pode tornar-se real para o indivíduo ao qual pertence” (Berger e Berger, 1977: 212).

A tradição da sociologia, portanto, descreve um caminho para a construção da identidade calcado na idéia de socialização e de interação, atribuindo ao

² Tradução dos autores.

contexto e aos demais a responsabilidade pela construção da identidade de alguém. Essa é uma concepção de individuação por socialização, ou seja, de que são os “outros”, especialmente os “outros significativos” com quem convivemos, assim como os “outros genéricos” de onde apreendemos as regras sociais, que nos tornam singulares.

Em nova vertente, Frable pondera que é necessário elaborar uma resposta psicossocial para os desafios da compreensão do conceito: “Identidade é a relação psicológica do indivíduo com sistemas específicos de categorias sociais” (Frable, 1997: 140).³ Ela complementa que as múltiplas identidades de uma pessoa (gênero, raça, etnia, sexo, classe etc.) são construídas através de um processo de negociação *intra* e *inter* pessoal dentro dos sistemas sociais específicos em que estão inseridas. Afirma também que mudanças nesses sistemas sociais específicos promovem a necessidade de uma readequação da identidade. Essa formulação psicossocial rompe um eventual antagonismo entre as noções psicológicas e sociológicas, como avalia Esteves (2007), já que “leva em consideração a atividade individual (a negociação) no processo de construção da identidade que, entretanto, depende sobremaneira dos sistemas sociais em que as pessoas estão inseridas” (2007: 122). Essa é, portanto, uma formulação de individuação através de uma socialização negociada ativamente entre cada pessoa e os outros nas instituições e sistemas sociais em que participam e se encontram. “Por essa concepção, psicossocial, nós nem nos descobrimos em nós mesmos nem somos um resultado passivo de nossas interações sociais, mas nos tornamos singulares à medida que negociamos ativamente com os outros os aspectos de nossa própria identidade”. Assim, parece característico das formulações psicossociais sobre a identidade que elas preservem e valorizem essa “tensão existente entre as pessoas e as situações, grupos e sistemas sociais em que elas estão inseridas, destacando o processo de negociação *intra* e *inter* pessoal necessário para a construção, a manutenção e a transformação da identidade” (Esteves, 2007).

A nosso ver, coerente com essa concepção psicossocial está Claude Dubar, ao afirmar que a identidade é “resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem a instituição” (Dubar, 2005: 136). O mesmo autor define que a identidade se configura no processo das transações do eu (identidade biográfica/subjetiva) com o outro (identidade

³ Tradução dos autores.

relacional/objetiva) e com o mundo (identidades disponíveis culturalmente), através da articulação dos processos de socialização com as significações do imaginário social e simbólico (Dubar, 2005).

Considerada a identidade em termos psicossociais, faz-se importante situar então alguns dos embates que nossas identidades vêm sofrendo atualmente e que, de certo modo, trouxeram o problema da identidade de volta à cena. Segundo Bauman, a emergência da identidade enquanto questão relevante ocorreu em função da “crise do pertencimento”, uma ruptura pós-moderna das *identidades sólidas*, calcadas em comunidades e pertencimentos tradicionais, o que foi fruto da exposição do indivíduo à possibilidade de filiar-se a novas comunidades e construir *identidades líquidas*, próprias do nosso mundo policultural, pleno de diversidades e de possibilidades. Complementa que a aceleração da globalização acarretou, em meio ao seu rol de conseqüências, na ruptura da classe trabalhadora como elemento de identificação que “oferecia um seguro para reivindicações discrepantes e difusas”. “O ‘efeito imprevisto’ disso foi uma fragmentação acelerada da dissensão social, uma progressiva desintegração do conflito social numa multiplicidade de confrontos intergrupais e numa proliferação de campos de batalha” (Bauman, 2005: 42). Tais “campos de batalha” referem-se a lutas defensivas contra os efeitos excludentes da globalização, cujo instrumento é a afirmação das identidades locais, étnicas, raciais, sexuais etc.

Para Silva (2004), identidade e diferença são produzidas ativamente na linguagem, na cultura e no social. Refere-se às identidades como “criaturas da linguagem”, baseando-se no referencial dos Estudos Culturais. Identidades híbridas, múltiplas, plurais (no campo da preferência sexual, por exemplo) mostram como não existe mais espaço para oposições binárias, simplistas, que demarcaram identidades fixas no passado, além de terem servido para definir qual era a identidade “válida”, “normal”, a partir das quais as outras eram “diferentes”. Assim, concepções normalizadoras da identidade estiveram fortemente vinculadas a relações de poder assimétricas, reproduzindo desigualdades e produzindo “ausências” (Santos, 2004).

Não há dúvidas quanto ao fato de que as transformações sociais, econômicas, tecnológicas e geopolíticas em escala mundial trazem implicações para os modos de ser e de viver dos sujeitos e suas formas de agir em sociedade. Conforme aponta Hall (2001), pode-se falar no sujeito do Iluminismo, no sujeito sociológico e no sujeito pós-moderno. O primeiro é o indivíduo unificado, dotado de razão, de consciência e de ação e possuidor de uma

identidade essencializada, mais ou menos estável ao longo de sua existência. No segundo a identidade é resultante da interação entre o indivíduo e seus outros significativos, seu mundo cultural pleno de significações. O terceiro é um sujeito sem identidade fixa, essencial ou permanente, mas que possui identidades múltiplas, eventualmente contraditórias, transformadas em relação às formas históricas dos sistemas culturais em que se insere. Na medida em que sistemas sociais de significação e representação cultural se transformam, o sujeito se defronta com uma multiplicidade de identidades possíveis, com as quais pode identificar-se temporariamente.

Após essa breve revisão do conceito de identidade, procuramos analisar sua articulação com a dimensão laboral.

3. Identidade e trabalho

No que se refere à articulação da categoria identidade com o trabalho, no campo das ciências humanas e sociais, pode-se considerar que distintas situações e modos de trabalhar produzem distintas maneiras de viver e de compreender o mundo, fazendo emergir identidades diversas. O trabalho é uma atividade humano-genérica central na manutenção e reprodução da vida humana, na construção, uso e destruição de todo artifício útil e agradável e também nas ações que mudam o curso dos acontecimentos e revelam seus agentes na esfera pública (Arendt, 2000). O trabalho é o fio da costura de cada pessoa ao tecido de sua vida cotidiana, está ligado à capacidade de percepção e de reflexão do ser humano e também à possibilidade de comunicação com seus pares. Reflexão, é certo, que possui um limite, não se trata do sujeito auto-reflexivo por si mesmo, o indivíduo de Descartes, mas do sujeito que se torna auto-reflexivo ao escutar-se na fala dos outros e que, ao refletir, pensa consigo conversando com os outros que o compõem (Mead, 1973; Bakhtin, 2002). Trata-se de alguém que vive a experiência diária, pensa, ensaia e erra, e que ao trabalhar constitui a “costura” de si ao mundo em que vive, sua própria fixidez em uma vida cotidiana, inscrevendo-se e reconhecendo-se na história da comunidade ao qual pertence e participa, ou seja, identificando-se ali.

Nota-se assim que o trabalho está imerso na vida diária, sendo dela constitutivo (Berger e Luckmann, 2007) e que os processos sempre relacionais que envolvem o trabalho, que o engendram e o constituem, assumem configurações peculiares em cada situação social, delimitada territorial e temporalmente. Todas estas configurações são condições para a vida cotidiana das coletividades às quais os sujeitos pertencem e participam, sendo assim condições também para eles, ou

seja, há coerência nas condições que conformam a vida cotidiana do indivíduo e da coletividade, e há, portanto, possibilidade de ocorrer uma identificação entre eles. Quando essa identificação ocorre, ou seja, quando as pessoas se percebem mutuamente como partícipes de uma mesma situação social em acontecimento, cria-se ou reforça-se uma identidade.

Em meio à crise da pós-modernidade, nos anos de 1990 e na primeira década do século XXI, assistimos a empolgados debates sobre o fim do trabalho ou, ao menos, de sua centralidade. Vimos autores como Offe (1989) e Gorz (1988) discutirem a tese da perda da centralidade do trabalho, enquanto outros autores reafirmavam o papel dessa categoria como fundadora da sociabilidade humana (Antunes, 2002; 2005).

Sobre a participação central do trabalho na conformação da subjetividade, há muito se sabe que as vivências compartilhadas entre os trabalhadores abrangem dimensões cognitivas, afetivas e políticas, possibilitando que eles/as construam representações de si diretamente ligadas às situações e relações de trabalho, que são também atributos definitórios de um “eu” (Jacques, 2002). Corroborando esse argumento, Veronese (2007) nos diz que na articulação do trabalho com a construção das identidades, o trabalho é *locus* do estabelecimento de relações onde as dimensões cognitivas e afetivas do sujeito são postas a prova, desenvolvidas, intensamente vivenciadas através das múltiplas experiências que o contexto laboral proporciona.

Como a divisão do trabalho é complexa – há muitas formas contratuais de trabalhar e inúmeras possibilidades de organizar o contexto laboral – são enormes as possibilidades identitárias vinculadas a essa atividade humana tão essencial. As “negociações”, objetivas e subjetivas, dos sujeitos com as situações e “sistemas sociais específicos”, para utilizar expressão de Frable (1997), serão continuamente necessárias no caso do trabalho, em que o sujeito passa parte significativa de sua vida cotidiana, ali estabelecendo uma diversidade de relações. A posição que ocupa na divisão do trabalho será atravessada pela sua condição de classe, de gênero, de origem étnica, de idade, de educação formal etc.

Para além das ocupações, ofícios e profissões, próprias da divisão social do trabalho e que por si só já demonstram a importância deste na formação das identidades coletivas e individuais, encontramos, em uma breve listagem, muitas identidades relativas à modalidade de “contrato de trabalho”: escravo ou cativo; servo ou criado; empregado ou assalariado; autônomo ou liberal; sócio ou associado etc.

Nos anos de 1990, simultaneamente à crise da pós-modernidade assistimos à crise do trabalho (ou do emprego). O desemprego estrutural – fruto da globalização e da nova divisão internacional do trabalho (Pochmann, 2001) – causou como resposta o ressurgimento dos formatos autogestionários (Singer e Souza, 2000) e da Economia Solidária como mais uma entre as lutas defensivas dos trabalhadores no rol dos “campos de batalha” de que fala Bauman (2005).

Qual o impacto disso sobre as identidades de trabalho? Se esse ressurgimento representa um novo *front* do campo de batalha, então parece razoável supor que deveria emergir daí uma nova identidade no seio deste movimento econômico-social cuja afirmação é também uma forma de resistência aos efeitos perversos da globalização sobre os interesses dos trabalhadores. Se essa forma, coletiva e solidária, de organizar o trabalho e a produção traz consigo um novo sujeito social (sócio-trabalhador, cooperador, trabalhador associado etc.), então importa saber qual o rol singular de características identitárias que o distinguem dos diversos sujeitos sociais do capitalismo, seja o investidor, empresário, administrador, patrão etc., de um lado; ou o empregado, funcionário, operário, serviçal etc., de outro.

4. Sócio-trabalhador, uma identidade em construção

O que faz dos trabalhadores da Economia Solidária diferentes ou semelhantes aos demais trabalhadores? E o que faz dos sócios das empresas autogeridas semelhantes ou diferentes dos sócios e gestores das empresas capitalistas?

Responder às questões apresentadas não é fácil e demanda importantes investigações. Embora até o momento as pesquisas concluídas no âmbito da Economia Solidária brasileira não tenham colocado diretamente esta questão, elas diversas vezes tangenciaram essa temática, descrevendo modos como geralmente os cooperadores agem, pensam ou se sentem dentro e fora das cooperativas. Ademais, como diz Esteves “conjecturar livremente acerca do ‘modo de agir’ ou do ‘jeito de ser’ dos cooperadores tornou-se corriqueiro entre os próprios sócio-trabalhadores e aqueles com quem realizam algum tipo de trabalho ou pesquisa” (Esteves, 2007: 121).

Se é possível listar algumas características identitárias que fazem deste novo sujeito social, distinto e singular, portador de uma identidade psicossocial própria, é porque eles mesmos falam sobre isso. Por exemplo, os sócios-trabalhadores das cooperativas estudadas tendem a esperar certas características psicossociais como próprias de quem vive a condição social de um sócio-trabalhador e, ao mesmo tempo, refutar outras como opostas a essa condição. Ao falar sobre o que

eles esperam ou não deles mesmos, os sócios-trabalhadores destas cooperativas estão construindo, de modo “negociado” em suas vidas cotidianas no seio do trabalho um “protótipo” de sua própria identidade psicossocial, utilizando os termos de Frable (1997) e Turner (1985), respectivamente.

Listamos aqui algumas das características esperadas dos sócio-trabalhadores pelos seus pares e que constituem o protótipo social de sócio-trabalhador nas cooperativas estudadas por Esteves. Um cooperador, na visão dos membros das cooperativas UNIWIDIA e METALCOOP, deve apresentar, entre outras características: *engajamento e compromisso* com o sucesso e bem-estar do grupo de cooperadores, dentro e fora da cooperativa; *responsabilidade e pró-atividade* com o trabalho próprio e alheio no cotidiano de trabalho; *envolvimento e prontidão* no atendimento às demais necessidades da cooperativa (para além do trabalho); *transigência e comedimento* ao considerar opiniões, posições e interesses diferentes dos próprios; *consideração e solidariedade* com a comunidade e o local onde reside a maioria dos membros e/ou onde está situada a cooperativa.

Simetricamente, são características refutadas pelos membros dessas cooperativas: *pensar em si sem implicar-se com o sucesso ou bem-estar do grupo*; *ser reativo ao trabalho*, esperando que o mandem trabalhar; *indispor-se e distanciar-se das demais necessidades da cooperativa*; *ser presunçoso e intransigente* ao ouvir a opinião alheia; *desapreço e descaso com a comunidade*. Tais características antagônicas ajudam os cooperadores a definir ainda melhor, para eles mesmos, o protótipo dessa identidade psicossocial de sócio-trabalhador que, por sua vez, é uma construção social específica de uma determinada coletividade situada territorial, social e temporalmente.

A construção dessa identidade prototípica é realizada no cotidiano da cooperativa autogestionária, durante o trabalho, nas refeições, na hora do cafezinho, por meio de conversas espontâneas que constituem uma negociação face a face das compreensões pessoais acerca vivência da condição social de sócio-trabalhador, na qual os cooperadores argumentam e contra-argumentam sobre “como devem ser” e “como devem agir” os membros de uma cooperativa de trabalho, resultando num entendimento coletivo sobre o protótipo da identidade psicossocial de sócio-trabalhador para essa coletividade, entendimento ao mesmo tempo cognitivo (um conhecimento compartilhado) e social (um acordo coletivo) (Sato, 2001; Esteves, 2007). Embora o protótipo de sócio-trabalhador construído em uma cooperativa não seja igual ao construído em outra, ambos certamente possuem características comuns advindas de uma condição societária similar e também de influências recíprocas promovidas pelas conversas entre

cooperadores de tais empreendimentos realizados no âmbito do movimento da Economia Solidária brasileira.⁴

O protótipo social apresenta várias funções psicossociais, sendo a principal a de possibilitar uma reflexão de cada pessoa em relação ao protótipo de tal forma que cada um se compara com esse e se localiza a uma distância relativa (e subjetiva) dele (Turner, 1985). No caso específico, ao realizar essa reflexão, alguns membros das cooperativas estudadas se vêem como sócios-trabalhadores, pois percebem em sua vivência cotidiana dessa condição societária várias das características do protótipo social, ainda que não todas. Esses membros, portanto, assumem para si essa identidade que há entre eles e o protótipo, ou seja, concluem que são sócios-trabalhadores. Outros, entretanto, ao observarem-se em relação ao protótipo, concluem que não são sócios-trabalhadores, pois não se vêem como sócios-trabalhadores, se vêem como empregados, já que em sua vivência da condição societária de sócios-trabalhadores não percebem suficientes características do protótipo para identificarem-se com ele e, por outro lado, identificam nessa vivência características daquilo que é próprio da condição de empregado, muito bem conhecida por eles. Nesses casos, como não há identidade entre a vivência da condição societária e o protótipo social, não há assunção da identidade psicossocial de sócio-trabalhador.

As pessoas que não assumem a identidade prototípica, pois não se reconhecem nela, sofrem com a não conformidade entre sua condição societária e sua identidade psicossocial. Um(a)s se calam e seguem trabalhando, sendo muitas vezes mal vistas pelos demais cooperados, outras abandonam a cooperativa. Algumas dessas pessoas atribuem a si próprias a responsabilidade por essa não conformidade entre a condição societária delas e a percepção que elas têm da vivência dessa condição, dizendo que não conseguem ser tal como devem ser os sócios-trabalhadores ou que não conseguem deixar de ser e de agir como empregados, outras atribuem essa não conformidade às próprias condições em que se desenvolve a vivência desta condição societária, dizendo que não se vêem como sócias-trabalhadoras pois vivem no cotidiano de trabalho a mesma condição de um empregado, inclusive sentindo-se assim tratadas por outros cooperadores.

⁴ Esses contatos acontecem em diversos locais e oportunidades, envolvendo principalmente as lideranças dos Empreendimentos Econômicos Solidários. Ocorrem nas reuniões e encontros promovidos pelos fóruns municipais, estaduais e nacional de Economia Solidária, nas Feiras de Economia Solidária e nas instituições de representação política e/ou comercial desses empreendimentos.

Conclui-se que é pela comparação de si mesmo com o protótipo social mediada pela maneira singular como vive a condição de sócio-trabalhador que cada pessoa conclui, para si mesma, se ela é ou não um sócio-trabalhador. Ademais, a confirmação ou não dessa identidade pelos outros membros da cooperativa e também por pessoas de fora deste contexto, exerce notável influência sobre a manutenção dessa identidade.

Na medida em que se expande o campo social da economia solidária e multiplicam-se as experiências, nos deparamos com situações onde novos elementos discursivos e valorativos são introduzidos nas vidas dos trabalhadores. Desenvolvimento sustentável e solidário; coletivos de trabalho onde a participação e a educação contínua são valorizadas e promovidas. Um caso de grande valor heurístico sobre essas mudanças e a assunção da identidade de sócio-trabalhador é justamente o da cadeia produtiva de algodão orgânico *Justa Trama*.

A *Justa Trama*, lançada publicamente em outubro de 2005, idealizada por mulheres, caracteriza-se como a primeira cadeia produtiva da economia solidária organizada em escala nacional. Idealizada e gerenciada por trabalhadoras(es) de seis Estados do país (RS, SC, PR, SP, CE e RO), produz roupas de algodão ecológico, comportando desde a etapa de plantio até a confecção e comercialização das roupas.

Um estudo de caso detalhado sobre essa experiência (Lacerda, 2009) destaca que há pelo menos dois grupos de trabalhadores, em termos de papéis sociais e identidades, participando da experiência: a *base* e a *militância*. Ou seja, os trabalhadores da base produtiva, plantadores de algodão, fiadores, costureiras, que não se envolvem diretamente na gestão da cadeia, ainda estão um pouco mais distantes da identidade prototípica de sócio-trabalhador. A militância, composta por trabalhadoras/es que se envolvem diretamente na concepção e gestão da cadeia, caracteriza-se por sua combatividade política, disseminação dos valores da autogestão, solidariedade e sustentabilidade e por já terem, geralmente, experiências anteriores de militância política em outros movimentos sociais. A relação entre os grupos, de qualquer forma, amplia o campo representacional e atitudinal de ambos, fazendo com que as trocas gerem aprendizados importantes. É o caso do plantador de algodão do nordeste, que refere o ganho importante de plantar “sem veneno”, até mesmo para suas relações familiares; ou o caso das mulheres que, ao gerarem renda para a família pela primeira vez nas suas vidas, constroem um novo equilíbrio doméstico nas relações de gênero; ou dos trabalhadores que estimulados pela cooperativa da qual fazem parte, voltam ao sistema de estudo formal, concluindo as etapas básicas e médias do mesmo.

Tudo isso faz com que novas perspectivas identitárias – como a prototípica de sócio-trabalhador – componham o imaginário, os sistemas de crenças e a vida prática desses sujeitos, que passam a constituir o que Castel (1997) chamou de *coletivos fortes*. Embora ainda persista uma certa distância entre a base e a militância, especialmente em termos de participação na gestão da cadeia (papéis de liderança), já há indícios importantes apontando para a transformação da subjetividade e portanto da dimensão identitária – num sentido de empoderamento e emancipação – para esses trabalhadores de base. Ilustrando os efeitos da experiência para quem dela participa, trazemos alguns depoimentos de sócios-trabalhadores (Lacerda, 2009: 80): *“Imagina eu, nasci nesse mato aqui atrás, nesse fim de mundo..., um dia me botaram dentro de um avião e fui parar lá em Porto Alegre para falar dessa experiência da gente na frente de um monte de pessoas”*. (Plantadora de Moreira Sales – PR). *“Nós aqui nestes dez anos de cooperativa zeramos o analfabetismo entre os sócios, todo mundo já sabe ler e escrever, fizemos um convênio com a escola. Estão quase todos com o segundo grau e vários fazendo técnico pago pela cooperativa.”* (Cooperativado da Cones – SP). *“Quando eu penso no meu trabalho penso em defesa da vida, em transformação de uma cultura muito antiga de plantar, comer, produzir, consumir, administrar... talvez a maior vantagem de participar da Justa Trama é fazer parte de uma cadeia que nos facilita a formação de uma identidade mais ampla e forte.”* (Técnico da ADEC – CE).

Considerações finais

Na concepção de Santos (2002), para recriar a promessa de emancipação social, há que recriar a subjetividade que anima cada pessoa na sua singularidade. Assim, o sócio-trabalhador pode criar, junto com a sua própria identidade, novas maneiras coletivas de viver, pautadas pelos valores da cooperação e da solidariedade.

A idéia de que o processo de formação identitária de cada sócio-trabalhador, na sua unicidade, possa ser construída no seio de um coletivo forte, mas que permita a singularização de cada sujeito, inclui a certeza de que tal só ocorrerá a partir de tensões. Estas serão sentidas ora como dolorosas, ora como estimulantes. São experimentadas, nos empreendimentos, relações de afinidade e cumplicidade; bem como de antagonismo e desconfiança, estando presentes situações de convergências, mas também de inquietantes divergências. Tudo isso faz parte do processo cotidiano de produção da autogestão; a autonomia do coletivo de trabalho oferece múltiplas situações de aprendizagem e troca, de conflito e da busca de sua resolução.

É de extrema importância que a organização autogestionária do trabalho permita a singularização do sujeito que trabalha. A singularização significa o processo no qual o sujeito se converte em agente de criação e ruptura (Rey, 2003). A singularização no trabalho vai passar necessariamente por vivências dialógicas, que se são sofridas, – e o sofrimento sempre estará presente, como a dimensão pática⁵ da experiência – não impedem os processos singulares de apreensão das vivências e a conseqüente produção identitária.

Dessa forma, assistimos à emergência de novas identidades em torno da posição de sócio-trabalhador. Como todo processo complexo e relativamente novo, precisaremos acompanhar seu desenvolvimento, junto aos empreendimentos econômicos solidários, na esperança que caminhos de emancipação para os trabalhadores e trabalhadoras possam ser trilhados nessa construção.

Mais especificamente, alguns desafios se colocam no sentido de criar uma agenda para o estudo das inúmeras dimensões da questão da identidade no âmbito da economia solidária. Se as transformações identitárias com sentido emancipatório já parecem claras, ainda não estão suficientemente trabalhadas as contradições presentes nesses processos, que são, ademais, muito diferentes entre si. Estudos de caso em profundidade poderão esclarecer como se manifestam as mudanças na dimensão identitária a partir de uma inserção no campo da economia solidária. Se aqueles/as trabalhadores/as identificados/das com posições de liderança – a militância – não conseguirem se aproximar mais da base, realizando trocas contínuas de conhecimento e habilidades, como teremos uma autogestão efetiva, com princípios de democracia direta praticados cotidianamente na gestão dos EES, e também mais amplamente no movimento da economia solidária? Como ampliar as possibilidades de identificação com as posições de sócio-trabalhador e líder, para todos os trabalhadores, pelo menos em algum momento de suas vivência laborais e comunitárias?

Uma outra questão importante é o modo como avaliamos a eficiência de um EES, como o consideramos bem-sucedido. A lógica avaliativa examina primeiramente os aspectos ligados à remuneração dos sócios, e somente num segundo plano a geração de ganhos subjetivos, como rupturas nas relações tradicionais de gênero, empoderamento, ampliação dos horizontes intelectuais etc. Se os estudos no âmbito das identidades e processos de subjetivação apontam para ganhos importantes nesse campo, será que não devemos alterar a lógica para

⁵ Dimensão do *pathos*, como sofrimento – ou paixão – inerente aos processos humanos.

avaliar positivamente empreendimentos de economia solidária, para além dos ganhos financeiros?

Enfim, muitas são as questões que o tema suscita. As pesquisas devem seguir investigando as realidades empíricas dos EES e oferecendo uma contribuição analítica para que possamos compreender melhor esse fenômeno que tem ganhado crescentemente o interesse acadêmico, pois se constitui em um objeto de estudo altamente relevante porque não dizer, fascinante.

Referências bibliográficas

- Aberastury, Arminda; Knobel, Mauricio (1981), *Adolescência normal*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Antunes, Ricardo (2002), *Os sentidos do trabalho*: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, Ricardo (2005), *O caracol e sua concha. Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Arendt, Hannah (2000), *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Bakhtin, Mikhail (2002), *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: HUCITEC (1ª ed. 1929).
- Bauman, Zigmunt, (2005), *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Berger, Peter; Berger, Brigitte (1977), "Socialização: como ser um membro da sociedade", in Marialice Mencarini Foracchi e José de Souza Martins (orgs.), *Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 200-214.
- Berger, Peter; Luckman, Thomas (2007), *A construção social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes (1ª ed. 1967).
- Castel, Robert (1997), "As Transformações Sociais", in Wanderley Belfiore (orgs.), *Desigualdades e a questão social*. São Paulo: EDUC.
- Dubar, Claude (2005), *A socialização. Construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes.
- Erikson, Erik (1968), "Identity, Psychosocial Skills", David Lawrence (org.) *International Encyclopedia of Social Sciences*. New York: Macmillan and Free Press, vol. 7, 61-65.
- Esteves, Egeu Gómez, (2004), *Sócio, trabalhador, pessoa: negociações de entendimentos na construção cotidiana da autogestão de uma cooperativa industrial* [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social.
- Esteves, Egeu Gómez (2007), "La construcción simultánea de la autogestión y de la identidad psicosocial", in Marília Veríssimo Veronese (org.) *Economía solidaria e subjetividad*. Buenos Aires: Altamira, 115-133.
- Farr, Robert (2004), *As raízes da psicologia social moderna*. Petrópolis: Vozes.
- Frale, Deborah E. S. (1997), "Gender, Racial, Ethnic, Sexual, and Class Identities", *Annual Review of Psychology*, 48: 139-162.
- Gaiger, Luiz Inácio (2009), "Empreendimento econômico solidário", in Antônio Cattani, Jean-Louis Laville, Luiz Inácio Gaiger; Hespánha, Pedro (org.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 181-187.

- Gellner, Ernest (1992), *Reason and Culture. New perspectives on the past*. Cambridge: Blackwell.
- Gergen, Kenneth (1997), *Elyo saturado. Dilemas de indentidad en el mundo contemporáneo*. Buenos Aires: Paidós.
- Gorz, André (1988), *Métamorphoses du travail: quête du sens. Critique de la raison économique*. Paris: Galilée.
- Hall, Stuart (2001), *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Jacques, Maria da Graça Correa (2002), "Identidade e trabalho", in Antonio David Cattani (org.), *Trabalho e tecnologia: Dicionário Crítico*. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Editora da Universidade, 127 -131.
- Jovchelovitch, Sandra (2004), "Psicologia social, saber, comunidade e cultura", *Psicol. Soc.* 16(2): 20-31.
- Lacerda, Luiz Felipe Barbosa (2009), *Governar-se para que? as práticas de gestão dos empreendimentos econômicos solidários: O caso da Cadeia Produtiva de Algodão Ecológico Justa Trama*. [Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais]. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.
- Mahler, Margareth (1982), *O processo de separação-individuação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Mead, George Herbert (1973), *Espírito, Persona y Sociedad: desde el punto de vista del conductismo social*. Barcelona: Paidós.
- Offe, Claus (1989), "Trabalho: categoria-chave da Sociologia?", in Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 14(10): 5-20.
- Plummer, Ken (1996), "Identidade", in William Outhwaite e Tom Bottomore (orgs.), *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 369-371.
- Pochmann, Marcio (2001), *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo.
- Rey, Fernando Gonzalez (2003), *Sujeito e subjetividade*. São Paulo: Thompson Learning.
- Santos, Boaventura de Sousa (2002), *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.
- Santos, Boaventura de Sousa (2004), "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências", in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: 'Um Discurso sobre as Ciências' Revisitado*. São Paulo: Cortez, 777-821.
- Sato, Leny (2001), "Replanejamento do trabalho como processo de construção e de negociação de significados", in Luiz Henrique Borges, Maria das Graças B. Moulin e Maristela Dalbello de Araújo (orgs.), *Organização do trabalho e saúde: múltiplas relações*. Vitória: EDUFES, 71-85.
- Silva, Tomaz Tadeu (2004), "A produção social da identidade e da diferença", in Tomaz Tadeu da Silva; Stuart Hall e Kathryn Woodward (orgs.), *Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 73-102.
- Singer, Paul; Souza, André Ricardo (2000), *A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.
- Turner, John C. (1985), "Social categorization and self-concept: A social cognitive theory of group behavior", in Edward J. Lawler (org.), *Advances in group processes. Vol.2*. Greenwich, CT: JAI Press, 77-122.
- Veronese, Marília Veríssimo (2004), *A psicologia na transição paradigmática: um estudo sobre o trabalho na economia solidária* [Tese de doutorado em Psicologia]. Porto Alegre: PUCRS.
- Veronese, Marília Veríssimo (2007), *Psicologia social e economia solidária*. São Paulo: Idéias & Letras.

CAPÍTULO VI

OS CLUBES DE TROCA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: POR UM MODELO CRÍTICO E EMANCIPATÓRIO DE CONSUMO¹

Luciane Lucas dos Santos

Introdução

Ao propor que os bens são neutros e seus usos, em contrapartida, sociais, Mary Douglas e Baron Isherwood (2004) apresentam o consumo como um sistema de significações a partir do qual os indivíduos comunicam relações de pertença – sejam efetivas ou simplesmente almejadas. Isto significa que os sentidos atribuídos aos bens são, antes de mais nada, construções sociais e que, portanto, eles ocupam um lugar importante na mediação e reprodução material e simbólica da vida em sociedade.

Marcador identitário e meio de expressão do coletivo, o consumo como prática social constitui um importante sistema de comunicação, a partir do qual podemos conhecer valores, concepções e representações dominantes em um determinado contexto sócio-histórico. Esta capacidade de traduzir e conceder acesso ao imaginário coletivo demonstra por si só o quanto o consumo possui um papel decisivo na configuração dos vínculos sociais e dos mecanismos de pertença e diferenciação. Tanta presença e peso no tecido urbano aciona, contudo, um dilema, uma vez que o consumo fundamenta, legitima e naturaliza um sistema de classificação social. Produtora de invisibilidades e ausências, a cultura de consumo contemporânea dissemina um sistema hegemônico de representações, legitimando uma única racionalidade socioeconômica, em detrimento de outros modos possíveis de organização e (re)produção da vida social.

Este texto propõe-se, antes de mais, a debater as implicações deste modelo dominante de consumo, para então indagar se outras racionalidades econômicas

¹ Este capítulo faz parte da pesquisa de pós-doutoramento “Não às ausências, sim às emergências: os clubes de trocas como modelo crítico e solidário de consumo”, realizada sob a orientação do Prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos, com financiamento da FCT.

são possíveis, enriquecendo “polifonicamente” o conceito de consumo na experiência social das trocas. Trata-se, portanto, de refletir sobre as possibilidades de uma construção epistemológica alternativa para a economia, bem como para o consumo que a anima. Poderá o consumo desatrelar-se da chamada “razão metonímica” (Santos, 2006), que define como irrelevante ou inexistente toda experiência que confronte os valores ocidentais? Será possível desarticular a monocultura do consumo que se instala no tecido social e que torna invisíveis saberes, ritmos, escalas e produtividades divergentes do modelo ocidental dominante? Como evidenciar as limitações das construções epistemológicas acerca do consumo, com vista a uma percepção mais abrangente e rica do mundo das trocas?

Este capítulo procura responder estas e outras perguntas. Para tanto, o texto foi organizado em quatro partes principais. A primeira discute a relação entre consumo e identidade, de modo a lançar luz sobre as dinâmicas de pertença e diferenciação que a cultura material aciona. Como um sistema simbólico que permeia e anima as relações de troca (inclusive afetiva) entre as pessoas, o consumo se torna o pulmão do sistema económico, legitimando e fortalecendo fronteiras simbólico-materiais entre as classes. Com base nesta ideia, partimos da força dos ritos de consumo na aceitação e distinção sociais para analisar a violência simbólica inerente às condições de produção dos sentidos em circulação. Uma vez que dominar os códigos que se tornam hegemónicos não é o mesmo que poder participar de seus processos de negociação, o consumo reitera uma sociedade de classes.

A segunda parte do texto procura desvendar – à luz da sociologia das ausências – a constituição de uma (meta)monocultura do consumo. Neste sentido, procuramos mostrar que a cultura de consumo pode reunir, de modo perverso e simultâneo, as cinco formas de produção de ausência a que faz referência Boaventura de Sousa Santos. Para exemplificar as distorções sociais que o modelo monocultural de consumo proporciona, discutimos, nesta segunda parte, alguns dos desdobramentos sociopolíticos e económicos da produção capitalista. Referimo-nos aqui às consequências silenciosas que se materializam nos arranjos produtivos globais, na produção capitalista do espaço e na constituição do consumo produtivo. Em nome deste consumo invisível das corporações, estabelecem-se parâmetros de fluxo e circulação de bens com desdobramentos inequívocos na organização social e económica das nações. A globalização hegemónica, que legitima o poder das empresas transnacionais sobre os fluxos de recursos, bens e signos, suscita um quadro de aguda violência – de golpes na

soberania alimentar de populações inteiras ao financiamento de guerras civis em espaços fragilizados económica e politicamente.

A terceira parte do texto destina-se, antes de mais, a responder à seguinte pergunta: pode o mercado constituir-se a partir de princípios não-capitalistas? Buscando novas perspectivas de entendimento do mundo dos bens e de sua lógica de circulação, debatemos as condições para o esboço de uma epistemologia económica alternativa. Com base no conceito de economia da dádiva (Godbout, 1999; Lechat e Schiochet, 2003), analisamos a presença do dom em experiências de troca com viés económico e, com elas, procuramos saber as mudanças que a dádiva pode promover nestes circuitos. Será possível desatrelar a experiência do consumo do sistema de classificação social que o gosto e a escolha dos bens, à partida, promovem? Com base na teoria das cinco ecologias de Boaventura de Sousa Santos (2006, 2007a), discutimos, neste item, as possibilidades de uma sexta ecologia – a ecologia das trocas – como alternativa transgressora da lógica de mercado.

Na quarta e última parte, analisamos os circuitos de troca nos mercados solidários. Partindo do debate teórico sobre os princípios norteadores dos clubes de troca, bem como de algumas de suas experiências, refletimos sobre a valoração de outras perspectivas na constituição da vida económica – coesão social, fortalecimento não-hierárquico das diferenças, partilha de saberes, articulação política promotora de protagonismo económico e diversidade epistemológica. Embora não estejam de todo desatreladas de uma cultura de consumo, os clubes de trocas promovem, a seu modo e no seu ritmo, uma reconfiguração semântica da palavra mercado. Inauguram uma rutura estética e epistemológica com o sentido hegemónico de economia, materializando a voz das experiências emergentes e constituindo novas lógicas de sociabilidade e produção de sentido. Ao evidenciar outros aspectos como a coesão social, estes clubes – também chamados de redes de trocas solidárias – criam espaço para uma nova política da vida, em que saberes, temporalidades e produtividades outras encontram ressonância.

1. O consumo como sistema de classificação social

O consumo se configura como uma espécie de narrativa. Ou seja, através dele podemos ‘ler’ a sociedade contemporânea, identificando os valores predominantes no imaginário social. Na verdade, pode-se dizer que o consumo vai mesmo além: ele conta uma história subterrânea – a dos valores em disputa na sociedade –, de modo a constituir, conforme a máxima enunciada por Veblen (1965), um discurso sobre as relações sociais.

Mas além de oferecer pistas sobre as dinâmicas sociais, o consumo estabelece, também, um dos principais eixos de construção da identidade². Assim, presos a uma teia de significados construídos e validados socialmente, homens e mulheres buscam pertencimento e diferenciação a partir do mundo dos bens. De natureza bastante diversa, estes bens não se resumem a produtos e serviços, referindo-se também a bens simbólicos, ideias, representações mediáticas e estilos de vida. Este amplo espectro de possibilidades denota, à partida, a omnipresença do consumo na vida quotidiana. Por meio destes múltiplos objetos e signos, os indivíduos operam simbolicamente sobre o mundo: comunicam quem são, aderem a grupos com valores e códigos semelhantes e entabulam relações³.

Como facto social⁴, o consumo submete o indivíduo à força e aos valores do grupo. Na sua condição de fenómeno ao mesmo tempo coletivo, coercitivo e exterior, o consumo está longe de ser uma escolha pessoal, norteadada por necessidades ou desejos individuais. Embora seja esta a ideia que predomina no imaginário coletivo – alimentando, inclusive, o mito de uma aquisição consciente e racional de bens –, sabe-se que as necessidades nomeadas como individuais possuem um nascedouro comum, que Michel de Certeau (1994) chamou de

² Durante muito tempo, o trabalho teve a prerrogativa de ser o principal eixo de construção identitária. Parece-nos que o rumo da cultura material alterou, em parte, esta predominância, subjugando simbolicamente, no imaginário social, o mundo do trabalho ao mundo do consumo. Vale lembrar que a cultura de consumo, diferente do que se costuma pensar, não é uma característica da sociedade contemporânea. De acordo com Peter Burke (2008), quatro momentos seriam relevantes na história da cultura de consumo e teriam interferido na configuração das suas práticas: o século XVII, a segunda metade do século XVIII, o período que vai de meados até o fim do século XIX e, por fim, o período compreendido entre as décadas de 40 e 70 do século XX. É neste último período que tem lugar uma estética da efemeridade e, com ela, a perspectiva de que “cada vez mais aquilo que compramos é a nossa identidade, nossa ideia de nós mesmos, o estilo de vida que escolhemos” (Burke, 2008: 35). Neste contexto, o trabalho passa a ser assimilado, distorcidamente, como se mais um bem fosse, espécie de insígnia que, junto aos demais bens, serviria de distinção social. Do mesmo modo, tornando-se escasso e indisponível para todos, conforma-se uma outra deturpação no discurso corrente sobre o trabalho: em vez de ser entendido como produtor de riqueza, dissemina-se a ideia de que é a riqueza quem produz trabalho (Gorz, 2004).

³ O consumo surge, portanto, como “estratégia não só de emulação social, mas, principalmente, de construção de referências públicas acerca do lugar social que se deseja ocupar, do estilo de vida que se busca partilhar e, fundamentalmente, da construção de si que se quer projetar” (Enne, 2006).

⁴ Referimo-nos, aqui, à noção de facto social, empregada por Durkheim, para dar conta de fenómenos sociais marcados por três características simultâneas: o de ser exterior ao indivíduo, exercer sobre ele, ainda assim, efeito de coerção e fazer-se presente em termos coletivos (1977).

“repertório social”. Um problema relativo a este repertório logo se põe: se “os significados que os bens fazem circular são sociais” (Rocha, 2006: 26) e se os sentidos em circulação, ao contrário do que seria adequado, resultam de uma negociação desigual entre os agentes sociais, então, o processo de constituição da subjetividade tende a estar assente numa base que legitima e reproduz os valores hegemónicos. Em uma conformação típica da racionalidade ocidental, o mercado, como ágora em que o consumo se realiza, não estrutura apenas a organização da vida económica. Penetra os espaços subcutâneos de significação. Desta forma, o capitalismo ultrapassa a condição de um sistema que orienta e impulsiona trocas económicas e torna-se, ele mesmo, um modelo civilizacional (Santos, 2004), que naturaliza e incentiva gradações e diferenças, sedimentando na dinâmica sociocultural o gosto pela competição e pela busca hierárquica do *status*.

Ainda que assim o desejo, o indivíduo não fica incólume aos valores da sociedade (e dos grupos) que integra. Se é verdade que ele sempre pode ser agente de sua própria história e materializar, no corpo e na vida, a transgressão ao sistema hegemónico de valores, também é facto que os termos da sociabilidade capitalista conformam, em parte, sua condição de resposta. No contexto da produção simbólica que otimiza a circulação do capital, os sentidos dominantes – impregnando os bens materiais e simbólicos – fundamentam a base de uma ordem hierárquica implícita. Esta naturalização hierárquica, por sua vez, acontece sob a pele da cultura, que funciona como “arena de disputas pelo direito de significar” (Enne, 2006: 25). A expectativa de pertença orientará o uso e a escolha dos diversos códigos à disposição. Estes códigos, por sua vez, em estreita relação com uma ordem culturalmente determinada, corroboram um processo às vezes bastante explícito de estratificação social. Identificando esta relação íntima entre códigos de consumo e classe, Simmel, já no século XIX, dizia sobre a moda: “tão logo camadas mais baixas tentem imitar as mais altas e adotar sua moda, estas últimas criarão uma nova”. E acrescenta: “onde quer que as modas tenham existido, elas sempre serviram para expressar diferenças sociais” (2005: 466)⁵.

O alcance do consumo, entretanto, não se resume à sua condição de marcador identitário. Sua influência também se faz sentir na própria experiência quotidiana das relações, à medida que a linguagem se apresenta como mediadora

⁵ “As soon as as the lower strata attempt to imitate the upper strata and adopt their fashion, the latter create a new one. Wherever fashions have existed they have sought to express social differences”. Tradução livre da autora.

e pode se manifestar na forma de objetos “que a cultura e a classe social consideram adequados para a ocasião” (Kehl, 2004: 79). Neste caso, o consumo abre espaço para a reflexão sobre o que está em causa quando os indivíduos são mediados, nos seus afetos, pelos bens que os cercam. A omnipresença dos bens nas situações mais banais e íntimas do quotidiano revela o quanto o consumo se tornou uma mediação indispensável para a comunicação dos afetos. Este processo de mediação ininterrupta se consolida à medida que assimilamos que “o propósito de comprar não é tanto comprar as coisas que as pessoas querem, mas lutar para continuar se relacionando com os sujeitos que querem essas coisas” (Miller, 2002: 161-162).

O uso e aquisição de bens como processo deflagrador de interação social revela, como não poderia deixar de ser, alguns inconvenientes. O primeiro deles tem a ver com o ruído que se estabelece na dinâmica das relações. À medida que a linguagem acontece a partir dos bens que circulam entre as pessoas⁶ – sendo estes bens portadores de significados como compromisso, requinte, elegância, romantismo, ousadia, entre outros –, presenciamos uma “redução” na polifonia das trocas, ou seja, nos significantes que poderiam comunicar estes significados. As relações afetivas passam a ser mediadas pelos signos e estes, por sua vez, atrelam-se a uma produção de sentidos dominante.

Da mesma forma, poderíamos dizer que uma cultura de exclusão se materializa a partir do momento em que as experiências de relacionamento passam a depender, cada vez mais, do reconhecimento destes códigos. Quem não “fala a mesma língua” – e não domina os mesmos códigos –, não se faz entender. Esta cultura de exclusão não se limita ao âmbito das relações pessoais; manifesta-se, de igual modo, no circuito da produção, remetendo-nos à noção marxiana de fetiche da mercadoria. O fulgor, o brilho e o encantamento que o mundo dos bens suscita esconde⁷, cada vez com mais perfeição, a subsunção do trabalho ao

⁶ Em um artigo sobre publicidade, Maria Rita Kehl (2004) inicia o texto narrando a história contida num comercial de carro: um encontro amoroso, num restaurante caro da cidade, é interrompido pela passagem de um carro, agora o principal objeto de desejo da mulher. Kehl esclarece que todos os objetos da cena comparecem para mediar este encontro, servindo para qualificar a experiência amorosa: o cardápio, a música, o vinho escolhido e o preço da comida.

⁷ Cabe aqui uma aproximação entre o conceito de fetiche da mercadoria, de Marx, e o de monocultura, proposto por Boaventura de Sousa Santos. Dadas as devidas diferenças conceituais, é possível traçar um paralelo, entendendo que o termo monocultura, no âmbito de uma sociologia das ausências, procura evidenciar não só as formas de exploração no mundo do trabalho, escondidas sob o brilho das mercadorias, mas todas as outras formas de silenciamento

capital. Em tempos de refeudalização das relações de produção (Gorz, 2004), em que o trabalhador pode ser o primeiro a desejar a tutela das organizações, a acreditar que seu trabalho é um bem e que é preciso perseguir melhores desempenhos para aumentar a performance corporativa, o fetiche da mercadoria se revela com todo vigor. Sobre este fetiche que faz desaparecer de nossas vistas as condições de produção dos referidos bens, fala Maria Rita Kehl:

A passagem do uso do conceito de fetiche em Freud para a teoria de Marx revela que a regulação fetichista das relações entre as pessoas, nas sociedades capitalistas, deixa de ser uma exceção perversa para se tornar uma regra. Em uma sociedade de mercado, o fetiche da mercadoria é um dos principais organizadores do laço social. Mas a diferença que o fetiche da mercadoria apaga não é (exclusivamente) sexual; ele apaga a diferença entre o capitalista e o trabalhador, entre quem vende e quem compra força de trabalho, entre quem lucra e quem cede mais-valia (Kehl, 2004: 84).

A considerar que, hoje, os corpos que consomem se confundem com os que produzem, associando simbolicamente o valor do trabalho ao “poder de compra” que ele aciona, parecemos presenciar um acordo tácito quanto à soberania do deus Mercado. Giorgio Agamben, apostando no cânone teológico do consumo, apresenta o capitalismo como um fenômeno que “generaliza e absolutiza em todos os âmbitos a estrutura de separação que define a religião”. E prossegue dizendo que “a religião capitalista realiza a forma pura de separação, sem nada mais para separar. Uma profanação absoluta e sem resíduos coincide, agora, com uma consagração igualmente vazia e integral” (Agamben, 2006: 116). Desta forma, no altar da cultura de consumo que celebra o deus Mercado, as formas da subsunção silenciosa se multiplicam: subproletarização do trabalho, flexibilização dos direitos trabalhistas, proletarização rural, divisão internacional do

de atores sociais, diretamente relacionados ou não ao mundo do trabalho. Neste sentido, o conceito de *monocultura* buscaria ampliar a questão, evidenciando outros ocultamentos sob o brilho dos ícones do capital. Entre eles, destacaríamos, por exemplo: a feminização da pobreza e o feminicídio, por trás das particularidades da exploração da mão de obra feminina; o apagamento social dos valores de comunidades tradicionais frente aos interesses das grandes indústrias, constituindo o que Boaventura chama de epistemicídio; ou, ainda, os riscos à soberania alimentar de algumas populações frente aos apelos da indústria de processamento de alimentos.

trabalho⁸. Na esteira desta depreciação, outros atores socialmente excluídos são silenciados nos âmbitos da produção e do consumo. Silenciados no seu saber, nos seus ritmos, no seu conceito de “produtivo”, na sua diversidade. Mulheres e povos tradicionais, para citar apenas dois casos, são exemplos de uma subsunção que é, para além de económica, também, simbólica – ocultada nas entrelinhas de produtos que se servem de seus saberes e de sua diversidade. O brilho das mercadorias esconde o epistemicídio (Santos, 2007a) quotidiano que se materializa, de forma mais objetiva, nas linhas de produção e, de modo mais geral, na organização da vida económica.

As perspectivas de dominação simbólica e material não param aí. Os objetos e signos da cultura material não se prestam apenas à narrativa pessoal ou à tessitura quotidiana dos relacionamentos (seja em menor ou maior escala). Elemento nevrálgico que não pode ser esquecido é a contrapartida ao desejo de pertencimento: estamos falando, aqui, do fenómeno que lhe é complementar, na sociedade capitalista, que é o desejo do indivíduo de diferenciação nos grupos de que faz parte e de distanciamento explícito daqueles com quem não compartilha códigos⁹. Uma reflexão sobre o sentido social da distinção nos remete ao nó górdio do consumo: o facto de que ele constitui um sistema de classificação social. A perspectiva de que o gosto classifica o classificador, defendida por Bourdieu (1979), evidencia como a cultura alicerça, legítima e fortalece uma estrutura de classes. Sendo o gosto uma construção sociocultural, sua associação imediata à noção de classe estigmatiza e engessa o indivíduo na estrutura social. Os gostos hegemónicos passam a dominar o circuito de produção simbólica – tanto dos objetos como das representações de bom, belo e justo. E estas representações, a seguir, são as que desenham o pano de fundo dos discursos mediáticos.

Um olhar mais atento a este sistema de classificação social inerente ao consumo nos convida, de antemão, a atualizar o significado de mercadoria hoje, já que a dominação simbólica parece assente no que Jean Baudrillard (1995)

⁸ Deste modo, a desproletarização do trabalho industrial nos países de capitalismo avançado (Norte Global) pode esconder as condições sub-humanas de trabalhadores em maquiladoras nos países do Sul.

⁹ Nos estudos sobre consumo, é sempre importante ressaltar as contribuições de Thorstein Veblen, Max Weber e George Simmel. Veblen, por perceber a relação entre cultura material e classes sociais, além de aproximar o consumo do conceito de facto social (Veblen, 1965; Rocha, 2006). Weber por analisar, assim como Simmel, a questão do estilo de vida na sua interface com os padrões de consumo (Burke, 2008). Weber, aliás, foi um dos primeiros teóricos a demonstrar a relação entre consumo e classe social, demonstrando a conformação de “grupos de status” a partir da interação entre hábitos de consumo e estilos de vida (Burke, 2008).

chamou de “mais-valia estética do signo”¹⁰. Isto significa que para além da mais-valia da mercadoria (intensificada pelas múltiplas formas de precarização e pela divisão internacional do trabalho), presenciamos, hoje, uma inflação social do signo e, com ela, uma volatilidade crescente do valor de troca. Ou seja, as condições reconhecidamente desiguais de produção das mercadorias hoje caminham, paralelas, com operações simbólicas que alteram, arbitrariamente e continuamente, o valor de troca dos bens.

Há desdobramentos importantes nesta nova configuração da cultura de consumo. Com fluxos progressivamente desiguais, a cultura material, nas suas entrelinhas, reitera o par apropriação/violência de que nos fala Boaventura de Sousa Santos (2007b) – e a reorganização económica do espaço pela globalização hegemónica assim o demonstra. Espécie de monocultura que reúne silenciosamente diversos e oportunos tipos de ausência, o consumo é uma das matrizes modernas do pensamento abissal. Torna invisíveis saberes, temporalidades e lógicas produtivas que se mostrem incompatíveis com a racionalidade monocromática da modernidade. Compreender o espalhamento desta monocultura do consumo é o ponto de partida para lançar mais luz sobre a urgência de se construir uma epistemologia alternativa da economia e de suas práticas de troca.

¹⁰ As bolsas Hermès – Birkin e Kelly –, ícones de um consumo de luxo, revelam a partir de alguns elementos, como por exemplo o seu preço, a mais-valia estética do signo. Elaborada a partir de um único corte de couro, pode-se ficar meses na fila de espera para comprar uma Birkin, cujo valor médio varia entre 8 e 18 mil dólares, podendo custar mais. Há informações divergentes sobre os preços de Birkin e Kelly, o que dificulta a precisão. De todo modo, a versão em couro de crocodilo com diamantes – Matt Crocodile Birkin – chega a custar R\$ 253.440,00 (mais ou menos US\$ 160.308 ao câmbio de 13/07/2011). Um detalhe importante é que a Hermès possui seu próprio cativeiro de crocodilo, para garantir a integridade do couro que usa nos seus produtos. Outro exemplo que revela a mais-valia do signo é o sapato The Wizard of Oz Ruby Slipper, de Stuart Weitzman. Custa US\$ 1.600.000 e possui 120 rubis. Os rubis são de Burma, já chamada de Birmânia e hoje conhecida como Mianmar. No sudeste da Ásia, fazendo fronteira com a Índia, Mianmar é um dos países mais pobres do mundo, com o IDH entre os 40 piores. Contraditoriamente, Mianmar é rico em rubis. Os rubis de Burma, aliás, são os mais valiosos do mundo. Para mais detalhes sobre as bolsas Hermès, vejam-se os sites: <<http://mundodasmarcas.blogspot.com/2006/05/herms-o-luxo-na-cor-laranja.html>> e <http://www.istoe.com.br/reportagens/17028_O+DESEMBARQUE+DA+HERMES+NO+BRASIL> Sobre o sapato de Weitzman, vejam-se os links: <<http://www.millionlooks.com/footwear/dorothy%E2%80%99s-ruby-slipper-by-famous-designers>> e <<http://www.pipocadebits.com/2010/03/os-5-sapatos-mais-caros-do-mundo.html>> (estes e todos os links neste texto tiveram como última data de acesso 8/5/2011).

2. Desdobramentos socioeconômicos do consumo: bases para uma monocultura

Apesar de configurar-se como uma das principais formas de expressão individual e coletiva, o consumo, como fenômeno social, apresenta diversas externalidades. A descartabilidade que lhe é intrínseca e a aura de espetáculo em torno dos bens evidenciam a efemeridade progressiva que ronda as experiências ocidentais de troca. Embora a percepção do consumo seja a de um ato individual, ele, de facto, não só enreda diversos coletivos, como reitera mecanismos de reprodução e descarte em escala. O consumo nunca é um ato solitário.

Para identificarmos como ele chega à condição de (meta)monocultura – reunindo diversas e simultâneas formas de produção de ausência –, precisamos, antes, refletir sobre algumas de suas características e externalidades. Só assim é possível entender o consumo para além dele mesmo: na conformação do espaço aos interesses do sistema do capital, na constituição de um tempo voltado à acumulação e, por fim, nos fluxos globais de produção da mais-valia frente às formas contemporâneas de precarização do trabalho.

Um primeiro ponto a observar sobre o consumo é a impossibilidade de desatrelá-lo da produção¹¹, não só porque “em todos os seus momentos, o próprio ato da produção é também um ato de consumo” (Marx, 1859), mas também porque são fenômenos cujas consequências se entrelaçam. Falar de consumo implica, portanto, evidenciar seus desdobramentos socioeconômicos e culturais no mundo da produção e do trabalho, sem perder de vista as entrelinhas do consumo produtivo¹², usualmente ignoradas nos estudos que abordam a cultura material como sistema simbólico.

O modelo de consumo não explica só preferências e gostos; ele relata fluxos de dominação nas relações de troca. A história moderna é farta em exemplos.

¹¹ Marx, na sua Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política, de 1859, explica a mútua influência entre produção e consumo. Falar de consumo é, portanto, também falar do mundo da produção. Neste texto, reafirmando a importância do consumo, Marx explica que “só no consumo o produto se torna produto”. Para uma compreensão mais ampla da relação entre consumo e produção para Marx, veja-se: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/contriteconpoli/introducao.htm>>

¹² Por consumo produtivo, compreendemos o consumo dos recursos envolvidos na produção. Quando Marx diz que a produção é imediatamente consumo, refere-se ao “consumo dos meios de produção utilizados, [que] se desgastam e se dissolvem em partes”; deste modo, a própria produção implicaria, à partida, um ato de consumo. Para uma reflexão mais pormenorizada sobre o consumo produtivo, veja-se: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/contriteconpoli/introducao.htm>>

Culturas orientadas, no passado, predominantemente ao consumo das metrópoles – como as do açúcar, do chocolate, do café e da banana, todas calcadas no modelo latifundiário – desalojaram, em várias partes do continente americano, a agricultura de alimentos, forçando uma relação de curiosa e desnecessária dependência em relação às mesmas economias que antes serviam. A história do café, em particular, mostra relações desiguais já nos próprios modos de consumo. O fluxo das mudas vindas da Caiena e depois plantadas no Pará aponta diferentes destinos e usos: café com leite para as elites, no Brasil, que imitavam o hábito europeu elegante de misturar leite ao chá e café sem açúcar como tônico para os escravos (Cascardo, 1983:368). Impossível desvincular o consumo da produção, uma vez que constituem, como podemos perceber, narrativas complementares.

Outra externalidade a observar é a desvalorização progressiva dos bens – fruto, em parte, da celeridade nas experiências de consumo e da obsolescência programada na produção. Mais especificamente, nos referimos, aqui, à tendência decrescente do valor de uso (Mészáros, 2009), que cria, por sua vez, uma “disjunção entre produção para as necessidades sociais e auto-reprodução do capital” (Antunes, 2009:12). Para resguardar o capital, tudo é permitido, inclusive depreciar progressivamente o valor de uso¹³ do que é produzido. Percebendo esta particularidade do capitalismo contemporâneo, Mészáros promove a tese¹⁴ de que o sistema do capital não pode se desenvolver sem recorrer à taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias. Assim, ainda que matérias-primas e recursos de trabalho inerentes à produção de uma certa mercadoria sejam descartados, digamos, na proporção (hipotética) de 90%¹⁵, comprometendo o resultado da produção, ainda assim esta pode ser uma decisão oportuna para a reprodução do capital. É por isto que Mészáros fala em disjunção. A perda da produção pode equivaler à salvaguarda do capital. Lucro e produção já não

¹³ Segundo Marx, “o produto é um valor de uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma” (1982: 205). O valor de troca, por sua vez, pertence à esfera da “valorização do valor” (Mészáros, 2009). Já a noção de valor nos remete à quantidade de trabalho presente no valor de uso; ou seja, refere-se, segundo Marx, ao “tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção” (1999: 220).

¹⁴ Para István Mészáros, capital e capitalismo têm significados distintos. Deste modo, o capitalismo seria “uma das formas possíveis de realização do capital, uma de suas variantes históricas” (Antunes, 2009: 10), enquanto o capital, por sua vez, existiria independente do sistema capitalista, a exemplo da URSS e de outros países do Leste Europeu. Mais do que fazer frente ao capitalismo, segundo Mészáros, é preciso fazer frente à sociometabólica do capital (Mészáros, 2009).

¹⁵ Ver análise de Ricardo Antunes sobre o pensamento de Mészáros (Antunes, 2009: 12).

precisam andar juntos. Ao mesmo tempo, os resultados económicos oriundos da comercialização e do consumo se mantêm em escala ascendente.

Um exemplo que permite vislumbrar o facto acima é o que vemos acontecer em países fortemente dependentes de importação, constituindo o que Boaventura de Sousa Santos (2010) chamaria de fascismo financeiro¹⁶. A perspectiva de especulação nos mercados de produtos agrícolas não significa aumento de produção e vulnerabiliza ainda mais as populações do Sul Global. Enquanto países como o Haiti enfrentam preços proibitivos nos insumos básicos, comprometendo, assim, sua condição alimentar¹⁷, toneladas de carne, legumes e cereais são queimados todos os anos nos países europeus e nos Estados Unidos, a fim de manter altos os preços das *commodities* (Ziegler, 2002). As escassas condições de consumo de uma nação pobre no continente africano, por exemplo, atreladas a um jogo global de redistribuição do espaço em função de interesses transnacionais de produção¹⁸, podem acompanhar uma história antípoda de opulência em continente vizinho.

A desvalorização crescente do valor de uso não é, entretanto, o único inconveniente em uma cultura de consumo que legitima o sistema do capital. O fetiche da mercadoria esconde já condições bastante desiguais na divisão internacional do trabalho, sendo comum que transnacionais “metropolitanas”, por exemplo,

¹⁶ Antes de mais, convém esclarecer o conceito de fascismo social. De acordo com Boaventura de Sousa Santos, o fascismo social implica “um regime social de relações de poder extremamente desiguais que concedem à parte mais forte o poder de veto sobre a vida e o modo de vida da parte mais fraca” (2007b:16). Segundo ele, existem cinco tipos de fascismo social: do apartheid social, contratual, territorial, financeiro e da insegurança. De todos, o fascismo financeiro é aquele que apresenta maior virulência. Conforme esclarece Boaventura de Sousa Santos (2010): “por ser o fascismo mais pluralista é também o mais agressivo, porque o seu espaço-tempo é o mais refractário a qualquer intervenção democrática”. Para aprofundar o debate sobre o fascismo financeiro, veja-se o artigo de Boaventura Sousa Santos em <<http://saladeimprensa.ces.uc.pt/opiniao/index.php?acao=opinioa&id=2056>>.

¹⁷ Em 2008, durante a crise alimentar, no Haiti, o arroz duplicou de valor no período curto de uma semana (Chossudovsky, 2008), comprometendo, de modo inquestionável, as condições de vida de uma população local que gasta até 80% de seus rendimentos com comida.

¹⁸ Nas entrelinhas do mercado mundial de alimentos, delinea-se também uma história subterrânea de fascismo territorial (Santos, 2007b), em que as nações mais pobres são forçadas “a deixar de produzir os produtos agrícolas necessários para alimentar as suas próprias populações e a concentrar-se em produtos de exportação, com os quais ganharão divisas que lhes permitirão importar produtos agrícolas ... dos países mais desenvolvidos” (Santos, 2008). Sobre a relação entre fome e transnacionais de alimentos, veja-se o artigo de Boaventura de Sousa Santos: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14976>.

se beneficiem do resultado de produção de trabalhadores subcontratados para as inúmeras *sweatshops* localizadas no Sul global. O imaginário de consumo para estas marcas espetaculares revela-se incompatível com as condições dos trabalhadores que tornam a produção possível¹⁹.

À medida que presenciamos uma progressiva desproletarização da mão de obra nos países de capitalismo avançado (Antunes, 2006), uma subproletarização se manifesta nos países do Sul Global – onde, então, as condições de precarização do trabalho revelam-se mais agudas. Nesta perspectiva abissal (Santos, 2007b), em que os direitos das nações mais pobres são silenciados à medida que a espoliação de suas riquezas parece um caminho natural para as grandes companhias, a exploração não se restringe à mão de obra: o espaço se torna, também ele, um produto comercializável.

Neste sentido, distanciados das cadeias produtivas dos bens que tanto desejam, os consumidores desconhecem tanto a precarização do trabalho, quanto a mercantilização do espaço embutido no comércio dos bens. O imaginário destes produtos parece sempre incompatível com as condições em que se encontram os trabalhadores. O mercado de flores colombianas serve para ilustrar este descompasso. Enquanto as rosas da Colômbia estão entre as mais cobiçadas no mercado mundial de flores²⁰, a mão de obra, tipicamente feminina, está submetida a contratos precários, em jornadas extenuantes, expostas permanentemente a substâncias tóxicas, sem direitos trabalhistas. Embora este mercado tenha obtido excelentes resultados nos últimos anos, a situação laboral é bastante precária. As trabalhadoras colombianas ganham cerca de US\$ 5,12 por dia, enquanto as

¹⁹ A indústria salmoneira é um bom exemplo. Um dos principais produtos de exportação do Chile (só atrás da Noruega), o salmão constitui uma indústria de capital transnacional. Apesar de seus lucros crescentes, as condições das trabalhadoras não acompanham o desempenho da indústria. Em contacto permanente com água clorada tóxica, as mulheres atravessam jornadas de trabalho de 8 a 16 horas diárias, em pé. Não é raro que estas maquiladoras demitam mulheres grávidas sem o pagamento devido da remuneração. Para mais detalhes sobre as condições de trabalho na indústria salmoneira, veja-se: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:yFuVhpAvRToJ:www.adital.com.br/site/noticia.asp%3Fflang%3DPT%26cod%3D37768+industria+salmoneira+no+Chile&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&source=www.google.com.br>>

²⁰ Convém lembrar que a Colômbia tem hoje o segundo mercado exportador de flores, sendo a agro-indústria da floricultura colombiana um negócio de investimento tipicamente norte-americano (Rezera e Lozano, 2010). Os números das vendas soam bastante promissores – entre os anos de 1990 e 2003, as exportações subiram de 229 milhões de dólares para 700 milhões de dólares, conforme a *Corporación Cactus*. Para uma análise mais pormenorizada, veja-se o trabalho de Rezera e Lozano, 2010.

colegas americanas, na mesma função, recebem em torno de US\$ 6,32 por hora (Rezera e Lozano, 2010). Apenas a título de evidenciar a produção capitalista do espaço, é importante lembrar que a agroindústria das flores surge, na Colômbia, como “um empreendimento de investidores estrangeiros” (Rezera e Lozano, 2010:158), predominantemente americanos, sendo os Estados Unidos, ainda hoje, um dos principais mercados compradores.

Situação semelhante de precarização do trabalho acontece com a linha de produção do *i-pod*, da Apple. Exemplo de alta tecnologia no mercado de telefonia celular e comunicação de dados, o *i-pod* é uma contradição. Embora seja planejado por *designers* nos Estados Unidos, ele não passa por nenhuma linha de produção americana. Os aparelhos são produzidos na China, com peças oriundas de outros países asiáticos. A montagem é feita por empresas de Taiwan instaladas na China, sendo os chineses os responsáveis pela distribuição para o mundo, inclusive para o mercado consumidor número um: os próprios americanos. Para além do consumo intensivo dos recursos dos países asiáticos, o que mais impressiona é a divisão internacional do trabalho por trás de um dos grandes ícones do consumo. Enquanto um engenheiro americano recebe anualmente cerca de US\$ 85 mil, o mesmo engenheiro, na China, recebe cerca de US\$ 10 mil. A diferença se torna ainda mais surpreendente quando comparamos o salário do engenheiro americano com o operário chinês: o segundo recebe anualmente US\$ 1540 por ano (Taciro e Kanno, 2009)²¹, gerando um rendimento mensal de, aproximadamente, US\$ 128.

Estes casos demonstram que presenciamos, hoje, uma desproletarização do trabalho industrial. Porém, isto acontece nos países de capitalismo avançado à custa de uma subproletarização nos demais. No âmbito de uma produção capitalista do espaço, verificamos uma rearticulação do capital para garantir sempre as melhores formas de reprodução: da mão-de-obra mais barata à matéria-prima abundante e estratégica. A este respeito, comenta André Gorz (2004: 25):

²¹ Estes dados estão disponíveis no infográfico elaborado por William Hiroshi Taciro e MKanno, da agência MultiSP, para explicar a linha de produção do ipod. Coletando dados de diversas fontes (China Business Council, Xinhua News, UC Irvine, Deutsch Bank e da própria Apple, entre outros), Taciro e MKanno mostram, na infografia, a divisão internacional do trabalho, evidenciando as diferenças salariais entre EUA e China, a concentração de renda com a produção do *i-pod* e o risco de dependência dos países africanos em relação à China. Conforme demonstra a infografia, “com um terço dos trabalhadores, os EUA ficam com 70% da renda produzida pelo produto”. Para saber mais sobre o *i-pod* e a globalização, veja-se Taciro e MKanno, 2009.

Seria para sustentar a concorrência que os camiseiros de luxo fazem costurar na China os artigos vendidos 50 a 100 vezes mais caros que seu preço de revenda? Seria para isso que a Nike (...) fabrica seus calçados nas Filipinas, depois na Indonésia, depois na China e no Vietnã, onde o custo salarial de um par de Pegasus vendido a 70 dólares, é de 1,66 dólares – e foi por isso que os administradores norte-americanos da firma puderam embolsar um rendimento anual igual aos salários de todas as 18.000 operárias filipinas reunidas? Por que (...) a ‘competitividade’ exige custos salariais mais baixos, mas acomoda-se perfeitamente aos custos patronais os mais elevados?

Percebemos que a globalização hegemónica otimizou circuitos de circulação de produtos e serviços, à revelia do que isto possa representar como custo social, cultural ou ambiental. Deste modo, as companhias transnacionais passam a ter o poder de determinar os fluxos, ainda que eles representem, a longo prazo, um golpe na soberania alimentar de populações inteiras ou o financiamento de guerras civis em espaços fragilizados económica e politicamente. As cadeias do diamante e do coltan não seriam possíveis – na velocidade e no ritmo em que se desenvolvem – não fosse o monopólio destes mercados e a convivência dos aparatos políticos. A lógica dos mercados se espria pelo ambiente soberano das nações. O espaço, por conseguinte, torna-se mais um objeto de consumo. Para compreender como estes e outros factos se inserem na lógica perversa do consumo, é preciso refletir sobre as perspectivas monoculturais dos circuitos contemporâneos de troca.

Monocultura do consumo: a cultura material como produtora de invisibilidades

Monocultura é o termo que Boaventura de Sousa Santos (2006, 2007a) utiliza para descrever a produção de ausências nos espaços da vida quotidiana, referindo-se às invisibilidades produzidas pelo pensamento hegemónico. Utilizando a metáfora de uma linha abissal, Boaventura (2007b) afirma que uma parte significativa do que se passa como realidade ou pensamento fora do contexto da racionalidade ocidental dominante é produzido como inexistente. Está, portanto, do “outro lado da linha”. Inexistência, neste caso, implica “não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível” (2007b: 4). Ou seja, saberes, temporalidades, escalas, produtividades e diversidade que ponham em questão a construção epistemológica de mundo que a modernidade ocidental disseminou serão silenciados. A sociologia das ausências proposta por Boaventura de Sousa Santos seria,

então, uma forma transgressiva de fazer falar estes modos alternativos de viver e constituir sentido.

Considerando as múltiplas formas de criar silenciamento e invisibilidade, a sociologia das ausências evidencia cinco formas atuais de monocultura ou produção de ausência: monocultura do saber, do tempo linear, da naturalização das diferenças, da escala dominante e do produtivismo capitalista. A monocultura do saber, descredenciando conhecimentos alternativos, não assentes no discurso científico, constitui um modo sorrateiro de epistemicídio (Santos, 2007a), já que ancora a percepção pública na ideia de que fora da ciência não há conhecimento possível. A monocultura do tempo linear, por sua vez, não só confere um sentido de “residualidade” às experiências desatreladas da acumulação capitalista, como transforma o Outro da relação numa figura anacrônica, descolada da racionalidade moderna. A monocultura do tempo linear naturaliza e dissemina as prerrogativas do tempo como dinheiro (Weber, 2004), ao mesmo tempo que “converte simultaneidade em não-contemporaneidade” (Santos, 2007b:8).

O terceiro tipo de monocultura transforma toda diferença – de gênero, etnia, classe social – em fundamento para hierarquia, naturalizando um constructo epistemológico escalonador, que torna as diferenças sempre desiguais (Santos, 2007a: 30). A monocultura da escala, como mais uma forma de produção de ausência, e em casamento com o discurso científico, cria a ilusão de que apenas as soluções universais são relevantes para produção de realidade, silenciando experiências locais, desatreladas de uma reprodutibilidade universalizante. Por fim, a última forma de monocultura estabelece a produtividade capitalista como parâmetro norteador da produção, atrelando-a, como não poderia deixar de ser, à constituição e aprofundamento da mais-valia.²²

²² Cumpre observar, aqui, o sentido de produtividade empregado por Boaventura de Sousa Santos, em comparação ao conceito de produtivo/improdutivo de Marx. Boaventura extrapola o contexto capitalista de produção, para enxergar outras concepções de produtividade, entendendo que, no âmbito das monoculturas, o modelo capitalista encontra espaço de livre expressão, legitimando a produção de mais-valia. Para Marx, o sentido de produtivo/improdutivo mantém relação direta com o sistema capitalista, sendo considerado produtivo aquele trabalho que produz diretamente mais-valia e contribui para valorizar o capital (Marx, 1974; Antunes, 2006). Boaventura, por sua vez, propõe um sentido mais amplo para o conceito de “produtivo”, apontando, por um lado, a monocultura inerente à produção capitalista, mas reconhecendo, por outro, a possibilidade de outras formas de conceber produtividade. Um exemplo seria o da produtividade para os indígenas, que tendem a ver a terra como parte de um todo maior (Santos, 2007a: 31).

No panorama atual de múltiplas formas de produção de ausência, o consumo revela-se um fenómeno capaz de ilustrar esta construção quotidiana da invisibilidade. Constituindo uma espécie de espaço social por excelência para a manifestação destas ausências, legitimadas pelo princípio hierarquizante do mercado, o consumo parece reunir, simultaneamente, em suas práticas e discurso, as cinco formas de produção de ausência. Razão por que propomos o consumo como uma espécie de (meta)monocultura, aglutinadora de formas variadas de produção de invisibilidade. Neste sentido, esta (meta)monocultura do consumo dá-se não só pela invisibilidade de saberes, ritmos, produtividades outras, diferenças não-hierarquizantes e escalas (Santos, 2007a), mas também por uma linha abissal jurídica e epistemológica que, ao constituir parâmetros de racionalidade ocidental, recorta e desbasta como bem lhe apraz a realidade que considera subjacente.

Vejamos como esta monocultura funciona e como articula saberes e mercado. A (meta)monocultura do consumo evoca o discurso científico (e seu imaginário) como base legitimadora para a pesquisa e o desenvolvimento contínuo de novos produtos, agora disponíveis segundo a lógica competitiva do mercado. A todo momento, propagandas, embalagens e matérias jornalísticas, sustentadas pelo discurso científico, sugerem ao indivíduo que ele pode ter o corpo que quer, o rosto que deseja, a idade que precisa. Ao mesmo tempo, a lógica temporal do capitalismo se espalha por todas as dimensões da vida quotidiana, pontilhando de competição e desempenho não só os momentos do trabalho, mas também os do lazer²³. O tempo nervoso do capital atravessa rotinas, prometendo, pela via do consumo e através dos bens, costurar relações e fazer circular sentidos. Enquanto o “lanche feliz” equivale à doação de tempo e afeto das mães trabalhadoras, em dupla jornada de trabalho, *smartphones* e *laptops* prometem conexão permanente entre trabalhador e empresa, na permuta de horas extras por signos de prestígio. De modo geral, a dinâmica do mercado se encarrega de tudo atrelar ao sistema de especulação financeira, dilacerando os valores de uso e submetendo-os às oscilações do valor de troca.

Introduzindo dinâmicas e sentidos globais na produção de bens materiais e simbólicos, o mercado capitalista também reduz em importância (quando

²³ Um exemplo que ilustra a contaminação absoluta do tempo com os códigos distintivos do consumo é o da constituição de novos ambientes para as brincadeiras das crianças. Em matéria recente, crianças trocavam as festas de aniversário em bufês por encontros privativos com as amigas em limusine. A este respeito, veja-se matéria em <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110327/not_imp697787,0.php>.

não invisibiliza) as experiências locais de troca. Para isto, se valida de saberes hegemônicos e de sua promessa de comprovada eficácia para problemas de amplo espectro – caso do agronegócio como alternativa para a fome mundial. Na prática, em nome das escalas, e no contexto de uma produtividade capitalista, o mercado não se exime de reconfigurar o próprio espaço, de modo a otimizar o uso de recursos naturais, incluindo água e solo, para a produção de bens na quantidade e intensidade para os quais pressupõe consumo.

Um dos exemplos que ilustra esta relação entre uso do espaço, produtividade e dinâmicas cada vez mais globais de produção é o do coltan, conhecido como columbita-tantalita. Minério de grande valor para sectores que envolvem alta tecnologia, o coltan desperta o apetite de muitas empresas, já que constitui matéria-prima para mercados voláteis como o de telemóveis e *laptops* – sempre alimentados pela inovação e obsolescência. Para garantir, por exemplo, o volume e a celeridade no consumo de telemóveis, o mercado encontra formas de obter coltan, em grande escala, na República Democrática do Congo (RDC), alimentando o financiamento tácito de uma guerra civil, em que uma boa parte da população congolês é chacinada ou expulsa de suas casas pelas forças rebeldes dos países vizinhos (como é o caso do Exército Patriótico Ruandês – RPA). Conforme dados da ONU, empresas internacionais de comércio de minérios importam coltan da RDC via Ruanda, alimentando o mercado negro²⁴. Também neste contexto, multinacionais e empresas mistas consolidam seus negócios na região (como é o caso da *Société Minière des Grands Lacs*, Somigl, voltada para a exploração do coltan e com forte participação acionária belga), criando condições para a circulação do coltan congolês no mercado internacional²⁵. O brilho

²⁴ Para saber mais a respeito: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2001/07/3268.shtml>>.

²⁵ No Congo não é apenas o coltan que desperta o interesse de empresas e nações. Segundo Maurice Carney, da organização *Friends of Congo*, a República Democrática do Congo (RDC) possui 30% das reservas mundiais de cobalto, 15% das reservas de estanho e 80% das reservas de coltan. Enquanto a população sobrevive com 30 centavos de dólar por dia (ou menos), empresas americanas e canadenses (mas não só), envolvidas na exportação ilegal dos recursos naturais da RDC, extraem lucros significativos a partir destes minérios. De acordo com o Relatório de 2008 do *Internacional Rescue Committee* (IRC), a guerra na RDC gera 45 mil mortes por mês, constituindo a maior crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial. Sobre os dados dos relatórios do IRC e a situação do Congo, veja-se <<http://blog.controversia.com.br/2008/04/01/45-mil-mortos-todo-mes-parte-i>>. Embora a cadeia do coltan seja de difícil rastreamento, um relatório da ONU sobre o conflito na RDC aponta as empresas que negociam o minério como mola propulsora da exploração ilegal do coltan. A cadeia mundial do minério é complexa: empresas de tecnologia (por exemplo, fabricantes

das mercadorias esconde, pelo fetiche, suas condições de produção, bem como o consumo produtivo implícito na escala que garante a circulação ininterrupta destes bens.

Por fim, mas não menos importante, o consumo como prática social também implica a naturalização de uma hierarquia da diferença. Hierarquia esta que se materializa, antes de mais, no próprio corpo dos indivíduos. Deste modo, o consumo reproduz, faz circular e consolida – seja através dos bens, seja através dos discursos que o promovem – representações “engessadas” de gênero, classe, etnia e religião. Embora possa mostrar-se polifônico como narrativa – há sempre indivíduos que portam signos numa perspectiva intencionalmente transgressora –, o consumo costuma ser eixo reprodutor de uma epistemologia hegemônica de gênero e classe. Espetacularizado como suporte para o consumo, o corpo se manifesta como vetor de dominação. Como consequência, a ultra-estetização do gênero termina por submeter e isolar mais ainda a mulher pobre – corpo a ser esquecido e invisível tão logo cumpra sua função de produção e circulação da cultura de consumo a que serve²⁶. A toda esta submissão velada no campo dos signos chamamos “fascismo simbólico” (Moassab, 2008)²⁷.

de telemóveis e *laptops*) compram capacitores de tântalo de grandes fabricantes que, por sua vez, compram pó de tântalo refinado de empresas de processamento (como a alemã *H. C. Starck* e a americana *Cabot*, além de outros processadores menores nos EUA, na Europa e no Japão). Estas empresas de processamento compram de *tradings* de comércio internacional (como a britânica *A&M Minerals and Metals* e a belga *Sogem*), mas, também, de minas e negociadores locais. As empresas de comércio internacional, por sua vez, adquirem o minério de minas e empresas de comércio locais e também de Uganda. Toda esta cadeia do coltan está descrita em <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2001/07/3268.shtml>>. Informações mais detalhadas sobre as minas de coltan na RDC e sobre o genocídio dos congolezes podem ser encontradas nos sites <<http://www.anovademocracia.com.br/no-35/287-a-recolonizacao-programada-da-africa>> e <<http://www.servicioskoinonia.org/agenda/archivo/portugues/obra.php?ncodigo=235>> e no relatório do Serviço para a Paz Internacional (IPIS) <<http://www.grandslacs.net/doc/2343.pdf>>.

²⁶ A mercantilização do corpo interage com a noção de classe de modo perverso, destinando o corpo da mulher pobre para o tráfico de pessoas (com fins de trabalho forçado), o tráfico de órgãos e as fábricas de bebês. Além, é claro, do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual.

²⁷ O conceito de fascismo simbólico foi desenvolvido por Andreia Moassab, em diálogo com a teoria do fascismo social de Boaventura de Sousa Santos. Para Moassab (2008), o fascismo simbólico implica “uma produção simbólica unidirecional assente em possibilidades desiguais de negociação de sentidos”. Para aprofundamento do conceito de fascismo simbólico, veja-se artigo disponível em <<http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/documentos/ecadernos/2/Andreia%20Moassab.pdf>>.

Considerando, portanto, que todas as monoculturas se materializam simultaneamente nas experiências de consumo, acreditamos poder dizer que estamos diante de uma sexta categoria monocultural. Esta (meta) monocultura do consumo, por sua vez, se dá pela constituição de um cenário abissal que intervém, pelo jurídico e epistemológico, na realidade material e concreta de populações, submetendo-as economicamente pela apropriação de seus recursos naturais e pelo aproveitamento das condições desiguais de resposta. Mas não só. Esta (meta) monocultura também intervém pela consolidação de uma representação social totalmente dependente das perspectivas de identidade e distinção social típicas da racionalidade ocidental. Se é possível falar hoje em regresso do colonizador (Santos, 2007b) é justamente porque o consumo como sistema simbólico moderno-ocidental coloniza o desejo e prepara o território²⁸ para que as sementes neocoloniais encontrem solo fértil mediante dominação simbólica.

Diversos modos de apropriação e violência subjazem ao mundo espetacular do consumo, estabelecendo uma ponte entre mercados capitalistas contemporâneos e modos de fascismo social (Santos, 2007b). Ignorando fronteiras políticas e econômicas, por exemplo, mercados globais se apropriam sem cerimônia dos espaços, de modo a transformá-los em território anexado, tanto material como simbolicamente. Em nome da produtividade capitalista e da escala global que ela demanda, tal *fascismo territorial* se traduz no modo pelo qual tais mercados se espriam no espaço, neutralizando o Estado no controle efetivo do território. Do mesmo modo, por trás da especulação financeira, produtos bancários se alimentam do endividamento dos indivíduos (e, neste sentido, o *fascismo financeiro* se institui como o modo pelo qual os mercados consolidam uma temporalidade predadora). Ao mesmo tempo, organizações transnacionais interferem na dinâmica econômica de países e na gestão de seus recursos mais vantajosos. A esta prática Boaventura de Sousa Santos chamaria *fascismo contratual*, que se manifesta tanto pela privatização dos bens que deveriam ser públicos, como é o caso da água, quanto pelas condições contratuais subjacentes à divisão internacional do trabalho.

Embora todos estes mecanismos conformem a experiência de apropriação e violência no cenário do consumo, cabe aqui um destaque para o fascismo

²⁸ Por exemplo, quando transnacionais de alimentos argumentam que podem resolver a fome pela melhoria de sementes para o agronegócio ou as doenças do mundo pela apropriação da diversidade biológica nos países da América latina. As facilidades de assim agir, como, por exemplo, constituir zonas francas e maquiladoras, aumentando os seus lucros pela violência econômica e simbólica exercida sobre o Outro, são obtidas a partir não só de uma linha abissal jurídica, como também de outra epistemológica.

simbólico (Moassab, 2008), que parece constituir-se como um dos elementos estruturantes de uma (meta)monocultura. Explicando melhor: a lógica da diferença é que fundamenta todo o sistema de classificação social inerente ao consumo – e o fascismo simbólico é articulador da monocultura de naturalização das diferenças. Como tal, estimula a diferença como hierarquia e define os saberes dominantes como legitimadores dos valores que alicerçam esta hierarquização. Invisível, a hierarquia que subjaz à cultura material cria um círculo vicioso, em que os indivíduos se tornam dependentes do mundo dos bens – e seus códigos – para a conquista do reconhecimento social.

Desfazer estes múltiplos sintomas do fascismo social implica acreditar que formas de sociabilidade anticapitalistas sejam possíveis. Somente uma hermenêutica das emergências, capaz de dar voz a experiências de construção identitária desatreladas da perspectiva de distinção e hierarquia, pode silenciar este canto de sirena. Sobre estas alternativas e sua viabilidade econômica e simbólica, falaremos a seguir.

3. Podemos falar em mercados não-capitalistas? Fundamentos para o consumo solidário

Se a sociedade se funda no mundo das trocas (Lévi-Strauss, 1976), também é verdade que estas trocas, na modernidade, sofreram uma absoluta mercantilização, confundindo-se com o próprio mercado capitalista – expressão histórica da economia. Esta deturpação epistemológica já fora denunciada por Karl Polanyi ao evidenciar que não parece ser a economia que está “embutida nas relações sociais, [mas antes] são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (1957: 72). Como consequência, este mercado inunda com seus significantes outros aspectos da vida, promovendo neles um saber, um tempo e uma produtividade alicerçados na lógica do capital, intensamente revigorada por matizes neocoloniais.

Em contextos não-ocidentais – e tomando por base o estudo das sociedades tradicionais²⁹ –, observamos que o sentido da economia não se reduz aos princípios cumulativos do mercado, havendo, sim, nestas sociedades, conforme nos diz Polanyi, um compromisso com a reprodução material da própria vida (Polanyi, 1957; Silveira, 2007). O mercado, portanto, deixa de ser um critério universal.

²⁹ Referimo-nos, aqui, àquelas sociedades que estão desatreladas de uma racionalidade moderno-ocidental. Como exemplo, poderíamos citar as populações indígenas. Contudo, convém esclarecer que o termo “tradicional” é insuficiente e pode, equivocadamente, conferir um sentido de residualidade às populações referidas. Utilizamos a expressão na ausência de outra que dê conta de experiências alternativas na reprodução material e simbólica da vida.

A partir da análise destas sociedades, verificamos que não é a acumulação que fundamenta a reprodutibilidade, mas, antes, a reciprocidade e a redistribuição (Silveira, 2007), que aparecem como fenômenos estruturantes da vida social³⁰. Sendo assim, o circuito das trocas não se resume ao mercado – um produto histórico determinado social e culturalmente.

As trocas, portanto, mesmo em uma sociedade de mercado, podem constituir-se no âmbito de outra racionalidade e, como tal, traduzir modos alternativos de organização da vida social. Embora a rutura com o mercado capitalista não se avizinha como perspectiva prioritária nas trocas ocidentais, é de se esperar que o alastramento de experiências pautadas nestes modos alternativos (não raro com enfrentamento dos interesses hegemônicos) cause incômodos sucessivos à reprodução do sistema do capital. Iniciativas que empoderam politicamente coletividades podem desarticular interesses de sectores organizados do mercado. Como exemplo, citaríamos a experiência da Cooperativa Grande Sertão³¹, no norte de Minas Gerais, que fortalece a agricultura familiar agroecológica em uma região dominada espacialmente pela monocultura de eucalipto. Criando um mercado alternativo para sabores do cerrado e da caatinga e integrando-os à merenda escolar, esta iniciativa não só rearticula a produção e o uso do espaço em torno de outros cultivos, como também promove uma desestabilização do poder da indústria de alimentos no espaço da escola.

Embora o conceito de dádiva³² (Mauss, 2003) não se aplique em totalidade às experiências da economia solidária em geral – e dos clubes de troca em

³⁰ Com base neste facto, alguns antropólogos – entre eles Marshall Sahlins (1979) – argumentam que a teoria do valor só pode ser compreendida no contexto da cultura ocidental. Para maior detalhamento, veja-se Silveira, 2007.

³¹ A cooperativa Grande Sertão envolve uma média de 1000 a 1500 famílias, do norte de Minas, distribuídas por mais de 20 municípios diferentes. Um dos pontos altos da cooperativa é a sua capacidade de reunir diferentes grupos étnicos, constituindo, portanto, um espaço de respeito da diferença e de consolidação da diversidade epistemológica. Estão entre as populações tradicionais geraizeiros, caatingueiros, quilombolas, vazanteiros e indígenas Xacriabás. Mais informações sobre a cooperativa em: <<http://www.ispn.org.br/arquivos/bl.pdf>>.

³² Segundo Marcel Mauss, o dom pressupõe três obrigações: dar, receber e restituir. Estas etapas seriam inerentes a todo o tipo de trocas simbólicas. Mauss concentrou a sua atenção na terceira etapa – a restituição –, entendendo que existia, neste ponto, um enigma a ser decifrado: “que força há na coisa que se dá que faz com que o donatário a restitua?” (Godelier, 2001: 14). Conforme Lechat e Schiochet (2003) – e também Caillé (1998) –, a dádiva diz respeito a uma ação sem garantia de retribuição, o que não significa que ela seja destituída de obrigatoriedade. Ela é, simultaneamente, “obrigatória e espontânea, gratuita e interessada, incondicional e condicional” (Lechat e Schiochet, 2003:85).

particular —³³, convém ressaltar a racionalidade de tipo diverso que surge a partir da presença da dádiva no contexto dos espaços solidários de mercado. É que a dádiva “tem por finalidade a criação, manutenção ou regeneração do laço social, pois se trata de um processo sem fim, onde a relação importa mais do que a coisa dada” (Lechat e Schiochet, 2003:85). Neste sentido, a correlação que podemos estabelecer entre a dádiva e os mercados solidários – ainda que a economia solidária não seja uma economia da dádiva – sinaliza a emergência de outros objetivos no circuito das trocas, como o da coesão social e do fortalecimento das identidades coletivas.

Mesmo no circuito das trocas mercantis, a dádiva não perde sua condição simbólica de estruturação da experiência a partir do laço social que estabelece. Na dádiva, o que importa é a relação que a coisa dada proporciona. Este ponto – o da dádiva ter por finalidade “a criação, manutenção ou regeneração do laço social” (Lechat e Schiochet, 2003:85) – talvez seja a chave para identificarmos, na constituição de mercados alternativos, o fio condutor para outra racionalidade. Resgatar o princípio da dádiva – ou seja, aquele que à partida põe algo em circulação, construindo uma ponte relacional com o Outro – oferece pistas sobre como outra economia pode vir a constituir-se, calcada na valoração de sistemas cognitivos diversos, na compreensão da diversidade como fator de enriquecimento, na coesão social e, portanto, na constituição de redes colaborativas e solidárias. Um caso que ilustra esta racionalidade subjacente às trocas não capitalistas é o da troca de sementes. Estabelecendo parcerias colaborativas, as feiras de trocas de sementes crioulas promovem a diversidade biológica, combatem o epistemicídio (pela convocação dos múltiplos saberes) e preconizam um processo interno de tradução cultural³⁴.

³³ Referindo-se aos clubes de troca, Lechat e Schiochet explicam que a troca não é dom, uma vez que o “objetivo primeiro dessas feiras é tornar possível a aquisição de bens e serviços para pessoas que não dispõem de dinheiro, [sendo] a formação do laço social decorrência” (2003: 87). Cabe explicar que, embora o dom se manifeste também em instituições econômicas, há uma diferença, antes de mais, entre as trocas tradicionais e modernas, estando estas últimas submetidas a um equivalente geral de valor. Buscando analisar justamente estas diferenças entre trocas simbólicas e econômicas, Baudrillard vai dizer que “o que está em jogo na primeira não é a mercadoria, não é o valor, mas a reversibilidade da obrigação ritual” (*apud* Pereira, 2007).

³⁴ O sentido de tradução cultural aqui empregado remete ao conceito desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos. De acordo com ele, a tradução significa um “procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis”. Condição importante para este trabalho de tradução seria ele não aplicar “a nenhum conjunto de experiências nem o estatuto de totalidade exclusiva nem o estatuto da parte homogênea” (Santos, 2006: 114)

Na tentativa de “ampliar o espectro do possível” (Santos e Rodríguez, 2004), outras racionalidades necessitam ser trazidas à superfície. A riqueza epistemológica de uma “outra economia” vai na contramão do sistema classificatório que o consumo, como força motriz do mercado, aciona. Neste caso, as trocas, materializadas no fenômeno social de um consumo alternativo, criam espaço de circulação para sistemas cognitivos diversos, gerando coesão, protagonismo econômico e social e a desarticulação de sistemas dominantes.

Muitos exemplos de troca evidenciam a emergência de uma outra racionalidade socioeconômica. Nem todas estas iniciativas, entretanto, se enquadram na denominação *clubes de trocas*³⁵, já que o conceito pressupõe trocas frequentes (não um único evento por razões específicas) e a adoção de uma moeda social para dinamizar o intercâmbio de produtos e serviços. Isto não reduz em importância a emergência de outras experiências de troca não-capitalista, que nos acenam com a possibilidade de uma rutura com a lógica de acumulação dos mercados hegemônicos, instituindo uma “ecologia do consumo”. Um exemplo é o da Feira de trocas de Sementes Tradicionais e Crioulas³⁶ do Estado de São Paulo, no Tendal da Lapa. O exercício das trocas entre os agricultores familiares (e os visitantes interessados em entrar no circuito) tem a função de estimular a soberania alimentar da população local, não só fazendo ressurgir e circular espécies raras de sementes, como reduzindo a dependência econômica quanto à indústria transnacional de alimentos. Uma outra iniciativa que merece destaque é a da associação “Colher para Semear – Rede Portuguesa de Variedades Tradicionais” de reunir a comunidade portuguesa em uma feira nacional de troca de semen-

³⁵ Os clubes de troca tomam evidência na Argentina – o primeiro sendo criado em maio de 1995. Nestes clubes, os intercâmbios são mediados por uma “moeda social”, que permite a troca indireta e permanente entre pessoas. Só na Argentina, é possível que os cerca de dez mil clubes já contem com aproximadamente 6 milhões de integrantes, conforme estimativa de consultoria internacional independente (<http://redlases.files.wordpress.com/2008/02/pt2007_trocardevida_con_ecosol_hp.pdf>). No Brasil, os clubes de troca começaram em São Paulo, em 1998, estendendo-se depois para Florianópolis, Rio de Janeiro, Fortaleza e Porto Alegre. Presentes em vários países, estas redes solidárias, inicialmente voltadas para a troca de saberes, logo incorporaram produtos e serviços no circuito. Hoje, na maior parte dos clubes, pode-se trocar de tudo: produtos, serviços, saberes. Para tanto, os clubes organizam feiras. As moedas que circulam têm já no nome histórias de luta: Tupi e Capivari, no Rio de Janeiro, Palmares no Ceará, Ecosol em Florianópolis, para citar algumas.

³⁶ Sementes crioulas são aquelas que, trazidas de outros continentes, são conservadas e melhoradas pelos agricultores familiares, sem passar por processos químicos. Neste caso, são feitos cruzamentos entre as variedades ao longo dos anos. Sobre sementes crioulas e agricultura familiar, veja-se o site <<http://www.agrisustentavel.com/san/crioulas.html>>.

tes, com o objetivo de fazer frente à nova Lei de Sementes na União Europeia, segundo a qual serão limitadas futuramente as áreas de cultivo e o número de pessoas com acesso às variedades tradicionais. Tentativa de barrar o avanço dos fascismos territorial, contratual e financeiro na agroindústria de alimentos, estas feiras representam uma resposta ao modelo hegemônico de alimentação.

As trocas de sementes firmam a identidade coletiva do agricultor. Ao valorizar e disseminar o saber camponês, promovem uma ação afirmativa pela soberania alimentar e uma barreira indireta, no tecido microssocial, à indústria de transgênicos. Neste sentido, ao proporcionar o encontro não-residual entre conhecimentos, podemos dizer que estas feiras constituem solo fértil para uma ‘ecologia dos saberes’ (Santos, 2006; 2007a). Uma vez que as sementes, aqui, não seguem o protocolo especulativo típico das indústrias transnacionais de beneficiamento, a temporalidade nas trocas não remete ao ritmo nervoso das *commodities*. A produtividade em questão tampouco remete ao circuito usual de exploração do trabalho; antes, segue o ritmo da terra e do saber tradicional do campo.

Assim como estas, outras iniciativas ganham fôlego e repercussão social. Como veremos a seguir, os clubes de troca estão entre estas experiências contra-hegemônicas, promovendo trocas não-capitalistas a partir de um mercado sem dinheiro. Neste sentido, podemos dizer que a economia solidária e a economia popular,³⁷ como formas alternativas de produção (bem como de distribuição e consumo), provocam, ainda que subterraneamente, um rearranjo de forças no tecido microssocial. Embora este seja um processo lento – que requer não abor- tar as experiências antes que elas amadureçam –, percebe-se que um dos grandes contributos desta economia anticapitalista, no âmbito de uma “etnoeconomia”³⁸

³⁷ Anibal Quijano estabelece uma diferença entre a economia solidária, em que “a cooperativa é a sua instituição central alternativa ao capital” (2004:417), da economia popular, onde situaríamos os clubes de troca, também chamados redes de trocas solidárias. Para Quijano, a economia popular, de matiz latino-americana, implica “instituições heterogêneas de organização da produção e da distribuição e da relação com o mercado, associadas, às vezes inclusivamente ao mesmo tempo, a heterogêneas atividades económicas de produção e de distribuição” (2004:418).

³⁸ Quando falamos em “outra economia”, referimo-nos, sem dúvida, antes de mais, à suplantação da contradição capital x trabalho inerente ao sistema capitalista. A empresa solidária, à medida que “nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção” (Singer, 2004:71), resolve esta questão. Contudo, considerando que este não é o único aspecto de dominação promovido por uma epistemologia económica dominante, havendo outras diferenças a mencionar (como de ritmo, produtividade e saberes envolvidos, por exemplo), falamos aqui de uma etnoeconomia do consumo.

do consumo, é o facto de promover “novas alternativas de compreensão do mundo dos bens e de sua circulação” (Silveira, 2007)³⁹. Ou seja, novas formas de construir e validar as trocas. É neste cenário que surgem os mercados solidários.

4. Os clubes de troca como base para uma epistemologia emancipatória do consumo

No âmbito da economia popular solidária, os clubes de trocas – também chamados de sistemas alternativos de troca ou mercados solidários – estabelecem novos sentidos para o consumo. Seja porque a “inflação signica” ainda não contaminou os bens nos circuitos solidários de trocas, seja porque os consumidores não invisibilizam os produtores, numa relação antes sempre desigual, os mercados solidários reúnem os ingredientes necessários para uma experiência de consumo emancipatória.

Para ser emancipatório, o consumo precisa abdicar de prerrogativas que hoje são nevrálgicas em seu modelo – dentre elas, a distinção social. Embora formas de sociabilidade sejam, sem dúvida, produzidas a partir do consumo, modos mais ricos de coesão social, capazes de efetivamente consolidar a cidadania como exercício político, vão sempre destoar dos desejos de acumulação e expurgo típicos do capital e de sua circulação. Isto não significa que uma teoria emancipatória do consumo seja inviável. Mas que ela só nos parece possível a partir do momento em que sejam reconhecidas outras racionalidades socioeconómicas. Ou seja, ao tornarem legítimas formas alternativas de reprodução da vida social, cessando a “negação radical de co-presença” (Santos, 2007b: 6) tão comum aos saberes que norteiam a práxis do consumo. Neste sentido, os sistemas alternativos de trocas, com suas moedas sociais, parecem constituir um espaço de fortalecimento de identidades coletivas minoritárias (Singer e Souza, 2000; Gorz, 2004).

Na contramão de uma monocultura do consumo, os clubes de troca constituem uma experiência democrática e participativa, que, por sua natureza, apascenta ausências, suscita emergências e redimensiona aspectos sociais e políticos da troca. Têm, portanto, efeitos anticapitalistas, ainda que não se desvinculem totalmente de uma economia de mercado (Quijano, 2006: 418) e que entre seus objetivos esteja, prioritariamente, o de reduzir a dependência de grupos economicamente vulneráveis em relação às oscilações da economia

³⁹ O artigo está disponível em <http://www.viannajr.edu.br/revista/eco/doc/artigo_90002.pdf>.

tradicional⁴⁰. Com os mercados solidários, fortalecem-se as condições de ação e palavra do indivíduo, contribuindo para que ele, no coletivo, seja co-presente, contemporâneo e não-residual. Naturalmente, dinâmicas de força também acontecem no interior destes grupos. Entretanto, o exercício da troca não conta, à partida, com a perspectiva de distinção social própria da circulação de bens no mercado capitalista. Tampouco se alimenta da “inflação” signífica que deprecia o valor de uso dos bens, uma vez subordinados ao valor de troca (esfera que constitui a valorização do valor, conforme Antunes⁴¹).

Exemplos de mercados solidários não faltam. Um que vale a pena ser mencionado é o do clube de trocas do Jardim Ângela, na periferia de São Paulo – em parceria com a USP (Universidade de São Paulo) e a Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura. Tecendo um arranjo microeconômico de maior complexidade, a comunidade do Jardim Ângela dinamiza ainda mais as trocas no local a partir de uma cooperativa de produtos de limpeza⁴². Uma parte da produção desta cooperativa é trocada pela moeda social FUTURO, interligando a cooperativa popular ao clube de trocas e fomentando autonomia na vida econômica do local. Saberes da comunidade são reunidos e acionados para construir autonomia material e simbólica.

Outra experiência significativa é a do mercado solidário da Granja do Ulmeiro, em Portugal. Com a facilitação da AJPaz, a partir do projeto AGITO (Ações Grupais de Intervenção Territorial e Ocupacional), a Granja do Ulmeiro organizou um clube de trocas em 2006. O clube, de natureza predominantemente rural, promove múltiplas trocas a partir de sua moeda social, as GRANJAS: roupas, tecidos, peças de artesanato, verduras, legumes e produtos alimentares diversos. Além da feira propriamente dita, o clube proporciona um espaço de convivência e troca de experiências, através de atividades paralelas, como oficinas, jantares comunitários e eventos culturais. A fim de estimular a reflexão do

⁴⁰ Quijano esclarece que a economia popular não implica “auto-identificação ideológica e política dos seus agentes”. Contudo, ressalta um aspecto essencial sobre a sociabilidade, que nos permite pensar os clubes de troca como fenômeno ordenador de outra racionalidade socioeconômica. Segundo ele, “o que verdadeiramente caracteriza a economia popular é que as relações de trabalho e de distribuição de recursos e do produto se organizam, no fundamental, em torno da reciprocidade e da vida social (...) numa palavra, em volta da comunidade” (2004: 418).

⁴¹ Ver: Antunes, 2009: 12.

⁴² A cooperativa em questão faz aproveitamento de resíduo, fabricando sabão a partir de óleo de cozinha recolhido na comunidade. Disponível em: <<http://www.financassolidarias.com.br/moedas-sociais/clube-de-trocas-jardim-angela-sp>>.

coletivo sobre a importância e o funcionamento de mercados solidários, o clube promove assembleias comunitárias antes das feiras: “é neste espaço que se faz a avaliação das dinâmicas promovidas, dos desafios a enfrentar, dos erros a corrigir, dos produtos em falta” (Frade, 2008). Em março de 2011, a iniciativa deu novos frutos, sendo criada a primeira mercearia solidária de Portugal. A comunidade cede produtos à mercearia e compra o que precisa com as “granjas”, podendo também circular como “serviços” alguns cuidados médicos básicos e mesmo companhia. Esta progressiva autonomia comunitária é uma das maiores conquistas da experiência na Granja do Ulmeiro⁴³.

Iniciativas como estas oferecem algumas reflexões sobre os clubes de trocas como espaços constitutivos de uma hermenêutica das emergências. Em primeiro lugar, apesar dos conflitos de liderança que podem com relativa frequência experimentar, os clubes de troca pressupõem equivalência de saberes e disponibilidade para colocá-los em circulação, o que já os distingue dos mercados capitalistas. Do mesmo modo, ao proporcionar um encontro não-residual entre conhecimentos e estabelecer uma temporalidade que respeita os ritmos diversos dentro do clube, a rede de trocas solidária resgata a questão identitária, sem atrelá-la ao consumo que diferencia hierarquicamente.

A experiência dos clubes de troca também comunica uma transgressão relevante quanto à crença nas grandes escalas. Com o discurso dos meios de comunicação hegemónicos, a Opinião Pública é instada a crer que só as grandes soluções tecnológicas são capazes de resolver os problemas sociais. Neste sentido, os clubes não só resgatam o valor das trocas locais para autonomia material e simbólica das comunidades, como apresenta potencial significativo para a solidariedade entre escalas, podendo constituir-se como experiência compartilhada. A diferença não se configura como um problema ou argumento para hierarquia (embora, é importante que se diga, ela possa manifestar-se); antes, funciona como fator enriquecedor. Neste contexto, não há diferença

⁴³ A mercearia solidária da Granja do Ulmeiro é uma iniciativa pioneira em Portugal. Recebe apoio da Câmara Municipal de Soure e da Junta de Freguesia da Granja do Ulmeiro. Embora se trate de uma proposta não-capitalista, esta mercearia conta com o apoio dos supermercados locais Lidl e Pingo Doce. Este facto, entretanto, não deve reduzir o valor da iniciativa, uma vez que, conforme nos esclarecem Boaventura de Sousa Santos e César Rodríguez (2004: 61), “as alternativas de que dispomos implicam transformações graduais que criam espaços de solidariedade dentro de ou nas margens do sistema capitalista”. Informações adicionais sobre a mercearia solidária podem ser encontradas nos sites <<http://www.cjp.cirp.pt/campo-aberto/outras/mercearia-solidaria.html>> e <<http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/mercearia-solidaria-granja-do-ulmeiro-tvi24/1236931-4071.html>>.

hierarquizante ou acumulação do capital. Configura-se, ao contrário, uma situação em que: 1) os saberes diversos enriquecem a experiência; 2) o ritmo da produção e da troca não é ditado pela necessidade do mercado, mas pelo compromisso com a autonomia material e simbólica do grupo; 3) verifica-se potencial para solidariedade crescente entre escalas; 4) há um incentivo explícito à diversidade epistemológica e 5) a produtividade é proporcional às necessidades económico-sociais dos envolvidos.

Os mercados solidários talvez sejam, assim, uma das formas ocidentais mais complexas de troca não-capitalista, constituindo os alicerces de uma teoria emancipatória do consumo. Se, conforme demonstra Simmel (2005), o dinheiro não só ilustra os fluxos económicos, mas também perpassa toda a racionalidade sociocultural moderna, então, estes mercados solidários, como modelo alternativo de trocas, preconizam mudanças relevantes (embora não necessariamente escalares) nas formas de socialização. Além de ter circulação limitada, a moeda social⁴⁴ não tem a mesma dinâmica do dinheiro, perdendo o valor se não for gasta. Pode-se, então, supor que esta moeda, na contramão da acumulação, institua efeitos diversos nos valores individuais e na dinâmica social. E que evoque certa polifonia (de saberes, identidades e ritmos), silenciados pela lógica homogeneizante do capitalismo contemporâneo. Em vez do tempo (e de uma produtividade) do capital, predomina antes um ritmo que privilegia a autonomia material e simbólica de minorias. Conforme esclarece Heloísa Primavera (2007), a moeda social permite que se promova um mercado sem dinheiro⁴⁵, abdicando das prerrogativas de acumulação típicas da economia capitalista.

Outro ponto que merece destaque ao pensarmos nestes clubes e feiras diz respeito ao lugar ocupado por aqueles que se envolvem na troca. Nos mercados solidários, o produtor também é consumidor e vice-versa, recebendo, inclusive, a denominação de “prossumidores”. Elimina-se, assim, a separação original entre produtor e consumidor, que contribuía, até então, para que ambos se

⁴⁴ A moeda social torna-se necessária para possibilitar trocas indiretas (envolvendo produtos de diferente valor) e em momentos diferentes. Ou seja, a moeda social viabiliza a troca “indireta, estável, organizada e permanente entre pessoas que não necessariamente se conhecem”, permitindo “triangulações que não poderiam acontecer sem a existência de uma moeda local”. A este respeito, consultar: <http://www.casadacidadania.org.br/article.php3?id_article=39>.

⁴⁵ Disponível em <http://redlases.files.wordpress.com/2008/02/pt2007_trocardevida_con_ecosol_hp.pdf>.

mantivessem, cada qual a seu modo, alienados. Nos mercados solidários, existe, por princípio, uma saudável relação de equivalência, de modo que já não desaparece, no produto – como é típico do fetiche da mercadoria –, "o trabalho anterior que lhe imprimiu as qualidades úteis" (Marx, 1982:207).

Os clubes de troca atuam também sobre uma construção hierárquica das diferenças. Isto significa que os mercados solidários antagonizam com a hierarquia naturalizada pela sociedade de consumo e valorizam as experiências e sabedorias locais. Importante observar que as experiências solidárias de consumo trazem um aprendizado: não é preciso que dê certo para todo mundo. O ponto nevrálgico deste tipo de experiência reside na sua capacidade de criar uma sociabilidade diferenciada com base em outros valores que não sejam os valores do capital. Cambiável num raio limitado, a moeda social valoriza a escala local e reduz os impactos inerentes à circulação inflamada pelo consumo. Por esta razão, André Gorz (2004: 121), ao falar dos mercados solidários, enfatiza a dimensão política da cooperação produtiva e das trocas sociais. É isso que importa e estabelece a diferença em relação ao consumo capitalista:

Sua finalidade é prolongar ao longo de toda a vida a inserção das pessoas na rede das trocas sociais. O valor social dos círculos de cooperação não reside simplesmente na criação de 'utilidades' que não poderiam ser produzidas e trocadas na ausência dos ditos círculos. Ela reside também na demonstração de que, além do dinheiro, há outras moedas de troca, outras fontes de direitos, outras unidades contábeis, mais concretas e conviviais (Gorz, 2004: 121).

Por todos estes motivos, acreditamos que as redes solidárias de troca inauguram uma nova episteme para o consumo, produzindo uma rutura no "monopólio semântico" do conceito de economia (Silveira, 2007). Contudo, alguns pressupostos devem ser considerados para que as redes de troca concretizem uma hermenêutica das emergências. Sete teses alicerçam esta aposta:

Tese 1. *As alternativas de consumo a partir dos mercados solidários não devem ser vistas apenas como uma alternativa econômica:* o teor emancipatório destas experiências vincula-se à percepção mais ampla daquilo que se obtém no circuito das trocas. Se um dos pontos mais importantes do consumo capitalista é a construção identitária, no caso do consumo solidário, a questão não perde valor. É fundamental que, com o redimensionamento político da troca, a identidade individual e coletiva se forje a partir de outros ganhos, que não a distinção: a coesão social,

o enriquecimento pelo encontro com a diferença, o protagonismo económico e social, o fortalecimento da ação e da palavra.

Tese 2. *As experiências solidárias de consumo, bem como outras de carácter popular, não devem ser prematuramente desconsideradas ou descartadas quando configurarem experiências pontuais.* O que pode parecer fracasso, dada a descontinuidade, deve ser entendido como um processo. Em acordo com uma hermenêutica das emergências, deve-se levar em conta que este processo implica, antes mesmo do resultado económico, a aprendizagem de novas formas de sociabilidade e que, talvez, resida aí uma de suas maiores contribuições, ao oxigenar o mundo capitalista com outras racionalidades.

Tese 3. *O êxito destas alternativas de consumo na desarticulação de conquistas dos mercados dominantes será tanto maior quanto mais estas experiências estiverem inseridas em redes de colaboração mútua.* Uma questão relevante em relação aos clubes de troca é que eles podem facilmente se reproduzir como experiência em outros espaços, dada a sua natureza celular.⁴⁶ Isto significa que estas redes solidárias podem constituir, por esta sua característica, aquilo que Boaventura de Sousa Santos (2007a) vem a chamar “ecologia transescala”. Sem perder de vista o valor destas trocas para o fortalecimento da economia local, e sem esquecer que moedas específicas são adotadas exatamente para desestimular a opção por grandes escalas, os clubes de troca podem contribuir de forma significativa para endossar, em pactos mais amplos, as lutas pela biodiversidade, pela soberania alimentar e pelos saberes tradicionais, na contramão do fluxo monocultural das corporações transnacionais.

Tese 4. *O consumo solidário se constitui como uma arma contra o epistemicídio e, como tal, seu uso deve ser estimulado para o resgate de saberes populares, tradicionais*

⁴⁶ O sentido de “celular”, aqui, remete àquele empregado por Arjun Appadurai (2009), ao contrapor um sistema celular a outro vertebrado. Segundo Appadurai, o sistema vertebrado, que caracteriza a maior parte de nossas instituições, “têm como premissas fundamentais um conjunto de normas coordenadas e regulatórias e signos” (2009:30). O sistema celular, na contramão, aposta na autonomia, e “suas partes se multiplicam por associação e oportunidade, mais do que por legislação ou por projeto” (2009:96). Bastante oportuna, neste caso, é a percepção de Appadurai de que ‘novas lógicas de celularidade’ – naquilo que ele chama de globalização de raiz – sejam criadas para contestar o poder de grandes corporações transnacionais.

e camponeses. Uma das grandes contribuições das redes de troca para suscitar efeitos anticapitalistas na organização econômica da vida é a possibilidade de reunir sistemas cognitivos diversos no circuito das trocas. Promovendo uma ecologia dos saberes (Santos, 2006; 2007a), estas iniciativas comprovam que é possível o consumo desatrelar-se de uma razão metonímica, sempre silenciadora das experiências que o capitalismo não considera relevante.

Tese 5. *As redes solidárias de trocas legitimam, com sua prática, a emergência de uma teoria emancipatória para o consumo. A condição de reprodutibilidade da experiência pode constituir um antídoto na luta contra os fascismos financeiros, contratual e territorial.* A perspectiva de se pensar um consumo emancipatório e solidário surge da prática, a partir das experiências concretas das emergências. Embora estejam longe de desestruturar a economia de mercado, estas redes têm o poder de se multiplicar rapidamente e, com isso, tendem a incomodar os interesses do capital hegemônico. Iniciativas como a da Cooperativa Grande Sertão demonstram que uma desarticulação subterrânea destes interesses no tecido microsocial é possível.

Tese 6. *O consumo solidário rompe, epistemologicamente, com a racionalidade econômica dominante, sendo fomentador de outras racionalidades.* Neste sentido, ao constituir uma epistemologia alternativa para o consumo, os mercados solidários evidenciam que as identidades podem ser constituídas – e mesmo fortalecidas – sem o sistema de indexação e classificação social que move a cultura de consumo. Esta tese demonstra que é possível, portanto, criar uma outra lógica para o consumo, desarticulando-o de um modelo produtor de mais-valia e, de certo modo, da subordinação do valor de uso aos imperativos capitalistas do valor de troca⁴⁷.

Tese 7. *Na contramão de uma (meta)monocultura do consumo, as redes solidárias permitem que falemos em uma “ecologia das trocas”.* Esta sexta ecologia, que vem, a nosso ver, somar-se às cinco anteriores (dos saberes, das temporalidades, do reconhecimento, da transescala, das produtividades), funciona como uma espécie de (meta)ecologia, conferindo visibilidade a dinâmicas de troca que a racionalidade moderno-ocidental fez questão de silenciar. Deste modo, os mercados solidários promovem, simultaneamente, diversidade epistemológica,

⁴⁷ Sobre esta subordinação, veja-se Mészáros, 2009.

fortalecimento não-hierárquico das diferenças e partilha de saberes. Apagando a linha abissal tatuada no corpo dos excluídos, estas redes solidárias abolem a hierarquização das diferenças, fazendo surgir equivalência e contemporaneidade – valores mais caros e que precisam nortear as trocas, se quisermos chamá-las algum dia de justas.

Referências bibliográficas

- Agamben, Giorgio (2006), *Profanações*. Lisboa: Cotovia.
- Antunes, Ricardo (2006), *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, Ricardo (2009), “Introdução, A Substância da Crise”. In István Mészáros (2009), *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Appadurai, Arjun (2009), *O medo ao pequeno número*. São Paulo: Iluminuras.
- Baudrillard, Jean (1995), *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Les Editions de Minuit.
- Burke, Peter (2008), “Modernidade, Cultura e Estilos de Vida”. In Maria Lúcia Bueno e Luiz Octávio Camargo (org.) (2008), *Cultura e Consumo: estilos de vida na contemporaneidade*. São Paulo: Senac.
- Caillé, Alain (1998), “Don et Association”. *La Revue du M.A.U.S.S.*, nº 11, 1º semestre.
- Cascudo, Câmara (1983), *História da alimentação no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- Certeau, Michel de (1994), *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes.
- Chossudovsky, Michel (2008), *Fome Global*. Disponível em: <http://resistir.info/chossudovsky/global_famine_mai08_p.html>.
- Douglas, Mary; Isherwood, Baron (2004), *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: EDUFRRJ.
- Durkheim, Émile (1977), *As regras do Método Sociológico*. São Paulo: CEN.
- Enne, Anna L. (2006), “À perplexidade, a complexidade: a relação entre consumo e identidade nas sociedades contemporâneas”. *Comunicação, Mídia e Consumo*, 3 (7).
- Frade, Sandra (2008), “E se em vez de capitalismo tivéssemos redes de solidariedade? Uma reflexão sobre os mercados solidários”. In Teresa Cunha e Celina Santos (orgs.), *Das raízes da participação*. Granja do Ulmeiro: AJP.
- Godelier, Maurice (2001), *Enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gorz, André (2004), *Miséria do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume.
- Godbout, Jacques (1999), *O espírito da dádiva*. FGV: Rio de Janeiro.
- Kehl, Maria R. (2004), “A publicidade e o mestre do gozo”. *Comunicação, Mídia e Consumo*, 1 (2).
- Lechat, Noëlle; Schiochet, Valmor (2003), “Economia da Dádiva”. In A. Cattani (org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.
- Levi-Strauss, Claude (1976), *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes.
- Marx, Karl (1859), *Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/contcriteconpoli/introducao.htm>>
- Marx, Karl (1974), *O Capital*. Volume 1, parte III. Coimbra: Centelha. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/vollcap07.htm>>

- Marx, Karl (1982), *O Capital*. São Paulo: Difel.
- Marx, Karl (1999), *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Livro 1, vols. 1 e 2.
- Mauss, Marcel (2003), “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. In Marcel Mauss, *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 185-314.
- Mészáros, István (2009), *A Crise Estrutural do Capital*. São Paulo: Boitempo.
- Miller, Daniel (2002), *A Teoria das Compras*. São Paulo: Exame.
- Moassab, Andreia (2008), “A prática da ecologia dos saberes”. *E-cadernos CES*. Coimbra, 1 (2).
Versão eletrônica disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/documentos/ecadernos2/Andreia%20Moassab.pdf>>
- Pereira, Ondina (2007), “O médico e o curador: a pedagogia da dádiva de Valentin no universo da saúde”. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 17(3):114-122.
- Polanyi, Karl (1957), *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Boston: Beacon Press.
- Primavera, Heloisa (2007), *Trocar de vida com economias solidárias*. Buenos Aires: Redlases.
- Quijano, Anibal (2004), “Sistemas Alternativos de Produção?”. In Boaventura de Sousa Santos (org.), *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Porto: Afrontamento.
- Rezera, Danielle; Lozano, Lina Giraldo (2010), “Transformações do Trabalho, Marginalização Social e Perspectivas na América Latina”, *Revista UniAbc*, 1 (1).
- Rocha, Everardo (2006), “Coisas estranhas, coisas banais: notas para uma reflexão sobre o consumo”. In Everardo Rocha, Maria Isabel Almeida e Fernanda Eugenio (orgs.), *Comunicação, consumo e espaço urbano: novas sensibilidades nas culturas jovens*. Rio de Janeiro: Mauad/PUC.
- Sahlins, Marshall (1979), *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Santos, Boaventura de Sousa (2006), *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2007a), *Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social*. São Paulo: Boitempo.
- Santos, Boaventura de Sousa (2007b), “Para além do pensamento abissal”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78: 3-46.
- Santos, Boaventura de Sousa (2008), *Transnacionais de alimentos lucram com aumento da fome*. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14976>.
- Santos, Boaventura de Sousa (2010), *Fascismo Financeiro*. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ces.uc.pt/opiniao/index.php?acao=opiniao&id=2056>>.
- Santos, Boaventura de Sousa; Rodríguez, César (2004), “Introdução: Para ampliar o cânone da produção”. In Boaventura de Sousa Santos (org.), *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Porto: Afrontamento.
- Silveira, Emerson José Sena da (2007), *Antropologia e Economia: contribuições à crítica a utopia de mercado e a importância cultural do consumo*. Versão eletrônica disponível em: <http://www.viannajr.edu.br/revista/eco/doc/artigo_90002.pdf>.
- Simmel, Georg (2005), *The Philosophy of Money*. London: Routledge.
- Singer, Paul (2004), “A recente ressurreição da economia solidária no Brasil”. In Boaventura de Sousa Santos (org.) *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. Porto: Afrontamento.

- Singer, Paul; Souza, André Ricardo de (2000), *A Economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto.
- Taciro, Willian; MKanno (2009), “O ipod e a globalização”, *Guia do Estudante. Dossiê Água*, 9: 18-23.
- Veblen, Thorstein (1965), *A teoria da classe ociosa*. São Paulo: Pioneira.
- Weber, Max (2004), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ziegler, Jean (2002), *A fome do mundo explicada ao meu filho*. Petrópolis: Vozes.

CAPÍTULO VII ECONOMIA SOLIDÁRIA DE RAIZ POPULAR: A FASE ADULTA DE UMA METAMORFOSE?¹

Pedro Hespanha

1. Trajetórias e metamorfose

A insatisfação acumulada ao longo das últimas décadas, pelos rumos que tomou o sistema económico capitalista, sobretudo a partir do momento em que as tentativas de regulação institucional dos seus aspetos mais adversos para a democracia e para o bem estar social se desvanecem, tem levado a uma procura de alternativas e à revalorização das formas económicas que souberam resistir à pressão avassaladora do capital.

Em *Produzir para Viver – Os caminhos da produção não capitalista* Boaventura de Sousa Santos analisa diversas dessas formas em várias partes do globo e discute, a propósito, um conjunto de teses sobre as suas trajetórias e sobre o seu potencial emancipatório num contexto que lhes é desfavorável. No capítulo introdutório, que adoto como referência para as observações que faço neste texto, ao referir a enorme diversidade das formas e dos diferentes modos de relacionamento com a economia capitalista, ele reconhece que "ainda que não pretendam substituir o capitalismo de um só golpe" elas conseguem "tornar mais incómoda a sua reprodução e hegemonia" ao enraizar primeiro no quotidiano das pessoas e ao disseminar depois num alargado campo social princípios que são antagónicos dos deste sistema, tais como a igualdade, a solidariedade e o respeito pela natureza (Santos e Rodriguez, 2002: 26).

Esta consideração é perfeitamente central para o debate que hoje se faz acerca da economia solidária, em regra muito radicalizado nas posturas extremas que

¹ Este capítulo constitui uma versão revista e adaptada de um texto recentemente difundido pela RILESS (Hespanha, 2010) e discute resultados do Projeto de Pesquisa *Microempreendedorismo e Associativismo em Países de Desenvolvimento Periférico* realizado no âmbito do Programa de Cooperação em Matéria de Ciências Sociais para os Países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e financiado pelo CNPq (Edital 018/2007) e do *Estudo de Avaliação Prospectiva do Microempreendedorismo em Portugal* promovido pelo INSCOOP e financiado pelo POEFDS (Medida 4.2.2.1.) (Portela *et al.*, 2008).

a reduzem a um subproduto contaminado do capitalismo ou a promovem a um verdadeiro modo de produção autónomo ao capitalismo. A convivência de formas distintas de produzir, trocar e consumir em sociedades abertas dá origem a diferentes resultados do confronto de princípios, lógicas e racionalidades distintas e ao desenvolvimento de práticas mais ou menos impuras, mais ou menos heterogêneas e muito sensíveis às mudanças conjunturais que ocorram em qualquer dos lados. Há sobretudo que reconhecer o carácter plural das economias de hoje e saber analisar, a partir dele e em cada caso, como se fazem sentir e como interagem os fatores de integração e os fatores de autonomia no processo de hegemonização do capital, não descurando as diferentes escalas em que esse processo opera (Santos e Rodrigues, 2002: 45).

A riqueza do texto advém também das teses que o autor desenvolve para uma análise das particularidades desta outra economia. Sublinharia de entre elas apenas aquelas que têm maior proximidade ao meu campo específico de observação, o das transformações da economia popular. A primeira é que uma dessas particularidades consiste precisamente no facto de a produção não se esgotar nas suas dimensões estritamente económicas e envolver complexos processos de mediação com a cultura, o social e a política. Ela permite dar a atenção devida, no caso que me interessa, a aspetos como as relações entre negócio e projeto familiar, a mobilização de recursos materiais ou outros provenientes de redes sociais de proximidade, ou as razões sobre o tipo, o tamanho e os objetivos do empreendimento. A segunda é a de que a força dos empreendimentos advém da capacidade de mobilizar, gerar e reproduzir redes de apoio de preferência compostas por organizações económicas alternativas, capazes de reduzir a sua fragilidade e precariedade e o risco da sua cooptação pelo capital. Interessa-me neste caso, saber como aprofundar as condições favoráveis à mobilização dos apoios, como alargar a confiança necessária a essa mobilização para além dos espaços de interconhecimento e proximidade, qual o cimento (político, ideológico, religioso) adequado à geração de solidariedades alargadas, como evitar a dependência de ajuda externa ou de alianças que sejam elas mesmas um fator de risco para o desvirtuamento das alternativas. A terceira é a de que as relações entre as alternativas de produção e o Estado são complexas e ambíguas e de que, por isso, a luta pela emancipação há de ocorrer dentro e fora do Estado. Ter isto em conta, implica interrogar a consistência das conjunturas políticas que permitiram desenhar ajudas públicas, avaliar o modo como essas ajudas chegam aos seus destinatários e qual o hiato existente entre o desenho das políticas e a sua implementação, ou que alianças mobilizar para integrar a pequena economia

na agenda política dos governos. Duas outras teses – a sexta e a sétima – são de sublinhar igualmente pela sua relevância no campo mais estrito da economia popular. Por um lado, a de que o patriarcado, tal como a exploração e o racismo, constitui uma forma de opressão que a produção não capitalista tem de descartar e combater; por outro, a de que o conhecimento que é acionado por esta não é necessariamente inferior ou atrasado relativamente ao conhecimento dos técnicos e gestores que aplicam os programas de ajuda ao desenvolvimento. Dada a relação forte entre as comunidades populares tradicionais e as formas de dominação como o patriarcado, uma questão séria a enfrentar é a de como ultrapassar os enfiamentos sexistas que surgem ainda hoje com frequência nas iniciativas populares e, por maioria de razão, naquelas que se configuram como empreendimentos de economia solidária. Acrescentaria ainda uma outra das formas de dominação tradicionais – o clientelismo – cuja persistência e capacidade de se reproduzir em novas roupagens é assinalável. O clientelismo é uma forma de particularismo extremamente insidiosa, surgindo muitas vezes como um propulsor de iniciativas populares, capaz de utilizar as relações de lealdade que lhe são próprias para o arranque de empreendimentos locais e reproduzindo no seio destes as assimetrias de poder que contrariam a lógica solidária, democrática e universalista, que os tornariam emancipadores. A questão dos saberes populares é distinta desta mas tem com ela alguma relação que importa aprofundar, sobretudo pela oportunidade que cria da existência de mediadores que facilmente se apropriam do monopólio de tradução do saber técnico.

Todas estas questões são particularmente pertinentes em sociedades onde predominam formas de pequena produção pouco ligadas ao mercado, movidas por uma racionalidade económica não lucrativa e desenvolvidas por pessoas com recursos limitados, como é o caso das sociedades da periferia e da semiperiferia do sistema mundial e, em particular, a portuguesa e a brasileira.

No texto que se segue procuro explorar algumas das dimensões levantadas acima, a partir dos resultados de estudos em que tenho participado, quer no âmbito mais clássico da sociologia do campesinato, quer na linha dos estudos sobre a “sociedade-providência” que privilegiam os modos de produção de bem-estar, quer ainda no tema mais específico dos microempreendedorismos que visa demarcar as distintas racionalidades empreendedoras. Na sequência do texto, começarei, em primeiro lugar, por dar conta da diversidade interna do mundo da pequena economia, fornecendo uma categorização das suas principais modalidades a partir de uma conceção plural dos sistemas económicos. Depois, discutirei o sentido da transformação das formas de economia popular num

processo em que a metáfora da metamorfose permite expressar o seu carácter híbrido e isento de descontinuidades. Por fim, questionarei as condições a partir das quais se pode esperar que essas formas de economia popular venham a dar lugar a formas solidárias – e não individualistas – de produzir, distribuir e consumir que permitam “nadar contra a corrente” do capitalismo global.

2. A diversidade interna da pequena economia

A diversidade interna é o dado mais notório do universo da pequena economia qualquer que seja o critério tomado como fator de distinção (objetivos e motivação, condição social e económica dos agentes, níveis de escolaridade e qualificação profissional, estatuto de trabalho anterior, ramos de atividade, dimensão económica, etc.) (Hespanha, 2009a).

A diversidade que aqui nos interessa considerar diz respeito à racionalidade económica que preside à constituição do empreendimento: enquanto alguns dos pequenos negócios se integram numa lógica económica típica da economia doméstica, da economia popular ou da pequena produção autónoma cuja racionalidade assenta nos princípios da maximização do bem-estar e da reprodução económica do grupo, outros prosseguem claramente um objetivo de maximização do lucro, não confundem a esfera dos negócios com a esfera da vida familiar e determinam-se, enfim, pelas oportunidades e pelos sinais do mercado. Faz sentido distinguir ainda um terceiro grupo, a meio caminho entre o primeiro e o segundo, que designaríamos de *individualismo possessivo*² em que a motivação é o êxito individual, em termos económicos e de reconhecimento público e que, portanto, se distingue do primeiro grupo pelo seu cunho individualista e do segundo pela sobreposição de objetivos de carácter familiar à lógica da acumulação do capital. E talvez um quarto, o dos microempreendimentos populares associativos, em que existe um projeto coletivo que mobiliza as pessoas e que, por isso, se distingue dos restantes grupos que se centram no indivíduo ou na família e não no coletivo.

As diferenças entre as modalidades da pequena economia têm de ser buscadas em indicadores apropriados, tais como o recurso ou não a trabalho exterior à família, pago ou não pago; o uso das redes de solidariedade primárias; o grau

² Inspirado em Macpherson (1972). Será também esta a qualificação que melhor se aplica aos *petty capitalists* estudados por Smart e Smart (2006), uma vez que estes ocupam em regra uma posição ambígua entre capital e trabalho, cooperação e exploração, família e economia, tradição e modernidade, amigos e competidores.

de informalidade nas relações de mercado, nas relações com as instituições e nas relações de comunidade; grau de indistinção entre a economia doméstica e a economia do empreendimento; a reação perante as crises (recoo autárcico ou falência); o nível de ambição, o desejo de arriscar ou a aversão ao risco; o destino dos lucros (reinvestimento ou consumo); existência ou não de limites à acumulação do capital (progressão na escala do empreendimento).

Analisaremos de seguida cada uma das modalidades de empreender dessa pequena economia de uma forma mais detalhada e carreando a informação útil para a sua caracterização mais fina. Maior desenvolvimento será dado, por razões de estratégia argumentativa, à primeira destas quatro modalidades.

2.1. Os microempreendimentos da economia popular

Alguns dos pequenos negócios integram-se numa lógica económica típica da economia doméstica, da economia popular ou da pequena produção autónoma cuja racionalidade assenta num princípio de maximização do bem-estar e de reprodução económica do grupo e não na maximização do lucro característica da racionalidade capitalista.

O conceito de economia popular, intimamente ligado aos outros dois, distingue-se deles por acentuar a condição do sujeito colectivo “povo”, a parte mais desprovida da sociedade por contraste com categorias privilegiadas pelo nascimento, pela cultura ou pela fortuna. Numa dada acepção esta economia é constituída por “atividades económicas e práticas sociais desenvolvidas pelos sectores populares no sentido de garantir, com a utilização da sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais como imateriais” (Icaza e Tiriba, 2003: 101). Os grandes atributos conceituais são a grande autonomia no uso dos recursos e a orientação da economia para a sobrevivência dos sujeitos. Complementarmente, a produção de redes de entreajuda e ação coletiva permitem maximizar os recursos disponíveis na comunidade e consolidar uma cultura de solidariedade capaz de manter a coesão do grupo. Coraggio sublinha a importância, na economia popular, do desígnio da melhoria das condições de vida ou “reprodução ampliada da vida” em contraponto do desígnio de acumular riqueza ou legitimar o poder. Ela inclui todas as unidades domésticas que “não vivem da exploração do trabalho alheio, nem podem viver da riqueza acumulada (...), mas que seus membros devem continuar trabalhando para realizar expectativas médias de qualidade de vida (...) ainda que nem todos ou alguns de seus membros trabalhem em outros subsistemas” (Coraggio, 1991: 36).

Dentre os vários indicadores empíricos que permitem reconhecer esta modalidade incluem-se o recurso a trabalho exterior à família, pago ou não pago, usando as redes de solidariedades primárias; a informalidade total ou parcial nas relações de mercado, nas relações com as instituições e nas relações de comunidade; a relativa indistinção entre a economia doméstica e a economia do empreendimento; o recuo autárquico em períodos de crise; a ambição limitada como motivação e o primado da segurança como atitude.

Estas formas económicas não são meros resíduos pré-capitalistas. Abundantes estudos sobre o campesinato mostram que um sistema económico que nunca foi dominante em parte nenhuma pôde sobreviver durante séculos e manter o essencial da sua racionalidade: sobrevivência alargada das famílias em comunidade através de uma gestão prudente dos recursos e de uma solidariedade gerada por ameaças comuns. Uma espécie de economia moral, baseada no costume e na experiência passada, funciona como concha protetora e reduz os impactos desagregadores do sistema económico dominante, seja ele o feudalismo, o capitalismo ou o socialismo de Estado (Scott, 1976; Popkin, 1979). Neste quadro de existência que associa a insegurança e a precariedade económica à marginalização social e ao abandono pelos poderes públicos, a solidariedade e a ação coletiva puderam tornar-se valores necessários e constitutivos da cultura material dos camponeses.

Mesmo quando a expansão dos mercados penetra os espaços mais fechados das comunidades, a desagregação das relações sociais baseadas na reciprocidade e na entajuda solidária e a corrosão destes valores é lenta e incompleta e, por isso, os sistemas camponeses sofrem um processo de metamorfose mas resistem. O que se verifica com os sistemas camponeses pode estender-se sem grandes alterações às restantes formas de economia popular que partilham a mesma sociabilidade de raiz local, reforçada pelo interconhecimento, pela transparência de papéis e pela confiança, e se expressam em ações coletivas de carácter popular movidas pela necessidade de maximizar o uso de recursos escassos (Hespanha, 2009b).

Vem a propósito questionar em que medida o microempreendedorismo é um conceito adequado a definir estas práticas negociais movidas pela necessidade ou pela ambição limitada. É que o uso deste conceito conduz a desconsiderar dimensões das práticas que são verdadeiramente explicativas da sua existência, como o *ethos* de subsistência, a racionalidade de segurança ou a condição de modo de vida. Mais, a semântica do conceito impele-nos a centrar a atenção no empreendimento ou na empresa, desviando a nossa atenção das condições

sociais necessárias para o criar, ou seja, da contribuição de outros (parentes, amigos, vizinhos, “notáveis”) para o viabilizar, bem como das obrigações assumidas pelo empreendedor perante quem o ajudou. Em face desta singularidade das formas de economia popular, torna-se necessário captar e aprofundar as dimensões verdadeiramente explicativas da existência dos pequenos empreendimentos económicos e analisar o seu relacionamento com o mercado (quer o mercado de trabalho, quer o mercado de bens e serviços).

Nas secções seguinte, analisarei a decisão de montar um negócio à luz das motivações expressas e das condições objetivas de vida dos seus promotores, com vista a distinguir os empreendimentos populares de tipo familiar ou grupal dos de tipo individualista ou protocapitalista. Esta análise baseia-se em um estudo recentemente realizado que envolveu a reconstituição dos contextos da criação e desenvolvimento de setenta pequenos negócios ou microempreendimentos através de entrevistas aos seus promotores (Portela *et al.*, 2008).³

2.2. Os microempreendimentos entre o individualismo possessivo e a economia popular

A procura de segurança material constitui um fator motivacional de enorme importância. Muitos dos microempreendimentos que conhecemos correspondem a situações de desemprego em que o trabalhador, farto de procurar emprego sem êxito, decide montar o seu próprio negócio. No rol de justificações para o facto de se ter decidido criar um negócio, encontram-se sempre e com grande realce: *ter um emprego; ter uma fonte de rendimento; ganhar autonomia financeira; ganhar estabilidade.*

A privação de uma fonte de rendimento estável e duradoura é aquilo que explica que, entre estas pessoas, motivações associadas à necessidade de alcançar segurança e estabilidade sejam sobrevalorizadas em detrimento de motivações de carácter mais egoísta. Mas seria redutor e até mistificador dizer que este conjunto pessoas foi indiferente a esse tipo de motivações. Muito embora a necessidade de encontrar uma alternativa ao trabalho assalariado tenha sido o grande móbil para a criação do negócio (essa questão nunca se lhes teria colocado se não fosse a tal necessidade), não deixaram de se sentir atraídos por fatores como: *ser autónomo no trabalho, ser patrão de si próprio, realizar uma atividade de que se goste; desenvolver a criatividade; concretizar um sonho que sempre pareceu*

³ Estas secções reproduzem parcialmente a síntese dos casos que se publicou no capítulo 6 de Portela *et al.* (2008).

irrealizável. Digamos que ter um negócio foi encarado como oportunidade de aceder à tão desejada fonte de estabilidade e, por acréscimo, uma oportunidade para se ser autónomo, livre no trabalho e, em alguns casos, para se desenvolver uma atividade de que sempre se gostou, mas que os constrangimentos próprios do trabalho assalariado (que cada vez mais escolhe ao invés de ser escolhido) não haviam permitido.

Optar pela segurança e pela autonomia de trabalho é a utopia dos pobres. Mas torna-se uma aspiração realizável para muitos indivíduos e famílias das classes populares, tanto mais realizável quanto maior a sua capacidade de mobilizar recursos e ajudas.

Abundante literatura sobre o campesinato, o operariado urbano, o trabalho informal ou a pequena produção mercantil marca bem a distinção entre esta atitude securizante e de procura de bem-estar *na* comunidade e a atitude, desvinculada das obrigações coletivas, de ambição pessoal e de individualismo possessivo (ganhar dinheiro, ter bens e fortuna pessoal) que caracteriza o *free rider*, as camadas superiores da pequena burguesia tradicional e o capitalismo emergente. Distintas atitudes, diga-se, que radicam nas condições objetivas de reprodução em que os atores se situam e que, usando uma terminologia marxista, correspondem aos mundos distintos da reprodução simples e da reprodução alargada (Hespanha, 1984).

No universo dos entrevistados Adelaide representa uma situação típica da economia popular e Rute uma situação intermédia, um ponto crítico de indefinição e quase em rutura com a condição popular.

Adelaide é ex-operária de uma fábrica têxtil. Estava quase a terminar o subsídio de desemprego quando, inesperadamente, por súbita doença que impede o cônjuge de trabalhar, se vê impelida a complementar essa prestação social com outra fonte de rendimento. É então que, aproveitando as competências adquiridas em 30 anos de trabalho fabril, decide dedicar-se a pequenos arranjos de costura no seu próprio domicílio. Esse *biscate* serve, por um lado, para se aperceber que se trata de uma atividade rentável e, por outro, para constatar que tem praticamente todos os recursos necessários para a exercer: o espaço físico, algum equipamento, a experiência no ramo e o apoio das filhas. Iria apenas precisar de adquirir algumas máquinas mais modernas, indispensáveis para uma maior rentabilização do seu trabalho. Com 47 anos de idade, com apenas a 4ª classe e com experiência marcada por uma realidade fabril em crise, Adelaide percebe que criar um negócio é a sua melhor alternativa. Assim, num momento em que estava quase a terminar o subsídio de desemprego, contacta

a ANDC⁴ e consegue o financiamento necessário para modernizar aquele que viria a ser o seu novo projeto de vida.

Exemplo do segundo tipo é o de Rute. Tem 35 anos, é solteira, tem o 12º ano de escolaridade e vive na Beira Interior. Tem saber e saber-fazer de estilista-modelista e talvez uma fração deste capital se deva ao seu avô paterno, o qual tinha uma alfaiataria. Trabalhou três anos numa grande empresa de têxteis, mas, subitamente, foi despedida. Depois deste sismo, reergueu-se: esta estilista candidatou-se a uma ILE em 2003, no ano seguinte abriu uma loja na aldeia de origem e em outubro de 2006 inaugurou outra, desta feita na Covilhã, na galeria de um hipermercado. Rute é bem um exemplo de alguém que vê na possibilidade de criar um negócio, não só uma solução de trabalho, mas também a possibilidade de atingir um maior nível de realização profissional. Ex-operária de uma fábrica têxtil, onde era modelista, percebe no autoemprego a oportunidade de expressar a sua criatividade na produção e venda de roupa com a sua própria marca.

Para erguer o seu ateliê e loja, Rute não deixou de virar do avesso uma casa nem deixou ainda de nutrir a esperança de vir a realizar a sua “ideia original” – a sua fantasia de... faz tempo – que é “ter uma criação própria para vender ao público”. Porém, para poder vingar, rendeu-se à procura local e sabiamente agarrou “um bocadinho de tudo”: estampagem, venda de vestuário e acessórios de moda com marca alheia, arranjos de costura, etc. Evidentemente, ela conclui: “assim, se não vem de um lado, vem de outro”.

Esta jovem empresária admite que a formação profissional é um requisito necessário mas insuficiente para se alcançar o sucesso. Segundo ela, faz falta um “dom” para o negócio, é preciso ter um “bichinho cá dentro”. Rute passou por uma experiência associativa, tendo mesmo integrado os corpos sociais de uma coletividade da sua aldeia de origem, mas não enraizou nesse solo. Não gostou da experiência.

2.3. Os microempreendimentos entre o individualismo possessivo e a economia solidária

Amiúde se pensa e fala do empreendedor como um sujeito cheio de autonomia, autoestima e autoconfiança. Ou ainda como alguém sedento de ação e realização, tudo isto a reclamar força e ânimo individual. Não é de admirar que

⁴ A Associação Nacional de Direito ao Crédito tem tido um papel muito relevante na promoção e divulgação do microcrédito em Portugal.

isto suceda, dado que o individualismo e os seus ramos (v.g. a teoria dos traços psicológicos dos empreendedores) são, por excelência, o caldo de cultura do conceito em causa.

Ora, o que os estudos de caso realizados mostram, ao invés, é que não há sinais de microempreendedorismo independente e solitário. Os empreendedores são pessoas psicologicamente mais frágeis, mais vulneráveis e mais interdependentes do que é idealizado. Em qualquer caso, há sempre outras pessoas envolvidas que desempenham um papel vital no êxito dos empreendimentos, incluindo aqueles que pela sua proximidade ao empreendedor têm de partilhar as consequências dos percursos deste.

Os inquiridos puderam deitar mão, e deitaram, aos recursos disponíveis nas redes a que estão ligados e a que se ligaram entretanto. Começaram, amiúde, pela rede de parentesco. Os recursos são muito variados consoante as circunstâncias, mas são sempre duma importância extraordinária nas circunstâncias concretas de cada exemplo. É o caso de Flávio, ex-bancário e ex-diretor comercial numa grande empresa de venda de produtos naturais que jogou simultaneamente em dois tabuleiros durante nove meses: manteve-se empregado nesta firma enquanto lançava a sua, no mesmo ramo, estando irremediavelmente ausente desta por lapsos de tempo consideráveis. O pai de Flávio ajudava a aguentar o barco, garantindo em parte a gestão e as vendas. Atualmente, Flávio já não se socorre do pai, mas emprega a irmã. Ela possui formação em Nutrição Aplicada (cosmética médica) e em Massagem e Nutrição, e estava sem trabalho. Num outro caso – o de Dinis –, a sua irmã angariou-lhe uma boa parte da clientela aquando do arranque da firma. Ainda num outro, é o marido que combate o desânimo de Eufémia, que lhe dá ânimo para buscar o que lhe apraz fazer. E, como se isto não fosse bastante, o marido de Eufémia ainda lhe dá – de mão beijada – uma lista de contactos. No caso de Alice, o companheiro também a ajuda muito, pois tem loja no mesmo ramo de atividade, mas ele mesmo poderá vir a “herdar” a loja dela. Esta ideia está bailando na cabeça de Alice desde o início. Noutro relato é Noé, um biólogo doutorado e ex-investigador, que se socorre da criatividade e saber de experiência feito por parte da mulher, desde logo na definição da ideia de negócio. A sua curta experiência de dar aulas no ensino secundário apenas durante um ano letivo bem como numa Universidade, paralelamente à investigação, não seria de grande utilidade para a implantação duma escola de ensino extraescolar de disciplinas artísticas. Mas, ao invés, os bens e préstimos do parentesco avolumaram-se: a casa velha da mãe do sogro, depois de obras, virou escola e o sogro deu orientações a custo zero. Não seria

de espantar que o seu próprio pai, gerente comercial, e a sua mãe, decoradora e artista, tivessem sido igualmente conselheiros.

Similar é o exemplo de Jaya. Sem qualquer cerimónia recorre à família extensa, por exemplo, a vários primos dispersos pela Europa, os quais agem como fornecedores de informação e até de equipamentos. E, completando esta lógica de empreendimento familiar, os três irmãos de Jaya estão já arrolados como mão de obra exclusiva nos seus dois restaurantes. Estão já “estagiando” no Algarve, na *pizzaria* do amigo do pai, a mesma onde ele próprio aprendeu muito. A mãe dos quatro jovens indianos referidos é agora doméstica durante o dia, mas à noite dá uma mão na *pizzaria* de Jaya.

Não só da rede de parentesco se socorreram os entrevistados. No caso de Rute, aos familiares-fiadores juntam-se não só os ex-colegas que deram o apoio técnico à instalação de maquinaria – que a empresa vendedora não deu, fugindo à obrigação – mas também o amigo que a ensinou a fazer estampagem. Não raro os entrevistados contam com amigos que são contabilistas, ou que, mais modestamente, só lhes “fazem a escrita”. E beneficiam ainda de ajudas de organizações, governamentais ou não, mas muito especificamente de um dado membro, ou órgão social quando disso depende a resolução de um problema.

O caso de Eufémia merece ser mais detalhado, pois ela tem uma longa experiência como ativista e associativista, tendo estado sempre ligada a várias associações da sua freguesia e movida por uma ânsia de fazer mais e mais. Em 1995 criou o grupo de cantares da freguesia e depois a associação do grupo de cantares da qual foi presidente durante cinco anos. Em 2000 foi criada a Associação de Artes e Sabores do município, da qual é atualmente a presidente. Sempre muito ativa, acabou por se candidatar à liderança da Junta de Freguesia por duas vezes, tendo perdido, por poucos votos. Atribui essas derrotas e outras oposições, ao “machismo” que impera no interior: “fui pioneira nisso e agora já há outras mulheres a tomar posições de destaque, mesmo algumas que me criticaram”. Filha de assalariados agrícolas, com 57 anos, marido e dois filhos está sempre desperta para aprender coisas novas e sempre a mobilizar vontades e iniciativas. Em cada local onde trabalha – como tecedeira, vendedora ou cantante – aproveita para promover os restantes postos. Trata-se, pois, duma personalidade com um grande carisma. Depois de uma experiência num empreendimento coletivo – uma oficina de tecelagem – que durou 15 anos, é agora empresária em nome individual. No seu tear, situado num moinho-ateliê, produz e vende tecidos. Vende ainda outros produtos tradicionais da região. Ao invés da mãe que não valorizava esta atividade e produzia no tear tecidos

para o gasto da casa, Eufémia tomará tal “posto de trabalho” para fazer “peças”, a expor e vender.

Caso exemplar, pela sua capacidade de entender as motivações de carácter mais explicitamente solidário, é o de Florbela, a protagonista de um *caso de empreendimento de tipo solidário*. Na localidade em que reside, o Projeto de Luta Contra a Pobreza diligenciou a criação de uma cooperativa no ramo do artesanato para integrar mulheres desempregadas que, no âmbito desse mesmo projeto, tinham realizado cursos de formação em bordados e costura. Sendo reconhecida, na comunidade, como uma pessoa dinâmica e com capacidade de liderança, Florbela, na altura técnica de farmácia, foi convidada a assumir a direção da cooperativa. Aceitou o convite, motivada pela vontade de ajudar e por acreditar que o projeto se poderia constituir como um fator de desenvolvimento para a região.

Uma última questão merece ser abordada. Tendo em conta a “dependência” assinalada do apoio de outrem na criação do empreendimento, não deixa de ser estranho verificar que foram muito poucos os casos de projetos coletivos. Deste universo de desempregados só três entrevistados criaram firmas na forma de *sociedades*. Dois destes casos referem-se a Conceição e a Matilde, duas mulheres que despertaram para o negócio aquando da frequência de cursos de formação profissional. O que explica o facto de Conceição e Matilde terem optado por projetos em sociedade é, em certa medida, o que nos ajuda a perceber a razão de a maioria dos entrevistados deste sub-grupo não o ter feito. Ambas estavam a realizar cursos de formação profissional onde encontraram pessoas relativamente às quais descobriram afinidades e com quem iniciaram uma partilha de objetivos. Ora, criar uma empresa em sociedade, como se percebe por vários testemunhos, implica a existência de um elevado grau de confiança e de afinidade com a pessoa ou pessoas em causa. A “descoberta” do sócio ideal torna-se particularmente difícil quando a orientação para criar um negócio surge por força de circunstâncias inesperadas, sem tempo para uma programação prévia. Nos casos de Conceição e de Matilde, a opção pela criação de sociedades explica-se pelas circunstâncias excecionais em que a decisão de criar o negócio ocorreu. Sublinhe-se que foi a entreatada que as levou a pensar nessa possibilidade. A decisão desde o início foi de grupo, não foi individual.

Voltando aos casos em que os projetos foram individuais, é de lembrar que, em geral, não se partiu sozinho. Partiu-se com a perspetiva de apoio informal, sobretudo de familiares muito próximos. Esse fator, naturalmente, ajudou a reduzir receios, já que se sabia que não se iria estar desacompanhado. Em

alguns casos, aliás, o apoio que começou por ser esporádico foi-se tornando, ao longo do tempo, cada vez mais regular, tendo mesmo chegado a acontecer, sobretudo nos casos em que o negócio foi dando mostras de resultar, que membros da família (em geral os cônjuges) largassem o emprego que tinham para se dedicarem apenas ao negócio. Significa isto que, muito embora oficialmente estes projetos sejam individuais, na realidade, numa grande parte dos casos, são projetos familiares.

O ponto de chegada da nossa análise dos casos estudados, quando se considera a possibilidade de surgimento de formas de economia solidária, a partir de contextos de economia popular é que não existe nenhuma inexorabilidade na transformação capitalista da economia popular. São muitas as estratégias para esta escapar a uma integração adversa na esfera do capitalismo e o que interessa conhecer melhor é em que condições a economia popular (nas suas diversas modalidades) pode dar origem a empreendimentos económicos coletivos ou solidários. Gaiger refere uma conjunção de circunstâncias que favorecem esse processo: experiências anteriores de práticas associativas, organizações e lideranças populares com capacidade de acção direta e de mediação, compatibilidade das práticas económicas associativas com as outras formas de economia doméstica, crise das formas tradicionais de sobrevivência e um contexto político e ideológico que reconheça estas práticas associativas solidárias (Gaiger, 2004: 373 e ss.).

Portugal tem uma experiência interessante e muito rica neste domínio quando, na segunda metade dos anos 70 e logo após a revolução dos cravos, se gerou uma expectativa fundada de se constituir uma sociedade socialista, um propósito, aliás, reconhecido e consagrado na própria Constituição Política de 1976. Conjugando-se os efeitos de uma crise aguda do setor empresarial capitalista (encerramento de empresas, descapitalização, abandono) com as aspirações dos trabalhadores a um modelo autogestionário, muitas iniciativas populares de carácter coletivo desabrocharam em todos os setores da economia (Santos *et al.*, 1976; Ferreira, 1985).

A reviravolta política veio reverter esse processo, a adesão europeia contribuiu decisivamente para que se impusesse um outro modelo de sociedade e as dinâmicas populares mais criativas foram soçobrando, ao mesmo tempo que se instaurou um realismo prudente quanto à capacidade de organizar uma ação coletiva consequente no domínio económico que favorecesse as classes populares.

Atualmente as fórmulas associativas autónomas de produção são claramente subalternizadas pelas entidades públicas, o movimento cooperativo, que aliás

nunca foi muito forte, não se mostra atrativo como alternativa, os partidos de esquerda oscilam entre o apego a fórmulas ultrapassadas e a abertura escancarada a um capitalismo mais humanizado, o movimento sindical em crise refugia-se em estratégias defensivas e, perante esta realidade, os riscos de uma opção contracorrente, de aposta em formas de produção coletiva e solidária, são enormes para os trabalhadores.

Porém, as saídas individualistas pelo microempendedorismo não se fazem sem riscos. Muitos negócios falham por falta de condições para corresponder aos padrões de competitividade exigidos pelo mercado, designadamente pela indisponibilidade para despende o volume e intensidade de trabalho que o mercado requer. Por isso, estas saídas são reversíveis, no sentido em que os atores podem ter de recuar, para reorientar a estratégia.

3. As configurações da economia popular solidária

Não existe um levantamento dos empreendimentos da economia solidária em Portugal, nem sequer de algumas das suas modalidades mais típicas. Além disso, a notoriedade destas iniciativas é ainda muito reduzida e a informação que dela existe tem em regra uma difusão apenas local. Finalmente, a principal fonte de informação resulta das instituições que apoiam de alguma forma essas iniciativas mas trata-se de uma informação espartilhada por agências e programas, de uma informação incompleta e em regra desatualizada e de uma informação nem sempre fácil de aceder.

A análise que se fará de seguida à cerca das modalidades de Economia Solidária com origem ou associadas à economia popular tem como fonte informação disponível ou que foi especialmente trabalhada por mim e, por isso, não tem nenhuma representatividade nem sequer a pretensão de englobar todas as modalidades de Economia Solidária existentes em Portugal.

As situações escolhidas são aquelas que permitem ir ao encontro de alguns problemas que foram levantados na secção anterior e visam discutir os processos de afirmação da Economia Solidária no contexto da sociedade portuguesa.

Começarei por caracterizar a pequena produção independente em Portugal, sabendo que ela corresponde com assinalável grau de coincidência, à forma mais típica de organizar as economias populares. Seguidamente identificarei e analisarei três modalidades de empreendimentos de raiz popular que bem podem ser designadas de Economia Solidária: os mercados solidários, as cooperativas de artesãos e as organizações de solidariedade institucionalizada.

A pequena produção independente tem um peso relativamente elevado em Portugal – representa 18% da população ativa em 2009⁵ – designadamente quando comparado com o de outros países da União Europeia.⁶ Nas áreas rurais, sobretudo as do norte e centro interiores, uma grande parte da população vive e trabalha por conta própria na agricultura em pequenas explorações familiares com reduzida ligação ao mercado, ocupando os tempos livres em um certo número de atividades artesanais ou de pequeno comércio e em serviços de proximidade de relevância local, ou seja, em situações mal reconhecidas pela estatística e pela contabilidade nacionais. A existência de empregos fora da exploração é cada vez mais frequente, à medida que a indústria de pequena dimensão e muito intensiva em mão de obra (principalmente nos ramos dos têxteis, do calçado, da metalurgia ligeira, do mobiliário) se vai instalando em áreas rurais e que os produtores agrícolas vão defrontando as dificuldades de competir nos mercados agrícolas. Do mesmo modo, na periferia das grandes cidades do litoral uma população migrante, mal inserida no mercado de trabalho, ocupa-se de um sem número de atividades informais ou clandestinas, combinadas com trabalho em empregos ocasionais ou temporários, instáveis e mal remunerados.

O volume dos pequenos produtores tem vindo a ser afetado pela reestruturação industrial resultante das mudanças do regime de acumulação capitalista e que se traduzem em processos de desconcentração e terciarização das empresas e de subcontratação de certas funções produtivas. A reconversão do estatuto de trabalho assalariado em trabalho independente constitui uma manifestação destes processos. Por outro lado, novas atitudes culturais de busca do sucesso pessoal alimentadas pela ideologia liberal estão a criar um clima favorável à independentização do trabalho. Em qualquer dos casos, trata-se de explicações que acentuam traços da condição laboral do capitalismo tardio distintos dos da fase precedente de assalariamento intensivo. Por isso, as estatísticas do emprego mostram que o peso dos produtores independentes é elevado não apenas em

⁵ Este valor sobe para 23% quando se incluem os trabalhadores por conta própria que empregam outro(s) trabalhador(es). Acresce ainda que, respeitando este valor apenas à atividade principal dos cidadãos recenseados, o peso das atividades de conta própria seria decerto bem mais elevado se se considerassem igualmente as atividades secundárias.

⁶ No espaço europeu esse peso é igualmente elevado em outros países do sul da Europa ou da área mediterrânica e expressa um nível baixo de incorporação de certas atividades tradicionais na economia capitalista e, de um outro ponto de vista, uma progressão menos acentuada da sociedade salarial (Hespanha, 1999). O espaço ocupado na atividade económica por produtores familiares ou independentes nestes países tem sido considerada por muitos autores como uma nota específica da semiperiferia europeia (vd. por todos Santos, 1993).

certos ramos de atividade tradicionais, mas também em ramos de atividade inovadores, como os dos serviços no imobiliário, na informática, na consultadoria, etc. Tudo isto faz da categoria "pequena produção" uma combinação de estatutos muito distintos englobando trabalhadores isolados, pequenos empregadores, artesãos, profissionais livres e "falsos independentes".

O que parece necessário aprofundar no caso português são as relações entre os elementos pré-modernos e os elementos pós-modernos na economia e nos mercados de trabalho por forma a fazer realçar as suas interdependências e os seus condicionamentos recíprocos. Por exemplo, o facto de o processo de profissionalização do trabalho ser ainda limitado e de a população empregada ter pouca autonomia e responsabilidade face aos empregadores, favorece a preferência por um estatuto de trabalho independente. Daí as estratégias de auto-estabelecimento correntemente desenvolvidas pelos assalariados das camadas mais baixas que podem funcionar inclusivamente como primeiro patamar de uma estratégia mais distante de patronalidade. É por isso que o trabalho independente, longe de significar apenas uma forma degradada de trabalho, pode desempenhar, no plano das representações sociais de certos grupos, um papel significativo de integração social, pela mobilidade intergeracional ascendente e pela realização de projetos individuais (Freire, 1995: 29).

Não obstante, importa assinalar que na realidade portuguesa atual a condição de trabalhador por conta própria corresponde cada vez mais a situações em que o trabalhador só formalmente é autónomo relativamente a quem contrata os seus serviços. É o caso dos trabalhadores subcontratados dos ramos da indústria do calçado, dos têxteis e das confeções que conservam uma reduzida margem de manobra perante as firmas que com eles contratam. É o caso dos trabalhadores que trabalham em regime de exclusividade ou de *franchising* para outras firmas. É, ainda, o caso dos "falsos independentes", ou seja, dos trabalhadores forçados a declararem-se independentes apesar de trabalharem regularmente e sob a direção de firmas que se recusam a admiti-los como trabalhadores dependentes, rodeando assim as leis de proteção laboral dos assalariados. É, finalmente, o caso dos trabalhadores que escolhem exercer uma atividade independente apenas como uma espécie de *second best*, isto é, porque têm de sobreviver e não conseguem encontrar um trabalho remunerado. Para além de não gozar senão de uma limitada autonomia, o tipo ideal de trabalhador português independente correspondente a esta componente mais degradada do autoemprego: é um indivíduo do sexo masculino, de idade madura, de baixa qualificação escolar e profissional e pertence a estratos de relativamente baixos rendimentos.

Ao trabalho por conta própria associa-se ainda o prolongamento da duração do trabalho. Os inquéritos ao emprego mostram que não só os independentes trabalham mais horas por semana do que a média da população ativa, como ainda mostram estar, em geral, disponíveis para aumentar essa duração.

Um dos grandes problemas sentidos pelos pequenos produtores independentes consiste na comercialização dos seus produtos que dificilmente conseguem competir, em preço, com a produção de larga escala e com aquela orientada para consumos massificados. Desesperadamente tentam competir pela qualidade e pela diversidade mas as organizações de mercado não favorecem este propósito e os próprios hábitos e preferências do consumidor modificaram-se muito, orientando-se crescentemente para os produtos mais publicitados pelo *marketing* e tornados mais acessíveis pelas grandes superfícies comerciais. Na ausência de uma estratégia de fortalecimento da oferta através da cooperação, a dispersão e a atomização dos pequenos produtores tem sido a principal razão do agravamento dos problemas.

Subsiste, é certo, uma procura de proximidade que privilegia o conhecimento da proveniência do produto e uma relação personalizada com o produtor e graças à qual muitos dos independentes que aqui tratamos conseguem manter-se ativos. Isto vale tanto para a produção de bens quanto para a produção de serviços. No primeiro caso, os pequenos agricultores familiares e, no segundo caso, o pequeno comércio urbano são exemplos de atividades independentes que se mantêm mesmo contra a corrente de um consumo massificado que hoje é muito forte devido não só à proliferação das grandes superfícies comerciais mas também a uma estratégia agressiva de publicidade e marketing.

3.1. *Os mercados solidários de pequenos produtores familiares*

O quadro anterior de crescente dependência de uma procura massificada – e induzida a partir das técnicas de publicidade e marketing – tem vindo a ser contrariado por "organizações, movimentos e comunidades" que reconhecem o papel da pequena produção independente na edificação de uma sociedade mais justa e solidária e se mobilizam para aumentar as oportunidades de sobrevivência desta perante a hegemonia do capitalismo (Santos e Rodriguez, 2002). Esses agentes valorizam nela uma economia prudente de gestão de recursos através do uso preferencial de recursos disponíveis na comunidade, a orientação para a satisfação de necessidades básicas e não propriamente de necessidades artificialmente construídas e a dimensão personalizada e humana das relações de troca.

Em algumas cidades portuguesas, estão a aparecer novos mercados para os pequenos produtores familiares promovidos por associações de consumidores ou moradores, organizações cívicas, municípios, ou grupos de cidadãos empenhados na criação de alternativas às grandes cadeias de comércio urbano e orientados idealística ou pragmaticamente para um relacionamento solidário entre produtores e consumidores. São os “mercadinhos”, os “mercados solidários”, as “feiras” que progressivamente vão atraindo mais participantes movidos por motivações mistas, de solidariedade e de satisfação pessoal.

Para a organização cívica *Ação Para a Justiça e Paz*,⁷ o “Mercado Solidário” que ajudou a criar da localidade de Granja do Ulmeiro, a poucos quilómetros da cidade de Coimbra, representou uma estratégia para enfrentar a crise e, ao mesmo tempo, devolver à comunidade a capacidade de promover circuitos sustentáveis de trocas de produtos e serviços”. O Mercado Solidário está a “criar um espaço onde as pessoas contribuem com o que produzem ou sabem fazer, podendo adquirir e usufruir de produtos e serviços a que, de outra forma, não teriam acesso” (Diário de Coimbra, 2009), designadamente através de uma moeda local – as “Granjas” – já reconhecida pela comunidade. A criação de uma “mercearia solidária” onde se trocam produtos e serviços produzidos na comunidade e bens de primeira necessidade que tenham sido doados, insere-se no mesmo objetivo de promover o ativismo local, em especial o feminino, e as formas solidárias de repartir. A Merceria integra e combina um local permanente de Troca de Produtos/Serviços Endógenos e um espaço para a informação, formação, educação para a cidadania – a Lojita da Pessoa Cidadã. Iniciativas como esta são legitimadas pelas Assembleias de Mercado, “onde são discutidos de forma democrática e participada todos os assuntos relacionados com a realização dos Mercados” o que “confere um sentido de pertença que é legítimo por parte da comunidade em relação a estes eventos” (AJPaz, 2009).

Num outro caso, foi a própria Universidade de Coimbra que disponibilizou, desde 2004, um espaço seu para venda de produtos a pequenos agricultores e artesãos da região, movida por preocupações ecológicas e de qualidade dos consumos. A própria Universidade fixa os objetivos: “O Mercadinho do Botânico pretende servir como ponto de escoamento de produtos de agricultura sustentável, incentivar o desenvolvimento da agricultura biológica na região, facilitar a

⁷ A AJPaz é uma associação orientada para a promoção dos direitos, em particular os das mulheres, da democracia participativa, da justiça social e de um ambiente saudável.

procura de produtos de qualidade aos consumidores com consciência ecológica, proporcionar a troca de informação de alternativas aos produtos convencionais, aumentar a consciência ambiental dos cidadãos e ainda contribuir para o desenvolvimento de hábitos mais saudáveis e amigos do ambiente” (UC, 2007). Produtores e consumidores tomaram conta da iniciativa e configuraram-na à sua medida, tal como acontece em muitas outras cidades em todo o mundo. No “Mercadinho” do Jardim Botânico de Coimbra o consumidor cidadão pode encontrar ervas medicinais, produtos hortícolas da época, plantas medicinais, sal picante para grelhados, compotas e ovos. Uma das vendedoras deste mercado, uma alemã radicada numa pequena cidade a 20 quilómetros, afirma vender os seus produtos num ápice, numa prova de que os consumidores apreciam cada vez mais os alimentos mais saudáveis (Carmo, 2009).

Nem sempre o escoamento dos produtos se faz deste modo, ou seja através de um mercado público. Ele pode ser promovido por uma organização que toma as funções de mediadora entre os produtores populares e os consumidores urbanos, criando sistemas de distribuição mais personalizados geridos por estruturas quer mais cooperativas quer mais empresariais.

Um exemplo do primeiro tipo é a Cooperativa *Mó de Vida*, no concelho de Almada na margem sul do Tejo que tem vindo a estimular o aparecimento de grupos de consumidores de produtos frescos, abastecendo-os regularmente de legumes, verduras e plantas aromáticas produzidas por pequenos produtores familiares que lhe estão associados, encurtando assim radicalmente os circuitos de produção-comercialização (Silva, J., 2009: 90). Neste caso, uma organização de economia solidária desempenha um importante papel de intermediação entre produtores com dificuldades de escoamento dos seus produtos e consumidores preocupados com a qualidade e a proveniência dos alimentos que consomem. A filosofia que orienta a Cooperativa é a do comércio justo e passa por preservar as formas solidárias de relacionamento entre produtores e consumidores face “ao modelo capitalista neoliberal vigente, cujo discurso e práticas assentam na competição e no lucro”. O conhecimento pessoal e o contacto direto com os produtores e o envolvimento destes na filosofia do comércio justo são precondições que a *Mó de Vida* quer ver asseguradas, para reforçar a estratégia de desenvolvimento local solidário e de preservação da soberania alimentar (Silva, S., 2009: 109).

Uma fórmula distinta foi usada pela rede *AgriCabaz* que reúne agricultores familiares, artesãos, microempresários, empreendedores sociais e consumidores da região de Coimbra, criada por iniciativa de um agente de desenvolvimento

local e animador cultural com a mesma função de intermediação, distribuindo semanalmente no domicílio cabazes de alimentos provenientes de agricultura biológica, familiar e tradicional. A *AgriCabaz* é, na apresentação dos próprios, “uma rede de pessoas cúmplices no apoio ao desenvolvimento das pequenas produções locais”. O projeto pretende realizar esse objetivo proporcionando “produtos de qualidade para que seja mais fácil a elaboração de refeições saudáveis”, contribuindo para “o escoamento das pequenas produções de qualidade” e participando no movimento da economia solidária para reforçar “os compromissos com o social, o ambiente, a cultura e a justiça” (Silva, S., 2009: 109). Muito dependente ainda do dinamismo e da capacidade organizativa do seu criador, – ele próprio um produtor associado – a *AgriCabaz* tem, apesar disso, alargado muito a sua ação graças ao inovador sistema de encomendas *online* e de distribuição domiciliária dos produtos e à abertura de uma loja na cidade de Coimbra, contribuindo com isto também para a criação de emprego.

Esta mesma metodologia de ligação direta dos pequenos produtores agrícolas aos consumidores, evitando os intermediários capitalistas e permitindo aos consumidores conhecer quem produz e como se produzem os alimentos que consomem, tem vindo a disseminar-se nos últimos anos em Portugal.

Destas experiências ressalta ainda uma preferência dos produtores por uma rede de pequena dimensão e por um modo de intermediação muito personalizado que ponha em relação produtores e consumidores, a contrastar com algumas experiências falhadas do passado que assentaram na criação de cooperativas de grande dimensão com postos de venda na cidade e em regra polivalentes, ou seja, combinando venda direta com transformação dos produtos. Nestas iniciativas mais pequenas os produtores reúnem com maior frequência e trocam experiências entre si num espírito de cooperação que raramente se via naquelas cooperativas (Carvalho, 1984). Além de criarem e sustentarem emprego, estas iniciativas constituem uma forma alternativa para o escoamento da produção agrícola, permitindo uma remuneração justa e imediata dos produtores agrícolas associados, um preço inferior ao de mercado e um produto de melhor qualidade para os consumidores e o reconhecimento do trabalho agrícola por parte destes últimos.

3.2. As cooperativas de artesãos

Importa começar por observar que a condição de artesão em Portugal foi recentemente objeto de regulamentação ficando o exercício da atividade artesanal sujeito a um conjunto apertado de requisitos e procedimentos, o que

veio dificultar a participação do artesanato popular num conjunto de regalias e proteções concedidas pelo Estado.⁸

É certo que o reconhecimento como artesão traz algumas vantagens, pois confere visibilidade e valorização junto da sociedade, permite aceder a apoios e benefícios do Estado no que respeita a formação, modernização, investimento, participação em feiras, dá acesso a associações do setor que defendem os seus interesses e confere o direito a uma carteira profissional. Porém, para se ser reconhecido como artesão é necessário obter a “Carta de Artesão” e, para isso, têm de se verificar cumulativamente várias condições: uma dedicação à atividade a título profissional; o exercício de atividade em unidade produtiva artesanal legalmente constituída; e o desenvolvimento de uma atividade que se enquadre no registo nacional de atividades artesanais. Para que um atelier ou oficina seja reconhecido como UPA é necessário ter como responsável pela produção um artesão possuidor da carta de artesão; ter, no máximo, nove trabalhadores, para o total das atividades desenvolvidas; e desenvolver uma atividade constante no Repertório de Atividades Artesanais.

Fica assim muito comprometido o reconhecimento do artesanato popular e a sua progressão num sentido em que se não descaracterizem os seus traços originais de atividade orientada para a produção de bens de utilidade social, integrada nas redes de troca da comunidade, dotada de autonomia e criatividade próprias e promotora da coesão social e da identidade locais. Pelo contrário, o perfil de artesanato que parece subjazer à legislação aprovada parece empenhada numa modernização do artesanato capaz de responder a uma procura de raiz urbana e educada, numa forte organização profissional que fiscalize e discipline a prática dos seus associados e numa formalização burocrática que permita triar entre os artesãos que seguem e os que não seguem aquele perfil.

A modalidade cooperativa é uma forma cada vez mais adotada em Portugal para valorizar e organizar a atividade dos artesãos face a uma procura emergente de origem urbana e às oportunidades de ajuda e promoção criadas pelo Estado, tanto nacional quanto local. Para além das cooperativas de âmbito local ou setorial, existe ainda uma Federação Nacional das Cooperativas de Artesanato (FENACA) com objetivos de defesa dos interesses coletivos, de coordenação das ações e de organização de serviços de interesse e de intervenção comuns.

⁸ O estatuto do artesão e da unidade produtiva artesanal foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 41/2001, de 9 de fevereiro e regulamentado pela Portaria nº 1193/2003 de 13 de outubro dos Ministérios das Finanças, da Economia, da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, da Educação, da Cultura e da Segurança Social e do Trabalho.

A Cooperativa LOUSOFÍCIOS – Cooperativa de Artes e Ofícios do concelho de Lousada – é uma das muitas cooperativas de artesanato do país. Ela agrupa 127 artesãos e abriu em 2008 uma Loja do Artesão onde expõe os produtos dos seus associados. Os seus objetivos para futuro passam por participar no máximo de feiras no país e em iniciar o processo de certificação da Cooperativa para poder começar com a formação para cumprir o propósito de preservar as artes mais antigas.

António, com 81 anos, é o mais antigo cesteiro de Lousada e foi recentemente eleito Presidente da Cooperativa. Embora seja muito firme o seu propósito de contribuir para que as artes não acabem, ele tem algumas reservas sobre o futuro do artesanato. É que “a falta de interessados” em aprender – “Os mais novos não querem fazer calos nas mãos” – e as exigências de pagamento aos artesãos pela participação em certames da especialidade, concorrem para o progressivo afastamento dos artesãos. “Eu já nem abro as cartas das feiras que nos cobram dinheiro; considero até que o Estado ou as autarquias deviam dar uma ajudinha àqueles que mostram o antigo”.

“A ideia de abrir a loja partiu da Câmara Municipal de Lousada que propôs a criação da cooperativa”. O objetivo era que os artesãos tivessem um ponto de venda. Entre associação e cooperativa, optou-se pela última, pois ‘o artesão tem de agir em prol da cooperativa e não individualmente. A união faz a força’, explica a Vice-Presidente da Cooperativa. Cada um dos seis cooperantes da Lousofícios tem um dia por semana (de segunda a sábado) para estar na loja.

O Município tem orgulho e apoia o artesanato local, muito diverso e disseminado pela sociedade, mas está consciente das mudanças e dos novos públicos consumidores: “O artesanato tradicional (...) convive cada vez mais com o artesanato contemporâneo embebido numa forte simbologia urbana. Na simbiose da tradição com a modernidade, do rural com o urbano, encontramos a linha mestra da identidade local no artesanato. Através dele é reinventada a riqueza da memória coletiva local”.⁹

Maria Conceição é tecedeira de linho e associada da Cooperativa. Aprendeu a tecer aos 18 anos, mas a sua profissão de enfermeira-parteira tirou-lhe o tempo para se dedicar à atividade, apenas lhe dedicando os tempos livres.¹⁰

⁹ Adaptação do texto de apresentação das atividades artesanais do Município em: <<http://www.cm-lousada.pt/VSD/Lousada/vPT/Visitantes/Turismo/Artesanato/>>.

¹⁰ Os testemunhos estão disponíveis em <<http://lousoficios.meshfriends.com/mysite/?page=3914>>.

Não sabendo fiar, comprou uma máquina de fiar que vira numa viagem à ilha da Madeira e hoje, com 65 anos, não vive sem a utilizar. No momento já contava com 14 meadas fiadas. “É uma pena que se deixe morrer uma cultura de tanto valor. Até meio do século passado quase toda a gente tratava do linho. A minha mãe também. O linho servia para toalhas, enxovais, sacos para levar o milho aos senhorios. Havia muitas pessoas a trabalhar no campo, famílias numerosas”, acrescentou.

Laura é bordadeira desde criança e tem as suas peças expostas na Cooperativa, mas também vende a vários armazéns, um pouco por todo o país. Mas o ofício, como reconhece, embora lhe tenha permitido ganhar algum dinheiro, não foi suficiente para fazer dessa atividade a sua profissão. Por isso teve de procurar trabalho numa fábrica de calçado: “Trabalhava fora, mas bordava sempre nos tempos livres, até quando estava a namorar à semana”. Nessa altura, não vendia, mas bordava para uma senhora que lhe oferecia o tecido. A necessidade fez com que trabalhasse de dia na fábrica e à noite se dedicasse afincadamente ao ofício dos bordados. “Tinha noites que nem à cama ia porque precisava fazer o trabalho”. Chegou a ter uma loja só de bordados, mas encerrou-a pois não podia estar permanentemente no local. Hoje tem 12 bordadeiras a trabalhar com ela, 10 do concelho e duas de fora. Cada peça passa por duas ou três bordadeiras. “As vendas caíram muito porque as pessoas querem as linhas direitas” e acham os bordados tradicionais fora de moda mas ela acha que a razão é eles darem mais trabalho a lavar e a passar a ferro.

Domingos iniciou-se aos 11 anos na arte de entalhador. Depois de terminar o 6.º ano, deixou os estudos e foi aprender uma profissão. Sem ninguém na família ligado a uma arte, tornou-se aprendiz de marceneiro e cedo descobriu o seu fascínio pelo entalhar da madeira. “Em Paços de Ferreira as pessoas parecem que já nascem no meio do mundo da madeira e das mobílias. E eu ainda tinha jeito para o desenho”. Talvez por isso, sempre que tinha oportunidade agarrava num pedaço de madeira e ia para a beira dos entalhadores na empresa onde trabalhava. Nessa altura, apercebendo-se do seu talento, o chefe comprou-lhe um *kit* de ferramenta e pô-lo a trabalhar a tempo inteiro nessa arte. Tem agora 42 anos e, em 2007, quando ficou desempregado, começou a dedicar-se à criação de peças de madeira entalhada a tempo inteiro. Desde o início juntou-se à Cooperativa, embora reconheça que os resultados ainda não são muitos no seu caso, talvez “porque as minhas peças são maiores e mais caras e isso faz com que as pessoas não as procurem tanto” (...) E “a crise não ajuda”.

Nesta síntese fica clara a origem popular de uma boa parte do artesanato representado pela Cooperativa,¹¹ o papel importante que ele representou tanto na economia doméstica quanto na realização pessoal dos artesãos e ainda a consciência dos riscos que a atividade encerra hoje em dia.

3.3. As organizações de solidariedade institucionalizada

A nova economia social em Portugal, para usar uma expressão tomada de Rogério Amaro, tem beneficiado de importantes apoios institucionais, designadamente os concedidos pelo Estado Português e pela União Europeia. Um e outra têm vindo, progressivamente, a reconhecer a utilidade pública das iniciativas do terceiro setor e do setor social e cooperativo expressa na capacidade de produzir respostas para alguns problemas com que se debatem as sociedades contemporâneas, tais como os serviços de proximidade para satisfação de necessidades que o mercado não satisfaz, a geração de emprego e rendimento para pessoas que o mercado rejeita e geração de riqueza, através da mobilização e qualificação de recursos locais.

A importância política deste reconhecimento e apoio é enorme, tendo em conta a marginalidade das situações e das respostas em relação aos padrões dominantes do que é económico e do que é a intervenção do Estado. Dada a falência das políticas públicas tradicionais para enfrentar os problemas acima, o Estado apoia e apoia-se no social (nas iniciativas brotando da sociedade civil que não revestem a natureza de iniciativas empresariais) e nas economias alternativas ao capitalismo de mercado (economias populares e economia solidária) para obter melhores resultados e, deste modo, se legitimar. Ademais, mesmo antes de se tornar uma realidade pujante em Portugal, a economia solidária já entrou no discurso político corrente e é usado por muitos dos seus agentes mais destacados como uma fórmula mágica capaz de estimular as populações mais marginalizadas a resolverem os seus próprios problemas.

As iniciativas de que nos ocupamos suscitam também a adesão e o apoio de uma sociedade civil (por vezes até mesmo para o impulso inicial) mais politizada e crítica. Crítica de um Estado social que não só não consegue assegurar a satisfação das necessidades sociais de natureza mais elementar como, visivelmente,

¹¹ Da cooperativa fazem também parte artesãos que trabalham em artes menos acessíveis às camadas populares (como a joalharia e a estilística) ou em que o artesão procura responder diretamente aos gostos dos consumidores urbanos, inovando relativamente aos padrões estéticos da arte popular.

marginaliza e exclui camadas crescentes da população. Cuidando dos aspetos organizativos dos empreendimentos sociais, da sua sustentabilidade e da articulação em rede com outros empreendimentos que possam complementar e reforçar o seu potencial alternativo, as organizações da sociedade civil participam igualmente deste processo de institucionalização.

No contexto europeu, diferentemente porventura do que acontece no contexto latino-americano, a dimensão institucional da economia social tornou-se constitutiva dos próprios empreendimentos. Há, no entanto, que analisar com cuidado os efeitos da institucionalização. Sabe-se como certos contextos políticos se mostram particularmente favoráveis ao reconhecimento e apoio da economia solidária, mas o que se mostra decisivo é saber se com isso esta sairá ganhando ou não, uma vez que as relações entre as alternativas de produção e o Estado se sabe serem "complexas e ambíguas" (Santos e Rodriguez, 2002: 57).

Pela sua exemplaridade, no contexto português, o caso dos Açores merece ser referido a este propósito. Aí a "economia solidária" parece ter encontrado um ambiente político particularmente favorável à sua institucionalização. No final dos anos 80, em localidades onde existiam sérios problemas de pobreza e de exclusão social, as respostas convencionais de tipo assistencialista mostraram ser deficientes e ineficazes. Mesmo a adoção de uma nova estratégia baseada na formação de competências falhou, pois findo o processo de formação as pessoas voltaram à situação anterior. É então que se decidiu criar atividades económicas com o objetivo de ajudar e inserir essas pessoas, sob o princípio da solidariedade. As instituições de solidariedade social multiplicaram os Centros de Economia Solidária, a feiras transregionais de economia social sucederam-se desde há quase dez anos, um Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico, envolvendo a Madeira, os Açores, as Canárias e Cabo Verde foi apadrinhado pelos governos regionais autónomos.

Com base nesta experiência, Roque Amaro defende que se está perante uma modalidade bem específica de economia solidária – que designa de "versão da Macaronésia"¹². Ela caracterizar-se-ia por uma lógica sistémica da solidariedade, no sentido em que abrange todas as expressões da vida e uma grande variedade de dimensões nas relações humanas – económicas, sociais, culturais, ambientais, territoriais, científicas e políticas (Amaro, 2009). No caso da relação com o Estado, a virtualidade desta experiência – segundo o mesmo autor – resulta

¹² Compreende a Região Autónoma das Canárias (Espanha), a Região Autónoma da Madeira (Portugal) e a República de Cabo Verde.

do facto de ele assumir o papel de parceiro e não de tutor. Existiria, assim, uma *solidariedade política* entre os atores internos da economia solidária (segundo o princípio da gestão democrática), mas também “entre atores-parceiros responsáveis pela resolução dos problemas do mundo do século XXI, ou seja, a sociedade civil, o Estado e as empresas, para além dos organismos internacionais” (Amaro, *ibid.*).

Distintas deste caso em que se combina uma atividade económica autogestionária com uma forte ajuda do Estado, existem outras modalidades de combinação solidária da sociedade civil com o Estado em que a componente autogestionária dos empreendimentos é muito reduzida.

Duas dessas outras modalidades merecem especial referência, pela sua difusão: as *Cooperativas de Solidariedade Social* para prestação de serviços sociais e as *Empresas de inserção* promovidas por ONGs e fortemente apoiadas pelo Estado (através do serviço nacional de emprego) com vista a integrar desempregados de longa duração.

No primeiro caso, a iniciativa parte da sociedade civil e congrega profissionais e familiares de pessoas dependentes ou portadoras de deficiência física ou mental e visa prestar serviços que o Estado não presta. O estatuto de cooperativa é, em geral, preferido ao de mera associação por razões pragmáticas relacionadas com os benefícios fiscais e outras regalias que esse estatuto permite e não tanto por uma preocupação com a natureza autogestionária da organização, sobretudo se se tiver em conta que os beneficiários dos serviços raramente são cooperadores.

No segundo caso, as *Empresas de Inserção* ilustram o modo como as políticas públicas de emprego estão a apoiar organizações não governamentais que promovem a inserção de públicos dificilmente empregáveis no mercado de trabalho. O programa foi criado em 1998 com o objetivo de promover a aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais para o exercício de uma atividade profissional e, simultaneamente, a “estimular o desenvolvimento sócio-local através da criação de empregos em atividades económicas dirigidas a necessidades sociais por satisfazer” (IEFP, 2004; e também em IEFP, 2001). Os destinatários são desempregados de longa duração e outros desempregados em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho.

Uma observação crítica deste programa não pode deixar de sublinhar, em primeiro lugar, o facto de os trabalhadores de uma Empresa de Inserção não terem qualquer participação na gestão da empresa em que trabalham e de esta funcionar para um mercado protegido (os bens e serviços produzidos destinam-se maioritariamente – quando não, exclusivamente – aos próprios

promotores ou a entidades públicas). Em segundo lugar, verifica-se que a dependência financeira destas empresas face ao Estado obriga a enfrentar um conjunto de *obstáculos burocráticos* que dificultam a gestão (vg. no controlo de pagamentos e verificações de investimentos ou na seleção dos trabalhadores) e resulta em deficiências mais ou menos graves no acompanhamento pessoal, na orientação profissional ou na consultoria (técnica, fiscal e de gestão), dada a insuficiência de recursos humanos ou financeiros dos Centros de Emprego (Hespanha *et al.*, 2007).

Estes problemas não se podem dissociar da condição débil dos públicos desfavorecidos – da sua relativa marginalização – e da fragilidade das instituições de proteção social em Portugal. Os públicos desfavorecidos, sejam eles beneficiários dos serviços prestados pelas organizações da Economia Social ou os trabalhadores das Empresas de Inserção são frequentemente mal compreendidos quer pelas políticas públicas quer pela ação social das instituições. Por isso se torna tão necessário compreender as aparentes limitações da participação destes públicos em iniciativas de carácter empresarial ou a dificuldade de organizar e satisfazer os consumidores de serviços. No primeiro caso, para poder atuar de uma forma que não induza as pessoas nem a uma dependência paralizante face aos promotores nem a uma desistência precoce e culpabilizante face às dificuldades de socialização nos novos contextos de trabalho. No segundo caso, para poder atuar de uma forma que fomente as relações de solidariedade em vez da competição cega por serviços e que responda às necessidades mais prementes sentidas por essa população

4. Trajetórias e encruzilhadas

Quando se aborda o universo da pequena economia, fica clara a existência de situações que variam ao longo de um *continuum* que vai das manifestações mais típicas de economia popular às manifestações mais distantes dela e mais próximas da economia capitalista de mercado. Daqui resultou uma primeira tipologia que distingue entre as variantes “popular”, “individualista” e “protocapitalista” dos empreendimentos. Fica igualmente clara a existência de continuidades entre os empreendimentos populares familiares, os empreendimentos populares grupais e os empreendimentos populares coletivos, o que permite considerar também as variantes “familiar”, “grupal” e “solidária”.

O mais importante é ter em conta que essas variações decorrem de um processo de mudança que designamos de metamorfose das economias populares e que resulta, ora da capacidade incluyente do capital relativamente às formas

que lhe são estranhas (Emmanuel e Bettelheim, 1962; Amin, 1973; Vergopoulos, 1974), ora da força utópica da cooperação e da solidariedade como meios de garantir a sobrevivência e de viver melhor (Santos, 2002). Simultaneamente esse processo é também um processo de transformação social e de resistência em que os produtores autônomos tentam resistir à proletarianização tanto quanto os produtores assalariados tentam escapar à dependência a que foram sujeitos. Para muitos dos produtores oriundos das classes populares montar um negócio, trabalhar por conta própria, é valorizado, antes de mais, como uma forma de escapar ao despotismo dos patrões. Para outros, é claramente uma forma de se manter independente.

Os casos com que ilustramos esta variedade de formas e de lógicas de ação no campo das alternativas à economia capitalista permitiram captar a complexidade das situações e o modo como em cada uma delas se combinam de uma forma nem sempre clara os fatores de competição e os fatores de cooperação, a vontade de arriscar e o agir pelo seguro, a atração pelo desconhecido e o respeito pelas regras da comunidade, enfim, o individual e o coletivo.

O que se pretende evidenciar com estes casos, é a incerteza ou indeterminação acerca do sentido que os pequenos empreendimentos de raiz popular possam seguir. Viabilizados através da cooperação de muita gente recrutada nas redes sociais próximas, pode dizer-se – com um grau de generalidade muito grande – que os seus promotores tendem a seguir sozinhos quando estas redes deixam de ajudar e antes contribuem para paralisar a ação ameaçando o futuro do empreendimento. E tendem a manter-se abertos à cooperação dos próximos sempre que o mercado represente um risco insuportável para as forças individuais do promotor e os objetivos de melhoria da vida estejam a ser realizados. É certo que as condições para um envolvimento associativo se tornam mais precárias à medida que a comunidade se abre ao exterior e as oportunidades de emprego aumentam para todos e cada um. Quando assim é as saídas individualistas tendem a predominar, como é o caso em Portugal. Mas isso não significa necessariamente que o individualismo possessivo se tenha apoderado das pessoas e que os resultados das saídas individualistas sejam necessariamente compensadores. Sabendo que os comportamentos mudam mais facilmente com base nas experiências de vida (e não tanto com as ideologias), então a escolha pelas saídas individualistas só acontece quando as pessoas sentem que os resultados compensam.

Não só as mudanças vividas mas também as expectativas de mudança influenciam grandemente as decisões. Numa sociedade como a portuguesa em que a modernização da economia e das instituições chegou tarde e se deu a par de

outros macroprocessos sociais como a industrialização, a urbanização e a globalização, as mudanças foram muito rápidas e profundas. Em pouco mais de duas gerações, muitas pessoas puderam beneficiar dessas mudanças mudando-se para as cidades, emigrando para o estrangeiro, trocando a agricultura por um emprego na fábrica ou num escritório. As políticas públicas combinadas com as ajudas europeias criaram muitas oportunidades para melhorar de vida, permitiram dar melhor educação aos filhos, ter acesso a formação profissional, a cuidados de saúde gratuitos e a subsídio de desemprego. Mais seguras, as pessoas são agora tentadas a arriscar e a aproveitar oportunidades. A necessidade de satisfazer níveis de consumo crescentes encontrou resposta no crédito fácil e a atitude empreendedora foi premiada com benefícios tentadores.

Não admira portanto que muitos trabalhadores vejam estas mudanças com esperança e tendam a desvalorizar o seu lado negativo, mesmo na forma de desemprego, de precaridade laboral, de endividamento ou outras, pela comparação com as suas próprias vivências em períodos anteriores de elevadas carências.

Talvez seja esta a razão que melhor permite compreender no discurso de muitos microempreendedores oriundos das classes populares a ausência de uma preferência explícita pelos empreendimentos colectivos. O colectivo, nesses casos, tem uma expressão reduzida, mas ainda assim revela uma consciência e uma prática não estritamente individualistas que se manifestam pela valorização dos recursos disponíveis nas redes de proximidade, pela consciência da interdependência e pela partilha de resultados.

Referências bibliográficas

- AJPaz (2009), “14º Mercado Solidário da Granja do Ulmeiro”. *Opinião Granjense* (ed. online) [<http://www.opiniaogranjense.com.pt/?p=103>].
- Amaro, Rogério R. (2009), “A Economia Solidária da Macaronésia – um Novo Conceito”, *Revista de Economia Solidária*, 1:11-28.
- Amin, Samir (1973), *Le Développement Inégal*. Paris: Éditions de Minuit.
- Carmo, Paula (2009), “Doutorada abre as portas do Jardim”. *Diário de Coimbra*.
- Carvalho, Agostinho (1984), *Os pequenos e médios agricultores e a política agrária no período 1960-1975. Perspectivas de desenvolvimento da agricultura*. Oeiras: Fundação Calouste Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária.
- Coraggio; José Luis (1991), *Ciudades sin Rumbo*. Quito: Ciudad/SIAP.
- Diário de Coimbra (2009), “O Mercado Solidário da Granja do Ulmeiro”.
- Emmanuel, Arghiri; Bettelheim, Charles (1962), “Échange inégal et politique de développement”, *Problèmes de planification*, No. 2, Paris: Sorbonne, Centre d’Étude de Planification Socialiste.

- Ferreira, J. M. Carvalho (1985), “O enquadramento político e institucional das lutas operárias urbanas após o 25 de Abril de 1974”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/17: 187-207.
- Freire, João (1995), *O Trabalho Independente em Portugal*. Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.
- Gaiger, Luiz Inácio (2004), “As emancipações no presente e no futuro”, in Luiz Inácio Gaiger (org.) *Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Hespanha, Pedro (1984), “Marx contra os Camponeses?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 13: 86-89.
- Hespanha, Pedro (1999), “The Portuguese Late Modernization and the Complexities of Inclusion Through Work”, in Jens Lind e Iver Moller (orgs.), *Inclusion and Exclusion: Unemployment and Non-standard Employment. In Europe*. Aldershot, Ashgate, 63-88).
- Hespanha, Pedro (2009a), “Microempreendedorismo”, in A. Cattani, J.-L. Coraggio e J.-L. Laville (orgs.), *Diccionario de la Otra Economía*. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento.
- Hespanha, Pedro (2009b), “Da expansão dos mercados à metamorfose das economias populares”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84:49-64.
- Hespanha, Pedro (2010), “Microempreendedorismo popular e economia solidária. O sentido de uma mudança”. *Otra Economía. Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria*, IV(7):111-130.
- Hespanha, Pedro; Caleiras, Jorge; Pessoa, Sandra; Pacheco, Vanda (2007), *É o (Des)emprego fonte de pobreza?* Porto: REAPN.
- Icaza, Ana M.; Tiriba, Lia (2003), “Economia popular”, in Antonio David Cattani (org.), *A Outra Economía*. Porto Alegre: Veraz Editores.
- IEFP (2001), *Mercado Social de Emprego. Empresas de Inserção. Avaliação e Diagnóstico*. Lisboa: IEFP.
- IEFP (2004), *Mercado Social de Emprego. Os programas e medidas* (Disponível em <http://portal.iefp.pt/portal/page?_pageid=277,145926&_dad=gov_portal_iefp&_schema=GOV_PORTAL_IEFP>).
- Macpherson, Crawford B. (1972), *The Political Theory of Possessive Individualism. Hobbes to Locke*. Oxford: Oxford University Press.
- Popkin, Samuel (1979), *The Rational Peasant*. Berkeley: University of California Press.
- Portela, José; Hespanha, Pedro; Nogueira, Cláudia; Teixeira, Mário; Baptista, Alberto (2008), *Microempreendedorismo em Portugal. Experiências e Perspectivas*. Lisboa: INSCOOP.
- Santos, Boaventura de Sousa (1993), *Portugal. Um Retrato Singular*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2002), *Produzir para Viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Santos, Boaventura de Sousa; Rodríguez, César (2002), “Para ampliar o cânone da produção”, in Boaventura de Sousa Santos Santos (org.), *Produzir para Viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Santos, M. Lima; Lima, Marinus; Ferreira, Vitor (1976), *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento.
- Scott, James (1976), *The Moral Economy of the Peasant*. New Haven: Yale University Press.
- Silva, José (2009), *Economia Solidária e Mercado* [Dissertação de Mestrado]. Lisboa: Universidade Lusíada.

- Silva, Sandra (2009), *Economia Solidária e Solidariedade* [Dissertação de Mestrado]. Lisboa: Universidade Lusíada.
- Smart, Alan; Smart, Josephine (eds.) (2006), *Petty Capitalists And Globalization: Flexibility, Entrepreneurship, And Economic Development*. Binghamton: State University of New York Press.
- UC (2007), “Mercadinho do Botânico”. UC, homepage *Jardim Botânico da Universidade de Coimbra* [http://www.uc.pt/jardimbotanico/noticias_01/mercadinho/].
- Vergopoulos, Kostas (1974), “Capitalisme difforme. Le cas de l’agriculture dans le capitalisme”, in Samir Amin e Kostas Vergopoulos, *La Question Paysanne et le Capitalisme*. Paris: Éditions Anthropos. IDEP.

POSFÁCIO

CONTRIBUIÇÕES PARA UMA AGENDA DE PESQUISA

Luiz Inácio Gaiger

No último decênio, a economia solidária constituiu-se gradativamente como um objeto de estudos acadêmicos. No Brasil, principal referência empírica desta coletânea, a produção científica ao seu respeito cresceu rapidamente, chegou a instituições prestigiadas nas Ciências Sociais e tem sido tema de eventos e publicações. Um bom indicador dessa evolução encontra-se no Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil: ao lado de 91 grupos dedicados ao cooperativismo – assunto estudado há várias décadas – 92 grupos declinam atividades relacionadas à economia solidária, mobilizando pesquisadores com produção científica reconhecida. Teses de doutorado e pesquisas de fôlego, cada vez mais freqüentes, dedicam-se ao aprofundamento de novas questões, enquanto se observam trabalhos abrangentes de sistematização conceitual e teórica, sinalizando convergências intelectuais e práticas de cooperação bem além das fronteiras nacionais.¹ Nesse contexto, uma coletânea de trabalhos dedicados a questões de epistemologia e teoria é sintomaticamente promissora: ela revela a presença de uma nova geração de pesquisadores, não somente formada nessa temática, mas tratando de abordá-la a partir de uma reflexão crítica sobre os fundamentos e as exigências da prática científica.

Talvez uma das principais questões de fundo em debate diga respeito aos espaços reais, existentes na realidade contemporânea, para o desenvolvimento da economia solidária, ou de outras racionalidades e práticas econômicas, tomando-se em conta as determinações da ordem econômica e seus processos flexíveis de acumulação, que se valem precisamente de formas não tipicamente capitalistas de produção. Mesmo desconsiderando as meras contrafações do regime jurídico cooperativo e outros artifícios claramente destinados a explorar o trabalho, é inevitável admitir que os riscos de distorção e de retrocesso ameaçam também as iniciativas solidárias genuínas. Por isso, não é surpreendente que o confronto

¹ Como o *Dicionário Internacional da Outra Economia* (Cattani *et al.*, 2009).

de teses sobre as condições necessárias ao surgimento dessas experiências e sobre o seu sentido histórico permaneça galvanizando as atenções;² e que tais possibilidades sejam tematizadas pela maior parte dos trabalhos aqui reunidos, a partir de uma crítica aos fundamentos epistemológicos que sustentam a ordem social vigente, ao mutilarem ou excluírem as possibilidades cognitivas capazes de desnaturalizá-la e fazer emergir outras realidades co-existentes.

Como bem é frisado pelos capítulos desse livro, compreender essa realidade emergente implica reconhecer suas diferentes facetas, as múltiplas relações que estabelecem no tecido social e seus diferentes e por vezes simultâneos caminhos de transformação. Implica também atentar para suas ambivalências e incertezas, além reconhecer suas forças emergentes e instituintes. Pode-se adiantar que o próprio conceito de economia solidária, em razão da diversidade de situações a que se refere, torna-se sociologicamente problemático como representação de uma realidade claramente dialética em suas expressões atuais e inevitavelmente aberta em seu devir. Em bem da verdade, o conceito tem a virtude de refletir a ampla e manifesta convergência dessas iniciativas e o fato dessas, por um processo de mútuo reconhecimento, se haverem provido de mecanismos de participação e de expressão política. Mas, no interior do assim formado campo da economia solidária, como em qualquer outro, se instaura uma luta simbólica por sua representação e pela designação das coisas, conferindo determinada visibilidade e relevância às agenda propostas e, desse ponto de vista, chances desiguais de converterem-se em problemas de conhecimento. Por conseguinte, das múltiplas raízes da economia solidária, das quais temos um inventário exemplar no Capítulo 7, bem como da sua confluência e construção institucionais, decorrem desafios específicos para a prática científica.

Por certo, o conceito não fica com isso liminarmente desprovido de capacidade explanatória e de valor heurístico. Contudo, é patente que os estudos sobre a economia solidária envolvem tarefas de elaboração conceitual e esforços constantes para apreendê-la em seu constante movimento, sem deixar-se encerrar nas categorias da práxis a um dado instante em maior evidência. Sob pena de entronizar uma percepção momentaneamente legitimada da economia solidária e de atribuir-lhe a carga (e a missão) teleológica subjacente a tal construção, é necessário ter em vista a crescente amplitude de experiências,

² Um bom exemplo da variedade de abordagens e de seu caráter por vezes antagônico encontra-se no vol. II(1), 2008, da Revista *Katálysis*, dedicado ao tema *Economia solidária e autogestão*.

descobri-las afixando nossos métodos de busca, aguçando nossa sensibilidade. Caminhar em direção à periferia do campo, às suas vertentes mais distantes, às zonas de fronteira,³ onde a solidariedade costuma ser anonimamente praticada e dispensar nomes, significa recuperar o valor fundante da experiência como base do conhecimento, princípio da ciência social crítica defendido desde a Filosofia da Práxis. Significa ter consciência, como nos ensina a análise do Capítulo 6 sobre o consumo e as relações de troca, em sua versão hegemônica e em suas vertentes alternativas, que o poder na sociedade produtora de mercadorias deriva, hoje, não de um domínio completo exercido pelas classes dirigentes; deriva, antes, de sua capacidade de controlar seletivamente aqueles efeitos que afetam os seus interesses e, quanto aos demais malefícios, se valerem de potentes mecanismos de produção da irrelevância, de tais males e de suas vítimas.

Sobre essa questão, mesmo implicitamente, coincidem os autores. As pesquisas sobre a economia solidária e sobre as alternativas econômicas precisam voltar-se ao tema das origens, às raízes populares das experiências emergentes, aos fatores primordiais explicativos desse protagonismo popular, mediante a consideração de outras racionalidades, alheias e estranhas aos modelos dominantes da modernidade ocidental; precisam explorar os veios formativos dessas experiências e a sua ineludível diversidade, para então debruçar-se sobre o seu sentido, inquirindo-o em primeira mão do ponto de vista dos trabalhadores que tomam parte do ato associativo, isto é, dos seus sistemas de vida, ao mesmo tempo lógico e axiológico. Precisam, ainda, levar em conta os agentes externos, cuja presença, independentemente de outras considerações, tem a particularidade de ser determinada mais por fatores institucionais vinculados ao seu campo social específico e menos pelas experiências em si, primordialmente constituintes da economia solidária.

Esse posfácio não pretende sumariar ou propor uma releitura integrada das contribuições aqui reunidas, por ser esse um exercício dispensável, dada a clareza e consistência dos textos, e porque provavelmente mais desperdiçaria do que agregaria ao livro. Seu propósito é indicar alguns tópicos de pesquisa segundo a ordem de problemas acima mencionada, inspirando-se em fatos relacionados ao próprio livro. Temas de pesquisa são enumerados no Capítulo 5, mas o assunto perpassa a integralidade dos textos, quando indicam questões e prismas de análise e chamam a atenção para a necessidade de um trabalho de apreensão

³ Sobre a “fronteira como lugar privilegiado da observação sociológica e do conhecimento sobre os conflitos e dificuldades próprios da constituição do humano”, ver o o brilhante trabalho de José de Sousa Martins (2009).

e compreensão mais amplas da realidade presente. Uma agenda de pesquisa anteriormente proposta por mim foi evocada no Capítulo 1, estimulando-me a retomá-la no mesmo sentido de superação dos estudos isolados, enfatizado em 2008 durante uma *Oficina do CES* dedicada aos estudos sobre a economia solidária, na qual conheci pessoalmente alguns dos autores e autoras deste livro. Por fim, menções ao Sistema de Informações em Economia Solidária – SIES repetem-se ao longo dos capítulos; nele, particularmente, pretendo escudar as linhas de investigação apontadas a seguir.

A primeira razão para isso é de ordem epistemológica: o SIES resulta de um admirável esforço de *escavação* do presente, de marcha para as bordas e insterstícios da economia solidária, de encontro e reconhecimento daquelas experiências situadas em ermos recônditos do Brasil, naqueles espaços sociais condenados à subalternidade e ao desprezo. Não obstante, o seu uso em pesquisas até o momento se tem mostrado amiúde superficial, funcionando paradoxalmente para limitar as percepções sobre a economia solidária e reproduzir discursos já construídos. Quando dados são escolhidos apenas para exemplificar fatos já conhecidos ou selar convicções estabelecidas, mina-se a sensibilidade do pensamento à realidade. O SIES mostra que isso pode acontecer mesmo diante de uma torrente inédita de informações, sobre quase 22 mil experiências dos mais diversos tipos; em breve, mais de 30 mil, conforme as metas do segundo Mapeamento Nacional. Diante do enorme trabalho coletivo necessário a essa coleta de dados, inseparável de uma mobilização social ainda maior, é preocupante constatar certo conformismo nos olhares, certa falta de curiosidade. Uma espécie de indolência cognitiva parece reinar, impedindo que o ciclo do conhecimento alcance o momento culminante do *concreto pensado*, como diria Karel Kosik. Fato que não deveria acontecer àqueles que, por ofício, detêm ou podem buscar os instrumentos adequados à análise e à interpretação da riqueza contida nos registros da realidade.

A segunda razão está centrada no plano metodológico: a inexistência de informações abrangentes e sistematizadas sobre a economia solidária no Brasil conduziu as pesquisas empíricas a uma abordagem eminentemente qualitativa, usualmente através de estudos de caso, publicados isoladamente como artigos monográficos ou em compilações. Análises comparativas, via de regra sobre um tipo de organização solidária, ultimamente deram maior qualidade teórica e analítica a essa produção, à medida que a economia solidária integrou-se à agenda de pesquisa de centros de referência, justificando-se com isso as primeiras revisões do estado da arte a respeito. Entretanto, quase não se verificam estudos fundamentados em bases empíricas razoavelmente representativas, apropriadas

para delinear as principais variações no perfil das iniciativas da economia solidária e aquilatar suas tendências predominantes. Essa lacuna faz com que as discussões sobre o significado da economia solidária muitas vezes terminem limitadas a apriorismos ou a conjecturas sobre o seu potencial. Em outros termos, o conhecimento sobre tais emergências vê-se contraído, resumindo-se a prolepses e reiterações de juízos destituídas da respectiva base empírica e de premissas teóricas factualmente sustentáveis.

À semelhança dos estudos sobre a economia informal, que sofreram um impacto positivo com as realizações de pesquisas nacionais,⁴ o tratamento de temas relevantes sobre a economia solidária já não pode prescindir de informações apuradas em levantamentos que viabilizem agregações de dados homogêneos em larga escala. O SIES constitui uma base de pesquisa propícia ao uso dos recursos da análise estatística e à discussão de hipóteses, ao oferecer informações básicas sobre o perfil socioeconômico dos empreendimentos solidários, sobre suas formas de gestão e sobre os resultados alcançados. Mediante quantificações e comparações, ele permite relacionar e interpretar propriedades qualitativas essenciais dos empreendimentos. Em fins de 2011, assim espera-se, estará disponível o banco de informações relativo ao segundo Mapeamento Nacional. Seu formato e sua metodologia, aperfeiçoados graças à experiência do levantamento anterior, apresentam um elenco maior de temas e maior precisão na coleta das informações, o que lhes confere maior abrangência e confiabilidade. Ter em vista o SIES é útil ao pesquisador da economia solidária mesmo quando suas condições investigativas são mais restritivas, no sentido de abrir-se a perspectivas de estudo que o levem a explorar bases de dados semelhantes ou de trabalhar pela sua constituição.

1. A produção social dos empreendimentos solidários

A multiplicação dos empreendimentos de economia solidária tem encontrado duas explicações correntes: de um lado, a de tratar-se de uma resposta dos trabalhadores ao desemprego causado pelas transformações no regime de acumulação capitalista, com suas conseqüências dramáticas sobre o mercado de trabalho. De outro lado, aponta-se o crescimento das iniciativas de apoio, de instituições civis e do aparelho estatal, como um fator que viabiliza e torna mais atraente a alternativa solidária. Como diagnósticos parciais, ambos os argumentos não dariam margem

⁴ Conhecidas como ECINF, tais pesquisas foram realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE, em 1997 e 2003.

à contestação, embora o caráter defensivo e de certo modo oportunista que emprestam à conduta dos trabalhadores não se coadune com a idéia, igualmente sustentada, de que a economia solidária representaria uma alternativa ao sistema social e econômico vigente. Um segundo reparo a essas proposições é deixarem subentendido que o surgimento de empreendimentos solidários, nas condições mencionadas, seria um evento presumível, quase trivial, o que por certo compraz às expectativas, mas não se reflete nos fatos e números da economia solidária.

Os dados já extraídos do SIES suscitam algumas objeções e sugerem um modelo explicativo mais complexo: em primeiro lugar, confirmam a tese da *explosão* recente da economia solidária, mas apontam a existência de números consideráveis de empreendimentos mais antigos, anteriores aos maiores estreitamentos do mercado de trabalho (14%) e à disseminação das ações e políticas de apoio (37%). Em segundo lugar, a rigor nem sempre os empreendimentos geram postos de trabalho: muitas vezes, incrementam atividades e ocupações já existentes, de cunho individual ou familiar, pressupondo a existência prévia e a funcionalidade dessas formas habituais de sobrevivência. Assim, além da busca de alternativas ao desemprego (no sentido amplo, de privação de trabalho), outros motivos para a criação dos empreendimentos foram alegados com relativa freqüência. Principalmente, a busca de maiores ganhos em moldes associativos, a criação de uma fonte de renda complementar e o desenvolvimento de uma atividade econômica onde “todos são donos”. Já se pôde verificar (Gaiger, 2007) que essas motivações não são indiferentes para a evolução posterior dos empreendimentos, pois funcionam como importantes fatores de impulsão.

Pesquisas qualitativas sobre a gênese dos empreendimentos econômicos solidários (Gaiger, 2004a e 2006) concluíram ser necessário diferenciar os fatores macrosociais, que afetam a sociedade em seu conjunto, dos fatores próximos aos protagonistas da economia solidária, os quais explicariam porque eles, não outros, fizeram essa opção e nela se mantêm. Nesse segundo plano, sobretudo, apresentam-se em maior número fatores *positivos*, que aumentam a atratividade da alternativa solidária (como o lastro associativo das lideranças populares locais), do que os fatores *negativos*, que apenas tornam as outras opções menos interessantes ou viáveis (a exemplo da precarização das relações laborais no mercado formal). Por conseguinte, não basta aos trabalhadores estarem acudados, é o seu passado de experiências positivas e sua capacidade de idealização que convertem a alternativa solidária em projeto e ação prática.

Para além dos fatores conjunturais de sua expansão atual, a economia solidária dependeria então de fatores profundamente ancorados na experiência popular.

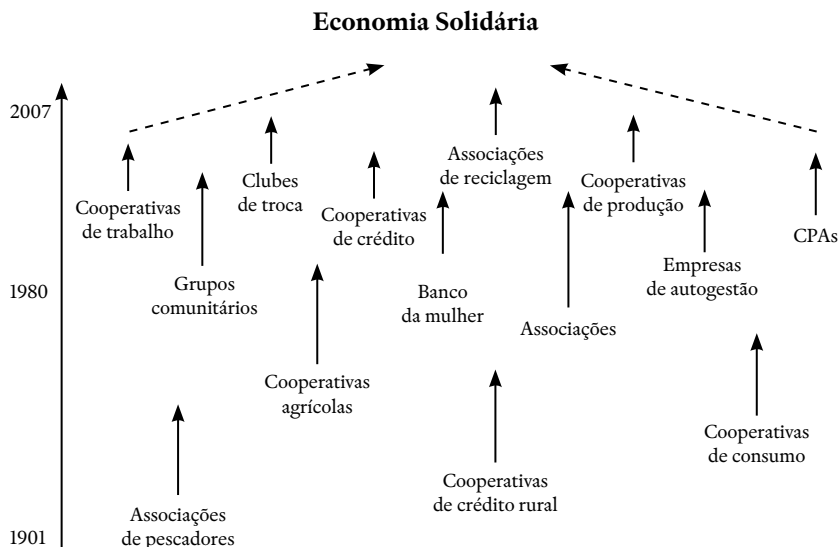
Sua compreensão requer uma mudança de perspectiva, no sentido de entender o comportamento dos setores sociais em questão a partir de sua racionalidade própria, ou da *economia do trabalho*, conforme José Luis Coraggio: já não se trata de uma economia *tout court*, mas de uma lógica social de produção da vida (Coraggio, 1999). Isso explicaria porque os empreendimentos, em muitos casos, funcionam como células econômicas no interior de arranjos coletivos mais amplos, como se depreende dos dados do SIES, no comparativo com as empresas convencionais (Gaiger e Ogando, 2009).

Desse ponto de vista, o aspecto essencial não reside nas circunstâncias externas, econômicas ou políticas. Consiste em verificar como a produção social dos empreendimentos solidários assenta-se nos ativos materiais, nas disposições culturais e naqueles recursos de poder já detidos por seus protagonistas, conforme se modifiquem as suas condições de vida. Isto, à medida que essas favoreçam ou afastem a revitalização ou a adoção de práticas cooperativas, prováveis apenas quando derivadas de uma matriz anterior de solidarismo popular, passível de transformações progressivas. De tais circunstâncias depende a conversão durável daquelas práticas em empreendimentos coletivos, bem como o grau de importância que esses exercerão sobre a economia dos respectivos setores populares. Os dados do SIES, especialmente a partir do segundo Mapeamento, facultam uma retomada dessas questões. Provavelmente, ao modo de uma arqueologia no sentido de Michel Foucault, demonstrariam a que ponto a economia solidária corresponde a novos afloramentos de um legado de experiências populares outrora mais visíveis, mas não de todo eliminadas e, assim, susceptíveis de voltarem a expandir-se (Figura 1).

A perspectiva genética requer distinções entre níveis de solidariedade. Práticas de ajuda mútua e de cooperação produtiva podem se reproduzir cotidianamente, como esteios da economia popular, permanecendo integradas a sistemas costumeiros de reciprocidade, normalmente extensivos a dimensões não materiais da vida coletiva. O mutirão, habitual entre agricultores familiares, forma parte de uma matriz comunitária, assim como a solidariedade entre operários prende-se a sua cultura classista.⁵ Sua vigência é propícia ao surgimento de organizações econômicas específicas, com existência e dinâmicas próprias, de que são exemplos históricos as cooperativas (Namorado, 2001). Mas, se essas organizações derivam de laços primários de solidariedade, perdem o caráter natural

⁵ Sobre as formas de solidariedade camponesa, sugiro retomar os estudos clássicos de Antônio Candido e Maria Isaura Pereira de Queiroz, entre outros.

FIGURA 1
As vertentes históricas da economia solidária no Brasil



Fonte: Dados do SIES 2007 – Base Unisinos.

daqueles ao engendrarem outros tipos de vínculos, baseados no envolvimento pessoal voluntário e em dispositivos de participação e de deliberação coletiva.

Quando tais iniciativas prosperam, sucede um fato típico das sociedades modernas democráticas: a constituição de movimentos e de novos atores políticos, para fins de embate em favor da legitimação desses setores econômicos e do seu reconhecimento na esfera pública. Do contrário, as discriminações contra eles e a sua debilidade política os levariam ao confinamento ou a formas de integração institucional subordinadas. As formas de aproximação e de articulação entre a economia solidária e os movimentos sociais são múltiplas e multidirecionais, como se demonstra com acuidade no Capítulo 3. A história do movimento cooperativista no Brasil, nascido dessas injunções, serve para demonstrar que, afora o conjunto de determinações alheias ao seu poder de interferência, a natureza e o papel político de tais atores dependem em boa medida de sua capacidade de seguirem representativos da sua base social. Quando deixam de acompanhar a dinâmica social de produção das iniciativas de base, mutila-se a sua legitimidade e compromete-se o seu papel de porta-voz. Como já se verifica no caso da economia solidária, esse processo instituinte tende a sofrer

influências crescentes de fatores político-ideológicos, ligados à disputa em torno das representações legítimas e de recursos de poder, cujos desfechos repercutem seletivamente sobre as linhas propulsoras do movimento. De resto, cabe ter em vista que a história social não se reduz àquela dos movimentos organizados, em sua ação política; ela os precede e por vezes sobrevive ao seu declínio.

Imaginar esses três níveis como camadas sobrepostas, formando uma pirâmide coesa, ou como estágios confluentes a impulsionar um movimento em uníssono – similar à decantada *marcha do povo organizado* – equivale a desconsiderar uma série de fatos. Nem todas as formas primárias de solidariedade geram formas secundárias, sendo de grande interesse compreender essas diferenças e guardar em mente que as formas secundárias não refletem perfeitamente, em diversidade e extensão, as práticas e predisposições associativas dos setores populares. Por sua vez, uma vez instituídas, nem todas as formas secundárias alcançam o mesmo grau de reconhecimento e desenvolvimento, aspectos em geral intimamente relacionados. Tampouco faria sentido pressupor um processo natural de uniformização entre elas ou algum tipo de superioridade sociológica de uma forma sobre outras. Não é incomum que a instituição de um tipo de organização coletiva não encontre eco nas preferências derivadas da experiência dos setores populares e se imponha ao preço de uma ruptura com tais disposições, letal em médio prazo. Em tais circunstâncias, o desencontro entre o grupo defensor do modelo pretensamente hegemônico e a sua base social assume dimensões exponenciais.⁶ Seus reflexos mais sérios não se operam necessariamente na cena política, de disputas ideológicas e programáticas, mas no plano das expectativas mais profundas, relacionadas às singularizações dos sujeitos, cuja importância vital foi apropriadamente destacada no Capítulo 5.

As formas primárias de solidariedade nada têm de irrefletidas ou arbitrarias. Sedimentadas na cultura popular, cumprem funções indispensáveis no âmbito de uma determinada racionalidade, indissociável de uma cosmovisão e de um estilo de vida. Em graus variáveis, elas dão coerência ao que o historiador Fernand Braudel designara de *andar térreo* da civilização.⁷ Por isso, devem ser respeitadas

⁶ O fracasso das CPAS – Cooperativas de Produção Agropecuária, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, baseadas na coletivização integral dos recursos produtivos, é um dos seus exemplos retumbantes.

⁷ Tematizações a respeito não faltam na Antropologia e na Sociologia, bastando lembrar que o conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu, deriva originalmente de suas observações no interior da Argélia sobre as regras sociais do povo Kabyla, uma cultura ágrafa em choque com a introdução da lógica individualista de mercado, imposta a reboque da colonização.

e apreendidas em seu sentido original, não como formas anacrônicas ou incompletas das modalidades de solidariedade que se apresentam secundariamente, inclusive aquelas identificadas na atualidade com a economia solidária. Do contrário, essas assumem facilmente os privilégios outorgados à classificação social dominante, tal como exemplificam as empresas capitalistas, convertidas em sinônimo de *setor produtivo* e de *racionalidade econômica*. Quando ademais se confunde a aplicação de categorias de análise com juízos de valor sobre a realidade, recai-se em uma espécie de imperialismo semântico, ou de arrogância conceitual, consistindo na tendência a tudo enquadrar na economia solidária ou tudo colocar em sua órbita.

Algumas celeumas ocorridas durante o Mapeamento da economia solidária revelam com nitidez essas dificuldades. Como o seu objetivo era identificar apenas os empreendimentos coletivos diferenciados das formas primárias de solidariedade, tendo-se em vista também contingências operacionais, a coleta de dados ficou limitada às iniciativas suprafamiliares. De imediato, interpretou-se essa escolha como uma desqualificação dos arranjos familiares, e não como uma opção metodológica, adotada no sentido de mapear as organizações solidárias com finalidade econômica, instituídas por meio de um ato associativo deliberado. Ora, a novidade e a importância da economia solidária têm a ver com o alastramento dessas últimas, como obra de indivíduos muitas vezes apoiados naquelas práticas primárias de reciprocidade.

Uma vez criadas, as instâncias políticas de terceiro nível reverberam sobre os empreendimentos, definindo prioridades, formas de ação e, sobretudo, parâmetros e normas de pertencimento. Esse fato confundiu o Mapeamento, auspiciado por órgãos públicos e pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária, com um sistema de credenciamento e filiação dos empreendimentos à economia solidária.⁸ Algo compreensível, mas que não deve levar-nos a confundir ideologia e processo histórico, como se adverte no Capítulo 2, antepondo o projeto político (atual) da economia solidária à existência das experiências concretas, passando a explicar essas últimas a partir do papel propulsor daquele e, por fim, qualificando as organizações econômicas conforme o seu grau de alinhamento com aquelas definições. De laivo idealista, esses procedimentos tomam a parte pelo todo e deslocam as atenções das práticas econômicas alternativas,

⁸ Comunidades tradicionais de pescadores e quilombolas, entre outras, foram reconhecidas tardiamente pelo campo da economia solidária, em parte como um dos resultados positivos do primeiro Mapeamento.

em sua concretude e em sua riqueza experiencial, para os problemas típicos da superestrutura, na qual pontificam os intelectuais e agentes mediadores, em detrimento do protagonismo popular.

2. Diversidade e unidade

A temática de pesquisa antes tratada diz respeito às características dos empreendimentos identificadoras das condições de sua emergência e desenvolvimento, relativas aos trabalhadores que as empreendem e à introdução gradativa de novas formas de conceber e gerir os seus interesses comuns. Agregando um segundo item, o SIES expressa, em escala nacional, uma característica bem conhecida do universo de iniciativas contabilizadas na economia solidária: a sua enorme diversidade, do ponto de vista dos setores econômicos, das categorias sociais envolvidas, das atividades coletivas e das formas de organização. Esse quadro heterogêneo se está amplificando, à medida que novos tipos de empreendimentos são identificados como expressões da economia solidária e integram-se em um movimento de convergência e de articulação política ampla, através de encontros, feiras, redes e fóruns.

O SIES permite aferir tais diferenças, delineando aqueles grupos de empreendimentos com traços sócio-econômicos e culturais similares, explicativos de suas respectivas dinâmicas.⁹ Há empreendimentos cuja atividade principal representa a fonte primordial de ocupação e de renda dos seus integrantes, desenvolvendo-se através de processos de socialização dos meios de produção ou de coletivização do trabalho. Estão nesse grupo: empresas autogestionárias recuperadas, pequenas sociedades econômicas, grupos de produção, cooperativas de produção agropecuária, cooperativas de trabalho, associações de pescadores, unidades coletivas de triagem de resíduos urbanos e organizações econômicas de comunidades tradicionais. Há outros, cuja atividade coletiva principal aporta benefícios e serviços para as economias individuais ou familiares dos seus integrantes. São suas expressões típicas: associações de pequenos produtores rurais, cooperativas de trabalho (nas quais apenas a organização dos serviços é coletiva), clubes de troca, centrais e redes de comercialização,

⁹ Dada a importância dessa caracterização, os instrumentos de coleta do segundo Mapeamento apóiam-se em questões introdutórias, destinadas a identificar e separar os empreendimentos segundo a natureza de suas atividades econômicas fundamentais (produção, comercialização, crédito etc.), sobre as quais versam questões específicas. Da mesma forma, identificará os indivíduos conforme os interesses e as relações que mantêm com os empreendimentos.

bancos populares, fundos rotativos, cooperativas de crédito, hortas comunitárias e cooperativas de eletrificação ou de abastecimento de água.¹⁰

Pesquisas comparativas já enfatizaram que as iniciativas de economia solidária distinguem-se conforme possuam um caráter essencial ou complementar, intensivo ou extensivo, permanente ou sazonal, para a vida material dos seus integrantes. O fato está diretamente relacionado ao papel decisivo ou subsidiário que as economias individuais mantêm ou passam a ter, na medida em que o empreendimento prospera segundo quão os associados estão dispostos a investir a cada passo dado em conjunto, o que redunde seja em ciclos progressivos, seja estagnantes. A questão não está desvinculada da natureza irrevocável ou transitória da socialização dos meios de produção e dos compromissos mútuos contraídos entre os indivíduos, por razões objetivas e subjetivas. Nessas condições, a chave para o êxito do empreendimento reside em conciliar esses múltiplos interesses, fazendo valer o capital e o fundo de trabalho individual e familiar, sem suprimi-los em nome de propostas genéricas de coletivização.

Pode-se falar em *segmentos* ou em *tipos* de empreendimentos, de acordo com os elementos que estejam a determinar a sua racionalidade específica ou outros aspectos em análise. A proposição de tipologias conduziria, mais uma vez, a utilizar criticamente o conceito de economia solidária, no sentido de uma *totalidade alternativa*. Essa designação encompassadora, como vimos, abrange um conjunto de iniciativas que evoluíram por razões e caminhos até certo ponto independentes, havendo vertentes históricas do solidarismo econômico ainda à margem do circuito em que se opera essa conceptualização. Distinguir tipos, a partir de dados abrangentes sobre a realidade nacional, favorece uma visão acurada e ponderada dessa multiplicidade, bem como uma percepção contextualizada de seus elementos constituintes, sem reificar o conceito, na forma que se verifica, compreensivelmente, no interior do movimento social da economia solidária.

Estudos dessa ordem seriam particularmente úteis para aclarar a realidade de segmentos controversos, como as cooperativas de trabalho, divididas entre os artifícios patronais de barateamento da força-de-trabalho e a busca genuína de alternativas de renda que signifiquem, ao mesmo tempo, uma vivência de autonomia e de participação. O exame das modalidades de implantação desses ideais, bem como dos seus efeitos sobre as formas de gestão e sobre os resultados da atividade econômica, aportaria ainda elementos importantes ao problema

¹⁰ As iniciativas desse segundo tipo predominam no Mapeamento, sobrepujando aquelas nas quais os meios de produção e também o processo de trabalho são coletivos.

das relações contraditórias entre democracia e eficiência, um dos temas centrais da literatura sobre as virtudes e deficiências dos formatos produtivos autogestionários.¹¹

Outras linhas de investigação seriam beneficiadas com o desenvolvimento de tipologias. O grau de êxito dos empreendimentos e os seus fatores de propulsão podem ser avaliados primeiramente em relação aos objetivos que motivaram essas iniciativas; em seguida, em relação a indicadores de crescimento e de geração de benefícios aos trabalhadores e ao seu entorno; enfim, no tocante à conquista das condições mínimas necessárias para a sua sobrevivência e perenização como organizações econômicas.

Estudos sobre a inserção dos empreendimentos na economia regional, por meio de recortes geográficos progressivos do SIES, tratariam de comparar o perfil dos empreendimentos com as características predominantes das economias localizadas ou adentrar-se na investigação sobre fenômenos singulares, como o associativismo de pequenos produtores em amplas áreas rurais do Nordeste, aludido no Capítulo 4. Naqueles setores econômicos com maior presença da economia solidária, caberia ter em vista similitudes e linhas de continuidade, em seus aspectos positivos (revitalização de economias e saberes populares relegados, geração de trabalho, ativação cidadã) e negativos (segmentos econômicos periféricos, posições desfavoráveis na cadeia produtiva, bloqueios institucionais).

3. As conseqüências da Economia Solidária

Uma experiência social ganha sentido e se mede por seus efeitos sobre a vida das pessoas a que se relaciona e por seus impactos na sociedade. Que resultados o protagonismo econômico coletivo dos trabalhadores causa sobre eles próprios e sobre seus entornos sociais, quando prescinde de laços diretos de dependência? O segundo Mapeamento conterà informações mais detalhadas e precisas sobre os rendimentos e outros benefícios auferidos pelos integrantes dos empreendimentos, além de registrar suas iniciativas face ao contexto social externo e suas percepções a propósito das mudanças acarretadas pela economia solidária. O cruzamento desses dados com aqueles do Mapeamento de 2005-2007 forma uma base consistente para avaliar o que sucede à proporção que esses sujeitos econômicos atuam a partir dos seus ativos materiais, intelectuais e relacionais e da sua capacidade de trabalho.

¹¹ Para uma visão sintética e ainda atual, ver Defourny (1988).

A título de hipótese, provinda de estudos empíricos, pode-se considerar que os experimentos coletivos, ao converterem-se em *comunidades de trabalho* (Gaiger, 2006), instituem uma sorte de racionalidade instrumental às avessas, na qual a atividade econômica passa a funcionar como um meio para a consecução de outros fins. As novas tensões dialéticas entre os indivíduos e sua coletividade de pertença recuperam ou geram uma identidade propriamente social, no sentido de estar referida a aspirações de indivíduos-em-relação e a uma visão que tende a integrar as dimensões da vida humana, contrariamente à autosuficiência da esfera econômica e ao descolamento da esfera política.

Por extensão, na medida do seu enraizamento territorial e comunitário, a economia solidária viria a ampliar a participação e dinamizar redes de interação, promovendo *espaços públicos de proximidade*, conforme a expressão de Jean-Louis Laville, nos quais os participantes tomam a palavra, decidem e concretizam projetos econômicos em resposta aos problemas sociais que encontram. Esse alargamento da democracia para o terreno econômico, introduzindo nesse último uma racionalidade não mercantil e não estatal, dependeria ainda da aglutinação das iniciativas de base e de instâncias mais amplas de interlocução. Trata-se do trabalho, já mencionado, de projeção na esfera pública, de reivindicação e institucionalização, pelo qual a economia solidária se constitui como movimento social, integrada sinergicamente a outros movimentos, segundo uma pluralidade de relações.

Um enfoque merecedor de atenção sobre esses aspectos, passível de exploração através dos dados do SIES, diz respeito às possibilidades de ruptura da lógica reiterativa das desigualdades, problema dos mais graves na sociedade brasileira. Medidas efetivas de superação do círculo das desigualdades implicam outro ponto de vista e de partida, principalmente no sentido de acionar o protagonismo dos trabalhadores, um requisito para que políticas econômicas e sociais em seu favor sejam eficazes. De um lado, para que sejam sujeitos econômicos, aptos a reterem para si a riqueza que produzem e a incrementá-la. De outro, para que esse empreendedorismo reverta igualmente em capital social e em recursos de poder, necessários à defesa de interesses contrários a quem preserva sua posição através da perpetuação das desigualdades.

As experiências de economia solidária sinalizam esse protagonismo, ao adotarem o princípio de fortalecer a capacidade de ação dos empobrecidos e ao não reprisarem condutas alimentadoras da dualização social, em seu âmbito interno e no seu perímetro social. A economia solidária instituiria uma racionalidade orientada por princípios igualitaristas, quanto à repartição da riqueza material,

do poder e dos bens culturais (Gaiger e Asseburg, 2007). Não se estima com isso que a economia solidária, com suas forças, possa alterar a equação estrutural da pobreza e das desigualdades. A questão reside em saber quais efeitos positivos o protagonismo solidário dos trabalhadores causa sobre eles próprios e sobre suas condições de vida. Quando resolvem empregar por sua conta seus recursos produtivos, reproduzem ou reduzem as desigualdades?

Mais do que presumir uma inclinação igualitarista, importaria examinar as práticas que a traduzem dia-a-dia, identificar as ações significativas e aquilatar seus efeitos e limites. Explorando o SIES, estudos pormenorizados poderiam ser ainda mais conclusivos, ao elucidarem os fatores que organizam tais práticas, no sentido de garantir aos trabalhadores: a) rendimentos satisfatórios; b) participação equitativa no capital dos empreendimentos e no patrimônio comum; c) benefícios extra-econômicos; d) segurança econômica. De forma geral, seria decisivo compreender as condições sociais que favorecem as práticas igualitaristas, em particular quando geradas pelos próprios empreendimentos, à proporção que sua *lógica* de funcionamento torna racionalmente preferível, ou mais *lógico*, adotar princípios de equidade.

Às disparidades econômicas somam-se discrepâncias no reconhecimento e na efetivação dos direitos. Sem a vivência cotidiana dos direitos, entre eles o direito à diferença, em espaços caracterizados pelas interações diretas, compromete-se desde a raiz a premissa de igualdade e a noção de bem comum. Caberia então examinar em que medida os empreendimentos solidários propiciam uma experiência política aos trabalhadores, constituindo-os como sujeitos em seus coletivos de trabalho, já em resultado da *politização da sobrevivência*, oportunamente tematizada no Capítulo 3, a seguir alicerçando a sua participação nas esferas públicas em que se configuram e avançam os movimentos da cidadania.

Ao perdurarem, as desigualdades penetram nos valores e incorporam-se aos padrões culturais. O seu poder instituinte aparece então nas formas latentes de segregação racial e nas discriminações de gênero, evidenciando a força inercial de atavismos há muito banidos do quadro de direitos. No Brasil, esse vetor cultural das desigualdades transparece na participação inferiorizada da mulher no mercado de trabalho, quanto aos índices de emprego, de ascensão profissional e de remuneração, sem poupar as trabalhadoras dos empreendimentos solidários. Essas carências e necessidades são postas agora diante de suas decisões, em um contexto em que vencer tais desafios significa agregar e qualificar o principal fator produtivo e o próprio esteio do vínculo associativo. Tendo em vista a profusão de dados que o segundo Mapeamento aportará a respeito, importaria

examinar as ações destinadas a atenuar ou eliminar tais problemas, através do combate aos preconceitos e do desenvolvimento de uma reflexividade crítica, promotora de identidades auto-referenciadas e emancipatórias.

4. As mediações externas

Para que as unidades econômicas da economia solidária não se circunscrevam a eventos isolados, necessitam dotar-se de linhas propulsoras confluentes, para a sua integração horizontal e vertical. Assim, formam-se ambientes e mecanismos de retroalimentação que as sustentam, mesmo quando ultrapassados os momentos iniciais de idealismo ou de maior pressão externa, provocada pela escassez aguda de alternativas de renda. Tais processos de articulação, mobilização e politização não têm ocorrido na economia solidária, como em geral não ocorrem nos movimentos populares, sem a presença de agentes externos de mediação.¹²

Estudos já registraram o papel importante das entidades de apoio, sinalizando que seus modelos de atuação, geralmente focalizados nalgum *segmento* da economia solidária, terminam conferindo-lhe uma fisionomia singular do ponto de vista da sua identidade e das suas estratégias de relacionamento e participação política, em função das características inerentes àquelas entidades (Gaiger, 2004b). Descrições e estudos sobre a atuação dessas entidades, em geral de caráter monográfico, estão disponíveis.¹³ O interesse principal do SIES reside em proporcionar que se dimensionem e comparem os focos e as áreas de atuação das organizações externas, a partir de uma base ampla e homogênea de informações. Isso permite correlacionar a incidência dessas formas de atuação com as demandas principais dos empreendimentos, o perfil socioeconômico dos mesmos e o seu desempenho em lograr sua viabilidade ou adotar formas democráticas de gestão. Tais resultados são indicadores importantes, mesmo se indiretos, da eficácia dos métodos empregados pelas ações de mediação. Além disso, podem trazer informações adicionais quanto à origem e à vigência das práticas vincadas em diferentes princípios, conforme os tipos de empreendimento ou segmentos da economia solidária em que incidem os diferentes programas de apoio.

¹² *Agentes mediadores* são aqueles indivíduos, possuidores de uma competência técnica ou política, que se engajam em um dado campo de ação social a partir de um quadro institucional e segundo as finalidades e diretivas deste, tendo seu papel de intermediação legitimado pela eficácia que demonstram em aportar instrumentos ao ator popular e viabilizar que esse atinja seus objetivos.

¹³ A coletânea mais abrangente está em França Filho *et al.* (2006).

A ação dos agentes mediadores é de particular interesse quando se realiza de forma contínua e sistemática, objetivando mudanças estruturais progressivas, nos níveis de organização e na condução dos empreendimentos solidários. As modalidades mais abrangentes desse tipo de mediação externa correspondem no Brasil à *incubagem*, um processo de assessoria, formação e acompanhamento, dos primeiros estágios à estruturação legal e ao funcionamento pleno, de cooperativas populares ou outros formatos associativos. Segundo tal concepção, acionam-se para esse fim instrumentos pedagógicos visando promover a participação ativa dos beneficiários, valorizando sua cultura e seus saberes diante do conhecimento acadêmico. Desse modo, as escolhas e os passos para a formação do futuro empreendimento refletem as demandas sociais a serem atendidas e fortalecem tanto as capacidades existentes quanto as possibilidades de apropriação de novos conhecimentos pelos trabalhadores.

Esses dispositivos inserem-se no conceito, hoje em voga, de *tecnologias sociais*. Ele se refere àquelas metodologias utilizadas em processos de incubagem, formação e assessoramento técnico, visando ao desenvolvimento de conhecimentos e de tecnologias de produção apropriadas à economia solidária, mediante o acionamento primordial da capacidade e do potencial representado por esses arranjos socioproductivos, em razão de seus recursos humanos e relacionais. Nesses ambientes, a transferência da tecnologia científica deve articular-se com a reativação e a reapropriação das tecnologias autóctones, voltadas à produção adaptada ao ambiente natural e à cultura local, com a finalidade explícita de melhorar a qualidade de vida da população, segundo uma ética de solidariedade.¹⁴

Dado o papel determinante cumprido pelas organizações *ad hoc*, uma análise sistemática dos dados do SIES não poderia desconsiderá-las, haja vista ainda algumas questões de fundo importantes. Primeiramente, o fato de que as ações de integração entre os empreendimentos resultam quase invariavelmente do apoio e acompanhamento de uma ou mais organizações, cuja forma de trabalho junto aos grupos populares constitui um patrimônio metodológico valioso, merecedor de maior conhecimento. Sobretudo quando tais modelos, embora singulares na sua concepção original, vencem bloqueios e favorecem o trânsito do ator popular em diferentes espaços de interlocução e articulação. No lugar da universalização de uma alternativa única, estabelecer vias de conexão entre

¹⁴ Silva, 2008. São ainda referências nesse tema: Lassance Jr. *et al.* (2004); Lianza e Addor (2005).

diferentes tecnologias sociais parece o melhor caminho para que a economia solidária ofereça respostas a distintas demandas, de natureza econômica, de direitos e de cidadania.

Em segundo lugar, a assimetria existente entre os integrantes dos empreendimentos e os agentes externos de apoio acarreta situações potenciais de tutela e dependência, sobretudo quando se imagina que essa desigualdade estrutural pode ser anulada no plano pedagógico, recorrendo-se a instrumentos dialógicos e participativos. Dever-se-iam considerar os recursos de poder com que contam os trabalhadores, no plano material e cognitivo, de modo que sua relação com os agentes externos não seja conduzida unilateralmente e possa constituir-se como uma transação social efetiva, na qual há negociação de ambas as partes. Um dos elementos decisivos, desde a gênese dos empreendimentos, é a presença de organizações populares genuínas e experientes, aptas à interlocução com o meio circundante, em ambientes de confiança, de inconfessa desconfiança ou de franca disputa. Compete-lhes um trabalho de dupla tradução, a fim de impedir a pura e simples subordinação das demandas populares às categorias mentais e à lógica de ação dos agentes externos.

Isto significa que a contribuição desses últimos produz efeitos benéficos e duráveis quando um caminho anterior considerável foi percorrido pelos protagonistas diretos da economia solidária, vindo a dotá-los razoavelmente daqueles requisitos. Políticas indutivas direcionadas a grupos destituídos de base social própria pecam por ineficácia e incorrem em artificialismos, em particular quando desdenham a inexistência daquelas condições prévias imaginam serem naturalmente capazes de compensá-las.

A existência de agentes mediadores é constitutiva das sociedades atuais, cuja dinâmica produz constantemente intelectuais das mais diversas extrações sociais e inclinações ideológicas. Porém, dada a sua formação e a sua função particular, esses agentes permanecem incontestavelmente externos e *estranhos*¹⁵ às classes com que trabalham e diante das quais, especialmente no caso das classes subalternas, com frequência cedem à tentação de superestimarem-se, afirmarem monoliticamente os seus saberes e elevarem os riscos de novas dependências e fracassos. Tendo em vista os instrumentos de coleta do segundo Mapeamento, o SIES deverá oferecer dados necessários à objetivação dessas relações e impasses no campo da economia solidária, impasses dilemáticos que historicamente têm adiado o exercício de protagonismo pelos sujeitos das classes populares.

¹⁵ Alusão à magistral abordagem de José de Souza Martins sobre o tema (Martins, 1994).

Referências bibliográficas

- Cattani, A. David; Lavielle, Jean-Louis; Gaiger, L. Inácio; Hespanha, Pedro (orgs.) (2009), *Dicionário Internacional de Outra Economia*. Coimbra: Almedina.
- Coraggio, José (1999), *Política social y economía del trabajo*. Buenos Aires–Madrid: Miño y Dávila Editores.
- Defourny, Jacques (1988), “Coopératives de production et entreprises autogérées: une synthèse du débat sur les effets économiques de la participation”, *Mondes en Développement*, 16(61):139-53,
- França Filho, Genauto *et al.* (orgs.), (2006), *Ação pública e economia solidária; uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: UFRGS.
- Gaiger, Luiz Inácio (org.), (2004), *Sentidos e experiências de economia solidária*. Porto Alegre: UFRGS;
- Gaiger, Luiz Inácio (2004), “A economia solidária e o projeto de outra mundialização”, *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 47(4):799-834.
- Gaiger, Luiz Inácio (2006), “A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários”, *Revista Sociedade e Estado*, 21(2):513-44.
- Gaiger, Luiz Inácio (2007), “A outra racionalidade da economia solidária”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79: 57-77
- Gaiger, Luiz Inácio; Asseburg, Benno (2007), “A economia solidária diante das desigualdades”, *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 50(3):499-533.
- Gaiger, Luiz Inácio; Ogando, Cláudio, (2009), *A economia solidária e as desigualdades*. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro.
- Lassance Jr., Antônio *et al.* (2004), *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil
- Lianza, Sidney; Addor, Felipe (orgs.) (2005), *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. Porto Alegre: UFRGS.
- Martins, J. Sousa (1994), *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec.
- Martins, J. Sousa (2009), *Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009 (1ª ed.: São Paulo: Hucitec, 1997).
- Namorado, Rui (2001), *Horizonte cooperativo*. Coimbra: Almedina.
- Silva, Roberto (2008), *Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.

SOBRE OS AUTORES

NOTAS BIOGRÁFICAS

Aline Mendonça dos Santos – Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas, mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutorado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É membro do Grupo de Estudos sobre Economia Solidária do CES (ECOSOL CES), membro do Grupo de Pesquisa sobre Economia Solidária da UNISINOS (ECOSOL UNISINOS) e pesquisadora do Laboratório de Políticas Públicas (LPP/ UERJ). Durante o ano universitário europeu 2008, realizou estágio doutoral junto ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES). Tem experiência na áreas de Sociologia e Serviço Social atuando principalmente nos temas trabalho e economia solidária.

Antônio Cruz – Graduado em História, com Especialização em Ciência Política, pela Universidade Federal de Pelotas/UFPEL; Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, com estágio de doutorado na Universidad de Buenos Aires/UBA. Atualmente é professor adjunto do Mestrado de Política Social – vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais – da Universidade Católica de Pelotas, onde também coordena o Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC). É também coordenador nacional da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs). Tem experiência nas áreas de Sociologia do Trabalho e Economia Social e do Trabalho, com ênfase em Economia Solidária, principalmente nos seguintes temas: mercado de trabalho, economia solidária, incubação de empreendimentos econômicos associativos, qualificação profissional e desenvolvimento local.

Boaventura de Sousa Santos – Doutorado pela Universidade de Yale (JSD, 1973), é Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, *Distinguished Legal Scholar* da Universidade de Wisconsin-Madison e *Global Legal Scholar* da Universidade de Warwick. É Director do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Foi orientador dos doutorandos que fundaram o Grupo de Estudos sobre Economia Solidária do CES (ECOSOL CES) em 2008. Temas de pesquisa: Epistemologia, sociologia do direito, teoria pós-colonial, democracia, interculturalidade, globalização, movimentos sociais, direitos humanos.

Egeu Gómez Esteves – Psicólogo e mestre em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo. Doutorando em Psicologia Social. Professor e supervisor de Psicologia do Trabalho na Universidade Cruzeiro do Sul e Diretor Administrativo da Verso – Cooperativa de Ensino, Pesquisa e Consultoria. Pesquisador, professor e supervisor na área de Psicologia Social do Trabalho enfatizando os seguintes temas: identidade (*social self*), personalidade (*personal self*), autogestão, economia solidária, saúde do trabalhador e psicologia social do trabalho

Emir Simão Sader – Possui Graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo, Pós-graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo, Mestrado em Filosofia pela Universidade de São Paulo e Doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, coordenador do Laboratório de Políticas Públicas e Secretário Executivo do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Estado e Governo, atuando principalmente nos seguintes temas: Lula, América Latina, Brasil e Política.

Gabriela Cavalcante Cunha – Possui graduações em Relações Internacionais e em Ciência Política pela Universidade de Brasília, e mestrado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Atualmente, é doutoranda em Sociologia na Universidade de Brasília (UnB), e vem estudando políticas públicas voltadas ao fomento da economia solidária (cooperativas e outras formas de organização coletiva e autogestionária da atividade econômica). É Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental no Ministério do Trabalho e Emprego desde 2004. Realizou estágio doutoral junto ao Laboratoire Interdisciplinaire de Sociologie Economique, unidade mista de pesquisa vinculado ao CNAM e ao CNRS, em Paris, França.

Luciane Lucas dos Santos – Pós-doutoranda do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, integra o Grupo de Economia Solidária (ECOSOL CES). É doutorada em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente estuda as perspectivas de um consumo emancipatório a partir dos clubes de troca, também conhecidos como mercados solidários. A sua área de pesquisa comporta os seguintes temas: sociologia do consumo, produção e consumo de alimentos, sistemas alternativos de trocas e práticas discursivas.

Luís Inácio Germany Gaiger – Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestrado em Sociologia da Religião – Université Catholique de Louvain – e doutorado em Sociologia da Religião e dos Movimentos Sociais pela mesma Universidade. Atualmente é professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, onde coordena o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Mestrado e Doutorado e a Cátedra UNESCO *Trabalho e Sociedade Solidária*. Leciona teoria e metodologia e pesquisa temas de Economia Solidária, além dos seguintes outros temas: projetos comunitários, sem-terra, economia alternativa, pastoral popular e modernização. Bolsista de Produtividade do CNPq desde 1999. Diretor da Sociedade Brasileira de Sociologia.

Marília Veríssimo Veronese – Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Mestrado e Doutorado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, tendo realizado um estágio doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Atualmente é professora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Tem experiência na área de Psicologia Social, Sociologia, Subjetividade e Trabalho, pesquisando principalmente nos seguintes temas: economia solidária e subjetividade, psicologia social e do trabalho, cooperação e autogestão.

Pedro Hespanha – Graduado em Direito e Doutorado em Sociologia pela Universidade de Coimbra, é Professor da Faculdade de Economia de Coimbra e membro fundador do Centro de Estudos Sociais, a cujo Conselho Científico preside. Coordenador dos Programas de Mestrado “Políticas Locais e Descentralização, As Novas Áreas do Social” e “Intervenção Social, Inovação

e Empreendedorismo”. Coordenador do Grupo de Estudos sobre Economia Solidária do CES (ECOSOL CES). Tem investigado, ensinado e publicado nas áreas dos estudos rurais, políticas sociais, sociologia da medicina, pobreza e exclusão social

Tatiane Marina Pinto de Godoy – É mestre e doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista. É membro do Observatório Territorial com a função de consultora técnica de projetos e pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Comércio e Consumo NECC Unesp. Realizou estágio doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES) e desde então é pesquisadora do Grupo de Estudos de Economia Solidária (ECOSOL CES) do mesmo Centro. Atua na área de Geografia Humana, em especial na análise crítica dos espaços econômicos. Atualmente seu tema de pesquisa são os espaços da troca na economia solidária. Outros temas de pesquisa: economia solidária, espaço urbano, reprodução, políticas públicas e emancipação.

Vanderson Carneiro – Possui graduação em Ciências Sociais e mestrado em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é doutorando em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É membro-pesquisador do Projeto Democracia Participativa (PRODEP) da UFMG, membro do Centro de Estudos Sociais – América Latina (CES-AL) e membro do Grupo de Estudos sobre Economia Solidária do CES (ECOSOL CES). Tendo realizado estágio doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES). Tem pesquisa na área de Ciência Política, principalmente nos seguintes temas: trabalho, políticas públicas, participação política, democracia participativa, economia solidária e extensão universitária-ensino à distância.